

FELIPE SIMÃO PONTES

**TEORIA E HISTÓRIA DO JORNALISMO:
desafios epistemológicos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo.

Orientadora: Gislene da Silva

Co-orientadora: Daisi Vogel

FLORIANÓPOLIS
2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina

P814t Pontes, Felipe Simão
Teoria e história do jornalismo [dissertação] : desafios
epistemológicos / Felipe Simão Pontes ; orientadora,
Gislene da Silva. - Florianópolis, SC, 2009.
251 f. : Tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa
de Pós-Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo - História. 2. Fundamentos do jornalismo.
I. Silva, Gislene da. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.
III. Título.

CDU 07.01

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado Número 03

Aos 06 dias do mês de agosto de 2009, a partir das 14h 30m, no Auditório Henrique da Silva Fontes do Centro de Comunicação e Expressão, reuniu-se a Comissão Examinadora nomeada pela Portaria 09/Posjor/2009, formada pela professora Gislene da Silva, presidente; Luiz Cláudio Martino, examinador extern, do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília; Mauro Cesar Silveira, examinador deste programa; Francisco José Castilhos Karam., examinador deste programa; para avaliar, em sessão pública, a defesa da dissertação intitulada "Teoria e História do Jornalismo: impasses epistemológicos", de autoria de Felipe Simão Pontes. Após a apresentação da Banca Examinadora deu-se início à exposição do trabalho pelo Mestrando, seguida pela arguição do mesmo por parte de cada um dos membros titulares da banca. Uma vez vencida esta etapa, a Comissão Examinadora se reuniu a portas fechadas para avaliar a dissertação e sua defesa, tendo optado pelo seguinte veredito, que vai assinalado abaixo:

APROVADA () NÃO APROVADA

A Comissão Examinadora recomenda as seguintes alterações, que deverão ser incorporadas à versão final do trabalho a ser entregue na Secretaria do Curso, dentro do padrão gráfico e das demais exigências do Programa em Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, no prazo de noventa dias a partir desta data (no caso de recomendação de modificação do título, deverá ser adotado exatamente o texto estabelecido neste espaço):

Observação = o título correto da dissertação é:
"Teoria e História do Jornalismo: descrições e epistemológicos"

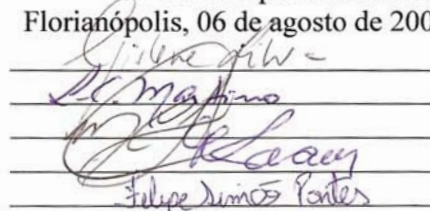
A Comissão Examinadora acrescenta as seguintes observações que julga oportunas:

Incorporando as recomendações da banca quanto à revisão do texto, recomenda-se a publicação da dissertação

Nada mais havendo a acrescentar, foi lavrada a presente ata, em três vias, que depois de lida e aprovada, vai assinada por todos os membros titulares da banca e pelo mestrando.

Florianópolis, 06 de agosto de 2009

Profa.Dra. Gislene da Silva
Prof. Dr. Luiz Cláudio Martino (UnB)
Prof. Dr. Mauro César Silveira
Prof. Dr. Francisco J.C. Karam
Acad. Felipe Simão Pontes



Dedico esse esforço a todos os meus amores, que permitiram que eu partisse sem reclamar e aguardaram ansiosos por cada retorno. Que sofreram com a saudade, assim como sofri com a solidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha noiva e agora esposa Ana Maria. Por todas as ligações no meio da noite, por tantas viagens durante a madrugada, por tantas lágrimas de saudade e todos os beijos de reencontro. Por ainda ter casado e aceitado viver comigo todos os dias que a felicidade nos proporcionar. Pragmaticamente, agradeço ainda todo o seu esforço para me incentivar na difícil reta final desse trabalho, pela revisão do texto, pela leitura, pela parceria.

Agradeço muito aos meus pais Laércio e Lorena e ao meu irmão Henrique. Pela alegria eterna de reencontrar vocês e sentir sempre, sempre mesmo, que estarão a minha espera. Obrigado por toda a compreensão em alguns momentos muito difíceis desses últimos dois anos.

Agradeço também a Edílson, Jussara e Camila por todo o incentivo. Edílson, agradeço ainda por ter me ajudado nas duas mudanças (a da partida e a do retorno) e em tudo mais.

Obrigado Paulinho, Maria Celita e Sérgio pelo fogão, pelo carro da mudança e pelo carinho.

Renê e Toni, obrigado pela companhia na última viagem, pelo carinho e pela amizade.

Agradeço também a todos aqueles que me acolheram em suas casas durante as viagens que precisei fazer antes e durante o mestrado: Karina, Ulisses, Vânia e Paulo Sérgio.

Aos funcionários das bibliotecas da UFSC, UFRGS, PUC-RS, UNISINOS, UFF, ECO-UFRJ, UnB, USP, UMESP e PUC-SP.

A todos os pesquisadores que me enviaram suas dissertações ou teses via e-mail ou correio.

Aos meus colegas de turma do mestrado e aos professores do programa.

Aos alunos do 4º e 5º períodos do primeiro semestre de 2008 do curso de graduação em Jornalismo da UFSC.

À minha co-orientadora, professora Daisi Vogel, pelas contribuições a esse trabalho, por assinar toda a burocracia e por presidir minha banca de qualificação.

Aos professores que participaram da minha qualificação, Eduardo Meditsch, Orlando Tambosi e Mauro Silveira, pelas críticas e sugestões.

Especialmente à minha orientadora, professora Gislene da Silva, pelas ricas contribuições a esse trabalho, pela leitura sempre minuciosa, pela dedicação em me orientar no período de seu pós-doutorado e pela amizade.

E a todos os brasileiros que pagam tributos em tudo e que assim tornam possíveis políticas públicas de financiamento à pesquisa. À Capes, à UFSC e ao Programa de Pós Graduação em Jornalismo pelo pagamento da bolsa que possibilitou que eu cursasse o mestrado.

RESUMO

Realiza-se uma história epistemológica da pesquisa em jornalismo na sua interface possível com a historiografia. O estudo da história e do jornalismo possuem características comuns em seus problemas de pesquisa, visto que ambas têm por objeto o modo como são contados acontecimentos ancorados na realidade sob o formato de narrativas para a leitura do público. A tarefa aqui empreendida coloca em paralelo dois percursos que em suas similaridades e diferenças trazem questões pertinentes para a fundamentação teórica do jornalismo. Além disso, as tangências possíveis entre as duas áreas possibilitam uma definição de história do jornalismo que consolida sua relevância para as teorias do jornalismo. Para tanto, a pesquisa busca nas teses em história do jornalismo dos programas de pós-graduação em comunicação quais as estratégias teóricas e metodológicas que os pesquisadores utilizam para unir história e jornalismo. Mais especificamente, como empregam teorias e metodologias, por vezes de outras disciplinas, para resolver problemas que advém dos objetos das suas pesquisas.

Palavras-chave: Jornalismo; História; História do Jornalismo; Fundamentos do Jornalismo.

ABSTRACT

It carries out an epistemological history of research in journalism at its possible interface with the historiography. The study of history and of journalism have common characteristics in their research problems, because both have as an object the way how the events of reality are told under narrative format for reading of the public. The assignment undertaken here puts in parallel two pathways that in their similarities and differences bring pertinent issues to the theoretical grounds of journalism. Besides, the possible contacts between the two areas make possible a definition of history of journalism that consolidates its relevance to the theories of journalism. Thus, the research seeks in the thesis in history of journalism of the post-graduate programs in communication which strategies that researchers use to combine history and journalism. More specifically, how they employ theories and methodologies, often from other disciplines, to solve problems that arise from the objects of their researches.

Keywords: Journalism; History; History of Journalism; Grounds of Journalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percurso Metodológico da Pesquisa.....	29
Tabela 2 - TESES em comunicação, jornalismo e história do jornalismo defendidas até 2006	184
Tabela 3 - DISSERTAÇÕES em comunicação, jornalismo e história do jornalismo apresentadas até 2006.....	184
Tabela 4 - Distribuição das teses entre as categorias.....	188
Tabela 5 - Teses seleccionadas para o estudo teórico-metodológico.....	188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 JORNALISMO: ENTRE O EXERCÍCIO ARQUEOLÓGICO E O OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO	31
1.1 ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO	34
1.1.1 Abertura 1: o conceito de singularidade.....	53
1.2 NARRATIVA JORNALÍSTICA	63
1.2.1 Abertura 2: a constituição da intriga jornalística.....	73
1.3 TRANSVERSALIDADE: POR UM OLHAR A PARTIR DO JORNALISMO	86
1.4 INTERSECÇÕES COM OUTROS CAMPOS.....	95
2 PERCURSOS DO CONCEITO DE HISTÓRIA	105
2.1 ACONTECIMENTO HISTÓRICO.....	107
2.2 NARRATIVA HISTÓRICA.....	128
2.3 TRANSVERSALIDADE: A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA	137
2.4 A INTERFACE COM OUTROS CAMPOS.....	146
3 DO JORNALISMO E DA HISTÓRIA A HISTÓRIA DO JORNALISMO	153
3.1 JORNALISMO, HISTÓRIA E OUTRAS DISCIPLINAS NA HISTÓRIA DO JORNALISMO.....	171
4 AS TESES EM HISTÓRIA DO JORNALISMO	177
4.1. PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DAS PESQUISAS	179
4.2 PERCURSO METODOLÓGICO DAS TESES EM HISTÓRIA DO JORNALISMO	194
4.3 JORNALISMO, HISTÓRIA E HISTÓRIA DO JORNALISMO	213
CONCLUSÃO	219
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICE A: PERCURSO METODOLÓGICO DAS TESES	249
APÊNDICES B e C: RESUMOS DAS TESES SELECIONADAS E DE TODAS EM HISTÓRIA DO JORNALISMO	251

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fornecer alguns elementos para pensar a fundamentação das teorias do jornalismo a partir da história do jornalismo. Não tem a pretensão de constituir uma teoria do jornalismo, mas de discutir algumas das estratégias já utilizadas ou ainda a serem testadas pelos pesquisadores quando o conceituam. Para conseguir tal intento, a pesquisa caracteriza-se como histórica com intuito epistemológico, em termos similares aos requeridos por Luiz Martino (2008) para estudos da história da comunicação. A pesquisa é, portanto, de história epistemológica, tomando como referências estudos já realizados sobre outras disciplinas por autores como Gaston Bachelard, Michel Foucault e Paul Ricoeur.

Nas pesquisas epistemológicas, o investigador preocupa-se “com os problemas mais específicos e próprios do conhecimento científico, como os de seu objeto, classificação, método (critérios de validade, de operação) e de sua fundamentação (lógica e ontológica)” (MARTINO, 2003, p. 80). No caso desta pesquisa, verificar como os pesquisadores em história do jornalismo definem objeto de estudo do jornalismo, como estabelecem métodos e conceitos para conhecê-lo, como se dá a relação com arcabouços teóricos de outras disciplinas e de que modo constituem uma fundamentação lógica e ontológica para tais teorias.

Nas pesquisas sobre a história epistemológica, Georges Canguilhem, como explica Roberto Machado (1982, p. 22-23), afirma que o estudo dos conceitos é o principal elemento na investigação dos processos de formação do pensamento teórico. O conceito é uma denominação e uma definição capaz de sintetizar observações e possibilitar interpretações sobre uma dada realidade. Para o autor francês, a história dos conceitos de uma ciência pesquisa as relações internas entre definições, as filiações conceituais de ciências diferentes, a ligação com outros saberes e, principalmente, o vínculo dos conceitos estudados com práticas sociais e políticas (MACHADO, 1982, p. 28-29). Os conceitos são os alicerces de um conhecimento e é no feixe de suas combinações que uma teoria é constituída. Portanto, a afirmação da existência de uma teoria do jornalismo requer a revisão e o estudo de seus conceitos. A história do jornalismo realizada por esta pesquisa revisa alguns dos conceitos utilizados com vistas a investigar as bases sob as quais se sustenta a argumentação de uma teoria do jornalismo.

A teorização e a busca pelos conceitos que fundamentam o jornalismo estão intrinsecamente ligadas à prática. Assim, na revisão histórico-conceitual proposta, o reconhecimento do modo como os pesquisadores explicam o jornalismo revela como os conflitos da atividade transparecem na busca por soluções teóricas. No jogo estratégico de consolidação de um saber jornalístico, os conceitos não são gerados apenas no seio da ciência. Seguindo o percurso proposto por Michel Foucault (1966) para uma arqueologia das ciências humanas, o conceito também está descolado da ciência. Seu objeto de definição não é apenas científico, como também não tem a cientificidade por critério único de aferição. O interesse da análise dos saberes de Foucault é o surgimento dos conceitos dentro de estratégias próprias de um dado contexto social, estabelecendo as condições de possibilidade para que tais concepções surjam e façam sentido.

Indissociavelmente ao caráter social das teorias do jornalismo que exigem o reconhecimento do contexto da prática, a pesquisa trata esses mesmos conceitos como “obstáculos epistemológicos”. Ou seja, seguindo o que propõe Gaston Bachelard (1996, p. 17-22), considerá-los como estratos de conhecimento que são questionados em sua formulação quando confrontados com um campo de saber que busca a referencialidade científica, como o caso do jornalismo e da teoria do jornalismo. Nesse aspecto, estudar um texto teórico é impor-lhe (numa adaptação do conceito) o status de “obstáculo epistemológico”, ou, apropriando-se de Moretzsohn (2007), imprimir-lhe um “constante exercício de suspensão”. Esse modo de encarar o texto não tem por objetivo negar a validade das proposições de um autor, ou de uma abordagem, ao contrário, quer potencializar suas contribuições, levantar algumas de suas ausências e dinamizar tal teoria do jornalismo num possível estudo de seus fundamentos.

O jogo de balança entre a formulação dos conceitos de maneira esotérica e sua inserção social de modo exotérico exige da história do jornalismo tanto a perspectiva epistemológica, nos termos de Bachelard, quanto arqueológica como proposta por Foucault. O exercício proposto aqui está no afastamento necessário para a realização de uma pesquisa da pesquisa (MALDONADO, 2003). Entende-se com isso que a pesquisa arqueológica e epistemológica proposta serve como um passo inicial que responde a um projeto de constituição do campo de saber do jornalismo, mas, talvez, em uma direção diferente da que está estabelecida por muitas das pesquisas realizadas no Brasil. O modo como o projeto epistemológico está vinculado ao projeto político do campo jornalístico por vezes atrapalha a composição de conceitos e

teorias que levem em conta a complexidade desse objeto. Entende-se que a centralização das pesquisas apenas sobre o jornalismo informativo prioritariamente político e econômico, sobre a descrição das atividades das redações ou os estudos dos conteúdos veiculados pela mídia, por exemplo, não contempla todo objeto de estudo do jornalismo.

O movimento de pesquisa conceitual é legítimo justamente porque a possibilidade de um corte teórico para o jornalismo demarca novos interesses de pesquisa, desvela regiões de conflitos pertinentes exclusivamente a ele e possibilita o acúmulo necessário para a contribuição e para a consolidação desse possível campo de saber para a sociedade. O interesse da pesquisa jornalística fundamenta-se em um lugar questionador no qual o olhar para o mundo seja realizado pela perspectiva da atuação do jornalismo. Isso não significa a negação de outros campos e a inconsequente obliteração do conhecimento em sua multiplicidade de aspectos. Como indica Otto Groth (1960, p. 289), não é porque se busca um interesse particular do estudo teórico do jornalismo que a colaboração das demais ciências seja dispensável.

O caráter complicado do objeto da ciência jornalística e a diversidade e estreiteza de suas relações com o conjunto da cultura e sociedade e todas as suas partes e membros acarretam a consequência de que a ciência jornalística necessite de um apoio de um número insolitamente grande de “ciências auxiliares” que, em si, são autônomas (GROTH, 1960, p. 289).

Partindo dessa reflexão, a pesquisa aqui proposta desconfia de dois tipos de argumentação teórica: aquela que aponta o jornalismo como uma ciência totalmente autônoma, que não necessita de outros campos para a compreensão de suas práticas e que, por isso, define a atuação técnica profissional e os processos e produtos das empresas jornalísticas como fontes de uma teoria oriunda exclusivamente da prática; e outra que afirma a inexistência de um interesse jornalístico epistemologicamente legítimo e de uma particularidade do objeto que não possa ser compreendido por outros campos, principalmente pela sociologia ou pela política. O questionamento dos conceitos formulados em uma argumentação teórica sobre o jornalismo predispõe o posicionamento sobre uma faixa estreita, na qual o deslocamento por determinadas abordagens deve ser reiteradamente justificado, sob o risco de cair na imobilidade de leis rígidas inadequadas a produtos da

cultura, como o jornalismo, ou no excesso de niilismo que não permite sequer a preocupação com a formulação de conceitos relacionados com a dinâmica do jornalismo devido a uma descrença *a priori*.

Além de uma história epistemológica do jornalismo, a pesquisa também é comparativa. Nesse caso, o conceito de história do jornalismo dobra-se sobre si mesmo. Objetiva-se destacar, assim, três modos de compreender teórico-metodologicamente o jornalismo e a história nas pesquisas em história do jornalismo: a) os pesquisadores que fazem história do jornalismo podem estudar diferentes aspectos da teoria e da prática do jornalismo, revelando em suas estratégias teóricas e metodológicas como resolver problemas que advém de seus objetos; b) a história do jornalismo torna-se comparativa devido à utilização de teorias e metodologias do campo da história, o que permite traçar paralelos entre o desenvolvimento teórico das duas disciplinas. c) o jornalismo e a história possuem características comuns em seus problemas de pesquisa, visto que ambos têm por objeto o modo como são contados acontecimentos ancorados na realidade sob o formato de narrativas para o exercício de leitura.

Assim, realiza-se uma história epistemológica da pesquisa em jornalismo na sua interface com a historiografia. Essa comparação torna-se possível diante da tarefa realizada por Paul Ricoeur (1983) ao traçar a história da disciplina histórica revelando conjuntamente a pertinência narrativa e epistemológica desse campo de pesquisa. Ao estudar a abordagem de Ricoeur, é possível deduzir como a pretensão de verdade e a capacidade narrativa - problemas colocados pelas atuais teorias do jornalismo - são discutidas pela história desde o século XIX. Muitas obras da história estão preocupadas em divisar a objetividade e a subjetividade do trabalho do historiador. A natureza do conhecimento histórico é nomológico (baseado em leis universais e científicas) ou idiográfico (baseado na tipificação e particularização do conhecimento)? A história explica ou compreende? É narrativa e poética ou é científica e silogística? O historiador transmite a realidade do passado ou constrói essa realidade? A história é tarefa de um artista, de um cientista ou de um político? Não seria a história somente um exercício retórico e anacrônico? Ricoeur (1983 e 2000) conclui que a história é um exercício narrativo com característica epistemológica, sendo indissociável da prática narrativa do historiador a busca pela verdade¹.

¹ Essa conclusão está vinculada à visão hermenêutica de Ricoeur de que compreensão e explicação não estão dissociadas, uma vez que o autor de um texto possui a tarefa de explicar mais para que o leitor compreenda melhor (GENTIL, 2008, p. 21).

O retorno para a história epistemológica do jornalismo tomando como paralelo o percurso da história permite resgatar questões similares que já resultaram em grandes discussões empreendidas por diferentes perspectivas teóricas. É possível notar que muito do que se discute hoje em jornalismo é um retorno a problemas bastante debatidos na história e na filosofia. O que redundará na conclusão de que conhecer as discussões filosóficas e epistemológicas das ciências humanas permite avanços na área dos estudos em jornalismo.

Da comparação com a história realizada por Paul Ricoeur (1983), propõe-se utilizar quatro categorias de análise que atravessam toda a dissertação: o acontecimento, a narrativa, o estabelecimento de uma transversalidade que particulariza o campo e a interferência dos conceitos de outras disciplinas. Essas quatro categorias estão presentes nos quatro capítulos que representam metodologicamente o caminho teórico percorrido. O primeiro capítulo estuda o jornalismo; o segundo, a história; o terceiro, a história do jornalismo; e o quarto, as estratégias teóricas e metodológicas de 31 teses em história do jornalismo dos programas de pós-graduação em comunicação do Brasil.

O acontecimento, como primeira categoria, é o centro das teorias que pretendem estabelecer como é ou deve ser a cópia estrutural de uma ação que acontece na realidade. Portanto, recobre as teorias descritivas, referenciais, materialistas e deontológicas que buscam a transmissão da realidade de um fato, a explicação das causas desse fato, a predição de novos fatos, o estabelecimento de leis gerais, de classificações ou mesmo da prescrição de regras de apuração e redação desse fato. Nessas teorias acontece o eclipse da narrativa, a redução da tropologia à carga referencial, considerando a linguagem transparente perante o mundo da ação. Identifica-se nesta categoria de análise a compreensão do jornalismo como uma atividade profissional que tem por objetivo transmitir os fatos reduzindo o papel da narrativa. Em muitas dessas abordagens questões de estilo e de retórica são ignoradas ou conceituadas como não pertinentes ao jornalismo e pertencentes a outras áreas como os estudos literários e de linguagem.

A segunda categoria, a narrativa, estabelece o texto e a linguagem como determinantes na composição da realidade proposta. A realidade não existiria fora da linguagem, o que remete os estudos à identificação de mitos fundadores, de estruturas do inconsciente, de figuras de linguagem ou de estilo. Nesse tipo de abordagem, mais importante que o fato transmitido é o modo como o texto e a linguagem estabelecem esse fato e essa transmissão. Aqui, preocupa-se com o conceito de tessitura da intriga, ou seja, os modos como jornalismo e história dispõem suas

formas de narrar com o intuito de apresentar os fatos do presente ou do passado. Na história, as teorias narrativistas ascendem com as propostas de Hayden White e de Paul Veyne de que a história é uma narrativa, uma forma de contar os acontecimentos organizados através de um enredo tecido pelo historiador. Já o jornalismo organiza suas considerações sobre a narrativa principalmente a partir das contribuições das ciências da linguagem.

Da relação entre o conceito de acontecimento e o conceito de narrativa, busca-se uma transversalidade. Transversalidade pode ser definida aqui como o estabelecimento de um vetor que caracteriza e particulariza uma abordagem teórica específica perante certos marcadores conceituais presentes na constituição dos objetos a serem estudados e na narrativa realizada para esse intento. Entende-se que seja o próprio lugar epistemológico em que se fundamentam lógica e ontologicamente as teorias e metodologias próprias de uma área de saber. Sob essa categoria apresentam-se os aspectos das teorias do acontecimento e da narrativa que permitem identificar a particularidade do conhecimento jornalístico e/ou histórico. Como olhar os objetos de pesquisa com os olhos do jornalismo/ da história, como estabelecer a pertinência de problemas que demandam dessa prática e que solicitam disposições teóricas e metodológicas específicas dessa área. No caso da história, realiza-se a recuperação de conceitos chaves, principalmente a proposta mediadora de Paul Ricouer entre as diferentes teorias explicativas, compreensivas e metodológicas da história e a operação historiográfica como definida por Michel de Certeau. No jornalismo, a proposta da pesquisa é mais constitutiva do que expositiva, operando a partir do conceito de singularidade de Genro Filho e da necessária consideração da narrativa como constituinte do jornalismo.

A partir das categorias do acontecimento, da narrativa e da transversalidade, observa-se que tanto o jornalismo quanto a história recorrem a conceitos de outras disciplinas, principalmente aos da sociologia, das ciências da linguagem, da economia e da política. No jornalismo isso acontece devido à inserção de seus estudos no interior de outras ciências, bem como por investigar pouco suas particularidades teóricas. Já a história possui uma relação intrínseca com outras áreas das ciências humanas, uma vez que tem como característica agregar-se a determinado campo de estudos com o intuito de auxiliá-lo na constituição dos conceitos desse campo. Por sua vez, a história faz uso desses conceitos para suas investigações, retornando ao passado com lentes que permitem o recorte de certos fatos para o entendimento do passado pelo presente. Por exemplo, o conceito sociológico de “classe

social” possui uma história e, ao mesmo tempo, é utilizado pela história para reconhecer a hierarquia de sociedades do passado.

Assim, quatro categorias (acontecimento, narrativa, transversalidade e intersecção com outras disciplinas) estruturam os quatro capítulos. Por sua vez, os capítulos possuem um encadeamento metodológico próprio. A proposta do primeiro capítulo é a de um mapeamento e o de uma hipótese. Ao mapear algumas das principais abordagens teórico-metodológicas do jornalismo para tecer o quadro de comparação com a história e a compreensão de como tais conceitos são utilizados nas teses em história do jornalismo, percebeu-se uma lacuna teórica. As teorias do jornalismo vinculam-se principalmente à categoria do acontecimento, principalmente às rotinas da profissão do jornalista, à deontologia e aos conceitos de neutralidade e objetividade. Esse modo de encarar a especificidade do jornalismo muitas vezes toma apenas parte do objeto como toda a prática jornalística, deixando de fora aspectos de sua narrativa, bem como de sua inserção e pertinência pública. Ao estudar mais detalhadamente a concepção de Genro Filho de que “o jornalismo é uma forma de conhecimento fundado na singularidade”, pretende-se trazer o conceito de singularidade como articulação narrativa do jornalismo, vinculando-o não apenas à cópia do acontecimento, mas à capacidade do jornalismo de transformar seus assuntos em demandas públicas urgentes e atuais. A hipótese é que a singularidade do jornalismo não está apenas no acontecimento, mas na narrativa e também no processo de recepção do público. Além disso, a singularidade não estaria apenas no gênero notícia, mas em todos os gêneros, visto que caracteriza todo o jornalismo e não apenas parte dele.

O segundo capítulo traça o percurso do conceito de história com três objetivos: conhecer as contribuições e possíveis caminhos metodológicos da operação historiográfica; estabelecer marcos capazes de tecer a comparação com as demandas teóricas do jornalismo; e dar força à hipótese proposta no primeiro capítulo, evidenciando o percurso realizado de aproximação de acontecimento e narrativa para o estabelecimento do corte propriamente histórico. Várias teorias constroem o percurso da história. O capítulo evidencia o papel dos conceitos da escola metódica alemã, dos neokantianos, dos neopositivistas, da escola de *Annales* e das abordagens ligadas à narratologia e à tropologia nos percursos dos conceitos de história. O objetivo é encontrar ressonâncias para a compreensão do jornalismo, bem como verificar os substratos possíveis que fazem com que certos conceitos do jornalismo relacionem-se com alguns conceitos da história,

exigindo o auxílio de determinadas teorias externas, o que, em suma, determina as abordagens em história do jornalismo.

O terceiro capítulo é a síntese de história e jornalismo na subdisciplina história do jornalismo. Primeiramente, são evidenciados paralelos entre o percurso da história e do jornalismo, assinalando semelhanças e diferenças, particularizando um modo de abordagem e outro. Consequentemente, conceitua história do jornalismo através de uma síntese integradora entre história e jornalismo, revelando a pertinência dessa abordagem para o jornalismo. Por fim, nota-se como, nas possíveis combinações entre jornalismo e história, outras disciplinas são convocadas para suprir as necessidades teóricas dos dois campos, sendo comum às investigações localizar o jornalismo como objeto de trabalho, a história como retorno ao passado e outra disciplina como fundamentação teórica (principalmente a sociologia, a linguística e a economia).

O último capítulo faz um estudo panorâmico de 31 teses em história do jornalismo defendidas nos programas de pós-graduação em comunicação do Brasil, aplicando a base teórica tecida nos três primeiros capítulos. Investiga-se como os autores constituem seus conceitos de jornalismo, história e história do jornalismo tomando por base o cruzamento com as categorias de acontecimento, narrativa e transversalidade. Concomitantemente, como conceitos de outras disciplinas ajudam a fundamentar essas teses, por vezes retirando o status de jornalismo em favor de interesses que respondem a demandas de outras áreas de saber. Nesse aspecto, o percurso metodológico das teses e a constituição do seu referencial teórico auxiliam na compreensão de como o jornalismo é conceituado, sendo necessário relacionar o encadeamento de cada tese: a escolha do objeto, a eleição do problema, as hipóteses, os procedimentos metodológicos e conceitos aplicados. Nota-se, por exemplo, como a escolha por determinados conceitos de jornalismo e de história determina a formulação de certas hipóteses e problemas.

O percurso teórico-metodológico desta pesquisa é esboçado no quadro a seguir. A pesquisa caracteriza-se como história epistemológica do jornalismo, fundada em dois movimentos – o arqueológico e o epistemológico –, com vistas a compreender a dinamicidade teórica e prática (abstrata e concreta) desse campo. Posteriormente, aponta-se a dinamicidade do conceito de história do jornalismo, principalmente a partir da comparação de jornalismo e história. Tal disposição visa conceituar história do jornalismo e constituir uma base teórica para o

estudo das contribuições das teses desenvolvidas sobre esse tema nos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil.

Tabela 01: Percurso Metodológico da Pesquisa

História Epistemológica do Jornalismo						
<i>Teorias do Jornalismo</i>		<i>Obstáculo Epistemológico</i>	<i>Exercício Arqueológico</i>	<i>Prática do Jornalismo</i>		
História do Jornalismo						
Primeiro Capítulo			<i>Comparação</i>	Segundo Capítulo		
<i>Acontecimento</i>	JORNALISMO			HISTÓRIA	<i>Acontecimento</i>	
<i>Narrativa</i>					<i>Narrativa</i>	
<i>Transversalidade</i>					<i>Transversalidade</i>	
<i>Outras disciplinas</i>					<i>Outras disciplinas</i>	
Terceiro Capítulo						
Comparação	Conceituação	Síntese Integradora		Interface com outras disciplinas		
História do Jornalismo						
Quarto Capítulo: Teses em História do Jornalismo						
<i>Conceitos de Jornalismo, História e História do Jornalismo</i>	Objeto de Estudo		De trabalho	Referencial Teórico		
				Autores	Conceitos	
	Problema			Procedimentos Metodológicos		
		Hipótese				

A organização de cada capítulo é independente, tentando particularizar cada uma das abordagens. O primeiro capítulo mapeia as principais contribuições das teorias do jornalismo e, principalmente, tenta constituir fundamentos mais integradores para a constituição de conceitos para o jornalismo. O segundo capítulo é comparativo, pois ao realizar o percurso da história destacam-se questões que afligem

também o jornalismo em seus problemas de pesquisa. O terceiro capítulo tem intenção epistemológica, uma vez que almeja demonstrar a importância da história do jornalismo para a constituição possível de um conhecimento do jornalismo. E o quarto capítulo é aplicado, pois demonstra na pesquisa em jornalismo como as fragilidades e potencialidades dos conceitos são visíveis nas estratégias para solucionar problemas da realidade.

1 JORNALISMO: ENTRE O EXERCÍCIO ARQUEOLÓGICO E O OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO

O exercício proposto neste capítulo tem caráter especulativo. Teórico com o intuito propositivo. Motivado pela necessidade da constituição de uma base, de um lugar de fala teórico sobre o qual se sustentar, o mapeamento das principais teorias sobre o jornalismo tem por caminho o exercício crítico e analítico. É um mapeamento parcial, à guisa de vestígios decorrentes da complexa relação entre a teoria e o exercício do jornalismo. Mas com uma pragmática resultante dos confrontos que serão tecidos com o percurso teórico da história, num primeiro momento, e com a análise das teses em história do jornalismo, num segundo.

A busca pelo entendimento teórico do jornalismo interpela o pesquisador a comprometer-se com o questionamento de uma atividade que não se limita à prática dos jornalistas, aos seus produtos e processos de produção ou a características específicas de seu texto, mas pela capacidade mediadora que envolve todas as pessoas que acessam a realidade através dessa atividade. Logo, a formulação conceitual e a atitude prática estabelecem uma relação intrínseca de preocupação em explicar o jornalismo em sua complexidade, transpassando diferentes áreas de saber, diferentes teorias e conceitos para percorrer e particularizar essa transversal como o caminho possível da epistemologia do jornalismo.

O exercício de revisão dos conceitos começa pelo questionamento do conceito de jornalismo. O que é o jornalismo? Como os jornalistas profissionais e estudiosos fundamentam teoricamente esse campo e, por consequência, a teoria, a epistemologia ou a história do jornalismo? A prática profissional, seus processos de produção e seus produtos comprovam a existência material do jornalismo, mas a pesquisa teórica carece de construtos conceituais que permitam uma compreensão mais plena do que seja essa atividade. Essa limitação, no plano da abstração, por vezes, não possibilita o jogo dialético capaz de reverter os problemas que o jornalismo suscita cotidianamente em soluções aplicadas. Se não se problematiza e não se exercita a busca por respostas do que é o jornalismo em sua complexidade, como estabelecer uma região de saber a ponto de querer chamá-la de campo acadêmico? Nesse caso, a revisão arqueológica acontece sob outra ordem, visto que a estrutura política do campo acadêmico do jornalismo no Brasil está em

fase de fortalecimento e o interesse epistemológico está ainda a reboque dessa estrutura.

A arqueologia das ciências humanas de Foucault (1966) indica como as estruturas políticas e sociais de diferentes períodos, com seus diferentes discursos, determinam a ligação entre as palavras e as coisas, entre as ciências humanas e o homem, entre as teorias e os objetos. Especificamente, como as definições pertinentes a uma disciplina – no caso, disciplinas que colocam o homem como objeto de estudos – estabelecem uma região de verdade, da lógica, da história e da correção, jogando em um limbo outra região da linguagem (a região do erro). Ao buscar a transparência da linguagem sobre uma parte da experiência, as ciências humanas ordenam as coisas sob um protocolo de linguagem, estabelecendo uma pertinência específica para cada modo de enunciar (WHITE, 1978, p. 263).

Entretanto, o caso do jornalismo é peculiar por sua constituição enquanto região de enunciação da sociedade. Como obra cultural, o jornalismo é um dispositivo que representa as coisas sob a forma de palavras, as ações sob a estrutura de narrativas. Constitui-se como um vértice do dito, um regulador social e, ao mesmo tempo, um produtor de cultura. E, assim como as ciências humanas, o jornalismo também busca a transparência da linguagem para a exposição das coisas. Inclusive teóricos como Jean Chalaby (1998) ligam o surgimento do jornalismo ao discurso que enfatiza como tarefa do jornalista priorizar os fatos e o informativo.

O primeiro ponto a destacar em um estudo arqueológico e epistemológico do campo jornalístico é a ligação intrínseca entre a intenção do jornalismo informativo em eleger uma linguagem própria para a transmissão dos fatos e o trabalho dos pesquisadores em teorizar os modos como isso ocorre ou os modos para que isso ocorra ou como isso não ocorre. O que se observa é a constituição e o direcionamento do objeto de estudo da teoria ligado às soluções demandadas por esse segmento da prática.

Em consequência do primeiro ponto destacado, um segundo aspecto merece atenção. A ação realizada na prática para a vinculação de certo conjunto de enunciados a determinados fatos estabelece um tipo específico de discurso e de ação na sociedade. O movimento no nível acadêmico que fornece subsídios teóricos e metodológicos para a atuação da prática realiza outro corte. O que se quer desenhar é o cruzamento de dois planos: um responde ao modo de atuação discursiva da prática e o outro à atuação do campo teórico jornalístico que tenta se firmar estabelecendo o primeiro plano como seu objeto de estudo.

Este capítulo procura resenhar um quadro pertinente ao estudo dos dois planos. A proposta expõe parâmetros mínimos para a observação das teses em história do jornalismo. Esse quadro é dividido em três níveis, que constituem três entradas para estudar a intersecção entre a teoria e a prática: o nível do acontecimento jornalístico; o nível da narrativa jornalística e o nível da transversalidade metajornalística ou do jornalismo propriamente dito.

O nível do acontecimento traz o processo jornalístico que representa “as coisas como elas são”. Trata-se de um nível preocupado com as circunstâncias que envolvem o processo de descrição dos fatos, de *mimese*. Outro modo de estudo nesse nível é a classificação de acontecimentos de mesma natureza ou das interações possíveis entre acontecimentos heterogêneos. Na maioria das abordagens sobre o jornalismo, o acontecimento é eleito como sua matéria-prima e, como já exposto, a área acadêmica tem atenção especial nesse segmento.

O nível da narrativa jornalística, por sua vez, estuda a argumentação que envolve os fatos representados, prevendo os nexos com outros campos sociais, com outros textos e a particularidade própria desse gênero textual. É o reconhecimento de que, independente do que conta, o jornalista aproxima-se de todo o escritor pela atividade de contar. O jornalismo é uma forma de reaperceber uma ação sob o formato de texto para a compreensão de um público.

O âmbito da transversalidade metajornalística responde à combinação dos dois níveis anteriores, revelando qual o processo jornalístico que atravessa o acontecimento e sua narratividade. O aspecto metajornalístico não opera apenas como síntese entre o fato e sua narração, mas como uma força capaz de reunir as regras que estabelecem o discurso e estruturam sua operacionalidade. Nesse vetor talvez seja possível invocar a particularidade do jornalismo e, conseqüentemente, explicar a interferência do jornalismo em outros campos.

A partir desses três níveis, o capítulo vincula a proposta teórica do jornalismo à sua inserção, uso ou negação diante de outras teorias e influências. Comumente as pesquisas em jornalismo no Brasil justificam a reflexão teórica de outra disciplina, mais consolidada historicamente e institucionalmente. As pesquisas trazem conceitos, teorias e métodos de outras disciplinas e por vezes selecionam seus objetos conforme interesses não-jornalísticos, o que acaba contribuindo pouco para o pensamento teórico do jornalismo.

O capítulo ganha uma autonomia maior que um primeiro capítulo naturalmente ganharia. De expositivo passa a hipotético. Ele situa o

lugar de onde parte o olhar, mas, circularmente, traz indícios das conclusões que serão tomadas ao observar as teses em história do jornalismo. O exercício realizado no item 1.3, “transversalidade: por um olhar a partir do jornalismo” serve como uma hipótese, uma análise que espera a provocação necessária para repensar a constituição da base teórica do jornalismo. Questionar as bases com o intuito de outras construções e reconstruções. Nisso há algo de arqueológico.

1.1 ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

A história do conceito de acontecimento é central para a compreensão da formação das teorias do jornalismo. Especificamente para entender porque o jornalismo destaca o discurso objetivo e neutro na transmissão dos fatos, ao mesmo tempo em que muitas de suas teorias privilegiam estudar como o jornalismo noticia ou deve noticiar a partir do discurso de objetividade e neutralidade. Primeiramente, buscase conceituar acontecimento, descrevendo o seu papel na evolução e consolidação da profissão do jornalismo, da sua deontologia e de conceitos como objetividade, imparcialidade e credibilidade. Tais características, que surgem no século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra e espalham-se pelo mundo ao longo do século XX, tornam-se problemas de pesquisa e constituem o interesse das teorias da notícia. Profissionalização e teorização que possuem vínculos com o fortalecimento das ciências humanas no contexto da modernidade e do realismo. O acontecimento é objeto dos diferentes conhecimentos especializados que buscam as causas, a estrutura e as consequências de determinados fatos que ocorrem na sociedade.

Originalmente, o acontecimento pode ser entendido como a ruptura em uma dada intriga narrativa. A descontinuidade que redireciona uma história, seja ela fictícia² ou ancorada no real. É um fato que, a depender dos parâmetros que uma narrativa segue, torna-se central para a explicação da trama ou para elucidar sua modificação ou ainda para justificar a existência da narrativa. Quem conta, conta o que aconteceu, como aconteceu, quando, onde e por que aconteceu, quem

² Paul Ricouer (1983, p. 58) utiliza o termo “ficção” como sinônimo de narrativa literária que não possui o comprometimento com a imitação dos fatos acontecidos na realidade. Por sua vez, a concepção de ficção como o regime que estrutura qualquer narração, como apresentada por Foucault (1966b, p. 210-211) e White (1978, p. 137), será chamada nesse texto de “tessitura da intriga” ou apenas “intriga”.

sofreu ou agiu no acontecimento. Ou seja, estrutura o acontecimento sob a forma da narrativa para que esse seja transmitido a outras pessoas. Como apresenta Aristóteles (2005, p. 41) em seu *Organon*, tal disposição é o primeiro processo de *mimese* operado pela narrativa para apreender um dado acontecimento que deve ser trabalhado textualmente para posterior transmissão aos leitores.

Mas o acontecimento não se resume apenas a sua exposição. O acontecimento possui um porquê, possui causas para que ocorra e uma estrutura contextual que torna possível sua existência como tal. Por outro lado, dele emana um sentido, um desenvolvimento para o futuro, o impacto para o desenrolar da trama e o destino dos personagens. Ele está inserido em uma estrutura narrativa que determina e é determinada por sua existência. Aristóteles não organiza por acaso os princípios de interpretação dos acontecimentos no início de sua obra sobre lógica. O modo de contar, a narrativa, não estrutura apenas as obras de ficção, mas os modos de compreender e explicar os fatos da realidade. O acontecimento não é obra apenas da arte de tecer narrativas, mas também da vida, da narrativa que o homem organiza para explicar e compreender os fatos à sua volta. Dos mitos e da religião para a filosofia e a ciência, o homem procura definir os porquês que estão antes e após os acontecimentos. Essa preocupação torna possível a cisão entre ficção e realidade, ao mesmo tempo em que a narrativa também é separada da realidade. O conhecimento fica preocupado com a realidade que causa, forma e estrutura o acontecimento, bem como as tentativas de predição das consequências desse fato para o futuro. É o eclipse da narrativa e do papel figurativo de contar uma história frente à cópia estrutural dos acontecimentos.

No jornalismo, a noção mais utilizada de acontecimento está intrinsecamente ligada aos fatos que acontecem na realidade. Nessa concepção, o acontecimento está fora do texto, ficando na relação entre os fatos e suas consequências diretas sobre um regime compartilhado pela sociedade. O jornalismo coloca-se como o mediador que possui a tarefa de trazer esse acontecimento exterior para a interioridade do texto, dando-lhe o destaque pertinente à importância que esses fatos tomam para o público em geral. Concomitantemente, o jornalismo é um lugar em que o acontecimento transforma-se em texto. Um texto é considerado transparente, com uma ética que lhe seria inerente. É, portanto, intrínseca aí a concepção de verdade e uma correspondência entre os fatos e os relatos, ou seja, uma visão realista.

A concepção da realidade como externa ao texto e ao sujeito está inserida no contexto do realismo que domina o conhecimento da Europa

e do mundo ocidental no século XIX. Para Hayden White (1973, p. 59), o realismo não se resume às compreensões científicas, como o positivismo ou o darwinismo social, mas a toda discussão que permeia esse período e que busca compreender a realidade social, incluindo aí não só o referente, mas o sujeito do conhecimento (seja artístico, filosófico ou epistemológico).

Cada um dos mais importantes movimentos culturais e ideologias do século XIX – positivismo, idealismo, naturalismo, realismo (literário), simbolismo, vitalismo, anarquismo, liberalismo, etc. – pretendia oferecer uma compreensão mais “realista” da realidade social do que seus concorrentes. Mesmo a afirmação simbolista de que o “mundo é uma floresta de símbolos” e a recusa niilista a confiar em *qualquer* sistema de pensamento possível eram acompanhadas de argumentos em defesa da natureza “realista” de suas visões de mundo (WHITE, 1973, p. 60, grifo do autor).

Ao mesmo tempo em que o realismo é uma forma de conhecimento, também se caracteriza como uma modalidade ética e deontológica. Essa visão ética está baseada na apreensão da vida a partir de indícios da realidade, colocando-a como *a priori* para a constituição de um desempenho, de um trabalho humano. Tal princípio ético serve de pressuposto para a constituição das profissões liberais, bem como para a formulação de seus códigos deontológicos e, em muitos casos, de operantes epistemológicos. É nesse momento que o jornalismo constituiu-se como exercício profissional nos Estados Unidos e na Inglaterra, forjando um discurso ético que prevê a separação entre opinião e informação, a supressão das discussões ideológicas, a troca da persuasão pela busca pela verdade e uma crescente importância da forma do texto direta, clara e concisa frente às construções mais literárias ou prolixas. Pode-se dizer, portanto, que no exercício profissional e em sua ética são hegemônicas a busca pela verdade, pela objetividade e a transposição dos fatos em relatos.

Assim, a emergência da linguagem referencial preocupada com a *mimese* dos eventos estrutura preponderantemente o jornalismo contemporâneo como prática profissional e intelectual. Antes do que epistemológico, os contornos do jornalismo informativo e da consolidação da profissão do jornalista acontecem sobre um estatuto

ético. Alguns autores, como Carlos Rizzini (1977, p. 83-88), apontam que as cartas comerciais e a preocupação com a interferência das ações dos governantes sobre os negócios e sobre a população simbolizam o cerne do jornalismo como prática que exige o contrato referencial com os acontecimentos. Contudo, essa intenção referencial não é regra numa atividade ainda em formação.

O exercício do jornalismo adquire importância política e ética própria, principalmente a partir do século XIX e início do século XX. Isso transforma seu discurso e sua prática, constituindo uma linguagem que transparece os fatos, uma apuração que os verifica e uma atividade que contribui para as mudanças necessárias à sociedade. Passa, então, a distanciar-se dos grupos políticos e literários, buscando para si uma forma de financiamento que cria outro espaço nesses âmbitos. No discurso, os jornais não são mais porta-vozes de uma pessoa ou grupo, mas se comprometem com um público mais amplo. Quem tem interesse em inserir-se no espaço público criado pelo jornal compra espaços publicitários previamente demarcados para divulgar o que quiser, sem a responsabilidade do jornal. O jornalismo, discursivamente, deixa de representar uma fatia do poder para tentar construir para si um espaço desse poder. O jornalismo, que serve como formador de um espaço público profícuo para a política e para literatura, passa a reivindicar uma parte desse espaço como exclusivamente seu.

Ao separarem suas atividades das atividades de políticos e escritores, os jornalistas passam a assegurar um discurso assentado sob o conceito de credibilidade. Retoricamente, é preciso ressaltar que não só de belas palavras ou de provocação dos ânimos se alimenta um discurso político em busca de aceitação. É preciso que os argumentos estejam materializáveis em fatos concretos da vida do público. O discurso jornalístico percebe que uma narração pautada nos acontecimentos (fatos) suscita maior peso político que os debates opinativos. Por outro lado, os debates políticos opinativos exigem maior nível de leitura, formação educacional e possibilidade de participação política do público leitor, o que a maioria da população não possui em meados do século XIX. Assim, pode-se dizer que dois motivos confluentes abrem caminho para a hegemonia do acontecimento: o interesse retórico, os fatos possuem força argumentativa, e a integração de uma parcela da população que não possui interesse político.

Concomitantes aos debates políticos, literários e intelectuais que marcam o jornalismo desde o século XVII, os jornais, preocupados em

difundir acontecimentos, curiosidades, crimes, anedotas, fofocas e *fait divers*³, fazem grande sucesso. A Alemanha do século XVII é tomada por esses jornais que em sua maioria não sofrem a censura da igreja ou do Estado, sendo usados para distrair ou amenizar os ânimos populares (SCHNEIDER, 1994, p. 115). Hellen Hughes (1940, p. 106) destaca que os jornalistas estadunidenses percebem o potencial desses casos de interesse humano (*fait divers*) para o aumento do interesse da população pelas notícias. O jornalismo do século XIX estimula a fórmula de escrita e destaque advinda desses jornais para atingir mais pessoas. Ele remodela seu discurso político e popular no objetivo de atingir os dois interesses simultaneamente. Consequentemente, volta sua atenção para a estrutura dos textos, buscando atingir o público através de informações assimiláveis, inserção de ilustrações e depois fotografias, sistema de destaque, com chamadas, manchetes e remodelação da diagramação. Aproveitam os destaques e o sensacionalismo para popularizar os jornais em todas as camadas.

Adquirindo a estrutura das conversas populares, as informações de grande importância política, econômica e cultural voltam-se para todas as pessoas que não têm acesso direto aos debates e aos acontecimentos políticos e transformam-se na tarefa de uma classe profissional. Portanto, a confiabilidade depositada na contratação de especialistas para a obtenção de informação comercial e política, ou apenas em partidários de uma mesma ideologia política, agora está depositada nesses profissionais da informação. Associa-se a isso o surgimento da figura do repórter, que vai até o local dos acontecimentos investigar os casos. Consolida-se, portanto, uma prática informativa que se preocupa com temas de relevância social como política e economia (*hard news*), e seu modo de escrita reúne a linguagem direta dos *fait divers* com o sentido dos debates políticos e literários. A nascente profissão precisa garantir a qualidade da apuração e verificação dos fatos, transmiti-los para o maior número possível de pessoas e postar-se como defensor da verdade. O interesse é político, comercial, mas também passa a ser ético. Nasce a profissão do jornalista no jornalismo. Alguns autores como Chalaby (1998) apontam esse momento, a partir

³Baseado em Barthes (1966, p. 59-67) e Ponte (2005, p. 68-78), os casos de interesse humano ou *fait divers* são acontecimentos contados a partir de uma estrutura pré-literária, sobre uma base mítica que serve como pano de fundo para a manutenção da ordem, reforço dos tabus, circunscrição do extraordinário e estabelecimento de lições de moral. Entram nesse rol os assassinatos, crimes de toda ordem, curiosidades, monstruosidades, conquistas improváveis etc. Como nota Ponte (2005, p. 71), essas narrativas exploram, “de forma visível, componentes melodramáticos, com estereotipização dos personagens entre heróis, vilões e vítimas”.

da primeira metade do século XIX, como o surgimento do próprio jornalismo.

Como paralelo, os próprios jornalistas, o público e muitos intelectuais preocupados com o fenômeno massivo da imprensa nos Estados Unidos e na Europa passam a cobrar uma postura mais isenta, objetiva e credível da imprensa. Schudson (1978, p. 61-87) cita exemplos de fatos deturpados pelo jornalismo e que, na sequência foram desmentidos, gerando os primeiros entraves éticos do campo profissional nos Estados Unidos. Surge ali, alicerçada por uma época que privilegia o realismo e o método científico, os marcos discursivos deontológicos da profissão do jornalista, bem como o conceito de objetividade jornalística⁴. A reportagem e a entrevista são essenciais nesse processo, visto que nelas a investigação do jornalista é similar ao olhar seletivo do cientista.

A separação entre a informação e a opinião e entre a atividade do jornalista e a partidária geram, em consequência, a separação entre jornalismo e propaganda. O objetivo de separação da propaganda e a busca por constituir um espaço de fala legitimado pela referencialidade estão vinculadas ao grande movimento de disciplinarização da filosofia humana e da profissionalização das práticas. Habermas (1961) e muitos outros autores explicam o abandono do jornalismo das discussões políticas e literárias por motivações comerciais, visando a inserir as massas em um mundo público de fatos rápidos que servem para publicizar o consumo e desarticular a consciência crítica. Por sua vez, esse desígnio contraditório de aproximar-se dos fatos para apartar-se da propaganda possibilita a emergência da classe profissional dos jornalistas, com determinantes éticos profissionais e que, em certa medida, reivindica um espaço de discussão teórica.

Paradoxalmente a essa separação estrutural do discurso do jornalismo da política e da literatura através do apartamento da propaganda, cria-se um novo poder propagandístico a essa pretensão de verdade do jornalismo. A separação do espaço destinado à publicidade e à opinião do espaço informativo abre caminho para a intervenção da propaganda e das ações políticas na constituição desses fatos

⁴ Schudson (1978, p. 88) demonstra que o sensacionalismo continua muito forte nos Estados Unidos, mesmo com o surgimento da objetividade. No Brasil, conforme Bahia (1990) e Sodré (1966), os fatos são tratados com pitadas de invenção até os anos 1950. O marco do jornalismo informativo, dos conceitos deontológicos e das regras de redação são as reformulações dos jornais *Diário Carioca* (LAGE et al, 2004), *Última Hora* e *Correio da Manhã* no início dos anos 1950 e a reforma do *Jornal do Brasil* de 1956 (ABREU et al, 1996).

informativos. Ou seja, esse espaço de verdade criado para apresentar visualmente o jornalismo ancorado no real serve como campo propenso para que ideias, causas, ideologias, preconceitos e estereótipos ganhem atestado de conhecimento verdadeiro. Contra esse assédio, os atores do jornalismo (jornalistas, pesquisadores, público) vinculam-se ao jornalismo informativo, à cópia estrutural do acontecimento através do *lead* e ao estatuto ético da profissão. É nesse aspecto ainda que jornalistas e pesquisadores costumam dizer o que é e o que não é jornalismo, determinam as regras e teorias que fundamentem essa separação entre o jornalismo e a propaganda.

Nota-se, porém, que a propaganda e a política enveredam por um caminho jornalístico para atingir a persuasão. E, nesse aspecto, não há como o pesquisador do jornalismo furtar-se de estudar como isso acontece. Muitos pesquisadores apontam que fazer uma pesquisa em jornalismo serve para denunciar o quanto um texto informativo ou uma cobertura é propagandística, esquecendo-se de notar, em outro ângulo, qual o caminho que essa propaganda precisa adotar para tornar-se jornalística para o público.

É importante, ainda, reconhecer como o jornalismo participa da transformação social e política dos países em que atua, aumentando ainda mais a importância de sua prática. A circulação de ideias através da rápida proliferação de veículos impressos (periódicos ou não) tem papel fundamental na transformação política que passam países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Estados Unidos e Brasil. A Alemanha, por exemplo, foi um dos primeiros países a sentir as transformações engendradas pelo jornalismo (manuscrito ou impresso, periódico ou não). A rebelião de Lutero, ainda no século XVII provoca, segundo Schneider (1994, p. 111), um número de panfletos opinativos de cunho político e religioso nunca superado na história da Alemanha.

Na França, o século XVIII é marcado pela classe aristocrata decadente, burguesia ascendente e o nascimento do pensamento moderno e iluminista. Rebollo (1994, p. 158) explica que, em paralelo a essa situação estrutural, existe um público com interesse mais aguçado, o que exige da imprensa a vulgarização do discurso erudito de filósofos, artistas e políticos. A simplificação na linguagem possibilita maior divulgação do racionalismo, bem como de sua aplicação no campo político e social. A Revolução Francesa como acontecimento envolve o imaginário do povo francês no decorrer de todo o século XVIII devido à imprensa política e literária que circula simultaneamente nas cortes, nos cafés e nos prostíbulos. A informação permeia tanto os altos círculos intelectuais como conversas de bar. A revolução francesa é um

acontecimento construído e marcado pela circulação de pensamentos e notícias que serve de argumento para outras mobilizações ocorridas através da imprensa.

Isso sem dizer a importância política e econômica que assumem as agências de notícias. Criadas com um forte vínculo político com seus países de origem, as agências tornam-se fundamentais nas disputas políticas pela informação e pela propaganda. A *Havas* e a *Agence France Press* (AFP) francesas, a *Wolff* e depois a *Deutsche Press Agentur* (DFA) alemãs, a *Reuters* britânica, a *Korrburo* do Império austríaco, a *Stefani* italiana, a *Tass* russa/ soviética, a *United Press* e a *Associated Press* estadunidenses são exemplos de agências de notícias que tem (ou tiveram) por objetivo distribuir a informação e, em muitos casos, como explica Thompsom (2001, p 140-141), espalhar a ideologia de seus países de origem.

Como apontam os trabalhos de Chalaby (1998) e Winch (1997), o discurso ético e profissional que visa uma relação ideal e especular entre texto e acontecimento passa a ser referencial de credibilidade e, conseqüentemente, institucionaliza um discurso de verdade. O jornalista deve primar por não interferir nos fatos. Esse processo de formação profissional do jornalismo não pode ser visto separadamente de outras áreas profissionais e filosóficas do ocidente, já que, em grande medida, é em comparação a elas que o jornalismo estabelece sua prática e reivindica um espaço de atuação profissional e teórico.

O jornalismo participa do projeto moderno e se insere no processo de conexão dos homens no mundo. Por isso, torna-se veículo de ideias, dinamiza a circulação de informações e trabalha no sentido de manter homens e mulheres informados dos acontecimentos e desejantes por obter informações. O jornalismo, nas palavras de John Hartley (1996, p. 33-34), se confunde com a própria modernidade.

Jornalismo é a prática de produção de sentido da modernidade (a condição) e da popularização do modernismo (a ideologia); ele é produto e promotor da vida moderna, e é desconhecido nas sociedades tradicionais. O jornalismo é mais intenso quanto mais moderno é seu contexto, é mais próspero em contextos urbanizados, desenvolvidos, industriais e pós-industriais; seus afloramentos mais densos e mais exóticos são encontrados onde a alfabetização, a abundância e a diferenciação social são mais altas, onde estilos

de vidas competitivos, individualizados são mais desenvolvidos.

Uma característica da modernidade é tanto jornalismo que é fácil de descrever um no sistema do outro - tanto o jornalismo como a modernidade são produtos da construção de sociedades européias (europeus de origem) dos últimos três ou quatro séculos; ambos estão associados com o desenvolvimento da pesquisa, do pensamento científico, da industrialização, da emancipação política e expansão imperial. Ambos promovem noções de liberdade, o progresso e a iluminação universal, e estão associados com a decomposição dos saberes tradicionais e das hierarquias, e sua substituição por laços distintos de comunidades virtuais, que estão ligados pelos seus meios de comunicação. Jornalismo e modernidade são marcados pelo desenvolvimento da capitalização e do consumismo, do mercado e da expansão infinita, fractal diferenciação de produto e comprador, nicho e necessidade. O jornalismo é alcançado em todas as instituições, lutas e práticas da modernidade; a política contemporânea é impensável sem ele, assim como a contemporânea sociedade consumidora, a tal ponto que, no final, é difícil decidir se o jornalismo é um produto da modernidade, ou a modernidade é um produto do jornalismo⁵.

⁵ Tradução do seguinte trecho:

“Journalism is the sense-making practice of modernity (the condition) and popularizer of modernism (the ideology); it is a product and promoter of modern life, and is unknown in traditional societies. Journalism is more intensive the ‘more’ modern its context, thriving most in urbanized, developed, industrial and post-industrial contexts; its densest and most exotic flowerings being found where literacy, affluence and social differentiation are highest, where competitive, individuated lifestyles are most developed. So much a feature of modernity is journalism that it is easy to describe each in terms of the other – both journalism and modernity are products of European (and Euro-sourced) societies over the last three or four centuries; both are associated with the development of exploration, scientific thought, industrialization, political emancipation and imperial expansion. Both promote notions of freedom, progress and universal enlightenment, and are associated with the breaking down of traditional knowledges and hierarchies, and their replacement with abstract bonds of virtual communities which are linked by their media. Journalism and modernity are marked by the co-development of capitalization and consumerism, market expansion and the infinite, fractal differentiation of both product and purchase, niche and need. Journalism is caught up in all the institutions, struggles and practices of modernity; contemporary politics is unthinkable without it, as is contemporary consumer society, to such an extent that in the end it is difficult to decide whether journalism is product of modernity, or modernity a product of journalism”.

E é no contexto em que o jornalismo se desenvolve e na centralidade dos acontecimentos para a organização desse “projeto humano” que outras áreas de conhecimento surgem, com a criação de novas teorias e métodos de investigação. Torna-se indispensável nesse período prever os acontecimentos, reagir a eles, entendê-los, participar deles, produzi-los, evitá-los ou tomá-los como referência. Conseqüentemente, em um movimento que agrupa os eventos em construtos discursivos, vários campos de conhecimento surgem e lançam luz sobre determinados feixes de acontecimentos. Os objetos de áreas como a sociologia, economia, antropologia e psicologia já estão presentes nos escritos políticos e filosóficos que surgem na Europa desde o século XVII e XVIII. Vico (1744), por exemplo, no seu “A Ciência Nova”, antecipa muitos dos postulados que regem as teorias sociais organizadas um século mais tarde ao apontar a necessidade de conhecer as obras realizadas pelos homens em detrimento dos acontecimentos naturais criados por Deus.

Kant (1781), complementarmente, fundamenta que cada parte da natureza exige um tipo de conhecimento específico, com regras lógicas e metodológicas forjadas no entendimento humano que regulam e estabelecem categorias e conceitos concernentes a cada fenômeno da natureza. Em outras palavras, o conhecimento deve se especializar, tomar aspectos dos acontecimentos da natureza como prioridades de suas categorias. Por outro lado, o homem emerge dessa discussão como ser atuante na formulação do conhecimento, dotado de capacidade para construir seus desígnios sobre esse conhecimento possível.

Tais concepções são fundamentais para que pesquisadores sociais alemães da segunda metade do século XIX e primeiros anos do XX - como Dilthey, Simmel, Weber, Rickert e Wildeband - estabeleçam um projeto similar para as ciências humanas e sociais. Eles tomam a ideia de Vico de que o homem deveria preocupar-se em conhecer o homem e adaptam nele o projeto kantiano de estabelecer as categorias e conceitos que cabem a cada fenômeno. Para tanto, dedicam-se a compreender os conceitos pertinentes a disciplinas como a sociologia, a economia, a psicologia e a ciência política e o modo como elas devem explicar aspectos dos acontecimentos humanos (REIS, 2003, p. 79-80). Nessa corrente de pensamento surgem pesquisas interessadas no jornalismo. Otto Groth, por exemplo, assume muitos postulados neokantianos, principalmente de seu professor Max Weber, ao propor a sua ciência jornalística. E Robert Park realiza seu doutorado na Alemanha como orientando de Wildeband, recebendo grande influência de Simmel e

levando muitas concepções neokantianas para estudos jornalísticos, comunicacionais e sociológicos nos Estados Unidos.

Como indica Wilson Gomes (2009, p. 39-41) - contudo aqui com outro interesse⁶ - a proposição kantiana desperta uma grande discussão, visto que “a verdade torna-se um problema onde se perde de vista as coisas em si mesmas”, o que deixaria a realidade inacessível ao conhecimento. O autor aponta que diante dessa constatação kantiana o século XIX reage de diferentes maneiras. Na posição de Gomes é possível mapear algumas tendências que também incidem sobre as compreensões acerca do jornalismo: a) o realismo (as coisas existem independente do conhecimento e perspectiva humanos e colocam-se a conhecer como tal em sua totalidade), b) o objetivismo (agir passivamente com a intenção de não intervir nem alterar os dados da percepção), c) o ceticismo (paradoxo das inúmeras possibilidades teóricas e semânticas de acesso à realidade frente à necessidade pragmática de acreditar na realidade cotidiana), d) o relativismo, que exclui o problema da verdade ou e) aquelas proposições perspectivistas e que querem encontrar as questões normativas que regulam e originam determinadas perspectivas hegemônicas (como é o caso de Nietzsche, e, posteriormente Heidegger e Foucault). É possível indicar ainda mais duas perspectivas não citadas por Gomes decorrentes dessa proposição kantiana: f) a tradição hegeliana para a qual o homem e a natureza são regidos pelo “espírito absoluto”, pela razão, e nela estaria a verdade; g) e por uma explicação de cunho marxista, que coloca o trabalho humano, as relações econômicas e sociais como lugares da realidade.

A investigação dos acontecimentos e do modo como os homens se relacionam com a realidade aponta o jornalismo como objeto de imenso potencial, já que ele é em si uma mediação entre fatos e leitores. As tentativas em estudar o funcionamento do jornalismo trazem como pano de fundo os conflitos teóricos desses paradigmas filosóficos. Em outro aspecto, algumas dessas concepções são preponderantes em certos períodos, influenciando a constituição do jornalismo (o objetivismo/ positivismo, por exemplo).

Essa tendência das teorias converge para a expansão dos jornais, das agências de notícia e a profissionalização do jornalismo em meados do século XIX, o que promove a abertura de cursos de graduação e a estruturação de centros de pesquisa destinados a estudá-lo (inicialmente

⁶ Gomes (2009, p. 27-66) está interessado na relação entre verdade e perspectiva para comprovar a existência de ambos no fato jornalístico. Aqui o interesse é esboçar as diferentes correntes acerca dos acontecimentos.

na Alemanha e depois no resto do mundo). Verifica-se o aumento do interesse por conhecer a prática, tentar dominá-la e prever seus efeitos sobre a sociedade. As diferentes teorias interessam-se pela capacidade jornalística de articular e difundir acontecimentos. Em consonância, ocorre um movimento teórico que busca descrever o modo como o jornalismo funciona no processo de produção da notícia, destacando a atividade do jornalista. Em sua gênese, esse movimento autorreferencial tem funções teóricas, éticas e políticas.

O surgimento do discurso profissional do jornalismo (que privilegia o jornalismo informativo de *hard news*) passa a definir várias teorias que ficaram conhecidas posteriormente como teorias da notícia. Essas teorias marcam uma tradição de estudos que costuma colocar o jornalismo como fruto exclusivo da profissão do jornalista, criar conceitos sob o estatuto da ética profissional e, conseqüentemente, colar ou derivar a abordagem epistemológica do grau de *mimese* dos fatos - no acontecimento jornalístico. A teoria da notícia deriva dos conceitos de credibilidade, objetividade e verdade que sustentam política e eticamente a prática profissional. O jornalista recebe formação universitária, treinamento específico ou períodos de estágio nas redações para entender a importância de uma boa apuração, da checagem das fontes, da importância de ouvir os dois lados, de suspender sua subjetividade, de redigir objetivamente, tudo para transformar o texto um reflexo dos fatos.

Essas teorias estão preocupadas com a relação entre a atividade do jornalista e o acontecimento para o estabelecimento da objetividade, imparcialidade e verdade: as influências externas à redação, as influências administrativas na redação, as rotinas de produção, o estudo das linguagens jornalísticas, descrição dos gêneros jornalísticos, processo cognição, etc.

Outro conjunto de conceitos critica a doutrina jornalística apenas no nível da *mimese* dos fatos, da verdade e da credibilidade. Por exemplo, os trabalhos que denunciam deslizes dos jornalistas, deturpações realizadas pelo mercado, o jornalismo como aparelho ideológico, a influência dos diretores sobre os jornalistas, suas limitações de tempo, espaço, recursos, etc.

A primeira abordagem reforça positivamente a atividade profissional e o acontecimento jornalístico como atores hegemônicos da teoria da notícia; enquanto a segunda critica tal hegemonia, lançando-a para o campo de um dever ser da profissão. As duas áreas possuem forte direcionamento para a deontologia que privilegia a notícia sob a égide do acontecimento, exercendo uma conceituação que não dá conta da

dinamicidade da relação entre teoria e prática do jornalismo por definir o objeto jornalístico sob um exercício de descrição ou através de uma descrença *a priori* de sua pertinência. Para muitos estudiosos da área, a prática do jornalismo é somente o exercício profissional do jornalista e a teoria é o que explica o ser e o dever ser dessa profissão. Isso justifica argumentações de que a teoria do jornalismo (entendida somente como o dever ser da profissão) não corresponde à prática do jornalismo (a realidade da produção jornalística), já que a realidade do objeto é mais dinâmica que sua regulação. O que somente em parte é verdade.

Tal classificação que reduz a teoria do jornalismo à deontologia e à égide das teorias da notícia por um lado e à crítica aos modos como é feito o jornalismo por outro, sugerem duas abordagens teóricas que reúnem os estudos da relação entre teoria e prática: a empirista, voltada à descrição exaustiva do fenômeno e fazendo dessas descrições as regularidades que constituem os conceitos; a idealista, visto que coloca sob a forma de uma projeção do dever ser toda a prática do jornalismo, reduzindo por vezes o exercício cotidiano a uma dissimulação incapaz de atingir a perfeição de um ideal platônico constituído⁷.

No modelo empirista de abordagem são recorrentes as perguntas: “porque as notícias são como são e quais são os efeitos que elas causam” (SOUSA, 2002). Invariavelmente, ao tentar explicar por que as notícias são como são muitas pesquisas se contentam em apenas mostrar como elas são (SILVA; PONTES, 2008, p. 9). Essas abordagens teóricas que privilegiam a descrição são divididas por Gislene Silva e Felipe Pontes (2009, p. 10-12) em quatro categorias: (a) os conteúdos veiculados pela mídia noticiosa, incluindo os estudos que prometem fazer análises de discursos; (b) os formatos, gêneros e linguagens que identificam características tecnológicas e estilísticas do texto jornalístico; (c) o processo e rotinas de produção; (d) os estudos dos efeitos e das audiências.

São frequentes as pesquisas que se dedicam a analisar como a mídia noticiosa cobre determinados assuntos. São conteúdos os mais variados, desde questões ambientais, escândalos políticos, movimentos sociais, violência, infância, etc. Em geral, investigam de modo descritivo como se dá a divulgação de tais conteúdos, como as temáticas estão presentes nos jornais, com que frequência, com qual abordagem, quem são as fontes, quais destaques nos títulos e imagens, qual o

⁷ Ressalta-se que a prática do jornalista e a deontologia fazem parte do objeto de estudo do jornalismo, contudo, entende-se que elas não respondem à totalidade de seu objeto.

impacto das capas. Essas investigações por vezes mergulham tanto nos conteúdos analisados que não retornam às reflexões sobre jornalismo. Além disso, tais estudos implicam quase sempre o problema de se proporem a fazer análise de discurso – tarefa de grande valia para se pensar teoricamente o jornalismo – mas terminarem apenas por descrever temáticas, sem atentar para a particularidade do jornalismo e nem demonstrar esforço em buscar nesse método instrumentos que auxiliem em sua compreensão. O objetivo principal de uma imensa gama de trabalhos tem sido mostrar como a imprensa cobre um tema de modo prejudicial a um determinado ator social. Contudo, esse tipo de pesquisa é tão comum que muitas investigações tratam os assuntos da mesma forma, com pouco apuro metodológico, mudando apenas a temática abordada ou os veículos jornalísticos.

Numa segunda categoria, o pesquisador se volta para “formatos, gêneros e linguagens” para definir teoria da notícia como teoria do jornalismo. Considerados como determinantes na forma de produção jornalística e no jogo textual da manifestação dos conteúdos, os formatos e os gêneros, quando trabalhados descritivamente, servem mais para classificar os textos e evidenciar suas variantes tecnológicas que necessariamente auxiliar na compreensão do jornalismo em seu potencial teórico. Em muitos desses trabalhos são pesquisados os formatos em que estão assentados os diferentes textos jornalísticos, a disposição desses textos, a divisão em editorias, os gêneros, a posição das imagens (no espaço e/ou no tempo), os infográficos, as complementações com som, cor, corte e enquadramento etc. Quanto aos gêneros mais especificamente, é preciso destacar aqueles trabalhos que estão mais preocupados em classificar os textos em opinativos e informativos (e os gêneros intrínsecos a cada um deles) que compreender como e por que tais textos estão nos jornais. Outros estudos encontrados nessa modalidade de pesquisa são aqueles que explicam mais o objeto de uma editoria (economia, política, ciência, etc.) que o modo com que o jornalismo se relaciona com os outros campos sociais. Existem, ainda, trabalhos que tratam da linguagem do jornalismo, da estruturação dos textos informativos, dos recursos narrativos mais utilizados, configurando-se, na maioria dos casos, em análises gramaticais, semânticas ou com base na filosofia da linguagem para descrever como é e deve ser o texto jornalístico. Essas investigações têm por objetivo explicar a estrutura da notícia, a lógica da informação e as diversas interpretações semânticas da retórica.

Um terceiro conjunto de teorias investe na descrição do processo de produção da notícia, sendo frequentes os estudos de rotina e

investigações sobre comportamento das redações. Firmando-se na sociologia das profissões como matriz teórica, essas pesquisas estão preocupadas em caracterizar a atividade dos jornalistas, as pressões que sofrem nas redações (BREED, 1955), as limitações impostas a eles, tentando explicar por que as notícias dos grandes veículos se apresentam da maneira como se apresentam e buscando razões na pressão no tempo, na hierarquia, no jogo de forças entre repórteres e editores, na dependência de releases, na influência da publicidade sobre pautas e diagramação (GANS, 1979; TUCHMANN, 1978). Destacam-se ainda as investigações sobre como as novas tecnologias modificam e interferem na prática do jornalismo, assim como modificações no controle das organizações administrativas, nas políticas editoriais, nas rotinas e nas demais estratégias relacionadas ao processo e condições de produção. Muitas pesquisas sobre os processos de produção da notícia – principalmente aqueles que utilizam os estudos da rotina de produção – incorrem no equívoco de somente descrever as atividades que observam na redação e tomar essas notas como os principais dados comprobatórios de suas hipóteses. O resultado de muitos trabalhos que seguem essas abordagens são conclusões óbvias, tais como: o editor interfere na pauta; as matérias caem quando há publicidade para a página; os jornalistas precisam realizar matérias que não firam a imagem da empresa na qual trabalham, etc. Muitas das conclusões não são, portanto, jornalísticas, mas administrativas, da área de gestão de empresas. Por vezes, nem o imperativo ético, que poderia justificar as obrigações e o dever-ser do jornalista, aparece como contraponto para as considerações finais. Se é importante explicitar as rotinas e as condições administrativas das empresas, tais conclusões não podem ser tomadas como generalizações, a ponto de definir teoria do jornalismo a partir delas.

E, por fim, os estudos que querem verificar os efeitos causados pelo produto jornalístico ou as particularidades de determinadas audiências. A partir de forte vinculação com o campo da política, esses estudos estão, inicialmente, interessados nos impactos das campanhas eleitorais sobre o eleitorado, mas a temática tratada nos estudos dos efeitos hoje já é bem extensa. Os estudos de audiência vêm com a marcação do debate mercadológico. De qualquer modo, o foco está no caráter persuasivo do jornalismo, do poder da imagem do quê ou de quem está na imprensa, nos jogos políticos inerentes ao interesse público, nos conflitos e mudanças de comportamentos e valores. Muitas vezes, esse tipo de abordagem centra-se em análises mecânicas, tentando achar quais as maneiras de noticiar que mais se enquadram

num certo tipo de reação mais comum, fazendo disso uma teleologia para o jornalismo. Tal modo de encarar a atividade do jornalista e o processo de leitura do receptor resulta quase sempre em abordagens instrumentais, de pouco fôlego para compreensão teórica do fenômeno jornalístico, já que o jornalismo é concebido mais como meio para um receptor inativo.

Já as investigações que privilegiam o dever ser (e o que jornalismo não deveria ser) apresentam-se como (a) o reforço da deontologia profissional; (b) a busca pela demarcação de um tipo ideal de narrativa jornalística; (c) a denúncia da instrumentalização do jornalismo a favor do mercado, definindo que o modo como o jornalismo é realizado deturpa as informações diante de um potencial do político, do científico, do artístico, etc.; (d) a recuperação de ideais racionalistas de esclarecimento como tentativa de (re)construção de um *ethos* da profissão cindido pela prática das grandes empresas de comunicação.

Os estudos que justificam a teoria do jornalismo pela deontologia apresentam-se como uma forma de defesa da especificidade da profissão, fazendo do reforço de compromissos éticos tais como a verdade, a objetividade e a neutralidade uma orientação para o comportamento dos profissionais e o reconhecimento da autoridade cultural deles pelo público (WINCH, 1997). A consequência desses trabalhos é uma constante afirmação do ser do jornalismo a partir de tais pressupostos éticos para garantir a orientação profissional e, ao mesmo tempo, assegurar as fronteiras de reconhecimento por parte do público⁸. Por vezes, o imperativo prático da ética profissional é transformado em ponto de partida e/ ou de chegada para as pesquisas em jornalismo, facilitando a tarefa teórica, mas dificultando o avanço epistemológico.

Outra característica desses estudos é discutir como deve ser escrito o texto, os “instrumentos narrativos” que devem ser colocados para atingir um determinado fim. Para alguns autores como Hohenberg (1981) e Erbolato (1978), o jornalismo define-se com a separação dos textos informativos dos opinativos. Essa modalidade de pesquisa destaca critérios para a narrativa informativa tais como a objetividade, a neutralidade, a imparcialidade, a omissão de adjetivos frente à subjetividade, relegada à seção de opinião. Esses textos consubstanciam-se como manuais, dando dicas do que o jornalista deve ou não deve escrever. Contra o método objetivo da escrita, o modo

⁸Exemplo desse tipo de texto é o *Elementos do Jornalismo* de Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003).

direto (como *lead* e *sublead*) e a primazia na cópia do fato, existe o contraponto (por vezes também redutor) de abordagens que defendem a subjetividade - o uso de adjetivos, a constituição cronológica do texto ou mais voltada para a narratividade - como saída para uma prática que não seja alinhada ao *status quo*.

A terceira categoria das teorias chamadas aqui de idealistas vincula o jornalismo ao capitalismo, relaciona as características do texto informativo jornalístico às da mercadoria e destaca que o modo de tratamento dos assuntos atende à manutenção do *status quo* e o elogio incontestado do mercado. Tal abordagem destaca a organização econômica hegemônica, a questão dos conglomerados, a intromissão das esferas de poder na produção da notícia e acusam o jornalismo de conivência com essas situações. Ciro Marcondes Filho (1986), por exemplo, aponta que os elementos da notícia tais como o destaque, os títulos, as manchetes, têm o único objetivo de vender. Por isso, o jornalismo deturparia a cultura e o conhecimento.

Por sua vez, alguns pesquisadores buscam recuperar um ideal de esclarecimento a partir da constatação de um dever ser do jornalista. Silvia Moretzohn (2007), por exemplo, aponta que o jornalismo possui a missão de esclarecer a população e os jornalistas precisam recuperar essa teleologia em sua prática cotidiana. Em uma rica construção teórica que almeja essa teleologia, Moretzohn transforma seu texto em um contra “manual de redação”. O texto explica como fazer bom jornalismo. Entretanto, pensando na expansão de um conceito que não se restrinja apenas ao fazer da profissão, mau jornalismo também é jornalismo, pois os diversos atores sociais e o público em geral acessam a realidade através dessa prática. Para constituir fundamentos e pensar teorias, o dever ser da profissão não pode significar o lugar de partida do jornalismo, mas sim a operacionalização, *a posteriori*, de um sentido prático do profissional frente à compreensão ampla do campo em que está inserido.

Recapitulando, as pesquisas em jornalismo de características empiristas e idealistas fundamentam-se na constituição de uma teoria da notícia (ou crítica a ela), no reforço e estabelecimento de regras deontológicas ou nos impactos ideológicos e efeitos (tanto como busca instrumental da prática, quanto pela consideração do jornalismo como manipulação). Apesar da dinamicidade de abordagens e da mescla de características que muitos dos estudos apresentam, em muitas o jornalismo como objeto de estudo ou como teoria torna-se secundário. O conceito de jornalismo é usualmente adaptado para o problema de

pesquisa, não sendo considerado um objeto que exige abordagens que expliquem especificamente sua dinamicidade.

Para criticar os grandes conglomerados de mídia, a falta de uma política democrática de comunicação ou a falta de acesso das pessoas à produção simbólica da imprensa, muitos autores reduzem o jornalismo a uma mercadoria. Outros, interessados nos impactos das campanhas eleitorais, no caráter persuasivo do jornalismo, do poder da imagem de quem está na imprensa, nos jogos políticos inerentes ao interesse público, focam em análise mecânicas, tentando achar quais os modos de noticiar que mais se enquadram a um tipo de reação mais comum, fazendo disso a definição de jornalismo. Entre as abordagens, o conceito de jornalismo é usado para defesa de classe dos jornalistas e, em outros, para dizer que esse conceito de jornalismo não se efetiva na prática justamente por causa da atividade desses mesmos jornalistas (ou das empresas que fazem parte).

O que muitas vezes se observa nos estudos – principalmente nos estudos empiristas que descuidam da formulação conceitual - são combinações dos modos aqui relatados, buscando estabelecer modelos comunicativos, vetores de influência, organogramas administrativos e até fórmulas matemáticas. Esbarram em impasses mesmo as mais bem intencionadas pesquisas que, fugindo de fórmulas, se arriscam igualmente em teorias totalizantes. São aquelas pesquisas interessadas em análises globais dos processos jornalísticos e que se dedicam a trabalhar contra a fragmentação do processo e recuperar o dinamismo perdido nas abordagens das clássicas etapas pelas quais tradicionalmente são pensados os processos comunicativos (emissão-produção, mensagem-discursos, meios, efeitos-recepção) (STRELOW, 2007; ALSINA, 2007). Assim também o faz Sousa (2004), direcionando toda a análise do jornalismo para uma observação do modo de produção, organização, materialização e recepção da notícia.

A concepção de que a notícia resulta da soma de ações pessoais, organizacionais, extraorganizacionais, históricas, sociais não particulariza o jornalismo, pois, se colocado outro bem simbólico no lugar da notícia, a fórmula seria igualmente correta. Ou seja, a peça publicitária também resulta da soma daqueles fatores, a novela, o programa de entretenimento. Por outro lado, mesmo se a notícia for definida como o gênero por excelência do jornalismo, como sinônimo de novidade, como a aparência mais próxima do real, como a expressão referencial que responde às seis perguntas do *lead*, ainda sim, essas definições parecem não explicar a complexidade do jornalismo.

O jornalismo, como se quer conceituar aqui, não é formado pela soma de fatores, mas estabelece um corte sobre cada um desses fatores realizando um direcionamento que seria seu. O que se quer propor diante de tantas características esboçadas sobre o que é o jornalismo, é que um conceito possível dessa atividade não é resultado da soma de causalidades sintetizada na notícia. Entende-se aqui que o jornalismo só pode ser demarcado a partir dessa própria força de síntese, visto que ela é o corte particular que o campo estabelece no mundo. Assim, o texto jornalístico, independente do gênero ou da forma de narrativa, é a materialização dessa força sintética, mas não seu resultado final. O texto seria o ponto nodular que é atravessado pelo jornalismo e o dispositivo de mediação da atuação do jornalista, do público, da fonte e dos demais atores envolvidos nessa prática. Dizer que a notícia é o jornalismo incorre em outra redução quando a primeira é conceituada apenas como gênero.

O jornalismo também não pode ser definido apenas a partir da atividade profissional, habilitação ou técnica, assim como o direito não é somente atividade profissional, nem a medicina ou a economia. Ainda que as atuações do repórter, do redator ou do editor sejam importantes para a constituição da materialidade do jornalismo, eles não são a gênese da força do jornalismo, nem estão na totalidade do processo de ação dessa prática. O jornalista opera numa posição constituída ao longo da história para exercer a prática do jornalismo. Com um texto que lhe subjaz e que diz quem ele é, o jornalismo cria o jornalista. Se as regras deontológicas e técnicas são importantes na medida em que permitem ao público uma maior fiscalização e qualidade na atividade do profissional, não se pode fazer delas o conceito de jornalismo ou fundamentar apenas nelas um caminho epistemológico. O jornalismo indica pressupostos éticos a partir da natureza de sua força de síntese, podendo-se afirmar que essa atividade pressupõe uma ética que merece ser estudada com atenção. O que é diferente de considerar a ética jornalística como sua essência, como a única definição possível ou a própria teoria do jornalismo.

Em um último aspecto, cabe mais uma vez refutar a perspectiva de alguns escritos que unificam jornalismo e capitalismo fazendo daquele nada mais do que um reflexo deste (MARCONDES FILHO, 1986). Para isso, Genro Filho (1987, p. 114) possui uma resposta categórica: “no capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada – se me permite João Cabral. Ou seja, de modo flagrante, evidente e doloroso. Nem por isso fruto será sinônimo de espada”. Assim como qualquer área de

conhecimento, qualquer prática profissional, qualquer ideologia, religião, enfim, tudo pode ser usado de maneira a contemplar desmandos políticos ou imperialismos econômicos. A prática do jornalismo através da troca de informações constantes é um dos fatores para a interconexão do capital, assim como os desígnios comerciais ajudam a expandir o jornalismo. O que é diferente de dizer que um e outro são da mesma natureza.

Por fim, entre os trabalhos de língua portuguesa estudados, é a teoria de Adelmo Genro Filho (1987) que implica a maior reflexão sobre a abordagem teórica do jornalismo estabelecida até agora. Especificamente porque é possível induzir que a definição dada por ele de jornalismo constitui a possível explicação para o que foi chamado aqui de uma transversalidade de visão. O debate com suas ideias fornece um pano de fundo para a aproximação da perspectiva teórica estabelecida até agora com a prática concreta do jornalismo. Propõe-se então o estudo sistemático do conceito de singularidade, visando uma primeira proposta para pensar o jornalismo teoricamente.

1.1.1 Abertura 1: o conceito de singularidade

A proposta teórica de Genro Filho (1987) possui o mérito de expor os limites de uma visão instrumental positiva e de uma crítica niilista do jornalismo. Para isso, acredita no jornalismo como uma atividade que não se limita ao modelo capitalista, que não trabalha apenas para alimentar o status quo e que possui uma importância política e social. Essa busca por compreender o fenômeno jornalístico é permeada pela concepção do jornalismo como uma forma de conhecimento. O interesse no texto de Genro Filho é perceber como o autor forja uma categoria que atende a uma conceituação mais ampla do que seja jornalismo. Nesse aspecto, o caminho sugerido pelo autor é seguido no intuito de estudar possíveis fundamentos para o jornalismo, ao mesmo tempo em que esse mesmo caminho é questionado na busca de soluções que atendam ao objetivo aqui proposto. Ao fim, sugere-se um deslocamento ao conceito de singularidade proposto pelo autor, à guisa de uma hipótese. Mas, antes disso, é importante discutir alguns aspectos do percurso do autor e de apropriações de seus conceitos realizadas por outros pesquisadores.

Seguindo a orientação teórica marxista, não é na visão do “estar” do jornalismo que Genro Filho estabelece sua teoria, mas no movimento do “dever estar” dessa atividade, que configura, na verdade, o potencial da sua natureza. Contudo, diferentemente de outros autores marxistas como Cremilda Medina (1978) e Ciro Marcondes Filho (1986), Genro Filho não vê na singularidade, na busca pelo acontecimento, pelo novo e pelo que é de maior destaque o “estar” do jornalismo, mas o próprio “ser” do jornalismo. Para uma crítica marxista, esse deslocamento de Genro Filho poderia configurar-se como uma naturalização, uma reificação da aparência como real, não levando em consideração o movimento dialético que leva ao concreto, no caso, todo o contexto ilusório do capitalismo que se consubstancia na notícia. A resposta do autor veio sob a concepção de singularidade. Tomando a teoria hegeliana via Lukacs, o autor insere a dialética na discussão, revelando na singularidade jornalística um potencial particular e universal. Nesse caso, Genro Filho desloca a discussão política da singularidade propriamente dita para a relação dessa com a particularidade e a universalidade. O que significa dizer que não é apenas na estrutura do *lead*, da manchete e dos fatos de destaque que a discussão política e a potencialidade revolucionária deve ser travada, mas no direcionamento deles a uma particularidade política e a uma universalidade ética.

A categoria singularidade concede à teoria marxista de Genro Filho um caminho duplo. Por um lado permite a explicação do jornalismo a partir da materialidade de sua produção, no caso, a partir dos textos, da estrutura das matérias, dos critérios de noticiabilidade etc. Por outro, incide sobre a postura do jornalista em relação ao contexto e a uma ética imanente. Tomando de Kant o idealismo da razão prática e trazendo-a para a materialidade das ações cotidianas e políticas, Genro Filho indica um “dever ser” do jornalista, já que este deve realizar um constante exercício de esclarecimento através de seus textos. Portanto, a singularidade proposta por Genro Filho constitui-se em uma força de síntese que une as características dos produtos jornalísticos com o estabelecimento de uma conduta ética do jornalista. A singularidade torna-se material no texto e nas ações do jornalista e categórica (abstrata) no vínculo que une essa materialidade. Assim, estaria consumada uma teoria do jornalismo e teoricamente justificada sua estrutura marxista.

O estudo da cristalização do singular aponta para muitos questionamentos, alguns deles tratados por Genro Filho. Muitas das dúvidas podem ter suas respostas a partir da conceituação que a singularidade recebe na teoria proposta. A cristalização do singular se dá

a partir de uma forma do texto jornalístico ou está no conteúdo por ele tratado? Os critérios de noticiabilidade não seriam uma particularização ou universalização dessa relação singular do jornalismo? Como o *lead*, caracteristicamente descritivo, torna-se o epicentro do singular e dispositivo para a teoria do jornalismo? Como que o impacto estético da narrativa ficcional e do imagético são entendidas no conceito de singularidade? Essa teoria só pode ser aplicada ao texto informativo? Em que medida o opinativo possui a dimensão do singular, visto que ele também é jornalístico?

Seguindo o que aponta Genro Filho (1987, p. 195), a ação do jornalismo caminharia do universal para o singular e o texto jornalístico faria o caminho de volta, tendo como fundamental a particularização e por horizonte o universal. Portanto, trata-se de um método dedutivo na averiguação dos fatos e indutivo em sua exposição. A centralidade da singularidade se dá como lugar final de toda a produção jornalística, tanto da pauta, quanto das rotinas de produção, da política editorial e dos critérios de noticiabilidade como forma de enquadramento. Nesse caso, tais ações são parte da particularidade do jornalismo enquanto prática, determinadas pela sua história, pela estrutura da redação, pelo espaço e pelo tempo em que o jornal está inserido. Em outro aspecto da visão do autor, a preocupação do jornalista em olhar para a singularidade com um imperativo ético e um interesse crítico frente ao capitalismo representa, respectivamente, a universalidade e a particularidade. Essa preocupação interfere diretamente na formulação da pauta, no modo de apuração, na escolha das fontes e das vozes que constituirão o texto.

Por outro lado, a singularidade apresentada pelo destaque no texto é o dispositivo do conteúdo em seu poder de indução, de possibilitar transformações na sociedade a partir da exposição de acontecimentos. O singular está na conformação da materialidade do cotidiano com as categorias da apuração jornalística. Essa seria a cristalização no singular. O singular, portanto, é a forma do jornalismo e não o seu conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p. 81). Tal consideração autoriza a pensar os critérios de noticiabilidade no processo dedutivo de captação desse singular, e estando representados pelo poder de “gancho” que um fato possui com um assunto contextual e um interesse humano. Assim, os critérios fazem parte das ligações que permitem a relação do singular com o particular e o universal.

Esse lugar de encontro do final da dedução produtiva com o início da indução informativa é preenchido por Genro Filho (1987, p. 196) pelo *lead*, definido como “princípio organizador da singularidade”.

Para analisar essa proposição, cabe uma rápida reflexão sobre as perguntas do *lead*, comparando-as com as categorias básicas de Aristóteles (2005), para, na sequência, esmiuçar esse epicentro da singularidade. No *Organon*, Aristóteles (2005, p. 41) aponta que cada uma das palavras ou expressões não combinadas que existe na linguagem responde às seguintes perguntas: o que (a substância), quão grande, quanto (a quantidade), que tipo de coisa (a qualidade), com o que se relaciona (a relação), onde (o lugar), quando (o tempo), qual a postura (a posição), em que circunstâncias (o estado ou condição), quão ativo, qual o fazer (a ação), quão passivo, qual o sofrer (a paixão).

O *lead* jornalístico possui alguns dos elementos básicos propostos por Aristóteles. O que, quem, quando, onde, como e por que são perguntas que buscam captar o que há de mais elementar em um determinado fato do cotidiano. Essas perguntas, como já visto, estruturam a cópia do acontecimento. Pode-se dizer que “o que” é a pergunta sobre a própria substância do fato. O “quem” não possui correspondente nas categorias básicas de Aristóteles visto que se trata uma pergunta subsumida ao o que. O “quem” representa o interesse humano com que o jornalismo dá nome aos seus personagens e responde a uma parte do fato, já que esse é, em sua maioria, obra humana⁹. Para Aristóteles, o “quem” está dentro de “o que”, porque o homem é uma substância da natureza. O “quando” e o “onde” estão em relação direta com a proposição de Aristóteles, e possuem vínculo jornalístico na intuição natural de que todo fato acontece em um espaço e tempo. Esses dois elementos são, praticamente, imperativos categóricos do jornalismo (ao modo kantiano), visto que respondem a uma intuição natural em que os fatos ficam assentados. A ação e a paixão propostas por Aristóteles estão diretamente relacionados com os verbos, por isso mesmo, estarão sempre presentes no *lead* jornalístico. A quantidade e a qualidade estão entre os elementos que sempre aparecem no texto jornalístico, ainda que os manuais de redação apontem que o jornalista deve evitar adjetivos e advérbios. Em muitas matérias, o mais importante e singular não é o fato propriamente, mas o número de pessoas envolvidas ou a qualidade desse fato. O “como” do *lead* jornalístico tem por função conectar todos os elementos já citados em busca da pormenorização do fato. Ele está vinculado diretamente com as circunstâncias e com a posição. A posição seria a unicidade que uma substância possui em um lugar e tempo determinados, envolvendo uma qualidade intrínseca e com uma projeção

⁹ O jornalismo está tão preocupado em perceber o interesse humano nos fatos que na maioria dos casos em que não há intervenção do homem, ele humaniza as ações da natureza.

para a relação que estabelece. Se o “como” serve para singularizar ainda mais os demais elementos do *lead*, o “por que” vincula esse fato com os outros fatos e a um contexto que o antecede. Tal pergunta do *lead* possui a propriedade de particularizar esse fato, de justificá-lo e de lançar luz sobre novos problemas, novos fatos encadeados ao primeiro. O “por que”, inferindo a partir do que Genro Filho propõe, estabelece a conexão de um caso singular com a particularidade e a universalidade. O “por que” é o espaço discursivo em que particularidade e a universalidade irão se alojar no seio da singularidade.

Todos esses elementos estão claramente dispostos em um texto jornalístico, assim como estão em qualquer narrativa. O que diferencia o jornalismo estruturado pelo *lead* é uma prevalência de destaque para o que sobre as demais perguntas. É uma preferência dessa forma pela mimese estrutural do fato, a substância do acontecimento, uma naturalização do que é externo ao texto. No *lead* todos os outros elementos contextualizam e compõem o que em sua materialidade de fato. Contudo, uma ressalva importante, a partir do que diz Genro Filho, precisa ser feita a essa afirmação. O como e o por que extrapolam o *lead* como potencialidade. Os textos que evidenciam mais o como sensacionalizam a matéria, visto que a singularizam ainda mais. Os que se preocupam mais com o por que tendem a particularizar o fato, contextualizá-lo. Genro Filho concede ao *lead* o título de epicentro do singular desde que a explicação do contexto esteja em seu horizonte imediato. No por que, o debate deontológico se materializa no texto e é aí que se localiza o potencial político revolucionário do jornalismo que quer Genro Filho. O por que localizado na singularidade característica do jornalismo e no seu epicentro pode servir para indiciar o concreto diante do superficial e naturalizado o que.

Diante da demarcação da estrutura formal, a proposta teórica de Genro Filho parece comprovar que o jornalismo informativo é um tipo de conhecimento que volta sua produção para a singularidade. Porém, essa mesma singularidade está envolvida numa prerrogativa da ação do jornalista que precisaria particularizar o fato. Tal ação deixa uma questão importante, visto que seria a singularidade um tipo de conhecimento que demarcaria a ação jornalística ou seria a particularidade que realmente determinaria o conhecimento, sendo a singularidade um elemento estético ou retórico que apenas dá a forma ao texto, servindo apenas como adereço?

Liriam Sponholz (2007, p. 7) indica que o conhecimento do jornalismo no ato da produção está caracterizado pela busca constante por singularizar o fenômeno, de torná-lo único, dando nome às pessoas,

apontando a unicidade do fato, descrevendo suas circunstâncias peculiares para compor a manchete e a estrutura do texto. Todavia, o jornalismo informativo diário não torna o fato único, a não ser na sua relação com o espaço e com o tempo (como já propunha Kant denominando a ambos como imperativos categóricos da sensibilidade). As pessoas recebem seus nomes, mas ainda estão envolvidas por uma narrativa generalista. Tomando o exemplo da pesquisadora, “Pedro Silva, motorista de caminhão, 35 anos, pai de dois filhos, com uma jornada de trabalho de 16 horas por dia, se acidentou na rodovia BR-X, que se encontra em um estado precário e não sofre reparações desde 1985”. Pedro Silva está consideravelmente subsumido a um texto que está mais preocupado com a situação dos motoristas que trabalham 16 horas e daqueles que viajam por uma rodovia que não recebe manutenção do governo. O caso dele é mais exemplar de uma situação generalista que singular em sua dimensão de conhecimento. O acidente não é encarado como um fato que acontece sem uma repetição (provavelmente a sequência da matéria é direcionada para outros casos de caminhoneiros que trabalham 16 horas por dia e de acidentes que acontecem na mesma estrada).

Ao contar a história de Pedro Silva, o jornalismo recupera a história de milhares de caminhoneiros que vivem a mesma situação e de milhares de motoristas que sofrem com os mesmos riscos e com as consequências da falta de conservação da estrada. Os detalhes do acidente evidenciam o que a falta de uma regulamentação para a carga horária de trabalho diária causam e o dano que um buraco na estrada provoca. O caso dele é singularizado para chamar a atenção para os problemas particulares. Já o ano de 1985 como a data da última reforma chama a atenção do leitor não só por ser o por que do acidente, mas também por ser o como do por que. Ou seja, há mais singularidade no contexto que no acidente.

Outro exemplo trazido por Sponholz (2007, p. 8), é o caso de uma entrevista com três pessoas desempregadas para contar suas histórias, mostrar como elas perderam o emprego e como estão vivendo essa situação. Os casos dessas pessoas, no jornalismo informativo, servem muito mais para ilustrar a situação de milhões de pessoas que passam pela mesma situação. Matérias com esse viés ilustrativo são muito comuns no jornalismo e atentam para problemas estruturais. O por que é o *lead* que motiva a matéria e o que está subsumido a ele. É possível demonstrar que, ainda que a entrada da notícia seja pela singularidade de um fato, o conhecimento que o jornalismo quer transmitir, muitos casos, está na particularidade, na regularidade com

que o fenômeno acontece. Nesses casos, a singularidade tem característica retórica: a de ser dispositivo para justificar uma intenção maior.

Existe ainda uma ligação muito forte entre a singularidade e os *fait divers*. Charles Dana, editor de jornais do início do século passado, afirmava que uma boa matéria é aquela que provoca sensações no leitor. E tais sensações, como atesta Hughes (1940), são, em grande medida, as armas que o jornalista possui para conquistar mais leitores atraindo a atenção para fatos de relevância que precisam ser discutidos. Humanizar um fato em alguns casos é resgatar no acontecimento as circunstâncias que singularizam o quem da notícia, buscando aproximar o leitor pela máxima do “poderia ser com você”. Em outros, é transmitir curiosidades e amenidades que tenham por objetivo entreter, informar e emocionar, como o caso do cachorro que salvou a menina do incêndio ou de uma prática cultural dos moradores de uma cidade italiana que passam um dia todo numa frenética guerra de tomates.

Com o objetivo de sensibilizar e chamar a atenção, os jornais impressos estadunidenses do final do século XIX passam a realizar grandes chamadas, trabalhar a diagramação para dar mais destaque a um tipo de matéria que a outra, definir uma capa e estampar grandes fotos nela. Essa forma não se restringe apenas aos dias em que um grande acontecimento irrompe, mas torna-se regra e direciona toda a produção do jornalismo. Mesmo que as matérias não sejam factuais, elas passam a receber essa fórmula de apresentação: manchete e foto na capa, título, gravata, hierarquia na página, abertura e *lead*. Tudo para cristalizar o texto no singular, ainda que o fato não tenha essa dimensão. Como ilustra Lippmann (1922, p. 183), para conseguir as notícias, os jornalistas particularizam o espaço do jornal e o modo de apuração das matérias a partir de editoriais. Alguns repórteres cobrem as instituições de decisão política, outros as delegacias, outros a bolsa de valores etc. Essa fórmula geral permanece no jornalismo até hoje independente do meio tecnológico pelo qual o jornal é veiculado. Mesmo quando não há acontecimentos novos, a editoria possui matérias informativas e a maioria é contada como singularidade.

Todas essas colocações servem para questionar, dentre as matérias informativas, como a singularidade estrutura logicamente o jornalismo. Em alguns casos, a singularidade está apenas na estrutura de texto e serve para os jornalistas justificarem a retórica de atualidade, unicidade e importância. Em outros, o jornalista busca casos unívocos com a intenção de ilustrar uma determinada particularidade. Aqui, a singularidade não está nem em uma visão teleológica, visto que a

finalidade do conhecimento não está no exemplo, mas no contexto. Na maioria das questões particularizadas, inclusive, o jornalista destaca a singularidade de um caso com o intuito de sensibilizar o leitor, colocando o interesse humano como prerrogativa do destaque. E, em outras circunstâncias, a singularidade está na evidência de uma situação particular e contextual que inusitada precisa ser informada para o público.

Genro Filho aponta que para além das estruturas de texto e do modo de produção das informações, a singularidade é o caminho que o conhecimento exerce. Até esse ponto, a colocação do autor torna-se válida para a proposta aqui empreendida. Contudo, a justificação da cristalização do singular pelo viés apenas da produção do jornalista e em seu texto parece não ser regra. O jornalismo também transmite conhecimento particular e universal transformando a singularidade em um momento de exposição para se atingir o objetivo primeiro. Ao deslocar o olhar apenas do texto jornalístico para toda a relação que envolve apuração, redação e leitura, a singularidade recebe outra dinamicidade.

Importa verificar ainda se ele compreende a notícia como gênero específico ou como uma intriga particular do jornalismo que está presente em todos os textos jornalísticos independente do gênero. Considera-se aqui o gênero notícia como um tipo de texto informativo com uma estrutura linguística construída para privilegiar a informação impessoal, referencial, factual e nova. Por sua vez, a notícia sendo uma intriga de todas as modalidades de texto jornalístico pode ser conceituada como a capacidade de estabelecer uma relação de novidade entre o objeto narrado e o público leitor em um determinado contexto através de um produto jornalístico (jornal, revista, radiojornal, telejornal, sítio de notícia, etc.) e em qualquer gênero ali disposto que tenha por objetivo maior a informação. Pode-se dizer que na primeira concepção a notícia é um tipo de fôrma na qual o conteúdo é encaixado para ser lido pelo público; já na segunda, a notícia seria um conceito abrangente que figuraria como o motivador de toda a prática jornalística: da atividade profissional, do texto (e sua variedade de gêneros), dos leitores e dos demais agentes.

O autor considera a notícia diária “a unidade básica de informação do jornalismo”. Genro Filho preocupa-se em descrever a notícia ao caracterizar o *lead* como sua estrutura básica e em propor uma teoria da notícia ao fundamentar que a notícia caminha do singular para o particular. Nesse caso, ele acredita que “o triângulo equilátero fornece o modelo da estrutura epistemológica da menor unidade de informação

jornalística: a notícia diária”. A igualdade dos três ângulos desse triângulo indicaria um equilíbrio entre a singularidade, a particularidade e a universalidade. Independente da ideologia existe um grau mínimo de conhecimento objetivo que é proporcionado por esse equilíbrio.

A notícia diária, indubitavelmente, é um gênero. Contudo, essa relação equitativa entre a singularidade, a particularidade e a universalidade constitui um modelo para o entendimento dos demais gêneros. A metáfora de Genro Filho infere que todos os gêneros se afastam em certa medida da natureza jornalística conforme se afastam da notícia diária que apresenta o fenômeno e o contextualiza adequadamente. A reportagem pode ser representada com um triângulo de base mais larga, porque a contextualização é maior. A periodicidade também interfere, já que uma notícia semanal ou mensal também terá a base do triângulo maior. O autor não cita o gênero opinativo e a entrevista também não é lembrada.

É importante notar que para Genro Filho (1987, p. 66) a singularidade e a particularidade estão assentadas no eixo de um discurso objetivo da realidade e da imitação estrutural da ação (RICOUER, 1983, p. 89), ou seja, fortemente assentado na referência. Essa postura do autor é demonstrada quando confrontada com o texto jornalístico opinativo que também pode revelar um fato e contextualizá-lo a partir de argumentos não necessariamente objetivos. Uma charge consegue, ao mesmo tempo, representar um fato que aconteceu, ter uma grande carga contextual e ainda provocar o riso. Uma entrevista com pessoas que passaram por circunstâncias de guerra tem o poder de revelar fatos e ser notícia à medida que revela um mundo simbólico que se torna mais notícia que um novo ataque.

Tomando por base o que fala o autor, mas justificando sua concepção de modo mais amplo, a singularidade dos fatos jornalísticos não está apenas na estrutura da ação caracterizada pelo *lead* e pelo gênero notícia, mas, também na capacidade de o jornalista articular essa ação reconhecendo a carga simbólica que lhe é subjacente. É na singularização de aspectos simbólicos que constituem o fato que o jornalismo investigativo e a reportagem demonstram importância, que o texto de opinião traz a polêmica, que a charge sintetiza com humor a contradição, que a crônica revela consequências que a notícia não prevê.

O que se está tentando realizar é um possível corte no vínculo estabelecido pelo autor entre o caminho da formação do conhecimento jornalístico, a estrutura modelar do seu texto e os seus critérios de hierarquia para publicação ou não de um fato. O que se quer demonstrar

diante de uma imensa produção jornalística, com uma variabilidade de gêneros e formatos, com temáticas diversas, com a segmentação, com a proliferação de fontes alternativas para a produção e circulação de informações, com novos recursos estilísticos e de reportagem é que a singularidade teria uma potencialidade muito mais ampla se articulada a todos os gêneros textuais do jornalismo. Isso pode acontecer diante de um deslocamento a partir da situação proposta acima, hipotetizando que a concepção de particularidade e universalidade trabalhada por Genro Filho quando trazida para ilustrar o potencial simbólico do fato reportado gera uma outra singularidade, que é chamada aqui de segunda singularidade.

A segunda singularidade pode ser conceituada como aquela que é responsável por despertar o interesse do leitor, dirigir a atividade do jornalista e dinamizar o texto jornalístico à sua intriga peculiar (que talvez possa ser chamada de notícia). A singularidade do jornalismo (segunda singularidade) não seria apenas o fenômeno, mas o fato enquanto impacto sobre a sociedade. A singularidade projeta-se como uma relação, como um eixo que é alcançado quando um determinado fato concreto (não só em sua manifestação fenomênica) é revelado em sua capacidade singular de provocar no público um exercício de mediação (de transformar as informações trabalhadas pelos jornalistas em ações no cotidiano).

Ainda assim, a singularidade só pode conseguir uma justificação como uma das categorias jornalísticas quando o jornalismo não é definido apenas como a prática dos jornalistas, mas como um processo que se legitima e existe na relação entre o texto jornalístico (independente do formato), o leitor de jornal e o trabalho dos jornalistas. O jornalismo seria uma transversalidade, ou seja, ele não se limita às características do seu texto, mas lhe dá as características; não é o resultado do trabalho dos jornalistas, mas forma o lugar de atuação, as diretrizes de sua ação e reconhece o resultado do seu trabalho; e está fortemente ligado por um processo de reconhecimento do leitor que acessa o jornal com um conhecimento que é, ele próprio, jornalístico. O jornalismo seria por outro lado uma força de síntese, pois é o que une o texto, o trabalho dos jornalistas e os leitores num modo unívoco e determinado de conhecer a realidade.

A teoria de Genro Filho estabelece uma potencialidade maior que a própria intenção proposta por ele que era a de explicar a prática profissional dos jornalistas e a estrutura dos textos noticiosos a partir de um sólido processo de abstração. O que o conceito de Genro Filho (o jornalismo é uma forma de conhecimento fundamentada na

singularidade) proporciona é a constatação de que o jornalismo não pode ser abordado teoricamente centrando sua justificação apenas na produção do texto, no modo como a matéria se apresenta ou na conduta do jornalista. Antes, num processo de aprofundamento da teoria do jornalismo, é indispensável percebê-la como um eixo de transversalidade, que corta todas as relações que lhe são pertinentes e, assim, consubstancia sua forma de agir, de ser e dever ser. O conceito de singularidade de Genro Filho não indica apenas que a conduta do jornalista está indissociada do texto jornalístico, mas que o jornalismo é definido e define-se justamente no processo dessa associação. Assim, o conceito de acontecimento jornalístico ganha novos contornos que o tornam ainda mais pertinentes para as pretensões teóricas do jornalismo.

1.2 NARRATIVA JORNALÍSTICA

O jornalismo pode ser definido como a atividade de contar histórias verdadeiras sob a forma de narrativas. Pensar o jornalismo como narrativa e pensar sua especificidade deveria ser um caminho natural para toda teoria do jornalismo. Contudo, por narrativa ser associada às atividades de ficção, à subjetividade e à arte, por vezes permanece a defesa de que as estruturas narrativas não são pertinentes às abordagens epistemológicas. Ao contrário dessa visão, compreende-se que a narratividade para o jornalismo é fundamental para a compreensão de sua natureza. Principalmente para incluir a dinamicidade de suas diferentes estratégias narrativas ao mesmo tempo em que torna possível perceber quais marcas unificam os textos sob o auspício de jornalismo. Para realizar tal objetivo, recuperam-se as experiências da prática que aproximam a literatura da realidade do jornalismo e o jornalismo da ficcionalidade da narrativa, dando destaque para a evolução do romance em paralelo à reportagem. Em um segundo momento, retorna-se criticamente a algumas abordagens teóricas sobre o jornalismo, evidenciando o abandono da narrativa empreendido por elas e suas consequências. Posteriormente, será proposta uma compreensão do modo como se estrutura a narrativa descrevendo suas partes a partir do que propõe Paul Ricoeur (1983) para a história e a narrativa.

A partir do século XVII e, com maior evidência, no século XIX, a literatura passa por uma revolução. O surgimento do romance com a conseqüente aproximação das narrativas de ficção a temas sociais e culturais da realidade configuram um novo modo da sociedade ocidental

constituir imaginários. Vestígios dessa escrita sobre o real aparecem desde a proliferação de pequenos veículos que circulavam pelas cidades europeias e algumas norte-americanas contendo informações, textos opinativos, discussões, algumas fantasias e trechos fasciculados de textos literários. O romance desperta o interesse da literatura para as pessoas comuns, para as descrições, para a construção psicológica de personagens e acometeu leitores interessados em se identificar com personagens que remetessem à sua realidade. E, tangencialmente, pode-se dizer que a dinâmica do jornalismo contribui para essa aproximação entre o mundo dos escritores e dos leitores, entre a literatura e a vida cotidiana.

Como demonstra Raymond Willians (1969), a literatura é transformada e ajuda a transformar uma realidade em rápida mutação, ilustrando os problemas decorrentes da expansão das cidades, do inchaço populacional, das rápidas transformações políticas (retirando do centro das atenções a monarquia e a religião), da instituição de novas formas de atividade produtivas e de trabalho decorrentes da industrialização e da emergência de uma nova concepção de arte e cultura. Paul Ricouer (1984, p. 18) atesta que o romance estende consideravelmente a esfera social na qual se desenvolve a ação narrada. “Não são mais os grandes feitos ou os danos cometidos por personagens lendários ou célebres, mas as aventuras de homens ou de mulheres comuns que há de se retrair”.

O processo de construção do personagem e da composição da história a ser narrada entrelaça a complexidade psicológica à complexidade social (RICOUER, 1984, p. 19). Daniel Defoe, Victor Hugo, Honoré de Balzac, Leon Tolstoi e Machado de Assis são autores que primam em suas obras por construir personagens mergulhados em situações provenientes de um contexto social, político e cultural pertinente ao momento histórico em que tais obras são realizadas. As memórias de *Robinson Crusoe* são apresentadas da mesma forma que as verdadeiras memórias de um marinheiro naufragado. A perseguição a Jean Valjean em os *Miseráveis*, de Victor Hugo, retrata a vida dos trabalhadores; a verve artística de Lucien de Rubempré contrasta a composição da nobreza e a dinâmica da produção e crítica literária na França do início do século XIX.

Buscando compreender o surgimento do romance em uma ordem epistemológica da narratologia, Paul Ricouer (1984, p. 22-23) ressalta que essa busca do romance realista em trazer a realidade cotidiana para dentro da literatura traz em seu bojo, num primeiro momento, uma presumida confiança na função referencial da linguagem. A experiência

formal e o interesse majoritário à estrutura narrativa dão lugar à emergência e à necessidade da *verossimilhança*. Os escritores dedicam-se a pesquisar situações correlatas às suas histórias, buscando uma mimese crescente a situações da realidade, que permitissem uma maior fidelidade ao contexto de seus leitores.

Contudo, em um segundo momento, os próprios escritores notam a situação paradoxal na qual a imitação de situações sociais e psicológicas da realidade remete a composições cada vez mais convencionais. Isso desencadeia um movimento de alteração dos modos de escrever, com a elaboração de tramas mais complexas, mas, contudo, cada vez mais afastadas do real e da vida. A busca pelo refinamento da escrita para a constituição de uma fidelidade à realidade acaba concorrendo para a assunção da ficção, da “arte da ilusão”.

De fato, à medida que o romance passa a se conhecer melhor como arte da ficção, a reflexão sobre as condições formais da produção dessa ficção entra em competição aberta com a motivação realista por trás da qual, a princípio, ela se dissimulara. [...] Se, de fato, o verossímil não passa da semelhança do verdadeiro, o que é então a ficção, sob o regime dessa semelhança, senão a habilidade de um fazer-acreditar, graças ao qual o artifício é tido por um testemunho autêntico sobre a realidade e sobre a vida? A arte da ficção descobre-se, assim, como a arte da ilusão. A partir desse momento, a consciência do artifício irá minar por dentro a motivação realista, até se voltar contra ela e destruí-la (RICOUER, 1984, p. 24-25).

Transparece ainda como consequência desse segundo movimento da literatura (que possui correspondentes nas demais artes) um deslocamento da problemática, passando do caos da realidade, irrepresentável pela linguagem, para o da ficção, mergulhada em sua característica intrínseca de artificializar e convencionar. Se o objetivo antes era o de representar a realidade, agora ele passa a ser o de negar qualquer paradigma. Exemplos desse novo esforço podem ser traçados com a negação da identidade do personagem, como em *O Processo*, de Franz Kafka; pelo realismo fantástico imposto por Borges aos seus contos; ou pelos fluxos de pensamento e epifanias presentes nos textos de Clarice Lispector.

A proximidade temporal da emergência do romance da profissionalização do jornalismo permite algumas considerações importantes. Primeiramente porque é no século XIX – o século de ouro do realismo literário – que o jornalismo informativo ganha força, bem como a confiança na referencialidade da linguagem e a solidificação de algumas das convenções estruturais de seus textos. Segundo, porque o reconhecimento da estrutura da intriga no processo de transformação dos acontecimentos em textos (sejam ficcionais ou não) exige uma reflexão propriamente narrativa sobre a atuação do jornalismo sobre a realidade. E, terceiro, nota-se a intenção crescente da profissão do jornalismo em se afastar da literatura para uma zona que lhe concedesse uma proximidade maior às ciências. Assim ele não discute suas convenções, acreditando que possuem respaldo científico.

É perceptível nos autores do romance realista a união entre a pesquisa de tipos humanos (lacaio, donos de taverna, camponeses, escriturários, ladrões, religiosos degenerados, prostitutas, etc.) e o processo de reportagem, de apuração, própria da prática dos repórteres. Muitos desses escritores são também jornalistas e usam suas observações sobre as cidades para escreverem suas colunas ou matérias. O interesse pela referencialidade aproxima e distancia romancistas de jornalistas. Como já exposto, o jornalismo caminha para a institucionalização de suas práticas e para a convenção de um texto que destaque o acontecimento (seja pelo modo impessoal do *lead* ou pelo sensacionalismo). Diferentemente do romance que se volta cada vez mais para a experimentação de seus estilos.

Uma das primeiras estratégias para a consolidação do jornalista como classe profissional e do jornalismo como campo discursivo foi afastar-se da ficção, do romance. Primeiramente, pelo ancoramento no real, pelo compromisso maior com a imitação, com a transposição direta das coisas do mundo para o texto. Ao jornalismo, nesse momento, não importa a ficção visto que seu objeto de trabalho não é a ficção. Não existe a preocupação em se afastar das convenções, visto que o jornalismo se transformaria, ele próprio, em uma modalidade de convenção. Ao jornalismo cabe mais o interesse em instituir essa convenção e fazer dela o elo principal que leva os leitores a conhecerem fatos que desconhecem. Assim como apontam as considerações de James Carey (1988, p. 21), ao jornalismo caberia constituir o “ritual” que acompanha uma grande parcela dos homens ocidentais a partir do século XVIII: o de leitores que acompanham as forças que atuam no mundo como observadores de um jogo, no qual as regras de leitura são constituídas pela legitimidade que forma esse campo discursivo.

A legitimidade que o jornalismo encontra junto aos leitores é, em grande parcela, a mesma responsável pelo sucesso do romance realista do século XVIII e XIX. As pessoas estão interessadas em acontecimentos “humanizados”, nos dramas, nas questões candentes que lhe eram colocadas no dia a dia como nascimentos, mortes, intrigas, fofocas, comemorações, situações exemplos, constituição de heróis locais ou entretenimento. Tais estruturas fazem parte do modo com que as pessoas conversam, contam suas histórias ou param para conversar numa taverna. Significa apontar que não é apenas a popularização (no sentido comercial do termo) do romance e do jornalismo que possibilitam o interesse do leitor, mas a entrada de interesses e modos de contar populares no jornalismo e no romance. Parece que tanto jornalistas quanto romancistas prestam mais atenção no comportamento, nas conversas, na cultura das grandes camadas populares.

Essa mimese textual da realidade veio a reboque do discurso de referencialidade do texto informativo. Se os manuais de redação enfatizam o corte de todo floreio, nariz de cera, introduções longas e considerações subjetivas dos textos informativos, incentivam a cópia estrutural de uma novidade conversada entre duas vizinhas: primeiro vem o acontecido, para depois os detalhes. O ponto de encontro entre o jornalismo e o romance é o mesmo. A diferença é que o jornalismo informativo busca enfatizar discursivamente o enxugamento do texto como uma forma de atestar seu compromisso com a realidade; já o romance complexifica cada vez mais sua estrutura a favor da ficção.

Contudo, ainda que seja possível afirmar que, predominantemente, a preocupação referencial consolida a institucionalização do jornalismo, existem intervenções da prática e, principalmente, reflexões do campo acadêmico que retornam ao questionamento dessa convenção. E, quando o olhar se volta para a narrativa, o abismo retratado entre a realidade e a representação que é feita dela – como Ricouer destaca na literatura - aparece no jornalismo.

Ao notar o caráter narrativo do jornalismo, muitos estudos visam acabar com hegemonia da referencialidade. Novamente a crítica mais enfática recai sobre o conceito de objetividade jornalística. Aqui não seriam as organizações empresariais, as questões administrativas ou as características da redação que interferem na transparência entre os fatos e o texto, mas uma característica muito mais elementar do jornalismo. O jornalismo é uma narrativa. Mesmo que narre elementos não-ficcionais, ele organiza os fatos sob o formato de uma história e apresenta traços que identificam qual o tipo de história está contando.

Na primeira característica, o jornalismo apresenta um nível de interpretação que permite preencher as lacunas presentes num dado conjunto de fatos que relacionados e contextualizados constituem uma história construída pelo jornalista e apreendida pelo leitor. Por outro lado - como explica White (1978, p. 75) na narrativa histórica -, toda narrativa traz subjacente uma ligação com os tipos de história da literatura clássica (comédia, tragédia, romance, epopeia ou sátira) nas quais uma “consciência mítica” atua. Essas duas características tornam profícuas as abordagens teóricas que estudam o jornalismo a partir de disciplinas como literatura, antropologia e as ciências da linguagem.

O reconhecimento da convenção estrutural do texto jornalístico como determinado por uma concepção discursiva fez com que os diferentes estudos buscassem compreender os motivos que levam à consolidação do discurso da necessidade de correspondência total entre a narrativa jornalística e os fatos. Entre as motivações mais levantadas por teóricos como Schudson (1978), Chalaby (1998) e White (1973) estão a busca pela consolidação da profissão do jornalista, os interesses mercadológicos das empresas jornalísticas e a concepção realista e positivista hegemônica a partir do século XIX. Esse reconhecimento também levou muitos teóricos a uma descrença no jornalismo como uma possível forma de conhecimento.

Já na atividade profissional, os momentos de reconhecimento da convenção narrativa do jornalismo informativo possibilitam muitas experimentações. Um dos movimentos mais profícuos, o chamado “Novo Jornalismo”, teve início nas revistas semanais norte-americanas dos anos 60. Tom Wolfe (2005, p. 82-83) propõe um tipo de reportagem que retrata “cenas, diálogos extensos, status de vida e vida emocional” com um indispensável domínio técnico da escrita literária e uma objetividade capaz de acompanhar a pessoa reportada o tempo que for necessário para que as cenas aconteçam e possam ser densa e vividamente descritas. Portanto, buscando o aprofundamento tanto da qualidade narrativa quanto da realidade, muitas dessas reportagens conseguem transmitir elementos de um fato ou acontecimento que o tradicional texto informativo ou o modo de produção comum às empresas não captam. Outra vantagem é o reconhecimento do leitor como ativo no processo de construção da história contada. O jornalista usa a sua subjetividade para reconhecer a subjetividade da situação e transportá-la para a subjetividade do leitor. Ao mesmo tempo, reconhece o contexto, conta para o leitor o modo como irá interpretá-la e confessa as dificuldades dessa adaptação (texto à situação).

No Brasil, o jornalismo e a literatura alimentam-se, visto que ambas são frutos do século XIX – principalmente em decorrência da implantação tardia da imprensa no Brasil (1808). É possível mapear a inserção de autores da literatura nos jornais, o que configura uma “Literatura como Missão”, parafraseando a definição de Antônio Candido e o título do livro do historiador Nicolau Sevcenko (1985). Autores como Lima Barreto, Machado de Assis e Euclides da Cunha fazem de suas atividades jornalísticas o substrato para suas criações literárias, assim como muitas de suas ideias literárias intervêm na produção jornalística. Algumas obras de Lima Barreto (1909 e 1919) revelam os bastidores das redações nas quais trabalhava, as interferências de políticos e pessoas influentes da época, bem como destilava sua verve satírica para a situação tragicômica vivida pelo Brasil no início do século XX. Machado de Assis realiza as crônicas políticas e os resumos semanais dos acontecimentos mais importantes que figuram no jornal, sempre realizando uma forte crítica aos costumes sociais – prática que será transportada para obras como *O Alienista* e *Esau e Jacó*. Por sua vez, Euclides da Cunha faz de sua reportagem sobre a Guerra de Canudos, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, obra clássica da literatura nacional.

João do Rio, codinome jornalístico de Paulo Barreto, representa bem o protótipo do jornalista atual inserido no contexto beletrista do início do século. João do Rio é considerado o primeiro repórter do Brasil e o primeiro a realizar grandes entrevistas. *A Alma Encantadora das Ruas* (1908) e *Religiões do Rio* (1904), livros que originariamente são reportagens diárias, tratam das diferentes atividades desenvolvidas por pessoas pobres do Rio de Janeiro e sobre as igrejas, credos e crenças que existiam na então capital federal. Por sua vez, *Momento Literário* (1904) fez grande sucesso na época por reunir entrevistas com grandes nomes da literatura nacional, confrontando, em muitos casos, o papel duplo desses escritores-jornalistas.

Essa “literatura de missão”, comprometida com a transformação política, cultural e econômica do Brasil mobiliza escritores e jornalistas ao longo de todo o século XX. Ainda que seja possível estabelecer os anos 1950 como marca da profissionalização do jornalismo e afastamento da literatura no Brasil, uma missão política permeia o imaginário de ambas as classes ao menos até o fim da ditadura militar (1984). Jornalistas, escritores, políticos, professores e estudantes estão reunidos em muitas obras políticas, sociológicas, históricas, literárias e

jornalísticas sob a designação de intelectuais. Isso associa prática informativa e literária de missão política¹⁰.

A centralidade ocupada pelo acontecimento na prática e nas teorias do jornalismo não se reflete na preocupação narrativa. O primeiro rompimento do jornalismo com o romance acontece no aspecto ficcional. O romance, conforme reconhece a inacessibilidade do real pela simples mimese do acontecimento, volta-se para repensar suas estruturas, o como contar, rompendo, experimentando através de novas configurações textuais o efeito de real que o próprio tecer do texto proporciona. Ao privilegiar o aspecto ético e a responsabilidade política, o jornalismo traz sobre si a carga referencial. Contudo, diferente do romance que passa a viver um período de experimentação, o jornalismo tenciona sua produção em busca de uma transparência científica do texto.

A proliferação de teorias centradas na cópia do acontecimento ou no estatuto ético do jornalismo demonstra um abandono do potencial narrativo dos textos. Ainda assim, quase inconscientemente, os jornalistas continuam a reproduzir as histórias de fundo simbólico e mítico que permeiam as relações humanas e estruturam a literatura. O jornalismo informativo ainda privilegia o desastre, o assassinato, as disputas, o acidente, os heróis e vilões, as “voltas por cima”, o honesto que sobe na vida, a mãe desesperada, o romance que acaba em desgraça, o conto de fadas, os *fait divers* (BIRD; DARDENNE, 1988).

As histórias de fundo também atingem as notícias duras, de economia e política, o “mercado nervoso”, as disputas no congresso, o Brasil que faz bonito, os terroristas e fundamentalistas; enfim, uma infinidade de histórias que o jornalismo costuma contar sob a forma do *lead*, mas que mantêm a forma mítica que lhes dá base. Paradoxalmente, essa ligação com o poético é costumeiramente rechaçada para as regiões do não-dito da teoria. Fica claro um medo pela confusão entre jornalismo e literatura, o que, sem muito fundamento, poderia comprometer o vínculo de verdade entre fato e texto, público e jornalista.

Nesse espaço de negação da narratividade jornalística surgem os hibridismos nos conceitos. Assim, a reportagem seria uma quase sociologia, o livro-reportagem uma subliteratura - quando não ficção pura e simples; os artigos não seriam jornalismo por serem de

¹⁰ Essa consideração é ainda mais pertinente diante da leitura de muitas teses e dissertações em História do Jornalismo selecionadas para análise nessa dissertação que apresentam os jornalistas e o jornalismo como integrantes ativos dessa intelectualidade.

responsabilidade de seus autores, como se esses não exercessem interferência em um espaço jornalístico; novo jornalismo é romance realista; documentário jornalístico é cinema; sensacionalismo é qualquer coisa menos jornalismo; o entretenimento também não faz parte do jornalismo para muitos pesquisadores. O texto de Samuel Winch (1997) demonstra claramente como as fronteiras entre o jornalístico e o entretenimento, em muitos dos casos, se resolve por questão de gênero. Gêneros que, por sua vez, são vistos como mais ou menos jornalísticos. Como se o romance fosse menos literatura que a tragédia, notícia diária é mais jornalismo que a charge, a coluna ou a reportagem interpretativa.

E não se está tratando aqui de conteúdo. Está se tratando exclusivamente da forma textual. E, na condução desta argumentação, certas formas com que o texto jornalístico apresenta-se parecem demonstrar menos pertinência epistemológica para alguns pesquisadores que a impessoalidade, objetividade e discurso direto. A epistemologia que tenta se estabelecer no jornalismo ainda está centralizada em uma forma de texto, no domínio de uma regra ou de uma forma de apresentação. Basta a internet como suporte para implodir essa fundamentação. Mesmo assim, alguns pesquisadores insistem em verificar até onde o *link* é jornalístico e a partir do que ele passa a ser outra coisa.

Compreende-se que essas posturas diante dos produtos jornalísticos tornam-se redutoras justamente porque o público acessa tais realidades como igualmente jornalísticas e tais fenômenos geram impactos na sociedade que o teórico do jornalismo furta-se em analisar por não considerar fenômeno de sua alçada. Por isso, quando surge um jornalista que resolve “viver” a matéria até os limites que o ato de apurar pode permitir, o teórico não consegue classificar como jornalismo. Ou quando um quadrinista resolve fazer jornalismo, a definição da área parece não dar conta. Joe Sacco não é jornalista para muitos. Hunter Thompson seria apenas um *gonzo*.

Outras considerações exemplificam o que se quer dizer. Imprensa alternativa não é jornalismo visto que é partidária. A revista *Senhor* é mais literatura, *design* e arte que jornalística (como se os três primeiros itens não fossem jornalismo). Pif-Paf, o Jacaré, Pasquim são muitas vezes considerados exemplos de entretenimento que alguns dos melhores representantes do jornalismo brasileiro exerceram certos de que era jornalismo. O conceito de jornalismo por vezes não abrange, visto que está limitado a uma definição que considera apenas uma parte do fenômeno.

Isso traz problemas no plano prático, quando a realidade dos acontecimentos exige a narratividade, muitas vezes o jornalista precisa escrever no tom telegráfico do *lead* (quando hoje existe a internet, o processador de texto, o celular, o delete). A sociedade atual vive uma inflação de informações repetidas. Isso contextualiza a necessidade de um olhar jornalístico que se volte mais para a capacidade de apuração, criatividade de redação e conectividade com o público. Em alguns aspectos, o mercado parece perceber isso mais rápido que a academia. As entrelinhas jornalísticas são preenchidas por outros interesses como os da propaganda, da política, do mercado. A combatividade do teórico do jornalismo restringe-se em detectar o problema e retornar a classificar os limites do que é ou não jornalístico a partir do conceito de mimese da estrutura do acontecimento.

Prende-se ao texto para impor uma pretensa verdade teórica, mas que se restringe à prática, restringe a prática e não percebe, no próprio texto, as potencialidades práticas e epistemológicas para a sua compreensão. A consequência disso no âmbito teórico é que outras áreas são utilizadas como fundamento para criticar o jornalismo, para estudá-lo e para demarcar suas potencialidades. O lugar teórico do jornalismo é transferido para outra área devido a limitações conceituais. Critica-se o jornalismo propondo soluções jornalísticas como se fossem frutos de outra área, de outra prática. Exemplificam essa situação pesquisas que propõem regras da etnografia para práticas de apuração, conceitos sociológicos para classificar os tipos de entrevistas, proposições da linguística para entender as mudanças no texto jornalístico.

Ao tramar a comparação com o romance, o problema que toma o jornalismo diz respeito à própria opção deste em apenas reduzir sua prática ao âmbito do acontecimento, retraindo a tessitura. Isso não significa que a opção aqui seja propor ao jornalismo o mesmo movimento do romance, tornando o referente algo que deva ser negado em favor da revelação de outras estruturas textuais. O que o jornalismo já faz na prática há muito tempo, mas que corriqueiramente é colocado à margem na teoria, é perceber o potencial narrativo que a referencialidade oferece. Isso em uma opção teórica mais aberta e compreensiva. Torna-se necessária uma segunda abertura¹¹. Qual seria a intriga do Jornalismo?

A necessária pergunta ecoa na exata intersecção entre a teoria e a prática do jornalismo. A prática é desempenhada sem o reconhecimento,

¹¹ Lembrando, a primeira abertura foi o conceito de “segunda singularidade” a partir de Genro Filho (1987).

por parte de muitos jornalistas, da tessitura que a envolve. Essa tessitura é comumente chamada de leitura de mundo e que aqui pode ser definida como reconhecimento dos sentidos e interpretações possíveis que envolvem cada acontecimento. Por sua vez, a teoria realiza dois movimentos: o primeiro é, como já citado, a visão do texto jornalístico como a mimese estrutural do acontecimento; a segunda é a de criticar essa visão propondo o oposto: dizer que o texto subjetivo e a objetividade inalcançável.

Esse segundo olhar foca o texto. E, como é evidente, realiza um movimento que se afasta da postura do jornalista cotidiano, que olha o acontecimento. Considera-se o jornalismo somente como uma narrativa que veicula poder e saber, estereótipos e mitos, superficialidade e espetáculo. Referendada essa característica (que de resto está presente em toda e qualquer narrativa), a proposição costuma voltar o olhar para o modo como se forma a classe profissional, seu estatuto ético, a formação do mercado jornalístico, da indústria cultural, relacionando isso ao modo impositivo com que a linguagem jornalística transmite o fato. Por fim, chegam a conclusões já presentes nas premissas tais como: o jornalismo manipula a realidade, gera estereótipos, não transmite a verdade como pretensamente defende. Tais assertivas contribuem para reforçar ou questionar o estatuto deontológico e político do jornalismo. Mas fica aquém de uma perspectiva que perceba em quais circunstâncias o exercício do jornalismo ou sua deontologia apontam para um conceito mais integrador que seja o jornalismo. Algo que não seja fruto restrito da importação de conceitos para que não configure exportação de conclusões. Um desafio que não impele todas as respostas nesse texto, mas que condiciona a exposição e algumas propostas possíveis a partir do estudo comparado objetado nessa dissertação.

1.2.1 Abertura 2: a constituição da intriga jornalística

A "neutralidade" (objetividade) do discurso jorno/naturalista é uma convenção. Assim como a clareza, apenas uma propriedade (retórica) do discurso.

Não há texto literário sem perspectiva, quer dizer, sem intervenção da subjetividade.

No texto naturalista (ou jornalístico), essa perspectiva é camuflada, sob as aparências de uma

objetividade, uma Universalidade que - supostamente - retrata as coisas "tal como elas são".

Invoca-se em vão o nome do realismo, que se procura confundir com o naturalismo.

Realismo, quer dizer, discurso carregado de referencialidade, não é sinônimo de naturalismo.

Ao contrário.

O discurso realista não camufla a perspectiva.

Paulo Leminski – Forma é Poder

Como já visto anteriormente, a ligação entre jornalismo e realismo é comumente associada ao modo objetivo de relatar os fatos. A objetividade jornalística é um dos pressupostos da constituição da profissão do jornalista, da fundamentação deontológica dessa prática e de algumas tentativas para fundamentar teoricamente o jornalismo. No âmbito teórico, hoje é possível dizer que o inverso é igualmente válido, pois um dos argumentos mais comuns para explicar o jornalismo é negar a objetividade ou apontar para a subjetividade como fundamento unicamente válido para a produção de notícias. O que, como também já assinalado acima, não ajuda muito na compreensão das particularidades do jornalismo.

Para contestar e discutir esses dois pontos de vista, reitera-se aqui uma modalidade de estudo que considera o jornalismo como um discurso realista, mas, em contrapartida, não apenas preocupado com a cópia do acontecimento. Não se está tratando do realismo advindo do positivismo ou de um objetivismo que pretende negar a subjetividade com vistas a uma transparência do texto. Nem se pretende validar apenas a forma como os manuais de redação e os códigos deontológicos costumam definir a atividade jornalística.

Tomando como ponto de partida a crítica pertinente de Paulo Leminski à ideologia profissional do jornalista, atém-se aqui ao modo de compreender teoricamente o contar do jornalismo, considerando que esse exercício não possui como atributo elementar de sua constituição camuflar a perspectiva. Isso significa dizer que, como pressuposto para a problematização da narrativa jornalística, parte-se da premissa elementar de que o jornalismo materializa-se como uma narrativa. Ressalta-se, porém, que apontar isso não significa retirar dele a característica de imitar ações que acontecem na realidade. Contudo, ao defini-lo apenas por essa dimensão incorre-se em outro erro (como outros já citados), no qual apenas uma parte do processo é entendida como toda a narrativa. Ao limitar o entendimento do jornalismo, deixam-se de lado aspectos

importantes de sua manifestação tais como os que acontecem na tessitura da trama (inter) textual e no processo de leitura.

A crítica de Leminski de que o jornalismo esconde sua referencialidade sob o pretenso ato de retratar as coisas "tal como elas são", nesse caso, não serve apenas para a demarcação desse equívoco presente em grande parte da prática profissional e da teoria jornalística, mas para que se atente para o potencial de uma compreensão mais ampla do jornalismo. Quer-se abrir um outro flanco teórico, já que, ao assumir a dimensão narrativa do texto jornalístico e sua carga de referencialidade, é possível realizar estudos teóricos que levem em conta todo o campo de produção do jornalismo e sua imensa variabilidade de formas e hibridações. Uma compreensão que não marginaliza textos que buscam recursos na literatura, que primam pela criatividade. E, por outro lado, não descaracteriza – ao contrário, amplia a visão sobre - a notícia diária, o texto embasado no *lead* ou o exercício cotidiano do jornalista de buscar a cópia mais fiel possível daquilo que reporta.

Por outro lado, tem-se ciência de que muitos autores dedicam-se a esse assunto (narrativa jornalística). Porém, é fundamental demarcar a particularidade do jornalismo dentro do universo literário e como isso se torna pertinente para discussões epistemológicas. Essa ação é diferente das daqueles trabalhos que importam um instrumental teórico de outra área (literatura, semiótica, pragmática, linguística, etc.) para se adequar a um problema de pesquisa dado sem levar em conta as particularidades do jornalismo.

Pretende-se demonstrar, portanto, que com uma visão de toda a narrativa é possível perceber como o jornalismo se realiza em seu processo de imitação do real, de composição textual e de leitura. Ao reconhecer toda a narrativa, o estudo indica o desafio de buscar os elementos que particularizam o jornalismo como uma intriga¹² diante de suas diferenças com as narrativas ficcionais e históricas. O jornalismo é uma intriga que exige um texto “carregado de referencialidade”. Isso é, apresenta fatos reais que constituem e que são constituídos por contextos simbólicos que orientam o entendimento dos acontecimentos. E que, por sua vez, pode utilizar recursos literários, entrevistas, descrições densas, ilustrações, metáforas ou a ironia para contar histórias, torná-las públicas e assim atingir o leitor com a força da

¹²Conforme Ricouer (1983, p. 58), a *intriga* pode ser definida como a disposição dos fatos com a finalidade de marcar o caráter operatório de todos os conceitos da Poética e, transpondo para o nosso interesse, do Jornalismo.

realidade que exige a configuração textual (tessitura)¹³ para ser compreendida (VOGEL, 2005).

Cesare Segre (1989, p. 58) diz que “narrar é uma realização linguística mediata que tem por finalidade comunicar a um ou mais interlocutores uma série de acontecimentos, de modo a fazê-los tomar parte no conhecimento deles, alargando assim seu contexto pragmático”. Pode-se inferir, preliminarmente, que o jornalismo possui como finalidade a transmissão de ações que possuem referencialidade, ou seja, possuem intenção denotativa. Todavia, lembrando a intervenção de Leminski (1986), intenção que traz consigo a cena que envolve o ato e que compõe a ação a ser transmitida.

Como narração, ele (re)apresenta ações sob a forma de palavras, imagens e sons, envolvidas em uma trama e direcionadas para um processo de leitura. Assim como estrutura Paul Ricouer (1983, p. 85-131), a narrativa é composta por três mimeses¹⁴: primeira mimese transporta a ação para o texto, portanto, é o lugar da ação; a segunda refere-se às relações que o texto estabelece com outros textos – o lugar da trama; e a terceira mimese marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor ou do ouvinte – o lugar da leitura. A primeira instância mimética pode ser conceituada como (a) prefiguração; a segunda, como (b) configuração; e a terceira, (c) refiguração.

A fase da prefiguração corresponde à imitação da ação. Imitar ou representar a ação significa pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua estrutura semântica, com sua conexão simbólica e com sua “temporalidade”. Esses três ancoramentos na realidade constituem o que Ricouer (1983, p. 88-95) denomina “compreensão prática”. Os estudos em jornalismo, como já explicado, evidenciam essa etapa, principalmente em sua característica de identificar e descrever os aspectos que envolvem a ação. Marca ainda a relação paradigmática entre a estrutura sígnica e a ação referente, no qual o texto recebe a tarefa de codificação (Hall, 1980, p. 368-372). Ou seja, é nesse processo de imitação primeira que a narrativa apreende a realidade e a torna inteligível.

A estrutura de apreensão semântica de uma ação, proposta por Ricouer (1983, p. 88-89), aproxima-se consideravelmente das perguntas

¹³ A configuração textual é sinônima de *ficção* para Vogel (2005) e Foucault (1966b). Aqui se utiliza o termo *intriga* para expressar o mesmo sentido.

¹⁴ Mimese é a imitação ou de representação da ação. Para Ricouer (1983, p. 58), “é preciso entender a imitação ou a representação no seu sentido dinâmico de produzir a representação, transposição em obras representativas”.

do *lead* jornalístico¹⁵ e ambos possuem sua fonte nas categorias do *organon* de Aristóteles (2005, p. 41-42). Uma ação é aqui compreendida como o próprio “o que” do questionamento semântico. Os motivos dessa ação são respondidos ao por quê, e suas circunstâncias, ao como. A ação humana incide sobre um quem age ou sofre essa ação. Ricouer (1983, p. 89) inclui o com e o contra quem como categorias que estabelecem a relação de um personagem central em relação aos demais personagens. Ainda que no jornalismo essas duas últimas perguntas não figurem necessariamente no *lead*, elas sempre permeiam os motivos e as consequências de uma dada ação e, invariavelmente, constituem a trama de um dado texto jornalístico. A mimese a partir da estrutura não se limita, todavia, a apenas responder perguntas estanques, que remetem a princípios universais de qualquer forma de narrativa. Esse exercício prevê a compreensão do modo com que cada um desses elementos se une com os outros e como todos eles juntos constituirão a referencialidade descrita de uma determinada ação. Em complemento, ao descrever uma dada realidade, automaticamente esse texto entrará em choque com outros textos e a referência é imbricada pelo sentido.

Entender que a ação está invariavelmente imbricada pelo sentido permite a entrada na segunda característica da prefiguração, a de que os fatos estão imersos no simbólico. Toda ação está articulada em símbolos, normas e regras que permitem o entendimento da referencialidade, visto que estabelecem um “contexto de descrição” para ações particulares (Ricouer, 1983, p. 90-92). Umberto Eco (1994, p. 148) aponta que o simbólico é reconhecível cada vez que “uma dada ordem de signos sugere, para além da do significado imediatamente atribuível, um significado indireto”. Isso não é apenas da ordem da atribuição da tessitura do texto, mas do que a ação refletida traz consigo, visto que a dimensão simbólica dessa ação é inerente ao local cultural em que está inserida. Assim, uma compreensão prática exige a prefiguração do sistema simbólico que contorna a ação particular e direciona grande parte da tessitura da trama e do processo de leitura.

Existiria, como aponta Marshall Sahlins (1990, p. 7- 9), uma “interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas; a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade”. Nesse aspecto, as

¹⁵Porém, é importante ressaltar que utilizar as categorias do *lead* para entender o processo de inteligibilidade entre a tessitura do texto e a realidade não significa aceitar que ele seja a base por excelência da trama textual do jornalismo. Como será exposto, o texto jornalístico não reflete apenas a estrutura da ação.

ações cotidianas da realidade que posteriormente são traduzidas para narrativas são produtoras e produtos da ordenação simbólica que os homens reforçam e transgridem, reconhecem e transformam. “A cultura é historicamente traduzida na ação”. Complementando com que afirma Durand (1997, p. 31), o simbólico “não é do domínio da semiologia, mas daquele de uma semântica especial, o que quer dizer que possui algo mais que um sentido artificialmente dado e detém um essencial e espontâneo poder de repercussão”.

É essa a “carga de referencialidade” da qual o discurso realista não se desvencilha, como aponta Paulo Leminski (1986) e que, conseqüentemente, dá o lugar de prefiguração em que o jornalismo busca sua razão de existência narrativa. A singularidade dos fatos jornalísticos não está apenas na estrutura da ação, mas também na capacidade de o jornalista em articular essa ação reconhecendo a carga simbólica que lhe é subjacente. Isso não é possível apenas no método descritivo, mas torna possível essa descrição. Como já citado ao discutir o conceito de singularidade de Genro Filho (1987), é no contexto de inteligibilidade de um acontecimento que o jornalismo investigativo e a reportagem ganham evidência, que o texto de opinião dinamiza as discussões, que a charge sintetiza com humor a contraditoriedade, que a crônica revela as conseqüências que a notícia não previra.

Por outro lado, não se está fazendo outra coisa senão jornalismo referencial quando o repórter quer trazer para seus leitores um fato cotidiano - como a votação de uma lei no Congresso Nacional - referendando todas as implicações simbólicas imanentes desse fato. Trabalhando o exemplo proposto, a notícia de uma votação traz aspectos que sedimentam as disputas dos parlamentares, as conseqüências da lei votada e sua interferência pragmática e simbólica na vida das pessoas que acessam a informação via jornal. Isso nada mais é do que a atividade do jornalismo em rerepresentar a “realidade social”, utilizando os termos explicados por Searle (1998, p. 105-125) para definir esse conceito.

A atenção da narrativa jornalística à dimensão simbólica referencial permite que se note um nível que está materializado por símbolos, mas camuflado nas ações: a imaginação social e o imaginário. Para muitos autores, a imaginação é um dado subjetivo, como um ornamento da vida real e científica. Contudo, como atesta Bronislaw Baczko (1985, p. 297-298), as imagens não apenas fazem parte da realidade das ações como também criam novas ações e novas situações de contexto. O imaginário apresenta-se na referencialidade sob a forma de representações da ordem social, das instituições sociais, das

instâncias míticas, da legitimação do poder, da representação de valores e na formação de estereótipos. Por outro lado, responde a uma interação do sujeito com um fenômeno coletivo que o faz agir de uma determinada maneira, a partir do modo com que imagina determinadas circunstâncias.

Exemplos do papel que o imaginário toma na compreensão prática das ações são vistas nas entrevistas de Joe Sacco (2005, 2005b) com pessoas que viveram a Guerra da Bósnia entre os anos de 1992-1995. O poder jornalístico dos quadrinhos de Sacco – que possuem uma força ainda maior diante do modo com que tece a trama pelos quadrinhos – está na capacidade de recuperar a memória e o imaginário com que a guerra se mostra para os moradores da área de segurança Gorazde e da cidade de Sarajevo. Caso, por exemplo, dos pedidos de encomenda das jovens de Gorazde por jeans de marca, mesmo em um cenário dilacerado pela guerra. O repórter consegue perceber essa referência e colocá-la em uma aura que identifica aquelas jovens com qualquer outra jovem do mundo. Se o imaginário da guerra está presente em todas as partes, desde os prédios destruídos até as faces dos entrevistados, alguns outros simbolismos cristalizam imaginações opostas, cotidianas, que fazem da ação retratada uma identificação com o universo da leitura permitida pela trama jornalística.

Essa mesma referência que mostra sua face pragmática e simbólica carrega consigo um aspecto temporal que exige a narração. A determinação de um “no” que direciona a preocupação por compreender qual o projeto que essa ação desvela no “presente do passado”, no “presente do presente” e no “presente do futuro”. Esse tríptico deslocamento temporal, já proposto por Santo Agostinho (1980, p. 222) e recuperado por Ricouer (1983), tem como um de seus objetivos demonstrar que o tempo nasce e é concebido como uma ação no presente. Para ele existem “a lembrança presente das coisas passadas, a visão presente das coisas presentes e a esperança presente das coisas futuras”.

Cabe à mimese da ação captar como essa transição se processa no âmbito do acontecimento, relacionando o tempo diretamente com uma inquietação que o antecede e no mesmo instante o cria. Como descreve Ricouer (1983, p. 47-54), Santo Agostinho chega à conclusão de que em torno do tempo há somente o nada e apenas quando há um interesse pelo tempo é que ele deveras existe. Isso torna a observação do tempo de uma ação algo pertinente ao corte que move o seu reconhecimento. Assim, o tempo tem uma ligação dupla para a formação do acontecimento e o reconhecimento do seu contexto de intelegibilidade.

No primeiro vínculo, é o tempo que delimita a estrutura na qual se desenrola a ação, inserida em um quando que funciona como dispositivo de presentificação e de relevância para a intriga a ser desenvolvida. Já no contexto do acontecimento, o tempo funciona como a característica mnemônica trazida pelo exercício de demarcação da referência imagética. A imagem tem, portanto, a capacidade de presentificar uma situação dando uma avaliação direta sobre o todo imaginado, visto que é esse contexto imaginário que criará as relações de tempo. No jornalismo, esse duplo vínculo que constitui e é constituído pelo tempo possui a capacidade esquemática de demarcar uma ação em uma narrativa prefigurada (com começo, meio e fim) e de construir o processo de atualização constante dos universos simbólicos e dos imaginários de uma época. Essa última característica, inclusive, será a responsável por instituir o “ato de atualizar” como um imaginário pertinente à prática jornalística.

Passando do estudo da prefiguração para o da (b) configuração, é possível atestar que, mesmo que o jornalismo – assim como a história – possua uma ligação explícita com a mimese da ação factual e difira nisso da narrativa literária, recorre à ficção (capacidade de configuração, construção textual) para compor seus relatos (VOGEL 2005, p. 4). É na tessitura da trama narrativa que o jornalismo encontra seu vínculo com a literatura e são dos mesmos recursos desta que o factual, o importante e o interessante são constituídos e reconhecidos. Portanto, esse é o espaço da elaboração do texto, no qual a intertextualidade é colocada em evidência e o plano sintagmático da língua passa a dinamizar a cópia da ação.

Essa segunda mimese cumpre uma função de mediação entre a prefiguração e a leitura. Isso significa afirmar que a trama narrativa é a responsável por captar as ações e as configurarem em um jogo linguístico que, logo em seguida, dará as marcas e as entradas possíveis para o processo de leitura. Como destaca Ricoeur (1983, p. 103-104), a tessitura da intriga (como autor prefere chamar a ficção) é mediadora por três motivos: por fazer a mediação entre os acontecimentos e a história considerada como um todo, por realizar a transição dos componentes da ordem paradigmática para a ordem sintagmática e por constituir uma ordem temporal própria.

Uma história não é formada apenas por um fato. Mesmo quando um fato novo elabora ou transforma toda a trama, ele está relacionado com outros fatos e, conseqüentemente, com outras tramas. A narrativa integra os acontecimentos díspares em uma história de tal forma que essa história se configure em uma totalidade inteligível. O que significa

apontar que a trama possui uma verticalidade sobre os acontecimentos que a compõem, determinando o sentido e a atribuição com que esses contribuirão para a intriga (RICOUER, 1983, p. 103). É essa verticalidade das posições do discurso que garantem aos incidentes dispersos no mundo uma narratividade. Se o fato já possui em sua dimensão prática uma simbologia e um imaginário que o predispõem, é a tessitura da intriga que colocará essas dimensões em movimento e as interpretará sob a estrutura de uma dada narrativa.

Assim como Barthes (1966, p. 57-67) descreve a estrutura das notícias e dos *fait divers*, a tessitura acontece da união ou da controvérsia de diferentes simbologias já predispostas em outras narrativas que geram um novo acontecimento, uma nova singularidade. Por outro aspecto, ao reunir os textos jornalísticos que possuem a mesma temática, nota-se a trama que pauta os acontecimentos e uma recorrência que os une independente da fragmentação ou da serialidade. É possível identificar como o jornalismo estabelece “pontos de giro”, ou seja, um encadeamento da narrativa visando prender a atenção do público, como constrói personagens dessas histórias e, lembrando Bird e Dardenne (1988), como liga certo conjunto de histórias a mitos ou “fundos morais” da história humana (exemplo: o perdedor que deu a volta por cima ou o errado que se redimiou).

A capacidade de uma história estabelecer os lugares onde os acontecimentos compõem a intriga tangencia o próprio movimento do âmbito da compreensão prática para o da tessitura da intriga. Os termos diversos de uma ação tais como agentes, fins, meios, interações e consequências são sintetizados e transportados para o plano da mesma intriga. É ela que possibilita a unicidade da trama. Isso acontece por causa da intertextualidade trabalhada pela narrativa. Ao estabelecer um jogo de sentido entre os textos que circundam cada termo da ação, nota-se como a trama é configurada sob a disposição de consonâncias e discordâncias que traçam o percurso da história.

Os lugares constituídos pela tessitura da intriga são importantes em relação ao fato justamente porque estabelecem a base com a qual este será entendido. As diferenças e as semelhanças em relação a outros textos permitem a recorrência de argumentos e estratégias na exposição, explicação e singularização das ações presentes em uma trama. São nas combinações dessas diferenças e semelhanças que ela estabelece seu lugar enunciativo. Nesse sentido, todo texto possui concomitantemente uma relação de raridade e de acúmulo com outros textos (FOUCAULT, 1969, p. 136-142). A raridade indica que nem tudo é sempre dito. A trama é um sistema limitado de presenças, com uma distribuição de

lacunas, vazios, limites e recortes. Por outro lado, o acúmulo indica que as tramas transformam, derivam e estabelecem novas vias de conexão a partir do contato e da apreensão de outros textos.

Por outro lado, a configuração acontece também por uma conformação temporal. Isso só é possível à medida que a narrativa combina variavelmente dimensões cronológicas e não-cronológicas. A dimensão cronológica está na dimensão episódica de uma história, caracterizada por uma sucessão de acontecimentos organizada pela trama. Já a não-cronológica responde à capacidade de transformar os acontecimentos em história, ou seja, toda a ação que é reconhecida e configurada narrativamente recebe uma conformação temporal. É na junção dessas duas dimensões que a narrativa pode ser seguida por um leitor, visto que possui um início, um desenrolar e um final congruente com os episódios reunidos e sob um tema determinado¹⁶ (RICOUER, 1983, p. 104-105).

A dimensão não-cronológica possibilita formas de síntese que não a propriamente linear e episódica. É o caso de quando a dimensão temporal de uma história é configurada a partir da dimensão temporal de outra história. Tal situação configura-se em uma renarração, visto que a dimensão temporal e sequencial de um fato é comparada com a de uma narrativa de fundo e o tempo dele é percebido a partir do desenrolar dessa narrativa. Esses casos são muito comuns nos *fait divers* do jornalismo, nas novelas ou em obras intertextuais. Outro modo de manifestação da configuração não-cronológica está na possibilidade de inverter a ordem natural do tempo (passado – futuro), visto que o início de uma obra pode ser o final da história ou o meio. Nesse tipo de narrativa é possível a recordação, a regressão, a omissão de partes da trama (como nas histórias policiais), etc.

Toda essa dimensão sintética produzida pela transposição da ação para o texto revela uma configuração que é propriamente simbólica e, além disso, produtora de imaginação. Nesse campo as imagens são captadas, trabalhadas, confrontadas umas com as outras e produzidas em um regime que conduz aos imaginários dos leitores. Todas as narrativas produzem imaginação. Isso pode ser comprovado pela teoria Semiótica de Peirce (1977), já que todos os signos são imagens ligadas a conceitos que representam objetos e todos os textos são signos combinados que representam ações complexas a serem interpretadas. A trama narrativa serve como um *representeman* dessas ações simbólicas, re-trabalhadas

¹⁶Contudo, o início e o fim da narrativa podem não corresponder à ordem linear dos fatos na vida real.

pela intertextualidade com outras narrativas e outras tramas simbólicas e, por fim, condicionadas a uma nova configuração. Do montante à jusante, a trama narrativa é o lugar onde se demarcam as condições de entrada e saída dos imaginários, pela ação e na leitura, respectivamente.

Também é no contexto configurativo que a língua estabelecerá seu domínio, exercendo uma uniformização caracterizada por estereótipos e convenções que particularizam um dado acontecimento singular. Como uma região própria de articulação entre fato, simbólico e texto, essa região é caracterizada por uma dimensão intrínseca de saber e poder. Saber que reúne e converge um dado acontecimento para o arsenal imaginário do público e poder que afeta, investe e repercute informações para esse mesmo público. No jornalismo, esse âmbito é mais estratégico ainda, visto que aliada à grande repercussão própria dos dispositivos midiáticos que o torna possível, essa configuração é permeada por um atestado de verdade que perpassa todo o exercício narrativo do jornalismo.

Por fim, é preciso evidenciar que uma narrativa só está completa em seu sentido quando processada a terceira mimese, a (c) a refiguração ou, como conceitua Wolfgang Iser, “o ato da leitura”¹⁷. Para Iser (1976, p. 9), o texto estimula os atos que originam sua compreensão e se completa quando o sentido é constituído pelo leitor. Hall (1980, p. 375), ao caracterizar a natureza da decodificação, identifica que a tessitura da intriga estabelece a transição que vai ao encontro da ação da leitura. A decodificação é esta transição necessária apresentando o ato de leitura como interação dinâmica entre texto e leitor. O texto tem por finalidade o leitor e um estudo narrativo leva em consideração essa dimensão que transforma a ação em informação, o texto em regra de acessibilidade e a recepção em um ato produtivo.

A intersecção entre texto e leitor já está prevista na tessitura da intriga visto que esta formata o texto de modo lacunar, estabelecendo as regras para a compreensão e os espaços para a interpretação. Existe a estruturação que regula a capacidade da história de se deixar seguir e, em contrapartida, o ato de ler configura a narrativa e atualiza sua capacidade de ser seguida (Ricouer, 1983, p. 117 - 118). Esse processo de leitura pressupõe uma capacidade de acolhimento, que vai interferir na relação da trama com a referência.

¹⁷ Leitura e leitor são palavras que aqui são consideradas sinônimas de recepção ou receptor, ainda elas tenham sentidos diferentes para autores que as empregam como Wolfgang Iser e Robert Jauss. Lembramos que leitura não se restringe ao agente que acessa o material visual, mas também às diferentes formas de ouvir e sentir.

A assertiva mais comum para a prevalência da comunicação sobre a estética é a de que quanto mais denotativo é um texto, menor o espaço para ambiguidades e também menor é o espaço de interpretação do leitor. Por outro lado, maiores são as possibilidades de que o texto consiga transmitir o universo da ação representada pela primeira mimese e trabalhada pela segunda, já que o repertório possui poucas unidades de sentido. Contudo, a disposição do texto com poucos recursos narrativos não permite a compreensão da ação em sua pluralidade e dinamicidade simbólica. O discurso que indica que a redução de recursos literários e estéticos ajuda na identificação clara da referência é um engodo. Ao limitar-se a descrever a estrutura de um determinado acontecimento apenas em sua base estrutural e mais próxima possível de uma denotação, a referência não é compreendida em sua completude.

Já o percurso da imaginação e do simbolismo traçado desde a prefiguração, passando pela configuração atinge naturalmente as mentes das pessoas, que imaginam e são convidadas a imaginar. Todo processo de leitura prevê um exercício de imaginação, no qual os significados de uma obra são interpretados pela experiência simbólica com que cada indivíduo ou coletividade assimila, transforma e traduz as informações recebidas pela trama narrativa. Como já indica o trabalho de Martín-Barbero (1987), a recepção ativamente resignifica as informações dos meios de comunicação, buscando marcadores que correspondam aos modos de convivência e de simbolização que acontecem no cotidiano. E trazem aspectos estrangeiros à sua cultura para o ambiente de adaptação e de nova simbolização dessas informações e objetos.

A leitura é o investimento do ato de narrar. A ela se destina o conhecimento e nela o conhecimento acontece. Ao predispor um conhecimento jornalístico centralizado no emissor ou no texto que configura as informações, a limitação teórica está disposta nesse sujeito esquecido chamado receptor (SOUSA, 1995) que realiza o processo de leitura com um conhecimento propriamente jornalístico. Como aponta Ricouer (1985, p. 275-276), “só na leitura o dinamismo de configuração encerra seu percurso. E para além da leitura, na ação efetiva [...] que a configuração do texto se transforma em refiguração”. A realidade referendada pelo jornalismo repercute em ações que se estendem por todas as searas do social. Essa inserção do jornalismo, nota-se, exige a ação e a interlocução de diferentes atores sociais em um âmbito público e político (na acepção ampla da palavra).

Assim, demarcando a leitura, o percurso mimético da narração está completo. A etapa de prefiguração ou de compreensão prática imita a estrutura, a simbologia e o tempo da ação. A etapa de configuração

realiza a transição do plano paradigmático para o plano sintagmático, com a demarcação de recursos intertextuais, a constituição de uma história que reúne e direciona os fatos e a combinação de elementos cronológicos e não cronológicos. Por fim a leitura, formada pelos marcadores de inteligibilidade do texto em combinação com o repertório e a ação do leitor.

A intriga é formada exatamente no ponto que une a primeira mimese e seu aspecto paradigmático, a segunda mimese e seu aspecto sintagmático com a terceira mimese e o envolvimento entre texto e leitor. Mesmo no jornalismo, a intriga não está somente no momento de imitação do real a partir da compreensão prática, nem somente no momento da intertextualidade da trama narrativa e nem apenas na intersubjetividade do leitor com o autor e o texto. O objetivo dos textos jornalísticos primordialmente é informar, ou seja, a referência deve ser captada pela compreensão prática e trabalhada pela trama para atingir um processo de leitura que compreenda essa referência. O jornalismo só pode ser explicado por via da narrativa quando levado em conta a especificidade de sua teleologia. Por isso, mais uma vez cabe ressaltar, o conceito de jornalismo não pode estar preso a qualquer uma das etapas, nem ser percebido como o resultado de uma soma de etapas, mas como um corte que atravessa todo esse percurso narrativo. Isso faz com que seja mais importante para uma possível teoria do jornalismo perceber os marcadores discursivos pelos quais esse eixo narrativo traça seu percurso. Essa predisposição inclui uma visão mais ampla sobre a referencialidade do jornalismo, que não envolve apenas as clássicas perguntas estruturais, mas traz consigo uma dimensão simbólica e imaginativa. Esse percurso, que funciona como uma ressalva à maioria dos estudos em jornalismo, tem por objetivo destacar as particularidades da intriga do jornalismo como uma narrativa que se aproxima e se diferencia da história e da literatura.

Ao estudar as etapas da narrativa a partir da abordagem de Paul Ricoeur (1983), demonstra-se que o jornalismo não está reduzido apenas ao processo de imitação da referência por sua base estrutural, que não está preso a um tipo de texto exclusivamente denotativo e que o leitor é um agente constituinte de uma possível teoria nessa área. Essa proposição vem ao encontro de uma forma mais aberta para se entender o papel do jornalismo. Lembrando Bird e Dardenne (1988, p. 71), as notícias mais que contar “as coisas como elas são, contam as coisas segundo o seu significado”.

Genro Filho (1987, p. 65) aponta que os fatos narrados pelo jornalismo não são apenas objetivos, mas possuem um grau de

subjetividade, que corresponde à dimensão simbólica destacada por Sahlins (1990). Porém, Genro Filho credita apenas às notícias e reportagens a tarefa de realizar o jornalismo “propriamente dito”. Essa posição coloca os textos opinativos e críticos próximos à ciência social e as reportagens e livros reportagens, à literatura. Ainda que seja considerada a valorosa intertextualidade no plano sintagmático de conhecimentos da literatura e das ciências sociais, atina-se que os textos jornalísticos não são definidos apenas por suas características textuais, mas pelos pontos comuns que os diferentes tipos de texto possuem no modo como operam a relação entre as três etapas da narrativa. A trama difere entre os gêneros, mas a intriga jornalística é a mesma.

A compreensão do jornalismo apenas como mimese da ação tem por objetivo deixar o discurso referente em uma posição de evidência, negando duplamente a intervenção dele como tessitura: primeiro, nega a capacidade de compreensão dos sentidos que estruturam a descrição e as possíveis leituras dos fatos e, segundo, esconde uma estrutura simbólico-social mais profunda, arraigada à cultura e organizada por uma história de fundo, pelo mito organizador da trama que lhe serve de dispositivo. Essa potencialidade do jornalismo (que muitos autores apontam como não-jornalístico) é o que, em nosso entendimento, revela as relações com a literatura e a história. Apenas a compreensão do jornalismo como organização narrativa de constituição simbólica, com uma trama intertextual, e relação temporal que lhe é própria, permite pensar a intersecção entre jornalismo e história.

1.3 TRANSVERSALIDADE: POR UM OLHAR A PARTIR DO JORNALISMO

Tendo em vista as considerações sobre acontecimento jornalístico e narrativa jornalística, principalmente as duas aberturas propostas em cada tema, pretende-se identificar elementos que constituem a transversalidade do jornalismo. A primeira abertura aponta para a ampliação da categoria singularidade proposta por Genro Filho – que foi chamada de “segunda singularidade”. E a segunda abertura indica que, independente do gênero, os textos jornalísticos carregam um modo peculiar de tecer a intriga. Essas duas aberturas convergem naquilo que é aqui denominado transversalidade.

De um ponto de vista diferente do que propõe Bernard Miège (2000) para o campo comunicacional, não se conceitua aqui

transversalidade como sinônimo de interdisciplinaridade, como quem olha essa transversal pelo viés dos campos sobre os quais ela atravessa. A pesquisa toma como o próprio lugar do olhar, percebendo o que há de jornalístico em outras áreas e não somente o que há de outras áreas no jornalístico. Esse viés leva em conta a interdisciplinaridade, mas não faz dela o lugar epistemológico do jornalismo.

Uma teoria serve para contar aquilo que é sabido, mas que poucos conseguem explicar em palavras. As palavras que faltam no trato de uma prática rotineira ou no contato de um fenômeno que parece nos dominar têm o poder de esclarecer, ou seja, lançar um feixe de luz sobre aquilo que a percepção, em um primeiro momento, não consegue divisar. Pode-se designar tais palavras como conceitos. O arcabouço de conceitos resultantes de um processo de esclarecimento - ou seja, o próprio movimento operante do esclarecer - recebe o nome de teoria. Assim, a transversalidade significa operar sob outro ponto de vista, de uma região de corte esclarecida por um novo feixe de luz.

Considera-se que apenas no âmbito da prática (como no caso do exercício do jornalismo), a compreensão é dominada pelos sentidos imediatos, o que conduz os atores a um conhecimento apenas técnico operativo das coisas. Por sua vez, o conhecimento do feixe de luz (conhecimento metodológico de uma determinada teoria) só acontece quando a capacidade conceitual começa a operar. Por conseguinte, um campo epistemológico começa a aparecer.

Desse modo, em uma proposição já utilizada por alguns teóricos, como Norbert Elias (1990) exemplifica em relação ao conceito de tempo, se não existe a pergunta “o que é o jornalismo?”, os envolvidos possuem a consciência de que sabem o que estão fazendo. Contudo, ao verbalizar a pergunta e interpelar o interlocutor quanto ao “o que é o jornalismo?”, a falta de conceitos transparece. Consequentemente, não se sabe de onde vem a luz que ilumina a técnica e, logo, não se sabe se tal luz existe e tudo se obscurece. A técnica não é mais vista com segurança, a ação fica à mercê de um desconhecimento, os seus operantes perdem a força política, visto serem considerados apenas sob o aspecto da operacionalidade.

As consequências disso no plano político e ético são ruins, assim como o plano epistemológico torna-se um círculo do qual não se sabe a entrada ou a saída. Muitas vezes, apenas se repetem palavras até transformá-las em crença, combinam-se lugares-comuns com trejeitos de novidade ou furta-se de pensar o problema dando conformações de que ele não existe, não é necessário ou não convém sua enunciação.

As composições teórico-metodológicas do jornalismo estão, em grande medida, vinculadas pela prática cotidiana e repetitiva da profissão. A saída para muitas das abordagens conhecidas seria passear por caminhos teóricos mais seguros, onde o arcabouço de outras disciplinas pode apontar explicações sobre o que é o jornalismo (SILVA; PONTES, 2008, p. 02). Todavia, as palavras que teriam a missão de explicar o jornalismo não se encaixam à prática, haja vista que a prática só existe no sentido do feixe teórico, assim como a teoria só tem razão de ser pelo seu objeto. Então, dialeticamente, a proposição de Genro Filho (1987b, p. 79) de que “uma teoria só possui sua razão de existência em conformidade com a prática” completa-se ao enunciar que a prática só consegue se reconhecer (logo, um exercício de conhecimento) quando seus integrantes conseguem fundamentá-la.

Para fundamentar teoricamente o jornalismo, Genro Filho (1987) traz da filosofia os conceitos de universalidade, particularidade e singularidade e os transfere para a estrutura textual, justificando o texto informativo como aquele que mais se enquadra à natureza do conhecimento do jornalismo, a singularidade. A singularidade é uma forma de apresentar o fato. Mas, para Genro Filho (1987b, p. 81), o fato também traz em si essa forma. A singularidade é uma dimensão real e objetiva do mundo, sendo própria das coisas. Dizer que o jornalismo é um conhecimento que parte do singular significa notar que ele capta o que há de singular do fato, através do texto. Seguindo como o autor o que propõe Hegel (1830, p. 253), o fato traz em si uma forma latente (que faz parte de sua essência) e se relaciona com uma forma que lhe é exterior (uma forma linguística). Digamos que o jornalismo para Genro Filho busque a singularidade como forma latente dos fatos, procurando captar o que os marxistas chamam de concreto¹⁸. Ao captar essa singularidade do fato, o texto jornalístico também dá uma forma que é exterior ao fato, constituindo a transformação do concreto em relato. A singularidade seria um desses modos externos de trazer a concretude do fato, uma forma de conhecer, devido à própria instância singular sob a qual o concreto se manifesta de forma latente. Portanto, quando Genro Filho (1987) aponta a singularidade como uma forma de conhecimento jornalístico, ele não o está equiparando ao senso comum.

O problema identificado na proposta de Genro Filho (1987) está na transposição do conceito de singularidade para a caracterização do

¹⁸Segundo Genro Filho (1987, p. 180), “o avanço do pensamento de Hegel é ter compreendido a interpenetração dialética e a identidade contraditória entre o singular, o particular e o universal como momentos que constituem a realidade objetiva e formam o concreto”.

modo de escrita do texto informativo diário. Ao que parece, o conceito de singularidade ganha uma dimensão exclusivamente retórica e não propriamente conceitual quando subsumido apenas à estrutura do texto. Genro Filho procura traduzir conceitos empíricos da prática jornalística para a dimensão filosófica do conceito de singularidade, assim como Nilson Lage estabelece fundamentos da linguística e da enunciação para explicar esses mesmos conceitos empíricos da prática. Assim, escrever que um “homem de um metro e noventa” é mais singular que “um homem alto” (Genro Filho, 1987, p. 172) – regras do método objetivo de escrita – seria um indício dessa capacidade do jornalismo revelar o conteúdo pela singularidade. Nesse quadro de suposição, Genro Filho (1987, p. 216-220) aponta que a unidade básica de significação do jornalismo é a notícia diária e que a estrutura do *lead* representaria o epicentro da singularidade. Ou seja, a singularidade enquanto potencialidade de toda a prática jornalística fica arraigada a um tipo ideal elementar de estrutura do texto. Se o *lead* serve para o autor propor a inversão da pirâmide, o amarra às regras da estrutura textual da notícia diária.

O que foi chamada aqui de segunda singularidade é a recuperação do próprio conceito de Genro Filho como uma característica anterior ao texto, uma forma de conceituação que o embasa e engloba, visto que considera a busca pela singularidade latente do concreto concatenado pela constituição singular da apuração e do texto jornalístico (independente do gênero). E nesse aspecto, o exercício de Genro Filho (1987) levou a conceituação de singularidade até um caminho que interessa muito. Seguindo o que propõe Genro Filho, mas dando um passo adiante, o jornalismo transforma um fato desconhecido em conhecimento público, revela-o em sua peculiaridade, dando a cada acontecimento uma possibilidade de desdobramento para transformação social e debate público. O jornalismo possui o potencial revolucionário - epistemologicamente falando - de transformar um conteúdo dado em singularidade plena, em urgência, em movimento, em atualidade, em política. Nesse aspecto, o jornalismo é acontecimento por excelência, uma vez que o conceito de acontecimento não está mais somente no referente, mas na articulação textual que coloca esse referente em relação com o contexto, com a intertextualidade e com o processo de leitura. O jornalismo como singularidade atua no âmbito pré-jornal, infrajornal e pós-jornal, ou seja, no âmbito dos atores sociais envolvidos e interessados, nos jornalistas envolvidos na produção e no público que age e reage frente à urgência dos fatos.

Nesse caso, a unidade básica do jornalismo seria aquela matéria que move toda a sociedade no sentido de reflexão e transformação de um dado contexto/situação condição. A unidade básica do jornalismo não é a notícia diária, mas aquele texto que consegue exigir do público um pensamento igualmente jornalístico e por isso público, e por isso polêmico e, por isso palpitante. Como forma de conhecimento, o jornalismo seria um exercício de revelação do real pela singularização de seus aspectos, um desnudar as estruturas, um revelar o que é de necessidade pública e não vem à tona. Mostrar aspectos, estabelecer novos cortes sobre o fluxo de acontecimentos do real que sejam capazes de alimentar a necessidade jornalística do público. Nesse caso, a unidade básica do exercício do jornalismo na prática profissional não seria o texto escrito ou televisionado, mas a capacidade de reportar, de investigar que um jornalista desempenha em sua profissão e, conseqüentemente, vem à tona no texto. A retórica do texto jornalístico e seu modo de apresentação auxiliam na capacidade jornalística de revelação pública. Não são sua base. São a ponta do iceberg. É somente a ponta da pirâmide. O conceito de singularidade não abandona o jornalismo no momento em que o texto capta a realidade e a transfere para o texto, mas permanece, uma vez que articula toda sua dinâmica.

Tal constatação é mais flagrante quando estudos demonstram o uso que diferentes ideologias políticas e comerciais fazem do jornalismo. O jornalismo é um campo que envolve o público, os jornalistas, os textos e o acontecimento em uma relação de verdade¹⁹. Como um campo que necessita desse contrato de veracidade para a sua atuação na sociedade, o jornalismo configura-se em um campo de saber e poder no qual as informações aí veiculadas tornam-se verdades singularizadas, conhecimento rapidamente apreendido e difundido pela coletividade. Muitas empresas (jornalísticas ou não) e governos utilizam a estrutura propriamente jornalística para fins propagandísticos e ideológicos. Em outros casos, a cobertura parcial e o desconhecimento do jornalista contribuem para que o jornalismo seja veículo de ideologias e estereótipos. Recuperando o que já foi citado anteriormente,

¹⁹Nesse aspecto o conceito de verdade aqui explorado parte das três correntes mais conhecidas, debatidas e tradicionais da Filosofia: a verdade como correspondência de um fato que aconteceu na realidade [Aristóteles (2005), Searle (1998) e Tambosi (2005)]; a verdade como o estabelecimento de um acordo mútuo, social e convencional [Habermas (1999) e Meditsch (s/d)]; e a verdade como uma constatação pragmática, na qual primária a melhor adequação entre o contexto, a ação e a linguagem [Dutra (2001) e Gomes (2009)]. Portanto, a verdade jornalística corresponde em parte de seus aspectos uma ancoragem referencial, a um acordo mútuo de construção coletiva da verdade social e aos diferentes agentes que interferem na constituição do que seria verdade em um dado contexto e situação histórica, política e social.

não significa que o jornalismo não exista nesses casos, pois a construção do reconhecimento e a reprodução desses interesses circulam por vias jornalísticas e geram impactos jornalísticos.

Por outro lado, o jornalismo possui um potencial que transcende a visão unilateral, interesseira, interessada ou fruto da incapacidade técnica e da falta de ética do jornalista/ jornal²⁰. Para John Hartley (1996), o jornalismo traz em si a semente da modernidade e da pós-modernidade, da razão e da desrazão, da solidificação de valores e da revolução de crenças e estereótipos. Os jornalistas que buscam a pluralidade de visões, os contrastes opinativos de diferentes articulistas e veículos ou a inovadora capacidade da internet de intervenção de ilimitados atores às versões do fato²¹.

Assim, pode-se afirmar que o jornalismo não é o resultado exclusivo de uma classe profissional (ainda que a profissionalização do jornalista seja fundamental para sociedade pelo conhecimento que tal profissional precisa ter para interferir e mediar os processos jornalísticos), não resulta exclusivamente do jornalismo informativo ou de qualquer gênero textual, não está preso ao conceito de notícia diária, não é produto apenas da produção da grande mídia ou das agências de notícias, não se resume ao código de ética e aos manuais de redação, e sua teoria não está presa nem ao dever ser nem a descrição exaustiva da técnica. A singularidade, quando vista do prisma da capacidade do jornalismo em trazer à mostra fatos que o público precisa ou quer discutir, permite a visão mais ampla que se quer estudar e o que se quer chamar de campo teórico do jornalismo.

A partir da explicação da primeira abertura, também é possível discutir a segunda, conforme o conceito de tessitura da intriga no âmbito do jornalismo. É oportuna e, sem dúvida, evidente, a afirmação de Mayra Gomes (2000, p. 9) de que o jornalismo é um fato de língua, é um texto. Porém, a asserção não rende muitas discussões no âmbito da teoria do jornalismo quando apenas se restringe a críticas próprias das análises da semiologia. As obras com essa característica costumam tender apenas para um exercício de desmascarar o discurso, não operando uma análise propriamente metodológica (na acepção de análise de discurso de Pêcheux), nem teórica (no sentido epistemológico

²⁰ Quando se referir a jornal, estende-se essa definição a todas as tecnologias possíveis no qual o jornalismo materializa sua prática como jornal impresso, revista, sítios noticiosos, telejornal, radiojornal, cinejornal etc.

²¹ Com essa base, fica sem sentido afirmar que o jornalismo irá desaparecer com o advento da internet. Mudar com certeza: aumenta sua amplitude e influência, altera a importância da figura do jornalista e dos jornais, caracteriza maior evidência da necessidade social da notícia, etc.

do termo), mas propriamente política e crítica. Ao conceber a língua como um dispositivo de poder que castra a criatividade artística e política do homem, é natural e conseqüente que o jornalismo aja da mesma forma. Outras abordagens, digamos mais positivas do jornalismo, vão revelar o outro lado dessa consideração, visto que o jornalismo contribui para a coesão social, possibilita a consolidação linguística e a forma uma comunidade (PARK, 1922).

As duas considerações não respondem completamente ao interesse de uma teoria própria, pertinente a ele: a primeira é estruturada para uma visada própria da tradição semiológica francesa influenciada pela tradição sociológica crítica marxista e pela filosófica do niilismo de Nietzsche; e a segunda, responde a uma tradição sociológica do funcionalismo ou do interacionismo simbólico. Ao utilizar esses referenciais teóricos, coloca-se o jornalismo como suporte, trazendo conclusões, criando conceitos e estabelecendo metodologias pertinentes a essas tradições e não ao jornalismo. Ao que parece, o jornalismo fica marginal a essas abordagens já que o objetivo final é provar qual a explicação de um dado discurso e não do jornalismo. Assim, o jornalismo é “fascista como a língua”, “estruturante como os mitos”, “superficial e alienante nas relações de trabalho e troca”, “vital ao funcionamento da sociedade”, “responsável pela unidade de uma língua”, “aglutinador dos diferentes campos sociais”, etc. E por trás está a política, a sociedade, a cultura, a linguagem e a economia, bastando escolher uma delas e aplicar o referencial teórico-metodológico.

A questão é que todas essas considerações conceituais dizem respeito ao jornalismo e todas elas são pertencentes a uma teoria do jornalismo, mas nenhuma delas é constituída por um olhar a partir do jornalismo. Ao estabelecer uma afirmação como “o jornalismo é um fato de língua”, grande parte das abordagens preocupa-se com a “língua” e esquece do “jornalismo”. Tais abordagens descrevem as características da língua, os seus conceitos, suas conseqüências e chamam a isso de referencial teórico da teoria do jornalismo. Se o jornalismo é um fato de linguagem, conseqüentemente os problemas e as soluções do sistema da língua se aplicam a ele. Entretanto, esquece-se da questão de que o interessante seria saber como o jornalismo opera na língua, ou seja, qual é a sua particularidade teórica enquanto agente linguístico. Isso nos leva diretamente à constituição da intriga.

No que tange à tessitura da intriga, o jornalismo filia-se às teorias da ficção, da narratologia e aproxima-se, conseqüentemente, da historiografia. Então, é possível deflagrar a capacidade de narrar do jornalismo, como propiciador de conteúdos que circulam na sociedade,

concomitantemente com sua propriedade de enrijecer/ enfraquecer imaginários e opções políticas. O jornalismo é um agente que reforça a estrutura da língua, mas também a metamorfoseia. O jornalismo forma e deforma a partir da sua própria característica de informar. Por isso está tão suscetível à política, é tão caro ao capitalismo, tão importante para a sociologia e desafiante para a teoria do jornalismo.

No cruzamento das duas aberturas propostas (segunda singularidade e intriga jornalística) a singularidade do jornalismo como uma forma de conhecimento é aquela que, ao passar pelas três fases da narrativa (prefiguração, configuração e refiguração), consegue gerar conhecimento. Esse conhecimento pode advir de um novo acontecimento, contextualização simbólica, ou de um novo arranjo textual, da capacidade de mobilização da opinião pública ou de transformação social. Para cada aspecto citado, a prática do jornalismo se reinventa, propõe novas formas para informar o público, o que fica demonstrado diante da sua história.

O primeiro conceito de singularidade, como proposto por Genro Filho (1987) quando não relacionado à narrativa jornalística, justifica uma visão reduzida do objeto do jornalismo. A mimese da ação seria a singularidade da constituição narrativa do jornalismo, seu epicentro, representado *ipsis literis* pelo *lead* jornalístico. Por isso, o uso ligeiro que se faz da teoria de Genro Filho reduz o jornalismo ao núcleo duro da notícia diária, deixando todo o resto da narrativa a cargo da sociologia, da antropologia e das demais áreas das ciências sociais. Sem dúvida essa é uma explicação lógica. A particularidade representa o corte configurativo e a universalidade está no âmbito do simbólico. A proposição de Genro Filho faz sentido a essa junção entre a forma do acontecimento e a forma mimética do texto. Todavia, com essa proposição nega a completude da prática do jornalismo, doando toda uma grande área de seus interesses para outras disciplinas. O jornalismo estaria sempre fadado a precisar de outra área para explicar demandas que seriam suas, como por exemplo, a capacidade jornalística de repercussão, de singularizar o instante do conhecimento em um processo múltiplo com o público. O acontecimento transforma-se em um fato duro, sem o contexto que é também pertinente à segunda singularidade. E mesmo um conceito de conhecimento social possível ficaria subsumido à correspondência de um relato a um fato, sem levar em conta a própria variedade de sentido que envolve o fato que está sendo contado. Nesse modo restrito de entendimento, o jornalismo não é objeto de conhecimento, visto que não reconhece a dinamicidade do corte que faz no fluxo dos eventos.

Por isso, tangencia-se a singularidade em termos de conhecimento produzido pelo jornalismo como constituído pela capacidade de notar em todas as situações da realidade o princípio que permite chamar a atenção, o interpelar para a ação, para a participação diante de demandas do social (de toda a natureza). O jornalismo possui a capacidade de destacar, singularizar certos aspectos em detrimento de outros. Envolve relações de poder e saber, de estratégias e investimento. Tal visão é próxima da que propõe Genro Filho, mas com avanços.

A união da segunda singularidade com os conceitos da narrativa traz pistas para a constituição da intriga jornalística. A singularidade unifica a ação em torno de seus elementos estruturais, buscando indícios igualmente revelantes no âmbito simbólico. Estabelece um contexto no qual o texto jornalístico identifica o acontecimento, mas também com potencial suficiente para que sua própria tessitura seja singular. E, exige um processo de leitura indispensável, visto que a singularidade é atingida no processo de reconhecimento e transformação dessa realidade transmitida e ritualizada na realidade cotidiana.

Por sua vez, a verdade referencial (que diz que o relato corresponde ao fato) pode ser usada para fins ideológicos vários. Vale destacar que a ideologia, em um determinado aspecto, usa elementos da verdade para se legitimar e em outros utiliza o próprio espaço de verdade instituído socialmente para ser interpretada como tal (como justifica o uso político do jornalismo como propaganda de guerra). No jornalismo acontece com certa frequência casos em que a enunciação não está ancorada no fato, mas essa enunciação entra no jornalismo como verdadeira e gera resultados no público que são verdadeiros. Ou seja, uma mensagem que não corresponde ao fato, mas que mesmo assim é jornalística, visto ter atingido todo o espectro da narrativa e gerado influência no público. Em outros casos, fatos verdadeiros são destituídos de seus contextos, o que gera interpretações equivocadas como se fossem verdadeiras.

Portanto, é possível dizer que existe a verdade no jornalismo, visto que, inclusive, é essa condição de verdade que permite a ele ser considerado uma forma de conhecimento. Contudo, à teoria do jornalismo não cabe apenas verificar os casos verdadeiros, nem de subtrair a eles o que é ou não é jornalístico. Nesse aspecto, a singularidade é uma categoria mais jornalística que a verdade. Porém, é na possibilidade de verdade que a singularidade jornalística ganha força como conhecimento mobilizador. Por isso, a necessidade constante dos discursos em se adaptar a um conceito que reúna singularidade e verdade com intuito de usufruir dessa força do jornalismo na sociedade.

Enfim, essa dimensão narrativa em seu cruzamento com o deslocamento proposto ao conceito de acontecimento pela via da singularidade transforma-se aqui em hipótese possível para se pensar o jornalismo. A transversal do jornalismo demonstra uma quantidade sem precedentes de objetos, de novas formulações teóricas e, estrategicamente, chama a atenção para um modo de fazer teoria que não fique tão atrelada às inovações da prática. Cogita-se, assim, a ampliação do objeto do jornalismo, a problematização de suas categorias, o enfrentamento de suas demandas práticas e uma sintonia maior entre teoria e prática. Sintonia que é de outra via dos propagados estudos articulados com o mercado, que por falta de compreensão da complexidade do objeto acabam redundando em desenvolvimento de tecnologia administrativa mais adequada às empresas jornalísticas.

Como passos da postura teórica, propõe-se a inclusão de toda a narrativa, a não redução da teoria do jornalismo a apenas sua deontologia, a descentralização da descrição das rotinas administrativas das redações, um olhar para o modo como o jornalismo trabalha a interpretação do contexto e constitui novas significações, a não eleição de um gênero como mais importante/ elementar, a inclusão do público na constituição do processo jornalístico, estudar outras áreas buscando a influência da atividade jornalística e propor estudos comparados que reconheçam a teoria do jornalismo.

1.4 INTERSECÇÕES COM OUTROS CAMPOS

Os estudos teóricos em jornalismo no Brasil e no mundo são marcados pela multidisciplinaridade. Pode-se dizer que a noção de interdisciplinaridade/ multidisciplinaridade que começa nos 1970 na Europa e Estados Unidos toma corpo no Brasil como movimento acadêmico a partir dos anos 1990 e caracterizando os estudos em ciências humanas e sociais. Autores como Edgar Morin (1995) e Michel de Certeau (1975) são exemplos dos que indicam a multiplicidade de perspectivas como vantagem na constituição de um conhecimento mais íntegro e complexo da realidade.

Os estudos multidisciplinares nas ciências sociais têm por objetivo unir as disciplinas oriundas da sociologia. Uma variedade de subdisciplinas surge nas ciências sociais ao longo de seus pouco mais de cem anos de existência. Essas subdisciplinas são especializações que se desenvolvem diante da própria magnitude do objeto da sociologia. A

união dos esforços multifacetários para o aprofundamento das abordagens sobre os problemas da sociedade torna a multidisciplinaridade um caminho que consolida o próprio conceito de ciências sociais.

Em outro aspecto, a história (notadamente a francesa a partir dos anos 1970) transforma a multidisciplinaridade em uma peculiaridade dos seus métodos de aferição e de sua capacidade de integrar o campo de estudos com o qual se relaciona. A partir do surgimento de outras grandes disciplinas das ciências humanas - como a psicologia, a sociologia e a geografia - a história coloca-se numa grande discussão em torno da demarcação de seu objeto e de sua colaboração na construção de objetos dessas outras disciplinas. A partir da terceira fase dos *Annales*, os autores de origem francesa enfatizam a necessidade de descentralização da disciplina historiográfica, o que culmina na pluralização de seus objetos de estudo e estruturas teórico-metodológicas – caracterizando a defesa da interface com outras áreas.

O estudo de Barbie Zelizer (2004) sobre a produção teórica jornalística em língua inglesa mostra uma realidade que diverge do sentido de multidisciplinaridade advindo das ciências sociais e da história. A intenção da autora, inicialmente, é similar ao projeto das ciências sociais, visto que objetiva reunir os principais estudos em jornalismo, a partir de diferentes matrizes teóricas, com o objetivo de enfatizar o lema “jornalismo levado a sério”. Contudo, diferente das subdisciplinas da sociologia que propõem uma fundamentação teórica que visa responder aos seus objetos, os estudos em jornalismo usam as bases teóricas de outros campos, tentando encontrar neles explicações para seus interesses. O que, em suma, caracterizaria estudos “extradisciplinares” e não interdisciplinares.

Em grande parte dos casos, o jornalismo está em outras disciplinas como atividade sem referencial teórico, sem aportes metodológicos, sem a definição de um objeto demarcável de estudo. As teorias do jornalismo partem de um conceito de jornalismo alinhavado com a categoria profissional e com a descrição técnica o que, em suma, exige o aporte teórico de outras disciplinas. Assim, usa-se a linguística para descrever os textos jornalísticos; conceitos sociológico-administrativos para estudar as relações ético-profissionais; econômico em sua intrínseca relação com o mercado; ou políticos para explicar a intrincada relação de poder em jogo. Todas essas abordagens são pertinentes ao jornalismo, mas não respondem tanto assim aos interesses teórico do campo epistemológico da área.

A título de demarcação, serão seguidas a sistematização de Barbie Zelizer (2004) e as complementações propostas por Cristina

Ponte (2005b). O objetivo inicial é expor essas principais abordagens, ciente dos riscos que uma indicação lacunar dessa natureza pode suscitar em termos de crítica²². Porém, assim como indica Machado (2006), esse exercício é contrário a algumas conclusões de Zelizer, já que a intenção aqui é estabelecer um olhar crítico sobre a interdisciplinaridade nos estudos do jornalismo que, na maioria dos casos, redunde em circunscrever o jornalismo como objeto de trabalho e não como objeto teórico-metodológico que traga substratos para uma teoria.

Na sociologia concentra-se o maior número de pesquisas em jornalismo. Karl Marx em sua fase pré-manifesto já realiza estudos sobre a necessidade da liberdade de imprensa. Por seu turno, Max Weber (1910) sistematiza os elementos metodológicos de uma sociologia da imprensa. É sob influência de Weber e da escola neokantiana alemã que Otto Groth (1960) demarca os fundamentos para estabelecer o que ele considera a ciência jornalística. A abordagem weberiana, por outro lado, traz os auspícios do estudo comparado em jornalismo e de um tipo de metodologia próxima ao que Lasswell (1927), citado por Herscovitz [2007, p. 124]), depois vai sistematizar sob o prisma do modelo de análise de conteúdo. Outro autor da sociologia que centra estudos sobre a imprensa e recebe influências da escola neokantiana alemã é Robert Park (1904, 1922 e 1940).

Park, jornalista, realiza seu doutorado na Alemanha, tendo como professor Georg Simmel e como orientador Wilhelm Dilthey (PARK, 1904, p. viii). Park acredita que sob a superficialidade do jornalismo encontram-se todos os elementos da sociologia interativa. Recebe ainda influências do pragmatismo de William James e de John Dewey. Como um dos fundadores da escola sociológica de Chicago, Park influencia uma grande quantidade de pesquisadores interessados no papel do jornalismo na sociedade estadunidense, estabelecendo o que ficou

²² Como, por exemplo, faz Elias Machado (2006) ao criticar as várias obras “esquecidas” por Barbie Zelizer, afirmando que a autora restringe os estudos de jornalismo às outras áreas acadêmicas sem revisar as teorias acerca do jornalismo de outros países e algumas das obras estadunidenses (que seriam seminais na opinião do autor). Todavia, Machado (2006) faz essa crítica citando algumas obras no que elas têm de genérico e não, necessariamente, no que elas contribuem conceitualmente para uma autonomia teórica do jornalismo. Aliás, não existe ainda um estudo sistemático das teorias do Jornalismo já empreendidas – uma história teórica do jornalismo, a partir das obras citadas por Machado, ficando demarcada a lacuna, mas não explicitada em que sentido tais obras compõem o escopo do que poderia ser chamada “teoria do jornalismo”. Ressaltamos que as obras em português que pretendem fazer isso [Sousa (2002), Traquina (2004a e 2004b) e Pena (2005)] acabam parafraseando Zelizer sem citar explicitamente a dependência de outras áreas acadêmicas, como faz a autora.

conhecido como interacionismo simbólico²³. É dele, por exemplo, a afirmação de que o jornalismo é uma forma de conhecimento (PARK, 1940), assim como também é o primeiro que atesta a influência do jornalismo na transformação do idioma entre os imigrantes do início do século XX (PARK, 1922).

O interacionismo simbólico, ainda que seja o celeiro sociológico americano, não marca tanto os estudos em jornalismo nesse país como a tradição do funcionalismo, traduzida por Lazarsfeld como “pesquisa administrativa” (ROGERS, 1994, p. 283). É no seio dessas teorias administrativas que a comunicação ganha força entre os departamentos de jornalismo, já que a prática jornalística estará reunida com a propaganda, o cinema e o entretenimento em um conjunto estratégico para o entendimento da conjuntura política e sociológica disseminada pelos meios tecnológicos de comunicação de massa. Autores como Paul Lazarsfeld, Robert Merton, Talcott Parsons e Wilbur Schramm estão à frente de grandes centros de pesquisa financiados pelo governo estadunidense ou por grandes conglomerados empresariais com vistas a entender e, de certa forma, controlar os usos políticos proporcionados pelos meios massivos. Muitos dos alunos e colegas desses pesquisadores voltam suas atenções para o funcionamento do jornalismo, especializando-se em estudos das dinâmicas profissionais dos jornalistas (controle das redações, relações entre patrões e jornalistas, entre os próprios jornalistas, dos jornalistas com as fontes, os critérios de seleção das fontes, as relações com o poder, estabelecimento de parâmetros éticos, defesa profissional do jornalista, organização da empresa administrativamente, corporativismo, etc.), das descrições e causas dos conteúdos veiculados (estudo dos gêneros, classificações, critérios de noticiabilidade, descrição das fontes, demarcação das vozes presentes no texto, sistematização de palavras e expressões mais citadas, etc.), bem como os efeitos esperados e atingidos sobre o público²⁴.

²³Uma de suas orientandas foi Helen Hughes (1940) que escreve um clássico dos estudos em jornalismo (*The News and the Human Interest*) que versa sobre a origem da estrutura simbólica das notícias jornalísticas oriundas do imaginário popular. Nos anos 1960, autores como Erving Goffmann e Gaye Tuchmann recuperam muitos dos conceitos oriundos da escola sociológica de Chicago e criam outros com clara inspiração dessa escola [como, por exemplo, o conceito de teia de faticidade de Tuchmann (1978)].

²⁴Como a estrutura empresarial jornalística e comunicacional brasileira demonstra, o modelo estadunidense tipo exportação, depois de devidamente estudado e amplificado, foi difundido aos quatro cantos do planeta. A estratégia comunicacional aliada aos interesses políticos expansionistas do governo e de *trustes* estadunidenses (principalmente durante a Guerra Fria) fez com que o estilo de vida desse país fosse disseminado pelo mundo e os estudos teóricos acerca da comunicação empreendidos por eles, igualmente.

Por outro lado, uma tradição antagônica à administrativa, é a chamada Teoria Crítica e representada pelos pesquisadores da escola de Frankfurt. Em uma constituição teórica que traz marcas do elitismo cultural de Hegel e do pensamento metodológico e crítico de Marx, os frankfurtianos exercem uma crítica veemente a todas as práticas que possibilitam e são possibilitadas pelos meios de comunicação de massa. Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Jürgen Habermas possuem como marca da identidade genérica que os une à crítica ao jornalismo como inserido no regime da indústria cultural e na era da reprodutibilidade técnica e que, portanto, não mantém as auras artísticas e o potencial político e transformador das obras de arte. Para os pesquisadores inseridos nessa tradição, o jornalismo está fadado à sua condição de empresa capitalista e que trabalha majoritariamente para os interesses do imperialismo político. Ainda que haja uma grande variedade de abordagens dessa escola (o que torna evidente o caráter superficial dessa exposição), prevalecem as críticas ao jornalismo e o argumento da impossibilidade dele beneficiar o público.

Outra área sociológica que é proeminente nas fundamentações conceituais do jornalismo é a sociologia da cultura [como considerada por Raymond Williams (1958)] ou os estudos culturoológicos ou culturais²⁵. Podem-se destacar como representantes “fundadores” dessa corrente Raymond Williams, Richard Hoggart, Eduard P Thompson, Stuart Hall, James Carey e Michael Schudson. Nesse campo, estudam-se os símbolos, rituais, convenções e histórias. Barbie Zelizer (2004, p. 175, 179 e 180) aponta Park como um de seus inspiradores, contudo diferenciando a análise cultural de uma abordagem propriamente sociológica devido à inserção do jornalismo no mundo da representação simbólica. Para essa escola, o jornalismo não estaria inscrito exclusivamente na redoma empresarial-administrativa, mas seria um produtor de cultura. Pode-se dizer que essa abordagem (muito profícua no Brasil a partir dos anos 1980 e 1990), ajuda a ampliar a pertinência dos estudos em jornalismo, ainda que seus representantes não tratem de um possível lugar teórico do jornalismo, justamente por compreender que a interdisciplinaridade é a força de sua proposta. Como assevera Terry Eagleton (2003, p. 109-144), um dos integrantes dessa corrente, essa pluralidade teórica das últimas décadas (que vai do marxismo ao

²⁵ Na classificação de Barbie Zelizer a análise cultural está separada da tradição sociológica. Contudo, ainda que a interdisciplinaridade marque essa categoria de estudos, ela está muito mais próxima de uma sociologia da cultura – uma subdisciplina da sociologia – que inserida em um campo autônomo.

estruturalismo, passando pelas correntes pós-modernas, por vezes pincelando o funcionalismo, com doses de semiologia, muito da psicanálise, da fenomenologia, da hermenêutica e do niilismo nietszcheano) pode esconder resquícios de amadorismo se não revisada em seus objetivos epistemológicos e de intervenção na realidade.

No cruzamento dessa área culturológica, destaca-se o papel que a antropologia traz para estudos que retratam as estruturas míticas das narrativas jornalísticas, o papel do imaginário, as simbologias e rituais que estão presentes na cultura urbana e dos quais o jornalismo participa no reforço, difusão e transformação. Exemplos no jornalismo são os estudos de Cristina Ponte (2004) e Bird e Dardenne (1988). Por sua vez, também próxima à sociologia está a psicologia social, com destaque para os estudos de recepção, de filtro psicológico das informações por parte dos jornalistas (como o conceito de *gatekeeper* de David White, 1950) e do modo de transformação dos conteúdos em imaginários sociais que interferem nas condutas pessoais (MOSCOVICI, 1961).

Da sociologia, é possível caminhar para disciplinas tradicionais como os estudos da linguagem, a política, a economia, o direito e a história. Os estudos da linguagem reúnem ao menos quatro tradições marcantes: a linguística pragmática representada por Wittgenstein, Austin e Searle; a semiótica proposta por Pierce e difundida por autores como Eco e Greimas; a Semiologia de tradição francesa, tendo por representante fundador Saussure e por difusores autores como Roland Barthes (primeira fase) e Julia Kristeva; e os autores da Europa Oriental, advindos dos estudos formalistas da literatura, principalmente os russos e os tchecos, como por exemplo, Bakhtin, Propp e Jakobson. Apesar de apresentados rapidamente e em separado, grande parte dos conceitos discutidos por esses autores são comuns e, por isso mesmo, aparecem associados de diferentes maneiras nos estudos jornalísticos. Os pesquisadores que seguem essa linha teórica estão preocupados com o texto jornalístico, mais especificamente com os signos neles vinculados. A partir dos estudos enunciativos, estruturalistas, discursivos, retóricos e narrativos, etc., os pesquisadores em jornalismo buscam demonstrar os estereótipos, ideologias, condutas políticas, imaginários, as estruturas de poder, etc. Barbie Zelizer (2004, p. 111-127) destaca também as metodologias empregadas nessa modalidade de estudo, como as análises de conteúdo, análises de discurso, formalistas, retóricas e narrativas.

A ciência política aparece como uma das áreas mais tradicionais dos estudos em jornalismo. O interesse pelo potencial político-mobilizador das massas já estava presente nos estudos sobre a formação da opinião pública de Gabriel Tarde (1892), Ferdinand Tonnies e do

próprio Robert Park (1904). Walter Lippmann (1922) é um dos expoentes da análise política sobre o papel do jornalismo na democracia, assim como Edward Ross (1910) denuncia o jornalismo que suprime informações importantes, resultado de interesses comerciais. O papel político do jornalismo tanto no autoritarismo quanto na democracia traz o interesse de Lasswell em analisar o caráter propagandístico de suas veiculações. Assim como um interesse da ciência política pelo próprio funcionamento do jornalismo, explicando o papel dos correspondentes políticos (ROSTEN, 1937), da escolha e do relacionamento com as fontes (GANS, 1979), da dinâmica pela conquista do agendamento midiático (MCCOMBS; SHOW, 1972) ou do papel do jornalismo como fiscalizador do poder público (*watch dog*) – extenuado em análises de casos. Em muitos aspectos, essas abordagens recorrem à ética do jornalismo. Em outros casos, nos usos que os diversos campos fazem para a utilização do discurso exotérico do Jornalismo (RODRIGUES, s/d). Em todos eles está implícito o conceito de jornalismo como uma instituição, como um quarto poder que dinamiza as relações da sociedade civil organizada, do mercado e do governo.

Na intersecção entre as abordagens sociológicas e políticas existem estudos que se preocupam com a dinâmica econômica do jornalismo. Primeiramente, um interesse voltado para a discussão da sustentabilidade financeira dos jornais, que redundava automaticamente na discussão da autonomia editorial de um dado veículo. Nessas circunstâncias, entram em jogo o mapeamento dos grandes conglomerados comunicacionais que detém o monopólio das informações em grande parte do mundo, bem como os implicativos éticos e profissionais diante da dependência das redações dos setores de marketing e propaganda. Ainda, como tema predominantemente econômico, está a capacidade de difusão do jornalismo, verdadeiro dinamizador das trocas de informações, e dispositivo da valoração que caracteriza o capitalismo tardio como comunicacional.

Outro parceiro interdisciplinar do jornalismo é o direito. Os trabalhos nessa intersecção concentram-se na ética jornalística ou na normatividade jurídica sobre a imprensa. São debatidos temas como calúnia, difamação, exposição indevida da imagem da pessoa; no viés da coleta dos fatos, o jornalismo é o foco quando não expõe corretamente as informações jurídicas ou expõe exacerbadamente o acusado – que ainda não é o culpado - (principalmente em casos de crimes penais). Por outro lado, é fundamental na publicidade de todos os órgãos da administração pública (princípio do direito administrativo), sendo o canal de comunicação entre o cidadão e o representante político, o que

possibilita as relações de cidadania. São discutidos também nessa intersecção os direitos do jornalismo como atividade profissional tais como liberdade de expressão ou direito do sigilo da fonte.

Em todas as intersecções pouco se faz na área do estudo teórico do jornalismo na interdisciplinaridade. Estuda-se pouco a outra área teoricamente, sua história epistemológica, filiações conceituais, o processo de formação de seus objetos e suas estratégias metodológicas como uma forma de compreender e de construir um lugar teórico para o jornalismo. A ausência de interesse marca uma atitude pouco pertinente para os estudos teóricos do jornalismo, visto que os pesquisadores possuem a necessidade em utilizar construtos teórico-metodológicos mais sólidos, mas não transformam essa necessidade em identificar “obstáculos epistemológicos” para a constituição de seu próprio campo.

Por fim, outra intersecção para a compreensão das abordagens teóricas do jornalismo no Brasil é a sua inserção no campo da comunicação. O jornalismo atravessa profundamente o campo da comunicação (visto que tem por princípio colocar as informações em comum para toda a sociedade). Além do vínculo epistemológico, o jornalismo no Brasil, majoritariamente, está inserido nos departamentos e nos programas de pós-graduação estrito senso de comunicação²⁶. Com exceção do programa de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina todas as outras pós-graduações *stricto sensu* do país são em comunicação. Acadêmica e politicamente, o jornalismo é uma subárea da comunicação, ainda que existam questionamentos teóricos de ambas as partes quanto a essa vinculação²⁷.

Nos Estados Unidos, as graduações em jornalismo surgem ainda na primeira década do século XX. O primeiro doutorado em jornalismo surge nesse país em 1928. Tanto a primeira graduação quanto o primeiro doutorado foram criados por Willard Bleyer, da universidade de

²⁶ Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em comunicação no Brasil possuem aproximadamente 40 anos (PUC-SP, 1970; USP, 1972; UFRJ, 1972 e UnB, 1974).

²⁷ Como indica a tese de Richard Romancini (2006, p. 191-200), surge na comunicação, diante da reestruturação político-epistemológica de sua tabela de áreas de conhecimento em 2005, a proposta de grande parte dos pesquisadores da área (por exemplo, os estudos realizados por alguns de seus expoentes nacionais – como Maria Immacolata Vassalo Lopes, José Luiz Braga e Etienne Samain), de que o jornalismo (assim como as demais habilitações) seria uma profissão e que, por isso, não se caracterizaria como subárea. Na ocasião, a proposta não foi aceita, porque outras subáreas como propaganda e cinema também perderiam o status de subárea, o que acarretaria a redução de verbas dos órgãos governamentais de fomento para estudos focados nessas subáreas. O jornalismo, por outro lado, reforça-se institucionalmente para tentar atingir uma autonomia política dentro da comunicação, propondo a transformação dessa em ciências da comunicação – o que, automaticamente o credenciaria a ser chamado de ciência – ao menos politicamente.

Wisconsin. Como atestam Everett Rogers (1994) e David Sloan (1990), os formandos de Bleyer foram importantes pesquisadores no jornalismo que se responsabilizam por espalhar por todo o país a pesquisa e por fundar seus departamentos específicos. Também são esses pesquisadores que influenciam e/ou são influenciados por Wilbur Schramm na criação dos cursos de comunicação nos Estados Unidos. Outros resistem aos cursos de comunicação, mantendo as graduações e pós-graduações em jornalismo.

Tomando como premissa explicativa o aspecto político da formação dos estudos em comunicação em relação aos de jornalismo no Brasil, é possível notar como, de certa maneira, os problemas que cercam a comunicação atingem de maneira direta ou indireta os estudos em jornalismo. A comunicação estabelece relação conturbada com a prática e de certa forma isso é diferente da realizada pelo jornalismo. Enquanto as teorias da notícia vinculam-se à prática profissional e à mimese do acontecimento, a comunicação nasce de um processo de separação entre teoria e prática (LIMA, 2001, p. 36); (BERGER, 2002, p. 142). Consequentemente, as práticas (os fenômenos comunicacionais e as profissões) são consideradas limitantes ao processo de reflexão teórica e à definição do objeto da comunicação.

No caso da comunicação, contribui para isso a indefinição entre seus teóricos de um objeto próprio de estudo. Os objetos da comunicação partem do já amplo estudo das mídias, passando pelas relações informacionais, cibernéticas e matemáticas da comunicação, pelo processo de interação social, comunicação interpessoal, retórica até a abrangência de todo o universo sógnico. Essa amplitude divide teóricos entre a expansão indefinida do campo da comunicação a ponto de estabelecê-la como uma superdisciplina, ou sua restrição ao estudo da mídia, ou passando pelas definições de sua natureza transdisciplinar (Lopes, 2003, p. 289) ou que a comunicação é formada pela união de muitas disciplinas. O resultado disso é uma pluralidade de disciplinas oferecendo referenciais teóricos para o suporte e a justificação do modelo básico de comunicação proposto por Lasswell em 1927.

Como exemplarmente indica o estudo de Robert Craig (1999), o campo da comunicação pode ser concebido como a confluência de sete tradições teóricas: tradição retórica, semiótica, fenomenológica, cibernética, sociopsicológica, sociocultural e crítica. Para Craig (1999, 132-134), em cada uma dessas tradições há uma definição teórica para a comunicação, problemas enfrentados diante de certas definições do campo, um vocabulário metadiscursivo, uma lógica interna na aplicação desse metadiscurso e um conjunto de acontecimentos que se enquadram

a suas preposições. Para o teórico, a solução para unificar o campo seria o cruzamento de similaridades e diferenças entre os diferentes campos teóricos, reconstituindo o lugar epistemológico da comunicação.

Diante desse quadro de influências sobre a comunicação proposto por Craig (1999) - que não incluem as relações interdisciplinares com as demais áreas, como a sociologia, a política, a economia ou a história -, tem-se a dimensão do desafio de definições restritas ou amplas em demasia para o campo epistemológico. Poderia-se restringir o quadro acima exposto às abordagens de cunho sociológico, o que reincide em setores tradicionais tais como o funcionalismo, o estruturalismo, a teoria crítica e os estudos culturais. Indubitavelmente, é sob a influência desses paradigmas sociológicos que a disciplina teoria da comunicação e os livros sobre o assunto evidenciam seu enfoque. E é nesse espaço, por conseguinte, que atividades tais como jornalismo, propaganda, cinema e o design buscam seus espaços teóricos.

O jornalismo como campo teórico, por vezes, defende sua inserção no âmbito teórico da comunicação. Em outros casos, defende sua autonomia teórica, principalmente por causa da definição mais explícita de seu objeto de estudo, que seria apenas a prática. Entretanto, assim como na comunicação – talvez numa relação mais intrínseca que gostaria -, no jornalismo as mesmas áreas exercem influência teórica e epistemológica. No Brasil, isso acontece também por causa da organização dos departamentos de comunicação social/ habilitação em jornalismo e das pós-graduações em comunicação, o que resulta no compartilhamento das fragilidades teóricas e epistemológicas entre área e subárea. Índice disso é a própria obra de Barbie Zelizer que evidencia dependências teóricas muito similares.

É esse um panorama rápido sob o qual as teses em história do jornalismo estão inseridas. A comunicação tem a necessidade do apoio de conceitos e métodos de outras áreas. Esse aspecto poderia ser justificado sob a classificação do caráter “multidisciplinar do jornalismo” – acompanhando outra definição da comunicação. Posição por enquanto colocada em suspensão, visto que está se tratando de um objeto mais restrito que o da comunicação. Não que seja menos complicado ou polêmico. Como já visto pelo quadro traçado nos tópicos anteriores, um lugar incipiente, com poucos conceitos e muitas lacunas.

2 PERCURSOS DO CONCEITO DE HISTÓRIA

Assim como o jornalismo, a história trabalha com o texto. Ambos, exercícios textuais que reapresentam eventos humanos. As duas atividades possuem uma figura central: o jornalista e o historiador, respectivamente. As duas discutem o modo como suas práticas interferem na construção epistemológica de um campo de saber. A história possui maior tradição acadêmica, enquanto o jornalismo, relação mais próximas às empresas jornalísticas, ao sistema de mercado. E as duas áreas possuem estreitas ligações com a política, com a propaganda, com literatura e com a ideia que as pessoas fazem do mundo. Trabalha-se aqui com dois setores estratégicos para sociedade política e acadêmica.

Ainda que ocorram muitas semelhanças, é um erro definir o jornalismo como uma espécie de história do presente ou uma prática histórica simplificada, ou que a história do presente é um estilo aprofundado de jornalismo. Todavia, é notável o papel que a dinâmica do jornalismo exerce na construção das abordagens históricas. O jornalismo, antes visto como documento valorativo, de imprecisão histórica e dissociado da verdade, agora tem papel estratégico na exposição do contexto da vida em sociedade. O estudo dos jornais permite a compreensão do modo como as pessoas de uma época veem o mundo e constroem suas verdades sobre ele. A história não só valoriza o jornalismo como documento, mas reduz a importância do conceito de documento a favor da constituição de um saber sobre o que as pessoas viveram no passado e como, anacronicamente, é possível entender fatos do presente recuperando a compreensão que o passado tinha de sua contemporaneidade.

O jornalismo carece de auxílios de outras ciências que voltam seus estudos para o passado recente, ou para a compreensão de demandas do presente com o fim de realizar prognósticos. Essas áreas não deixam de agir jornalisticamente, visto que tornam os fatos contemporâneos públicos, polêmicos e discutíveis. E o jornalismo, como dispositivo amplo de divulgação e de acesso público ao conhecimento científico e político, torna-se *locus* desse extravasamento.

A estratégia ativa de intervenção do intelectual nos problemas contemporâneos também acomete os estudos históricos. Ainda que seja possível citar a história do tempo presente como expoente nesse sentido, percebe-se nas ecléticas abordagens históricas (e de seus críticos também) a preocupação com a interpretação que o passado pode

oferecer com vistas à atuação no presente. Pode-se afirmar que as diferentes abordagens da historiografia ou da filosofia da história trazem para além dos interesses teóricos, um interesse ético implícito. O historiador transforma o fato que está historiando em teoria e ação, em epistemologia e política, em fato e em sentido. E talvez aí esteja mais um vínculo com o jornalismo, visto que a atuação prática de seus atores suscita uma dúvida epistemológica imanente, a qual diferencia e problematiza essas duas áreas. Mesmo com muito mais respaldo e tradição que o jornalismo, a história apresenta uma dubiedade que a “enfraquece epistemologicamente”. Utiliza-se enfraquece porque o conceito de epistemologia mais aceito tergiversa que o conhecimento precisa ser o mais exato, verdadeiro e coerente com a realidade. Mas, a realidade tratada pela história não é a mais exata e coerente para ser totalmente justificada. A posição do historiador é daquele que narra, constrói uma história e escolhe as fontes entre todas as disponíveis (que já são selecionadas em relação à totalidade possível).

Diferente da posição do jornalista que pauta sua atividade pela atualidade, o historiador possui o tempo que quiser para realizar sua pesquisa. Sua matéria não é fugaz como a atualidade. Todavia, o historiador depara-se com a complexidade de acontecimentos já construídos e, em sua maioria, inacessíveis à experiência. Para recontar esse fato, ele precisa prefigurá-lo (copiar o acontecimento em sua dinamicidade), configurá-lo (transformá-lo em uma história a ser contada), o que resulta numa narrativa refigurada (interpretada no processo de leitura) de outras narrativas. Ou seja, o historiador precisa também ser público, ser leitor, para daí reconstituir fatos conforme a configuração por ele estabelecida. Nisso, o historiador enfrenta desafios teóricos similares aos do jornalismo, pois precisa transmitir em palavras fatos que aconteceram e que precisam ser passados como aconteceram, recorrendo aos estatutos da narrativa para constituir a percepção de seu trabalho. Em concomitância, o historiador necessita da política, da sociologia, da economia, da geografia e da antropologia para demarcar mentalidades de uma época, epistemes e regularidades.

O estudo do conceito de história aqui empreendido deve passar pelos mesmos marcadores do capítulo anterior. O percurso inicia com a abordagem sobre alguns fundamentos da disciplina histórica, citando seus principais autores e teorias. Posteriormente, apresenta o privilégio da mimese do acontecimento referencial – principalmente dos acontecimentos ligados ao estado e à igreja – dentro de um escopo realista proposto pela teoria histórica. Tangencialmente, destaca os embates de diferentes correntes teóricas sobre como a história deve

estudar os acontecimentos. Aponta-se a influência da sociologia e dos textos das duas primeiras fases da escola de *Annales* francesa, a discussão hermenêutica e neokantiana proposta por Dilthey e pela escola neokantiana alemã, bem como a exposição de alguns representantes do neopositivismo na história, como Hempel e Nagel.

Na sequência, o capítulo evidencia a preocupação dos teóricos da história com a construção discursiva, narrativa e literária. Tomando como base o panorama realizado por Ricouer (1983, p. 205-249), percorre a discussão levantada por Paul Veyne, representante da abordagem narrativa da nova escola cultural francesa, bem como a recuperação de alguns autores das tradições narrativistas, literárias e retóricas da história inglesa e americana, principalmente Hayden White.

Também são destacadas as avaliações realizadas por Paul Veyne (1971), Michel de Certeau (1975) e Paul Ricouer (1983, 1984, 1985 e 2000) que buscam constituir a particularidade e pertinência do exercício histórico a partir da história das teorias históricas. Esses autores realizam avaliações do percurso das diferentes compreensões sobre a história e propõem um olhar a partir da história, em uma transversal (semelhante ao movimento realizado sobre o jornalismo no capítulo anterior). O objetivo deles é propor como relacionar as teorias do acontecimento às inovações das teorias narrativistas. Por fim, o capítulo mostra como a história recebe influências de outras áreas nessa tarefa.

As quatro categorias observam o modo como é definido o objeto da história (a realidade passada); o discurso escrito do historiador sobre esse objeto (a historiografia); e o estudo da relação possível entre o objeto e o discurso, que Hayden White (1992, p. 3) chama de “filosofia da história” e que aqui é tratado sob a insígnia da transversalidade. Na relação desses três aspectos do estudo da teoria da história, pretende-se realizar um mapeamento das teorias que evidenciam o acontecimento como determinante da teoria; a narrativa como aspecto central para a compreensão histórica; e aquelas abordagens que visam integrar o discurso histórico para concepções que levem em conta as contribuições de diferentes teorias para a compreensão da história enquanto escrita, objeto, método e epistemologia.

2.1 ACONTECIMENTO HISTÓRICO

As abordagens sobre o acontecimento na história são entendidas aqui a partir de duas oposições. A primeira oposição é de metodologia,

uma vez que algumas correntes defendem que o fato determina o contexto e outras dedicam atenção a condições culturais e sociais que determinariam tais fatos. A segunda oposição é epistemológica, pois algumas correntes tentam comprovar a cientificidade da história através da explicação, ou seja, visam estabelecer leis de causalidade e predição de um acontecimento por meio de regularidades; enquanto outras aceitam a compreensão, entendendo que a história não busca a regularidade nos acontecimentos, tal qual nas ciências naturais, mas estudá-los em sua unicidade, determinando as características que o singularizam como acontecimento histórico.

Tomando essas duas oposições, a historiografia como campo de saber que busca a cientificidade surge com a consolidação do historicismo do século XIX na chamada escola metódica alemã. Essa escola justifica a existência de um saber histórico organizando a metodologia do trabalho do historiador, preocupado em recontar um determinado fato do passado. Em oposição ao método dessa escola, surge a escola de *Annales*, que se preocupa com a estrutura social, econômica e cultural que determinam os acontecimentos.

Paralelo à discussão metodológica, o embate epistemológico da segunda oposição situa de um lado a tradição neokantiana de autores como Dilthey e Weber que defendem a compreensão como característica da ciência histórica e de outro os neopositivistas anglo-saxões como Hempel e Nagel que estudam as leis da história a partir da explicação.

Como contraposição e complemento às duas oposições manifestas aqui (uma no nível da metodologia e outra da epistemologia), torna-se importante expor mais uma corrente, que concebe a história como ontologia: a teoria marxista da história. Essa teoria coloca em dialética a subjetividade e a objetividade, o fato e a estrutura. Além disso, Marx não é considerado um historiador (no sentido positivo e metódico do termo), mas um filósofo da história. Como tal, a visão de história de Marx não dissocia o projeto epistemológico do projeto político. Entretanto, os métodos de Marx são usados por grandes historiadores como Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e Agnes Heller.

Tais correntes teóricas foram selecionadas porque enfatizam o papel do acontecimento na consolidação do campo historiográfico, seguindo proximamente ao que propõe Paul Ricoeur (1983, p. 137-173) e Reis (2004, p. 15-49). Elas trazem também a marca do tempo, já que assistem à gradual decadência da filosofia da história em oposição à ascendência das ciências humanas. Como demonstra Foucault (1966), o século XIX pode ser chamado do “século das ciências humanas”, assim

como o XVII fora para as ciências naturais. Disciplinas como economia, sociologia, psicologia e antropologia emergem como campos de produção de conhecimento, atendendo a uma região igualmente específica de fenômenos da natureza que sofrem a interferência humana. Evidencia-se a preocupação dos teóricos em responder demandas de uma sociedade em crescente transformação, em que descobertas científicas, o aumento do fluxo de pessoas, de capacidade de comunicação, as mudanças econômicas e a pluralidade política modificam a natureza e a vida dos homens.

A história como disciplina particular, com um corpo de pesquisadores e com a tentativa de constituição de um método próprio, puxa essa escalada pela especificação. Segundo Reis (2004), a historiografia nasce com o escopo de autonomia científica na escola metódica alemã. Constituída por historiadores como Niebuhr e Ranke, a escola prevê a coordenação metodológica do trabalho do historiador, prescrevendo a neutralidade como forma de estudar o passado no intuito de manter a filosofia longe de suas práticas. Os historiadores objetivam estabelecer uma especificidade frente à forte tradição da filosofia da história, já que essa utiliza a história para propor projetos para o futuro da humanidade.

No pensamento alemão, Ranke é considerado o antídoto para Hegel, maior representante da filosofia da história (REIS, 2004, p. 15). Contudo, como mostra Reis, a pretensa neutralidade não é assim tão neutra, visto que, em grande medida, o historicismo alemão responde ao interesse desse país em se unificar. Até nisso Ranke difere de Hegel, haja vista que este vê a revolução francesa e o iluminismo com bons olhos, enquanto aquele descarta os ideais filosóficos da história e rebaixa o pensamento francês às custas de uma forma de estudo da história genuinamente alemã. Basta lembrar que as primeiras duas décadas do século XIX são marcadas pelo expansionismo napoleônico e que, durante o século todo, a Prússia (atual Alemanha) e a França estão em guerra. Essa contextualização, inclusive, descaracteriza a escola metódica como positivista aos moldes de Comte. Muitos historiadores chamam essa escola de positivista, o que não corresponde à intenção de seus autores. Seguindo o que expõe Reis (2004, p. 26-27), essa escola é positiva (apóiam-se em fatos, na experiência, em noções *a posteriori*, evitando a especulação), mas não partilha dos ideais comteanos e dos positivistas que buscam leis na história. Opta-se aqui para expor essa escola pelos termos “positiva” e “metódica”, ao invés de “positivista”.

Para White (1973, p. 175-176), o historicismo positivo enfrenta as demais formas de pensamento do realismo do século XIX em três

frentes demarcáveis: a arte, a ciência e a filosofia. Na arte, escola metódica combate o romantismo estabelecendo um quadro verdadeiro e documental para o passado, retirando da narrativa e do processo de investigação qualquer traço de fantasia, de ficção. Em outro aspecto, os historiadores não aceitam o idealismo romântico, ainda que como esses artistas, privilegiem muito mais os sujeitos e os acontecimentos do passado do que, necessariamente, o conjunto da sociedade. Na ciência, combate o positivismo de Comte, visto que o ideal de progresso e o projeto de racionalização como ordenadores de uma visão holística para os fatos do passado não estão entre as propostas de Ranke ou Niebuhr. Também não aceitam a aproximação, defendida pelos positivistas, das ciências históricas às ciências naturais (ainda que alguns de seus métodos advenham do ideal cientificista das ciências naturais), posição que vincula o trabalho do historiador a formulações de leis que determinam o passado. E, com maior ênfase, esses historiadores combatem o legado de Hegel, a filosofia da história. O historicismo caracteriza-se pela rejeição ao idealismo, à abstração das coisas materiais e à visão da história como “um poderia ser” ou como “dever ser”. White (1973, p. 176) diz que “Ranke rejeita qualquer coisa que impedisse o historiador de ver o campo histórico em seu caráter imediato, particular e vivido”. Para distinguir dos outros realismos, White chama esse programa de “realismo doutrinário”.

A fim de distinguir a concepção peculiar de “realismo” que ela promovia naquele tempo e diferenciá-la das concepções românticas, idealistas e positivistas de “realismo” contra as quais foi proposta, eu a chamarei de “realismo doutrinário”, pois supõe ser o realismo um ponto de vista que não deriva de concepções explícitas sobre a natureza do mundo e seus processos, mas que presume que a realidade pode ser conhecida “realisticamente” por um repúdio consciente e consistente das formas em que uma arte, uma ciência e uma filosofia distintivamente moderna aparecem (WHITE, 1973, p. 176).

Ranke propõe que a tarefa da história é estudar a particularidade, os eventos e as individualidades, aspirando o acontecimento humano. Nisso, determina o papel do historiador como aquele que traz à tona um fato do passado através do exame criterioso dos documentos disponíveis. Para essa escola, o método do historiador é fundamental

para a produção de um conhecimento científico em história. Como um de seus critérios de validação dos documentos, a escola metódica elege os acontecimentos ligados à constituição e manutenção do estado. Reis (2004, p. 15) afirma que Ranke considera principalmente os documentos diplomáticos como válidos para conclusões verdadeiras sobre o passado. Além desse critério para eleição dos documentos, acontecimentos e individualidades pertinentes, há alguns postulados metodológicos que importa destacar:

- a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou;
- b) não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados (...);
- c) a história – *res gestae* – existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos;
- d) a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são “substâncias” dadas através dos documentos “purificados”, restituídos à sua autoridade externa e interna;
- e) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos *a priori* subjetivistas;
- f) a história ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores. (Bourdé e Martin apud Reis, 2004, p. 17)²⁸.

O pensamento da escola metódica ou positiva apresenta o espírito da história através das individualidades, cada uma dotada de sentido próprio. O historiador deve se firmar nos eventos, expressão mais acentuada dessa individualidade. Porém, como explica Reis (2004, p.

²⁸ Torna-se interessante a comparação com o jornalismo, especificamente com o discurso ético profissional que emerge no século XIX e propõe, com poucas diferenças, os mesmos postulados de isenção ao trabalho do jornalista. Ao mesmo tempo, é relevante observar como a narrativa é subsumida nos dois campos a uma função referencial, ainda que a estrutura narrativa difira (uma prega a cronologia, a outra a estrutura do lead).

16-18), há uma ligação entre individualidades particulares – indivíduos – e individualidades coletivas – nações, épocas etc. Fica a cargo do historiador traçar as conexões através dos eventos com vistas a perceber o conjunto de manifestações dessas individualidades em eventos integradores, o que sistematiza o espírito de uma época, a história. O estado figura como sujeito integrador e universal de manifestação dessa individualidade na história. Nisso, Ranke guarda traços das filosofias da história, pois por trás de sua pretensa objetividade organiza a trama pela constituição do sentido de estado e de nação. Por isso, a escola metódica alemã interessa-se pela sucessão de acontecimentos organizados cronologicamente que contam a formação dos estados e dos povos em uma dada época. Por esse viés, os fatos “narráveis eram os eventos políticos, administrativos, diplomáticos, religiosos considerados o centro do processo histórico, dos quais todas as outras atividades eram derivadas em seu caráter factual”. Esse é o objeto da história para os historicistas positivos.

Na França, os métodos de Ranke e Niebuhr são utilizados a partir da segunda metade do século XIX. Historiadores franceses como Monod, Lavisse, Langlois e Seignobos estudam na Alemanha e reproduzem as lições da história metódica nas universidades francesas. Todavia, como conta Reis (2004, p. 20), a história é traduzida para o espírito francês. Se na Alemanha o foco de enfrentamento e, conseqüentemente a base, é a filosofia da história de Hegel, na França essa fundamentação acontece a partir da história iluminista. Ainda que não assuma esse fundo filosófico, os historiadores positivos franceses estabelecem em suas obras posturas próprias do iluminismo como o sentido de progresso, a evolução, o esclarecimento de seus atores e o direcionamento a uma sociedade igual, fraterna e livre.

O maior expoente da história positiva francesa é Fustel de Coulanges (2005) e sua obra principal, “A Cidade Antiga”, é o marco exemplar do método empregado por esses historiadores. Pode-se dizer, assim como faz Reis (2004, p. 25), que Coulanges “é uma espécie de anti-Michelet”²⁹. Enquanto este está interessado em resgatar uma sacralidade do passado, imbuindo sua história de poética e imaginação,

²⁹ Historiador romântico francês, Michelet idealiza em sua obra sobre a revolução francesa os “verdadeiros heróis da revolução” – aqueles do povo que participam espiritualmente dos ideais desse movimento. Michelet busca no passado as marcas de uma França heróica, da constituição de nacionalidade, de uma nação. Como indica Dosse (2000, p. 130-134), a obra de Michelet busca a sacralidade da nação, uma história que serve não apenas como retrato, mas também como sentido, transfigurando estruturas míticas cristãs como “ressurreição” ou “imolação” para a construção heróica.

Coulanges centra sua abordagem na análise descritiva dos fatos, buscando constituir a história como uma ciência passiva e paciente, que não revela os fatos a partir das ideias, mas extrai as ideias da própria observação dos fatos. Assim, Coulanges (2005) explica o surgimento e desenvolvimento do estado antigo a partir da descrição da religiosidade de gregos e romanos, baseada no culto aos antepassados. Para o autor, do culto aos antepassados advém a propriedade privada e é do crescimento dos clãs que surge a concepção de coisa pública³⁰.

Os historiadores positivos exercem hegemonia na disciplina histórica na França até a década de 30, marcadamente até a ascensão do paradigma (ou paradigmas) da chamada escola dos *Annales* a partir de 1929 com Marc Bloch e Lucien Febvre. A importância e sucesso dessa escola - que surge a partir da publicação da revista de *Annales d'histoire économique e sociale* - estão vinculados à já anterior ascensão da sociologia de Émile Durkheim e ao papel que os estudos sociais têm para a história. Causa grande impressão nos historiadores dessa primeira fase dos *Annales* a crítica exercida contra os historiadores positivos por François Simiand (1903) a partir do texto “Método Histórico e Ciência Social”. Nele, o autor durkheimiano não só expõe o programa da sociologia para a história como também rechaça os três ídolos da “história historicizante”: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Ricouer (2000, p. 201) expõe que a escola de *Annales* recusa “a singularidade, a do acontecimento e a dos indivíduos, a cronologia escandida pela narração, o político enquanto lugar privilegiado da inteligibilidade”. Em contrapartida, defende a interferência ativa do historiador no arquivo frente à antiga passividade pregada pela história metódica e uma procura constante “pelas regularidades, pela fixidez, pela permanência”.

A revolução no conhecimento histórico começará no exterior da disciplina, para se tornar, depois, interior. Sob o impacto das ciências sociais, a comunidade de historiadores se dividiu: havia os que defendiam o método histórico tradicional, com seus valores e pressupostos, e os que aderiram ao novo ponto de vista das ciências sociais. A luta interna e a história efetiva darão

³⁰ Importante destacar que Coulanges é muito respeitado pela nascente sociologia durkheimiana. O autor não sofre muito das críticas dirigidas à escola metódica francesa, uma vez que é considerado um antecessor do método sociológico de investigação defendido por Durkheim.

“razão” ao lado que assumiu o ponto de vista das ciências sociais (REIS, 2004, p. 74).

A obra de Bloch *Apologie pour l'histoire ou Metier d' historien*³¹ constitui um manual do ofício do historiador, um manual que atende à característica do historicismo de preocupar-se com a metodologia, mas com um sentido renovado, atento à emersão dos campos das ciências sociais e interessado em expandir os interesses da história. Como descreve o autor, no processo de elaboração da história está a atividade do historiador, com seus métodos, sua preocupação com os documentos, com um corte de verdade referencial e de dispor os assuntos sob a forma de uma narrativa fidedigna. Mas, ao contrário do historicismo que lhe antecede, não determina como objeto da história exclusivamente o passado, mas a relação entre o passado e o presente (Bloch, s/d, p. 25-26). Além de uma relação temporal, a história é uma ciência humana, “uma ciência dos homens no tempo”. Assim, “o historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração”, de tempo. Nisso, Bloch inaugura uma nova conformação para a temporalidade na história. Pode-se dizer que ele inaugura o conceito estendido de temporalidade no qual a história passa a estabelecer seu interesse. O acontecimento único e singular, envolvido em um relato cronológico, passa a estar envolto nessa categoria de duração. O tempo deixa de ser apenas uma medida para o relato do historiador – como faz o relato cronológico – e passa a ser “realidade concreta e viva volvida à irreversibilidade do seu impulso, o tempo da história é, pelo contrário, o próprio plasma em que banham os fenômenos, e como que o lugar de sua inteligibilidade” (Bloch, s/d, p. 29-30).

O combate de Marc Bloch (s/d, p. 31-36) contra os estudos das origens dos eventos ou das ações de indivíduos justifica o estudo minucioso do contexto que forma a mentalidade de uma época. Nisso, “os homens parecem-se mais com o seu tempo que com os seus pais”, ou seja, são envolvidos pelas instituições, pelas ideologias, pelos modos de produção e pelas peculiaridades do lugar em que vivem e nos quais os fatos são constituídos. “Nunca um fenômeno histórico se explica fora do estudo do seu momento”, ou seja, sem a exposição devida do contexto. Outro tópico da definição do objeto da história por Bloch credencia o passado pelo conhecimento do presente, diferenciando

³¹ Essa obra é publicada por Lucien Febvre a partir dos manuscritos de Marc Bloch que morrera durante a II Guerra Mundial, antes de terminar a obra.

assim o trabalho do historiador do trabalho do antiquário (que se preocupa apenas com curiosidades do passado). Do mesmo modo, Bloch (s/d, p. 37) critica alguns de seus colegas que definem décadas recentes como não pertinentes à história. Como exemplifica o autor, esses outros historiadores dizem “num tom respeitoso” que esses fatos são “sociologia” ou “com menos consideração, jornalismo³²”. Com essa consideração, Bloch completa sua crítica aos historiadores (antiquários) que se prendem ao passado ou àqueles que julgam de seu domínio exclusivo o presente, a coisa viva: “de uma banda, um punhado de antiquários ocupados, por deleite macabro, em desenfaixar os deuses mortos; de outra os sociólogos, economistas e publicistas: os únicos exploradores das coisas vivas...” (BLOCH, s/d, p. 38). O objeto da história, ao final desse percurso fica definido pelo autor como: “uma ciência dos homens no tempo e que tem de vincular incessantemente o estudo dos mortos ao dos vivos”. Uma posição dissociada da tradição anterior, tendo em vista a possível proximidade com a filosofia da história.

Mas, em lugar da filosofia da história, os historiadores dos *Annales* acenam para uma colaboração muito mais científica, ainda que isso vá custar a particularidade da visada histórica, bem como sua antes proclamada independência metodológica (que também é duvidosa). Bloch prossegue em seu livro destacando particularidades da prática do historiador, sempre visando afastar-se do pensamento exclusivista dos historiadores historicistas e comparar/aproximar-se dos problemas metodológicos das ciências que analisam o presente, como a sociologia ou a economia. Ele passa a descrever o acesso às fontes do historiador como indiretas, dependentes de investigação e análise crítica. Discorre ainda sobre as qualidades que o historiador precisa para analisar e compreender os acontecimentos do passado, mais uma vez suspendendo a posição neutra do historiador pregada por Ranke. Trata-se, portanto, de um discurso parcimonioso, de afastamento do discurso rígido dos historicizantes em direção à amplitude temática e às metodologias das ciências sociais. Uma abertura temática com a importação de controles de outras disciplinas, em especial nesse momento a demografia, a economia, a geografia e a sociologia.

³² Interessante aqui, deixando de lado o despreço do autor, a compreensão do jornalismo como um relato próximo à história – mas com vistas ao presente. Essas fronteiras são embaralhadas ainda mais com a história do tempo presente – com clara ligação a essa proposta de Bloch -, bem como, com a produção jornalística de grandes reportagens e o interesse de pesquisadores de jornalismo sobre o papel desempenhado por essa prática em contextos históricos de algumas décadas.

O texto de Bloch também designa a história como ciência. Porém, não do modo das ciências naturais, como pregado pelo positivismo do século XIX, ou como compreendida antes dos abalos sofridos pela matemática e pela física no início do século XX (cuja teoria da relatividade de Einstein é o abalo mais cabal). Como contextualiza Reis (2004, p. 98), “a ideia de ciência tinha se tornado mais flexível: ao rigorosamente mensurável se substituíam o provável, a relatividade da medida”. Febvre, por exemplo, define a história como “a ciência dos homens no tempo”. Essa visada científica da história percorre igualmente a segunda fase da escola, em interface com as ciências sociais que, de certa maneira, ajudam a história no processo de sua validação epistemológica. Fernand Braudel destaca o conceito de longa duração e a estruturação dos eventos no interior de conjunturas sociais e geológicas. Outros historiadores dessa fase acentuam as contribuições da demografia e da estatística, quantificando seus métodos na busca pela certeza científica.

É nessa segunda fase dos *Annales* que as características da escola ficam evidentes. A história para Braudel é estruturada em uma relação temporal, opondo o ídolo cronológico, criticado por Simiand. Para ele existem três temporalidades, três domínios em que a história explica a realidade: uma história quase imóvel que trata a relação do homem com o seu meio geográfico; uma história lenta, que trata dos ciclos econômicos e das estruturas sociais; e uma história de acontecimentos, capaz de relatar a experiência do indivíduo e as oscilações breves da vida cotidiana e presente. Como unificadora dessas temporalidades na história e fundadora da evolução dos homens e das coisas estaria a longa duração, ou seja, um discurso histórico que interliga natureza e cultura, permeando todas as relações possíveis. Braudel praticamente “congela a história”, incluindo em sua tarefa a descrição das estruturas mais permanentes em qualquer sociedade, superando, inclusive, a lentidão da temporalidade geológica. Dosse (2001, p. 165-170) conclui que, nesse tipo de análise, o homem está cada vez mais fora do centro de atenção da história, visto que são ações permanentemente e inconscientemente repetidas que governam as ações humanas e precisam ser estudadas e descritas. Essa tendência repercute em estudos de forte cunho estruturalista, preocupados com a serialização temática associada a variantes quantitativas, de repetição de ações e fenômenos, de estabelecimento de leis específicas de consonância de um dado momento histórico ou fato que se repete em condições similares ao longo da história.

Como observa Reis (2004, p. 102), “essa segunda geração, estrutural e conjuntural quantitativista vive um momento de euforia científica”. A compreensão de Marcel Mauss de fato total e a crítica/contribuição/aproximação ao estruturalismo antropológico de Levi-Strauss tornam serializações e resultados matemáticos proporcionados pela recorrência dos eventos fundamentam conclusões como a de Le Roy Ladurie de “uma história científica, exata, informatizada e formalizada”. Percepção que permanece entre os membros da escola dos anos 1950 aos 1970, quando alguns autores – principalmente Paul Veyne - desqualificam a concepção da história como uma ciência.

Portanto, os historiadores da primeira e segunda fase dos *Annales* rompem com a noção de acontecimento defendida pela escola metódica. Ricouer (1983, p. 139-140) diz que o acontecimento histórico, como caracterizado pela escola metódica e pelo senso comum, é aquilo que ontologicamente “se produz efetivamente no passado”, por agentes humanos que fazem acontecer ou sofrem em uma alteridade com o presente. Como consequência dessa definição, a epistemologia produzida é a de opor a singularidade do evento físico ou humano à universalidade da lei – o evento é o que acontece uma vez só. Em seguida opõe-se contingência prática à necessidade lógica ou física – o evento é o que poderia ter sido diversamente. Enfim, “a alteridade tem sua contrapartida epistemológica na noção de afastamento em relação a qualquer modelo construído ou a qualquer invariante”. Os historiadores das duas primeiras fases dos *Annales* rechaçam o acontecimento justamente por considerá-lo a partir do conceito cunhado pela “história historicizante”.

Essa detecção de Ricouer torna necessário um pequeno desvio do caráter expositivo deste texto. Na história, assim como no jornalismo, existe uma compreensão que parece advir da sociologia positivista e estruturalista de que ao tratar de leis, conjuntura, contexto, estatística não se está tratando de acontecimentos. Contudo, essas abordagens não notam que ao buscar descrever leis, conjuntura, contexto, sem a compreensão das três mimeses que estruturam narrativamente a atividade do historiador e do jornalista, suas teorias ainda estão presas no nível dos acontecimentos, das regularidades de acontecimentos, na quantidade de acontecimentos, nas causas e efeitos de acontecimentos, no contexto no qual se desenrola o acontecimento, na descrição da região espaço/temporal em que os acontecimentos emergem. A preocupação ainda reside na mimese 1, na cópia do referente, na semântica, na prefiguração da narrativa. Por isso, ainda que esses

autores rechacem os acontecimentos breves, ainda estão tratando de acontecimentos.

A interpretação de Ricouer (1983, p. 138) indica que os historiadores dos *Annales* aproximam-se dos neopositivistas como Hempel ou Nagel quando recusam a narração, querendo construir um modelo nomológico (baseado em leis, na regularidade); por outro lado diferenciam-se deles por serem mais metodológicos do que epistemológicos. Ricouer afirma que “com a historiografia francesa, o eclipse da narrativa procede principalmente do deslocamento do objeto da história, que não é mais o indivíduo agente, mas o fato social total. Com o positivo lógico, o eclipse da narrativa ocorre antes, do corte epistemológico entre a explicação histórica e a compreensão narrativa”.

Mesmo que Reis (2004, p. 96) não concorde com essa posição de Ricouer e aponte que essa definição “não passa de hipótese e exercício de pensamento”, justificando seu ponto de vista na pluralidade de visões dos *Annales*, opta-se aqui por segui-la por dois motivos: a) a separação que Ricouer (1983 e 2000) faz entre os historiadores dos *Annales*, destacando aqueles que privilegiam teoricamente a narrativa como Paul Veyne e Michel de Certeau (incluiríamos aí Pierre Nora e Jacques Ranciere e alguns da também chamada “nova história cultural”); b) a própria consideração de Reis, na página seguinte à discordância, apontando que as opções teóricas da história variam conforme a explicação da ciência social com a qual o historiador faz aliança – o que em suma valida a aceção de Ricouer de que a variação do objeto da história para um objeto social ocasiona a predominância do nomológico representado pela corrente estrutural-funcionalista.

A transição apresentada aqui que aproxima as considerações das duas primeiras fases dos *Annales* à explicação nomológica proposta pelos *neopositivistas* significa a mudança de foco da primeira oposição (fato x estrutura) para a segunda oposição (explicação x compreensão), oposições essas apresentadas na abertura deste texto. Desloca-se do olhar da formação do objeto da história através da atividade do historiador para a compreensão epistemológica que busca validar essa prática como científica. As propostas nomológicas (explicação) buscam demonstrar que é possível estabelecer leis de predição e explicação em história. Contrária a essa posição, os autores neokantianos apontam que a história não tem por objetivo as leis gerais, mas as características que tornam determinado fato ou contexto únicos e que precisam ser compreendidos nessa unicidade.

Paul Ricouer (1983, p. 205) explica que para os autores que privilegiam o caráter nomológico – ou seja, da busca pelas leis e formas

com que é possível explicar a história -, a narrativa só possui caráter superficial, sem qualquer importância configurante para interferir no conhecimento. Essa seria a ruptura epistemológica entre narrativa e história, uma vez que para esses autores a história utiliza a narrativa no limite da re-apresentação do fato/ acontecimento. No modelo nomológico, a “definição lógica do acontecimento permanece a de uma ocorrência singular, sem relação intrínseca com a narrativa” e, cabe ao historiador apagar esse traço singular do acontecimento, buscando ver como ele se repete – o que permite em suma a explicação via formulação de uma lei. Portanto, o rompimento entre o acontecimento e a narrativa é uma condição de possibilidade para a posterior anulação do acontecimento frente à proposição da explicação - que busca as leis gerais, as repetições (Ricouer, 1983, p. 166).

Como exemplo principal dessa corrente neopositivista da história é possível citar o trabalho de Carl Hempel (1942, p. 422), para quem “as leis gerais têm, na história e nas ciências naturais, funções perfeitamente análogas, que elas constituem um instrumento indispensável à investigação histórica e que são até a base comum a vários métodos, muitas vezes considerados característicos das ciências sociais em oposição às ciências naturais”. Com esse pressuposto, Hempel defende que é possível estabelecer hipóteses universais que servem para “combinar eventos em fórmulas que geralmente se designam por explicação e previsão”. Essas hipóteses não atendem à totalidade do fenômeno, assim como as fórmulas físicas não o fazem, tomando por base certas características eleitas para serem explicadas e que, gradualmente, dão uma explicação sobre o fenômeno e suas relações com os demais fenômenos de mesma natureza ou que estejam em relação de causa ou efeito com o evento primeiro. Ou seja, mais uma vez a singularidade do acontecimento não é levada em conta pelo olhar lógico em torno de suas características. A posição do artigo de Hempel é a de estabelecer os laços que unem a história às ciências naturais, fazendo desses laços a marca de uma cientificidade para a história. É na similaridade em estabelecer hipóteses universais mediante teorias específicas que a história pode obter explicações científicas.

Morton White (1943, p. 436-456) segue a linha de Hempel ao estudar a explicação histórica. Contudo, critica a definição da história como explicação causal e temporal por excelência, o que, segundo a opinião do autor não possibilita a diferenciação entre explicações históricas e não-históricas. O termo explicação é o mesmo para todas as ciências (sejam naturais, sociais ou históricas), diferenciando apenas por se tratarem de diferentes explicações causais. O autor relaciona cada

afirmação de uma dada frase histórica, dissecando quais são as origens de cada argumento, de cada explicação. O que ele comprova em um primeiro momento é que a história utiliza explicações de diferentes áreas científicas (física, biologia, sociologia) para estruturar seus estudos. Ela utiliza explicações prontas de outras áreas. Ao realizar esse exercício de corte lógico das referências explicadas pela história, o autor chega à conclusão que não existem afirmações exclusivamente históricas porque elas não diferem em nada das afirmações sociológicas. Ao perceber que não existem argumentos puramente históricos nesse tipo de recorte, o filósofo aproxima a atividade do historiador à do sociólogo, transformando aquela em um tipo desta. Ainda que seja pertinente a interdisciplinaridade comprovada pelo estudo, não deixa de ser uma tentativa nomológica de entender a história, visto que restringe o olhar ao grau de cientificidade da história³³.

Já é possível notar a partir do estudo de White (1943) que o modelo nomológico proposto por Hempel (1942) precisa ser reconsiderado. Reconsiderar (ou enfraquecer, como prefere Ricouer) um modelo não é depreciá-lo. Ao contrário, assegura a viabilidade da proposta ampliando sua capacidade de aplicabilidade e aproximando-se dos problemas levantados pelos historiadores em suas práticas (RICOUER, 1983, p. 166). A primeira concessão à teoria de Hempel, apontada por Ricouer (1983, p. 167), é realizada por Gardiner (e já antecipada indiretamente por Morton White) de que “a história não estabelece as leis que figuram na maior da dedução hempeliana. Ela as emprega. É por isso que podem permanecer implícitas. Mas é por isso principalmente que podem referir-se a níveis heterogêneos de universalidade e regularidade”. Essa flexibilidade em apontar níveis diversos de características nomológicas vai ao encontro da possibilidade de adequação das questões estruturais da explicação às funções que elas exercem no texto histórico. “Por função deve-se entender a correspondência entre um certo tipo de respostas e um certo tipo de questões”. Nesse aspecto, muda o foco de averiguação da capacidade nomológica de Hempel da análise dos argumentos lógicos presentes em uma obra de história para a análise da adequação de diferentes argumentos aos problemas do historiador. O desafio da tradição nomológica passa a ser como não entregar essa análise de adequação ao

³³ Interessante estabelecer aqui uma relação com os estudos sobre a verdade no jornalismo como proposto por Orlando Tambosi (2007). Verifica-se como a história possui estudos interessantes que já trilharam um bom caminho para se comparar e verificar a propriedade explicativa/ nomológica do jornalismo.

conceito de compreensão empática defendida pela corrente diltheiana e de Collingwood (que será apresentada em seguida). A saída encontrada por esses teóricos é manter a estrutura de explicação do modelo de Hempel, estabelecendo esse modelo como um marcador lógico para a aproximação de possíveis dissonâncias derivadas desse processo de adequação.

Um segundo flanco que se abre na perspectiva nomológica é o de aproximação dos problemas enfrentados pelos historiadores decorrentes da impossibilidade de definir sua prática como uma ciência completa. Com esse objetivo tornam-se pertinentes as considerações de Ernest Nagel (1952, p. 457-472). O primeiro exercício do filósofo é dissolver a rigidez da divisão proposta entre os estudos historiográficos e as ciências naturais classificando aquelas como idiográficas e essas como nomológicas. Para o autor é vista a diferença entre uma e outra, contudo, “erro grosseiro seria, no entanto, concluir que as afirmações particulares não desempenham qualquer papel nas ciências teóricas ou que a investigação histórica não faz qualquer uso de afirmações universais” (NAGEL, 1952, p. 458). Seguindo a concepção do autor, “o facto [sic] de a pesquisa histórica se ocupar daquilo que é singular e procurar verificar as dependências entre ocorrências específicas, não justifica a divulgada controvérsia de que há uma diferença radical entre ciências históricas e ciências generalizantes”. Entre as controvérsias abaladas estão: a de que o carácter seletivo dos objetos da história seria destoante do realizado pelas demais ciências; a de que a história é também seletiva ao propor soluções para os seus problemas, o que incorreria na impossibilidade de exprimir a “plena realidade” do que aconteceu, ao mesmo tempo que traria uma arbitrariedade subjetiva entre a formulação do problema e seleção de suas respostas; e a de que o historiador estuda objetos com valores sociais e morais, o que exige o seu posicionamento subjetivo, demarcado por suas posições pessoais. Nagel explica passo a passo como é possível realizar estudos objetivos e científicos levando em consideração todos esses problemas que, em suma, estão também nas teorias nomológicas. A seleção de temas, de hipóteses e as relações causais decorrentes disso estão em qualquer teoria científica, o que não exime o pesquisador de buscar a objetividade e atingi-la a partir de critérios de aferição e controle. Já o estudo de objetos valorados traz em si o objeto de estudo, tendo em vista que variáveis preconceituais, políticas, culturais, religiosas podem ser detectadas e submetidas à investigação (RICOUER, 1983, p. 169). No terceiro tópico de seu artigo, Nagel retorna à base nomológica, propondo aos historiadores exercícios probabilísticos que atestem quais causas são mais importantes

na consecução de um dado evento. Essa técnica, como lembra Ricouer, é comum nos historiadores franceses que defendem o método quantitativista e serial.

Como último exemplo desse modelo neopositivista, Ricouer (1983, p. 170-173) traz algumas nuances do texto de Charles Frankel “Explanation and Interpretation in History” (1957) também publicado no livro de Gardiner (1959). Frankel (1957, p. 502) praticamente abandona a visão nomológica ao buscar reconhecer a “relação que existe entre uma ‘interpretação’ de um evento histórico, em que se tenta definir o seu sentido ou valor, e uma ‘explicação’ desse evento, em que se diz de que maneira ele está relacionado com outros eventos e porque razão ele aconteceu como aconteceu”. Frankel, na opinião de Ricouer (1983, p. 171-172) leva o modelo nomológico ao limite que é possível discerni-lo da compreensão e do valor. Ele aceita que a explicação articula-se com a compreensão, mas, para manter sua teoria na objetividade, enfatiza que interpretações globais devem vincular-se a explicações parciais rigorosas. Essa posição é muito próxima dos argumentos das teorias da narrativa, da história compreensiva e da filosofia da história uma vez que tratar de interpretação é aceitar postulados como o de sentido da história ou mesmo uma história realizada com a trama traçada previamente por um juízo calcado no presente. A visão de Frankel combate o ceticismo da visão objetiva, mas concede estatuto para a interpretação. O que o autor destaca como última consideração, e que é importante reproduzir, é a necessidade de conceber diferentes modos de acesso à história e, ao mesmo tempo, não se contentar com um “pluralismo acrítico”, que aceita qualquer perspectiva como legítima.

A visão nomológica da história tem como antagonista o modelo compreensivo proposto principalmente pela escola da crítica da razão histórica (também conhecida como historicismo e aqui chamada corrente neokantiana da história) que se desenvolve no fim do século XIX e início do XX na Alemanha. A escola da crítica da razão histórica, como o próprio nome indicia, é composta por autores que realizam uma releitura de Kant nas ciências humanas, particularmente na história. Entre os principais representantes dessa tradição estão Dilthey, Max Weber, Wildeband, Rickert e Simmel. Esses pesquisadores estão interessados em trazer a crítica da razão pura de Kant para os domínios das ciências humanas, buscando entender como é possível o conhecimento de fatos morais que não dependam de conceitos das ciências naturais. Para isso, procuram as diferenças metodológicas e teóricas entre ciências naturais e humanas para estabelecer a

particularidade das humanas. Com os neokantianos, a filosofia da história de Kant transforma-se em epistemologia da história.

Dilthey, como explica Reis (2003), aproxima-se mais da compreensão do que da explicação. Seguidor de Scheleimacher, um filósofo romântico, Dilthey não nega suas raízes no romantismo quando predispõe em sua interpretação histórica a necessária compreensão do outro, elevando a psicologia como a ciência representante das ciências humanas, ao lado da história (disciplinas que Dilthey considera quase inseparáveis em seu sistema teórico). Entre as propostas de Dilthey, é importante destacar a tomada do projeto kantiano de especificação do conhecimento, adaptando-o para os interesses das ciências humanas. Com tal intento, o autor insere a crítica kantiana na cisão proposta por Vico entre as ciências do homem e as ciências da natureza. A crítica kantiana da abordagem teórica da natureza é transformada em crítica da razão histórica, estabelecida pela capacidade de especificação, escolha do objeto, metodologia e conceituação das ciências humanas diferentes da abordagem das ciências naturais. A única continuidade entre os dois modos de conhecimento é o seu caráter científico. Mas, ciência para Dilthey recebe uma ampliação na concepção, pois, para ele, a “ciência é um só conjunto coerente de proposições encadeadas com termos rigorosamente definidos”, ou seja, não teria uma necessidade causal ou mesmo dependeria do estabelecimento de leis (Reis, 2003, p. 94).

Para além da continuidade científica entre as ciências naturais e humanas, fica estabelecida uma “epistemologia da diferença”. Essa epistemologia é diferente no objeto, já que nas ciências naturais estudam-se os fatos físicos, enquanto nas humanas, os fatos morais. Os fatos morais são estudados como interioridade, como vivacidade e, por isso, precisam ser estudados em sua capacidade de produzir sentido. Por isso, o modelo de ciência social e humana de Dilthey diferencia muito da proposta dos positivistas também no método, pois não há qualquer interesse em importar os métodos e definições das ciências naturais (que estudam o exterior da natureza) para fatos que são internos, psicológicos e imbuídos de sentido. As ciências naturais explicam enquanto as ciências humanas compreendem.

Por outro lado, Dilthey não aceita a metafísica própria da filosofia da história de Hegel. Nesse sentido segue a proposta da escola metódica, uma vez que o objeto do estudo do historiador passa a ser os fatos individuais ou o coletivo desses fatos que são particulares em cada contexto. Não existe na abordagem neokantiana o objetivo de construir o sentido da humanidade, um destino, assim como fazem Hegel, Comte e Marx. Dilthey preocupa-se com fatos concretos da realidade que

fazem sentido por serem obras humanas. Mas essas obras empíricas não são acessíveis em sua totalidade para o conhecimento, sendo necessário o trabalho subjetivo do pesquisador que compreende a manifestação desses fatos. O objeto das ciências humanas é a vida em sua manifestação. Essa característica limitada dos fatos humanos torna-os objetivos, intersubjetivos, comunicáveis e verificáveis (REIS, 2003, p. 48). A história não seria ontológica como aceitam os marxistas, mas epistemológica, estando, portanto na ordem do conhecimento das coisas.

As ciências humanas, nessa concepção, não buscam a essência das coisas, sua universalidade ou as leis gerais de causa ou efeito. Para os neokantianos, seu método seria o da particularização, o olhar para a individualidade em busca das singularidades que permeiam o objeto observado e que o torna distinto em relação aos demais objetos. A história, por ser a disciplina orientadora das ciências humanas, possui o interesse de estabelecer o que faz de um dado evento do passado um acontecimento perante o sistema social particular daquela época, e de tal forma como essa particularidade do acontecimento deixa um legado objetivo e subjetivo na vida das pessoas, pois elas que são afetadas por esse evento direta ou indiretamente ao longo do tempo. O historiador, na visão de Dilthey, deve imaginar o momento passado revivendo a subjetividade dos atores participantes daquele evento com o objetivo de transformar em texto presente a singularidade do acontecimento do passado.

Os autores neokantianos que seguiram o pensamento de Dilthey buscam formas de controlar o método compreensivo, uma vez que esse reviver o passado pelo historiador é muito relativo. A teoria kantiana é o dispositivo para que essas teorias enfrentem o relativismo como consequência de seus postulados. Wildeband, por exemplo, segue Dilthey ao postular que o objeto de estudos das ciências históricas é *idiográfico* – singular, individualizado e imbuído de valores – e não *nomológico* como acham os positivistas. O objeto da ciência histórica é a liberdade e a criação.

Já para Rickert, a oposição não se refere ao objeto, mas ao método, uma vez que tanto a metodologia generalizante, quanto a individualizante podem possuir o mesmo objeto, diferenciando-se no modo como concebem o real. Para o autor, a diferença lógica fundamental é que nas ciências históricas, o universal é o meio pelo qual o historiador apreende o particular. Oakes (1988, p. 74) diz que Rickert não concebe um dado acontecimento somente como fenômeno único e irrepetível, mas que ele também traz em si elementos que permitem conclusões gerais e mesmo o estabelecimento de regularidades. O que

distingue o interesse histórico é a individualidade do acontecimento enquanto encadeamento, como complexa relação de causalidades e consequências que o singularizam enquanto histórico. O modo como a história estuda o seu objeto buscando marcas de sua singularidade efetiva a pretensão epistemológica dessa área. Diferente das ciências que buscam as regularidades dos fenômenos, como o caso das ciências naturais.

Max Weber (1906), contemporâneo de Rickert, acentua ainda mais essa proposição. O autor expõe que para realizar uma pesquisa histórica, o investigador deve estudar quais são as causas responsáveis por singularizar dado acontecimento, o que chamou de “imputação causal objetiva”. Para realizar esse exercício, o historiador precisa reunir causas possíveis de um acontecimento histórico estudado, imaginando como ocorreria esse mesmo acontecimento caso as causas fossem diversas. A partir desse exercício, o historiador conseguiria definir quais causas fundamentam o seu objeto de estudo. Para realizar o exercício, o historiador utiliza o método objetivo e comparativo, por vezes inserindo o acontecimento em contextos diferentes, ou verificando em acontecimentos similares quais são os aspectos que o tornam único. Weber propõe “a construção de um processo o mais *afastado* do real, através da exclusão de vários elementos do mesmo, para uma *comparação* futura entre o processo objetivo e o construído por hipótese” (TRAGTENBERG in WEBER, 2001, p. XXIII).

Contudo, como indica Dosse (2000, p. 96), Weber não opõe as ciências naturais, que visam à explicação, às ciências do espírito, preocupadas com a compreensão. “Esses dois níveis, a explicação e a compreensão, estão em uma relação unitária tal que eles advém do mesmo processo cognitivo e Weber destaca o conceito de compreensão explicativa”. Tanto o sociólogo quanto o historiador precisam interpretar a conduta dos atores e o desenrolar dos acontecimentos “[...] confrontando-os a um tipo ideal de racionalidade final, articulando assim uma racionalidade psicológica e uma racionalidade imanente”. Ou seja, ao estudar um determinado acontecimento, hipotetizar tipicamente qual seria a ação/reação mais esperada conforme um contexto. O exercício de comparação possibilita estabelecer um tipo-ideal que serve de marcador teleológico para o conhecimento das causas que singularizam o fenômeno.

Apresentadas as duas oposições no plano metodológico (fato/estrutura) e epistemológico (explicação/compreensão) da história, cabe agora expor rapidamente alguns aspectos dos estudos históricos marxistas. Esses estudos propõem uma síntese possível das oposições

apresentadas conceituando a história como ontologia. Reis (2004, p. 51) destaca que as estruturas econômico-sociais são o material a ser analisado, observado, objetivado e quantificado. Tais estruturas são expressões do trabalho humano, da vida e apresentam a imanência que rege a sociedade. Como indica Agnes Heller (1970, p. 29), a história é a substância da sociedade, é ontológica e materializada nessas estruturas sociais, respondendo a uma teleologia e a uma causalidade. Mas essa história não é a historiografia, ou seja, não é o exercício de conhecimento produzido pelo historiador, mas uma ontologia, um ser da humanidade, contínua em seus fins e descontínua em sua causalidade. Para Vilar (apud Reis, 2004, p. 52), “a matéria histórica é estruturada e pensável cientificamente penetrável como toda outra realidade”. Esse seria o objeto do historiador, ou seja, a história como “ser”. Reis (2004, p. 56) enfatiza que é Marx quem inicia a busca de regularidades na história, ou seja, “da estrutura invisível, o solo dos inúmeros fatos que constituem a realidade visível. A realidade histórica é uma estrutura em processo”. Portanto, a história deve passar dos eventos para a estrutura, o que conduziria à proposta de Marx.

É possível destacar, na mesma perspectiva de Lefort (1979), duas leituras possíveis para o conceito de história na obra de Marx: a de uma filosofia da história diante de seu caráter emancipador; e a de fundamento à ciência social, enfatizando o aspecto conceitual e metódico de seu pensamento. A primeira leitura traz uma visão evolutiva da história, tendo como conceito principal a luta de classes. O importante nessa história não são as personalidades políticas, mas o conflito que envolve as relações econômicas e que culminam em um processo evolutivo para a racionalização e o fim desse conflito. Assim, a história revela o horizonte de mapeamento das relações de produção conflitantes que evoluem para o momento histórico do presente da obra (disputa entre burgueses e proletários no seio do capitalismo). O momento superior a esse conflito está desenhado no horizonte da história – o socialismo. Para que a superação ocorra, a ação do homem é necessária, a revolução proletária. O “Manifesto Comunista” (1848), como a imagem desse projeto utópico, coloca as categorias da história a favor da mudança política, utilizando o conceito do homem como construtor da história para convocá-lo à práxis revolucionária. “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo” (Marx, 1845, p. 59).

A segunda leitura possível de história em Marx, com base em Lefort (1979), é caracterizada pela comparação estrutural de dois períodos distintos (no caso exemplar, o modelo capitalista e o pré-

capitalista). Os elementos de comparação são repetidos, visando demarcar uma descontinuidade entre os dois períodos, o que, de certa maneira contradiz a visada evolucionista da primeira leitura. A demarcação de Marx revela a descontinuidade dos dois períodos visto que o homem deixa de se relacionar com a terra e passa a se relacionar com a máquina, passa de uma convivência colaborativa e comunitária para uma concorrência individualista e vê transformado o fruto de seu trabalho – antes o resultado da produção e agora a recompensa com o dinheiro. Para além do que expõe Reis e Lefort, nota-se que essa comparação estrutural e contextual é fundamental para o exercício da negatividade e para a explicação das mutações no interior do capitalismo. As relações de produção no capitalismo não acontecem de forma evolutiva e contínua, mas através de rupturas disfarçadas sob a ideologia da continuidade. O capitalismo está em constante mutação, exigindo de seu exegeta um arcabouço metodológico que capte esse sistema. Marx é o teórico que primeiro consegue aliar o discurso de continuidade e de descontinuidade com vistas a revelar na história a dinâmica do capitalismo.

A que se notar que o marxismo não separa “fazer história” do “fazer da história”. Reis (2004, p. 65-66) destaca que para essa teoria, “o historiador, para ser objetivo mesmo, isto é, relativo a essa sociedade objeto, deveria refletir sua contradição e ser parcial. Ao tomar posição, ele conheceria as razões do grupo que defende e as razões do grupo que ataca; estaria, portanto, inteiramente adequado ao seu objeto e logo, produziria um conhecimento objetivo embora parcial”. O marxismo é dialético em termos aristotélicos porque reúne argumentos com base em fatos com vistas a desestabilizar e substituir uma visão dominante por outra (ARISTÓTELES, 2005, p 347-349). Marx, ainda que defenda a ciência, utiliza o mecanismo de seus adversários ao fazer uso dessa ciência para um interesse de classe. Um bom combate que não seria epistemológico, mas político. Talvez, nesse aspecto seja interessante retomar o pensamento de Bronislaw Baczso (1985, p. 304-306) quando liga o pensamento de Marx a uma forma de imaginário social. Na acepção desse autor, a maior contribuição de Marx é identificar a ideologia e a imaginação no sistema capitalista. O que ele não faz em relação ao proletariado, acreditando que esse seria isento de ideologia. Ainda que céticos do pensamento de Marx - como Lúcio Coletti - atestem a inseparabilidade do Marx político do Marx científico (TAMBOSI, 1999), registra-se a importância dos trabalhos de autores que defendem a retomada ao método marxista, bem como sua influência

no desenvolvimento das ciências sociais e históricas no século XX (tais como E. P. Thompson e Eric Hobsbawn).

Com as propostas marxistas de uma ciência histórica fecha-se o esboço das disputas teóricas em torno da proeminência do referente nas proposições históricas. Essa proeminência é evidenciada pelo caráter descritivo/contemplativo da realidade empírica, na busca das causas e/ou dos efeitos dos acontecimentos com o fim de predição e explicação, no estabelecimento de leis gerais que regulamentam os eventos ou ainda metodologias e objetos de estudo que levem em conta as estruturas, que buscam uma essência dos eventos, uma teleologia nos acontecimentos, as probabilidades etc.

Nas duas oposições traçadas, nota-se uma convergência de tendências. Weber dirige a compreensão para a fronteira mais próxima da explicação. Assim como a crise do modelo nomológico dos neopositivistas, como exemplifica a obra de Frankel, possibilita a aproximação a postulados da história compreensiva. Quanto à oposição metodológica entre o privilégio do fato como objeto da história ou da estrutura, as abordagens que valorizam a narrativa histórica acabam aproximando as duas tendências. Em outro aspecto, as teorias marxistas valorizam a história como ontologia, mas ainda atreladas às estruturas sociais que determinariam os acontecimentos. É no horizonte da historiografia francesa que a obra de Paul Veyne valoriza o acontecimento como conceito que também está presente nas análises sobre a estrutura. Por outro lado, a crise do modelo neopositivista possibilita a ascensão das teorias narrativistas da história que valorizam o texto historiográfico. Tanto a visão do fato unitário em oposição à estrutura quanto a oposição entre explicação e compreensão caminham para o centro, buscando uma identidade da história em todas suas manifestações. Mas, para evidenciar as marcas dessa transversalidade que busca unificar tais visões sobre a história, cabe traçar um outro modo de enxergar o campo: sua narratividade.

2.2 NARRATIVA HISTÓRICA

O conceito de história tem uma importante modificação com a ascensão dos estudos que evidenciam o papel da narrativa. Frente às propostas que centralizam a definição de história na cópia dos acontecimentos políticos, na busca pelas estruturas, a partir das causas ou ainda pela regularidade em que tais acontecimentos se manifestam, a

valorização da narrativa lança o olhar para a proximidade de história e literatura, recuperando os conectores que fazem do historiador também um escritor. Sob esse ponto de vista, os acontecimentos não são externos ao texto, mas constituídos a partir dele. Consequentemente, a escrita da história possui papel preponderante na seleção e modo de observação dos fatos por parte do historiador.

É surpreendente que os filósofos da história tenham demorado tanto a reconhecer a importância da linguagem para a compreensão do discurso histórico, especialmente desde que a filosofia moderna em geral fez da linguagem um objeto central de interesse em seu exame de outros departamentos da ciência. Esse lapso deveu-se em parte ao fato de que os próprios historiadores modernos tenderam a tratar sua linguagem como um meio não-problemático, transparente, tanto para a representação de eventos passados como para a expressão de seu pensamento sobre esses eventos. Mas deveu-se também ao fato de que os filósofos que tomaram o discurso histórico como seu objeto específico de análise tenderam a acreditar na possibilidade de desassociar o conteúdo factual e conceitual de um discurso de sua forma "literária" e lingüística, no intuito de afirmar seu valor-de-verdade e a natureza de sua relação com a realidade. Assim, por exemplo, eles tipicamente trataram a narrativa menos como uma estrutura verbal do que como uma explicação do tipo contar-estórias e consideraram a estória contada numa dada história como uma estrutura de conceitos argumentativos, cujas partes mantinham relações de natureza mais lógica (especificamente silogística) do que lingüística. Tudo isso implicava que o conteúdo de um discurso histórico podia ser extraído de sua forma lingüística, servido numa paráfrase condensada, purgada de todos os elementos figurativos e tropológicos, e submetido a testes de consistência lógica como argumento, e de adequação predicativa como um corpo de fato. Mas isso significava também ignorar o único "conteúdo" sem o qual um discurso histórico jamais poderia existir: a linguagem (WHITE, 1991, p. 4).

Essa mudança na relação entre acontecimento e narrativa, retirando o primeiro da zona de referencialidade e o colocando como dispositivo da narrativa é o legado deixado pela terceira fase dos *Annales* e que, ainda hoje constitui um forte discurso no pensamento acadêmico dessa área. Sofrendo a influência de filósofos como Michel Foucault e Martin Heidegger, historiadores como Pierre Nora, Jacques Rancière, Michel de Certeau e Paul Veyne optam pela dessacralização do acontecimento referencial e pela valorização do próprio acontecimento no interior da narrativa historiográfica. Por outro lado, esses autores criticam o entendimento de uma história com H maiúsculo - perspectiva que coloca a disciplina histórica como discurso organizador das ciências humanas devido a sua pretensão de cientificidade ao retornar ao passado.

A perspectiva integradora de alguns autores da terceira fase dos *Annales*, contudo, não pode ser vista como única no espaço de valorização da narrativa para a compreensão da história. A ascensão da narrativa como problema epistemológico na história também ocorre por causa das críticas que o modelo nominalístico sofre nos países anglo-saxões e por causa do aumento da importância da narrativa como fonte de inteligibilidade que interfere nas questões epistemológicas. Esse duplo movimento constitui, em suma, o enfraquecimento da visão da história como ciência (no sentido positivista do termo), por causa do estudo da narrativa e das figuras retóricas. Em outro aspecto, a visão narrativa possui traços da abordagem compreensiva oriunda da crítica da razão histórica realizada por Dilthey e discutida por autores da escola neokantiana como Weber e Rickert. Ainda que a escrita da história não tenha recebido a atenção dos autores neokantianos, a história compreensiva abre campos para o estudo da configuração narrativa na história, assim como problematiza o referente, colocando-o em uma posição ao mesmo tempo explicativa e compreensiva.

A postura compreensiva antecipada por Dilthey prevê a relação empática entre a psicologia do historiador e a dos atores que participam dos acontecimentos históricos. Tal premissa psicológica de Dilthey transforma-se em estatuto para Collingwood (1946). Esse autor acredita que historiador apenas consegue transmitir ao leitor a dinâmica do acontecimento quando toma o lugar do ator desse acontecimento. Nota-se que tal característica já está exposta na proposição de Marc Bloch, contudo em Collingwood ela transforma-se em matriz da operação historiográfica. A relação psicológica entre o historiador e o ator da ação assemelha-se à existente entre o escritor e o personagem, fator que torna

possível estudar a tessitura da narrativa de um acontecimento estudado em suas confluências contextuais.

O objeto da história para o autor continua sendo o evento, mas sob outra perspectiva. Enquanto as ciências naturais estão preocupadas em descrever o exterior dos eventos, o historiador interessa-se em compreender o exterior e o interior desse evento, transformando em seu objeto os “processos de pensamento”. Collingwood (1946, p. 307) afirma que o “a história do pensamento e conseqüentemente toda a história é a re-presentação do pensamento passado no próprio espírito do historiador”. Para isso, o historiador precisa pensar como o agente do acontecimento historiado pensa e realizar um exercício crítico a respeito desse acontecimento primeiro. Esse exercício crítico é definido pelo autor como um colocar em questão o contexto em que o pensamento ocorre, realizando uma compreensão exterior das condições que permeiam o exercício do pensar³⁴.

Ainda que essa visão compreensiva de Collingwood seja alvo de muitas críticas por parte dos filósofos neopositivistas da história, a queda do modelo nomológico suscita o retorno indireto a esse postulado. Willian Dray (1959, p. 496-498) é considerado por Ricouer (1983) como um dos principais autores que realizam a crítica interna do modelo nomológico de Hempel – teoria que subordina os conceitos históricos à construção de leis gerais para a determinação da causalidade e da predição dos acontecimentos. Dray defende que os conceitos em história não podem ser agrupados em leis gerais ou mesmo decorrentes de uma origem causal comum. A causalidade em história acontece por razões mais particulares. Com isso, o autor aponta que o historiador toma sua decisão com um princípio de juízo, uma vez que reúne dados para fundamentar seus argumentos sobre uma dada explicação posta. Esse modo de proceder no modelo explicativo aproxima-se muito da percepção literária, uma vez que o historiador, assim como o escritor, reúne explicações variadas para testar e validar o juízo aí exposto. Todavia, a postura de Dray continua explicativa, estabelecendo uma região de combate ao modelo subsumido por leis dos neopositivistas e

³⁴ É possível estabelecer alguns paralelos com o método no novo jornalismo descrito por Tom Wolfe (2005) de descrever fluxos de pensamento, deduzidos a partir do contexto do agente e da posição do jornalista em se colocar no lugar das pessoas que participam dos acontecimentos descritos.

dos modelos por empatia como pregado por Collingwood (Ricouer, 1983, p. 186).

O enfraquecimento do modelo nomológico possibilita a ascensão das propostas narrativistas. Vale lembrar, como faz Ricouer (1983, p. 205), que para os neopositivistas “a narrativa só tem um caráter episódico e não tem caráter configurante. É por isso que entre história e narrativa viam uma ruptura epistemológica”. Isso significa dizer que a narrativa em história para os neopositivistas não passa de uma transparência responsável por refletir o referente. Esse, por sua, regula a atribuição da linguagem, determinando inclusive a disposição do texto em função da relação de causalidade e consequência. Assumir o estatuto narrativo dos textos históricos, ao contrário, significa compreender que o discurso do historiador é organizador dos textos e que a forma como ele narra determina a disposição dos fatos. Assim, enfraquece-se o estatuto de verdade da história, dando lugar à própria consecução artística e retórica do trabalho do historiador, aproximando-o da atividade do escritor.

A escrita da história é o modo de disposição dos fatos eleitos do passado com vistas a atender uma predisposição compreensiva e explicativa trabalhada pelo historiador. A explicação, nesse caso, está subsumida à lógica do discurso, não mais como lei ou causa referente, mas como encadeamento lógico possível da tessitura do argumento ou na resposta a uma figura de linguagem ordenadora. Ricouer (1983, p. 206-249) cita cinco autores como representantes desse modo de compreender a história: Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis O’ Mink, Hayden White e Paul Veyne. Como não foi possível o acesso às obras dos três primeiros autores, opta-se por uma exposição rápida de suas ideias através das proposições de Ricouer (1983). Por sua vez, as obras de White (1973 e 1978) e Veyne (1971 e 1974) são trabalhadas tomando em conta alguns de seus principais conceitos. Isso porque White propõe o estudo histórico por via das figuras da retórica, visando apagar as fronteiras que existem entre a história e a narrativa ficcional. Por sua vez, Paul Veyne é o marco de um novo direcionamento no trabalho do grupo de historiadores franceses dos *Annales*, demarcando a influência do trabalho arqueológico e genealógico proposto por Michel Foucault. Entre as concepções de Veyne é possível destacar a concepção da história como uma narrativa não-científica, uma “narrativa que tem o real como objeto” e a proposição, polêmica na perspectiva francesa, de que a história como grande disciplina organizadora – a história com H maiúsculo – não existe.

Artur Danto, em sua “Análise Filosófica da História”, traz as frases narrativas para a compreensão do ato de escrita do texto. Essas frases narrativas são estruturas semânticas utilizadas pelo historiador que relacionam, necessariamente, um fato anterior a um fato posterior. Essa relação não é causal ao modo nomológico (causa e consequência), mas narrativa, pois ao contar um fato do passado, o historiador utiliza o argumento do futuro do fato historiado. Tanto aquele que conta, como aquele que lê compreender o texto a partir dessas frases que colocam o fato historiado em uma narrativa mais ampla (RICOUER, 1983, p. 207). Nota-se então que o contexto, a seleção das causas e principalmente o direcionamento das consequências já estão dados *a priori* pelo conhecimento do presente ao direcionar-se ao passado. As frases narrativas são fragmentos do texto do historiador que representam essa ciência do futuro do acontecimento, o que torna possível a narratividade da história contada.

Por sua vez, W.B. Gallie estuda a capacidade do historiador em contar uma história de tal modo que possa ser seguida pelo leitor como uma narrativa literária. Nesse caso, diferente de Danto, Gallie não está mais focado apenas em frases narrativas que tecem a argumentação do historiador, mas no texto como um todo. Seguir uma história é “compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos sucessivos enquanto apresentam uma direção particular” (RICOUER, 1983, p. 215). Ou seja, o texto do historiador possui uma capacidade auto-explicativa - narrativa em suma -, na qual os encadeamentos, os elementos que compõe a tessitura de uma intriga dos fatos que são contados, rumam para desenlaces, igualmente textuais e narrativos, prendendo a atenção do leitor e o capacitando a seguir os meandros dessa história. Além disso, a direção particular da qual trata Gallie não responde em nada o caráter de predição do modelo neopositivista, uma vez que, como uma boa história a ser seguida, a história contada pelo historiador apresenta “surpresas, coincidências, re-encontros e reconhecimentos”. Em suma, a conclusão da história precisa ser aceita narrativamente pelo leitor (aproximando-se de uma ação de leitura como previsto por Wolfgang Iser), trazendo especificações e *ganchos* – para usar um termo jornalístico – que particularizam e comprovam o acontecimento referenciado na própria composição textual.

Já Louis O’ Mink avança no conceito de história como narrativa. Ele defende que o historiador propõe a narrativa como uma totalidade altamente organizada, exigindo a compreensão do que o texto reflete enquanto juízo, enquanto vontade do historiador que conta. A história, para o autor, “[...] não é um ‘método’, uma técnica de prova, nem

mesmo um simples *organon* de descoberta, mas um tipo de juízo reflexivo”. Nesse aspecto, a história precisa ser considerada como um sistema interligado de proposições, entendendo que o historiador coloca elementos sob o estatuto “[...] de um complexo único e concreto de relações”, ou seja, torna esse encadeamento textual a característica do modo de compreensão da história a partir do trabalho do historiador (RICOUER, 1983, p. 225-227). A história não seria apenas a capacidade de um texto em ser seguido pelo leitor (como apresenta Gallie), mas também a potencialidade desse texto em seguir a história de um acontecimento. A escrita da história tece as relações entre atores, contexto e ação de tal modo que o acontecimento torna-se possível no interior da narrativa.

Tais concepções que estabelecem a história a partir de frases narrativas, de uma história a ser seguida e/ou da capacidade configurante de tecer relações entre atores e contextos recebem um aprofundamento por Hayden White. Esse autor visa o rompimento de qualquer fronteira entre a história e a narrativa. White (1978, p. 98) aponta que nem filósofos nem historiadores encaram com seriedade a questão que diz respeito ao “status da narrativa histórica, considerada exclusivamente como um artefato verbal”. O autor acredita que há uma “relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que seus correspondentes nas ciências” (grifos do autor). Tais considerações possuem três consequências imediatas: acabar com a secção existente entre narrativa e história proporcionada pelo corte epistemológico dos historiadores; aproximar a história da ficção a partir de uma proposta de análise estrutural da narrativa, o que desloca a atenção depositada pelos historiadores na distinção entre imaginação e realidade; e aproximar o ofício do historiador com o ofício do escritor literário, dissolvendo as diferenças entre literatura e história.

Enquanto a teoria crítica tradicional vê as dimensões literal e figurativa, ficcional e factual, referencial e intensional da linguagem como alternativas opostas, e mesmo mutuamente excludentes, de todo discurso sério, a moderna teoria da linguagem e da literatura tende a vê-las como os pólos de um contínuo lingüístico entre os quais a fala deve se mover na articulação de todo

e qualquer discurso, seja ele sério ou frívolo (WHITE, 1991, p. 14-15).

Além de considerar a história como artefato literário, Hayden White (1978, p. 118) também propõe o fim da diferença existente entre filosofia da história e história, pois essa distinção não teria valor em uma abordagem que visa encontrar a figuração retórica que estrutura igualmente os dois setores. Com esse projeto, o autor realiza o estudo das figuras tropológicas que organizam os discursos da historiografia e da filosofia da história. White quer demonstrar como, por se tratar de uma narrativa sobre o passado, história e filosofia da história não possuem diferenças, mas complementam-se enquanto tessituras que organizam os acontecimentos do passado.

Estudar a capacidade narrativa da história para White, seria perceber quais estratégias retóricas cada autor usa, independentemente da corrente em que está inserido, para organizar os fatos do passado e dispô-los estrategicamente sob a forma do texto. O domínio das figuras de retóricas permite ao investigador notar que todos os grandes escritores da história como Marx, Nietzsche, Ranke ou Toqueville organizam suas teorias históricas a partir de uma estrutura narrativa. Ranke, por exemplo, estrutura seu texto sob o formato da metonímia, vinculando sempre o fato à constituição do estado. Em termos de sentido, Ranke expõe sua narrativa sob a forma cômica, narrando fatos que destoam da ordem em um primeiro momento, para a posterior solução e retorno da calma que existia previamente. White (1973) identifica cada autor do século XIX a um tropo, buscando demonstrar que o modo como cada teórico arma a intriga (conta a história) determina a história a ser contada. Trata-se de uma subversão do modelo de leis de causalidade de Hempel, uma vez que estaria na narrativa (e não nos acontecimentos) a causa de um determinado sentido da história.

Entre os historiadores de língua francesa, Paul Veyne destaca-se ao elevar o *status* da narrativa da história. O autor recebe forte influência da arqueologia do saber de Foucault e se localiza no horizonte da escola neokantiana alemã, em especial da concepção weberiana de história. Portanto, ainda que esteja inserido entre os historiadores da escola de *Annales*, Veyne não compartilha o desejo de ver a história como uma ciência. Ao mesmo tempo, o autor é considerado por Ricouer (1983, p. 242) como narrativista, mas não segue, necessariamente, a corrente anglo-saxônica e ainda discute alguns dos postulados do positivismo lógico.

Em *Como se Escreve a História*, Paul Veyne realiza um jogo de balança para conceituar a história. Por um lado, ele rebaixa a pretensão explicativa ao dizer que a história não é uma ciência. Por outro, eleva a capacidade narrativa, afirmando que a história é “apenas uma narrativa verdadeira”. Nessa relação, o historiador passa a protagonista na história em que conta, pois ele é o responsável por organizar a narrativa, escolher o enquadramento e verificar quais os fatos atestam a história a se contar. A história é como o romance, mas se distingue dele num ponto: a história busca a verdade. (VEYNE, 1971, p. 11-15).

A história, ao não se preocupar com as leis que se repetem em cada fato, busca contar esse mesmo fato em seus detalhes. Porém, essa história que se pretende completa é paradoxalmente lacunar. “O historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas: o leitor confiará nele como um bom romancista, e julgará que esses dez anos são vazios de eventos” (VEYNE, 1971, p. 18-19). Por essa característica lacunar, o acontecimento é estudado e recortado não somente conforme a realidade, mas nos moldes traçados pela trama tecida pelo historiador e no qual esse acontecimento está inserido. Assim, um fato como a revolução francesa possui um aspecto para a história do direito, um para a história da monarquia, outra para a história da burguesia ou outra para a história dos camponeses. A roupa que o rei vestia no dia de sua execução em praça pública pode não ser um fato importante para a história política, mas configurará em acontecimento para a história da moda, caso o alfaiate seja famoso (VEYNE, 1971, p. 37).

Do mesmo modo que propõe Rickert, Paul Veyne diz que o acontecimento – a saber, qualquer fato individual e não repetível – por si só não pode ser qualificado como histórico ou físico. A diferença não se passa entre os fatos históricos ou físicos, mas entre historiografia e ciência física. “Esta subsume fatos sob leis, aquela os integra nas intrigas” (RICOUER, 1983, p. 243). Integrar os acontecimentos nas intrigas, como já exposto acima, é a possibilidade de realizar o recorte em um grupo de fatos, tornando qualquer acontecimento tão histórico quanto qualquer outro a depender da trama em que ele está inserido.

Sob esse aspecto narrativo, o acontecimento pode ser visto pelo aspecto da singularidade, mas seu recorte e a definição como tal só existem em relação a uma particularização do passado. É sob o estatuto de uma dada trama que o fato ganha a dinamicidade de singularidade e rompe como único. A história, para Veyne, seria a capacidade de armar intrigas, contar histórias, de tal modo que, baseados em fatos do passado, o historiador possa constituir conceitos pertinentes à trama no

qual está inserido. Entretanto, os conceitos trabalhados pela história não se configuram em leis que servem para um determinado grupo de acontecimentos similares, mas indicam a unicidade do fato em relação à trama em que está inserido, tornando possível compreender encadeamentos dessa trama. Essa é a potencialidade da história ao se vincular com outro campo de saber, uma vez que ela possui a capacidade de auxiliar na constituição de conceitos pertinentes possibilitados pelo estudo do passado da disciplina com a qual se relaciona. Tal seria a potencialidade da história permitida por seu caráter lacunar e compreensivo ao tecer a intriga e localizar as singularidades, os acontecimentos, de um dado campo de saber (do próprio objeto da história).

O corte realizado pelos estudos da narrativa nas concepções de acontecimento é a aproximação das diferentes abordagens da história. Contudo, esse corte não pode ser encarado como uma submissão das teorias do acontecimento à teoria da narrativa. Ou que as teorias da narrativa sejam as responsáveis por “suprimir uma lacuna entre a oposição epistemológica da explicação/ compreensão” (RICOUER, 2000, p. 251). Ainda que seja fundamental considerar a concepção de Hayden White (1973; 1978) sobre necessidade de aproximar história e literatura e de notar a capacidade de armação da intriga (contar uma história) como potencialidade da história, não cabe a conclusão rápida de transformá-la apenas em mais um gênero literário. Além disso, como indica Paul Ricoeur (1983, p. 249), a proposta de Paul Veyne precisa ser posta à prova para “explicar como a história permanece uma narrativa quando cessa de ser factual, seja porque se torna estrutural, seja porque se torna comparativa, seja, enfim, porque reagrupa em séries itens extraídos de um *continuum* temporal”. Narrativa e acontecimento, enfim, precisam de uma transversalidade a partir da história.

2.3 TRANSVERSALIDADE: A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Estabelecer um percurso para a história – uma história da história – é mergulhar por recônditos de inúmeras disciplinas, mas principalmente, recuperar os vértices poéticos, retóricos, dialéticos e silogísticos que marcam essa prática. Ainda que Aristóteles (1998) tenha definido a história como ligada à poética, à arte de contar acontecimentos, seu *organon* aplica-se quando da recuperação de todo o percurso dessa prática. A arte configurativa de revelar o passado

confunde-se com as marcas retóricas de uma semantização da realidade, ao mesmo tempo em que habita as discussões entre sábios - pelos fatos mais importantes para compreensão do percurso da humanidade - ou mesmo aqueles que certamente configuram leis, regras que determinam o conhecimento sobre o homem no passado. A história é falsa, verdadeira ou posicionada em alguma gradação entre ambas. Ela é compreensiva, interpretativa e/ ou explicativa. Ela pode ser ontológica, epistemológica ou metafísica. Seu objeto é uma personalidade, nação, instituição, civilização ou a humanidade inteira. Sua temporalidade marca as estruturas ou é determinada por elas, pode ter curta duração ou longa. Retrata a completude de um evento ou a parcialidade do recorte pertinente desse evento. Obra da intuição do historiador ou comprovação de um referente passado. Identidade entre o presente e o passado ou a instauração de sua diferença. O passado. O passado em sua relação com o presente. O presente projetado no passado. O passado tão recente que ela se torna história do presente. É a resposta para o futuro. Enfim, tantas possibilidades de interpretação da história suscita a dúvida: é possível encontrar marcadores possíveis para se compreender/explicar a história? A aposta de alguns historiadores é a de que há sim. Para isso, eles realizam a história epistemológica e filosófica da história.

Seguindo a proposta de Paul Ricouer (1983), com o auxílio de José Carlos Reis (2003 e 2004), Paul Veyne (1971 e 1974), Michel de Certeau (1975) e Hayden White (1973 e 1991), desenha-se uma estrutura decorrente das duas aberturas: a incompletude da visão fundamentada exclusivamente no referente, no acontecimento e a igualmente incompleta visão de que a história seja apenas um gênero literário e um saber exclusivamente explicativo a partir de sua estrutura literária, ou seja, ficcional em sua totalidade e não se distinguindo da literatura. A primeira ressalva responde ao caráter explicativo, científico e estrutural da história. A segunda responde ao olhar exclusivamente configurante de sua prática. Ricouer prevê uma ligação indireta entre história e narrativa de tal modo que a história seja uma modalidade de narrativa, mas não seja fruto exclusivo da narração. Com isso, o estudo do referente está inserido na dinâmica narrativa, o que permite ao filósofo estabelecer interpretações para a compreensão do que seja história. Incidindo com a visão narrativa e referencial de Paul Ricouer, o conceito de “operação historiográfica” proposto por Michel de Certeau insere narrativa e referente na própria tessitura do trabalho do historiador.

São dois os interesses desta pesquisa na exposição de Ricouer: primeiro por ele procurar um vetor, uma região de transversalidade sobre a qual seja possível observar marcas do estudo epistemológico e metodológico da história; segundo porque, diante da amplitude de aspectos levantados pelo autor, é possível realizar cortes pertinentes a cada teoria exposta na história, comparando-as com tendências similares no jornalismo. A prolixidade exigida e seguida na averiguação aqui exposta tem por intuito incidir cruzamentos, convidando o interessado em teoria do jornalismo, metodologia de pesquisa e história do jornalismo a estabelecer suas próprias conexões. A proposta intersecciona as categorias acontecimento e narrativa buscando estabelecer conceitos pertinentes a uma transversalidade da história. Isso significa trazer para discussão as oposições explicação/compreensão e fato/estrutura que compõem o conceito de acontecimento tecido aqui com as concepções advindas das teorias da narrativa histórica. Ao mesmo tempo citar algumas categorias marxistas que conceituam a história como ontologia, dando pistas da dinâmica que tais teorias recebem diante da constituição da intriga histórica.

Como expõe Ricouer (1983, p. 179-180), as críticas que sofrem as concepções neopositivistas (explicar a história a partir de leis) e da escola de *Annales* (estruturalistas) pelas concepções narrativistas predispõem o retorno à concepção do acontecimento como único. Contudo, esse movimento de retorno que parece coincidir com as propostas dos historicistas (o acontecimento concebido em sua unicidade e colocado em uma trama narrativa de exposição cronológica) segue um caminho muito mais complexo, que leva em conta as contribuições das muitas concepções de história criticadas. Isso leva Ricouer e historiadores como Paul Veyne e Michel de Certeau a conceberem propostas que levem em conta a dinâmica da história. Ricouer (1983, p.179-180) explica que, no caso da noção do acontecimento histórico como único,

[...] a asserção é falsa, se vinculamos à idéia [sic] de unicidade a tese metafísica de que o mundo é feito de partículas radicalmente dessemelhantes: a explicação torna-se então impossível. Mas a asserção é verdadeira, se se quer dizer que, diversamente das ciências nomológicas, o historiador quer descrever e explicar o que efetivamente aconteceu em todos os seus detalhes concretos. Mas então o que o historiador entende como *único* é que não existe nada exatamente

semelhante ao seu objeto de estudo. Seu conceito de unicidade é, pois, relativo ao nível de precisão que escolheu para seu estudo. Ademais essa asserção não o impede de empregar termos gerais tais como revolução, conquista de um país por outro etc. Com efeito, esses termos gerais não o obrigam a formular leis gerais, mas a buscar sob que aspectos os acontecimentos considerados e suas circunstâncias *diferem* daquelas com os quais seria natural agrupá-los sob um termo classificatório. Um historiador não está interessado em explicar a Revolução Francesa enquanto revolução, mas como seu curso diferiu do de outros membros da classe das revoluções. Como indica o artigo definido a Revolução Francesa, o historiador procede não do termo classificatório para a lei geral, mas do termo classificatório para a *explicação das diferenças* (grifo do autor).

Essa “explicação das diferenças” em história, como indica o autor, não acontece a partir da concepção dedutiva que busca a causalidade única ou maior da história (como predispõe a visão neopositivista), mas de um juízo, de uma ação que pesa argumentos contrários e toma uma decisão. Tal “juízo histórico”, que Ricouer (1983, p. 180) busca na concepção de Willian Dray, justifica as conclusões sobre determinado acontecimento trazendo o apoio de novas informações para sua tese. A explicação das diferenças que tem por finalidade tornar um fato único como descrito acima remodela a noção de acontecimento, visto que o coloca na perspectiva de quem narra, do próprio historiador ao fazer história.

O conceito de Michel de Certeau (1975, p. 103) traz mais elementos para entender a remodelação do acontecimento, quando o coloca sob a “operação historiográfica”, da transversalidade do conceito de história. Ele diz que o acontecimento “é aquele que recorta para que haja inteligibilidade”. Em contraposição ao fato que “preenche para que haja enunciados de sentido”. O primeiro “condiciona a organização do discurso”, enquanto o segundo “fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos”. Na opinião do autor, enquanto o acontecimento “articula”, o fato “soletra”. Continuando em suas considerações Certeau diz que o acontecimento é

o meio pelo qual são organizados os documentos, passando da desordem para a ordem.

Bem longe de ser o alicerce ou a marca substancial na qual se apoiaria uma informação, ele é o suporte hipotético de uma ordenação sobre o eixo do tempo, condição de uma classificação. Algumas vezes ele não é mais do que uma simples localização da desordem: então, chama-se acontecimento o que não se compreende. Através desse procedimento, que permite ordenar o desconhecido num compartimento vazio, disposto antecipadamente para isto e denominado “acontecimento” torna-se possível uma “razão” na história (CERTEAU, 1975, p. 103 - 104).

Por conseguinte, os fatos, na opinião do autor, respondem a uma dimensão de semantização, de referencialidade que preenche e dá credibilidade ao acontecimento previamente recortado. Os fatos acontecem no exato limite do acontecimento. Por sua vez, o texto liga fato e acontecimento no horizonte de um discurso, sendo “a autoridade capaz de compreender a relação entre uma organização de sentido (‘fatos’) e o seu limite (‘acontecimento’)” (CERTEAU, 1975, p. 104). Nesse aspecto, a operação histórica é um processo de recorte através de acontecimentos vinculados a uma série discursiva, na qual a organização dos fatos comenta um novo ponto de vista, uma nova possibilidade de enxergar o passado a partir de um dado interesse. Essa operação que recupera o acontecimento como o modo de narrar da história não o coloca na referencialidade ou no sentido dessa mesma narrativa, mas o constitui como centro organizador dos fatos e dos interesses do lugar do qual o historiador fala. Esse lugar, para Certeau, seria o lugar epistemológico da disciplina história.

A operação historiográfica - que Ricouer (1983, p. 251-252) define como “intencionalidade histórica” - estabelece um laço indireto com a narrativa de ficção. Esse laço é indireto, segundo Ricouer, porque a história destaca da trama narrativa o processo explicativo, tornando essa explicação autônoma. Diferente do que ocorre com as narrativas literárias que estabelecem suas conexões no interior da tessitura da intriga (da história contada) através do “contrato de leitura”, o historiador tem o desafio de autenticar e justificar os fatos que compõem o acontecimento a ser contado. A autonomização da explicação histórica da narrativa, no nível dos procedimentos do historiador, explica-se por

três interpretações: (a) “o trabalho de explicação está ligado a um trabalho de *conceitualização*”; (b) “quaisquer que sejam os limites da objetividade histórica, há um *problema de objetividade em história*”. (c) “o historiador dirige-se a um leitor desconfiado, que espera dele não somente que narre, mas que autentifique sua narrativa”, gerando uma “*reflexividade crítica*” sobre seu trabalho (RICOUER, 1983, p. 252-253, grifos do autor).

A concepção de unicidade do acontecimento que estabelece a escrita das diferenças e o juízo do historiador, vinculada às premissas que distinguem e aproximam a operação historiográfica da literária, levam a discussão sobre o acontecimento histórico a uma direção que interessa muito a esta pesquisa. Paul Ricoeur (1983, p. 263) recupera a concepção de Max Weber (1906) “de imputação causal objetiva” para articular o modo como se dá a constituição de um acontecimento único como objeto do historiador. Max Weber aponta que para constituir as causas válidas de um dado acontecimento, o historiador precisa suspender a realidade do acontecimento, testando causas alternativas para verificar quais seriam as consequências caso as ações fossem outras. Ao exercitar o método imaginativo do “se fosse assim qual seria o resultado”, Weber propõe um exercício narrativo como método para o historiador selecionar fontes, escolher encadeamentos e definir a unicidade, “a singularidade” de um fato a ser historiado. Para a definição dessa singularidade, bem como do exercício imaginativo proposto, o objeto estudado possui a cláusula “aconteceu dessa maneira e não de outra”. O objeto do historiador está definido a partir de uma ação que evidencia a singularidade do acontecimento frente ao típico (particularidade) e às leis (universalidade).

A proposição weberiana é a mesma proposta por Foucault (1969) sessenta anos depois para estudar os discursos, inclusive o discurso da história. Para o autor francês, a arqueologia do saber pergunta-se por que existe um discurso e não outro em seu lugar? O que caracteriza a existência singular de certos enunciados que são tomados como mais verdadeiros que outros. Paul Veyne (1971) faz a aproximação entre a proposta weberiana de história e a proposta foucaultiana de arqueologia com o intuito de apontar a capacidade narrativa da história, ao mesmo tempo em que define a história como a arte de explicitar os acontecimentos, de expor as minúcias a ponto de torná-los únicos – o que Foucault (1969, p. 135-136) conceitua como princípio da “raridade” do enunciado.

Em outro aspecto, essa seria a base da diferença de história e sociologia, uma vez que a primeira tem por objetivo “narrar os

acontecimentos em sequência singular” ou seja, “prende-se aos antecedentes de um fato singular”; enquanto a sociologia “caracteriza-se pelo esforço de estabelecer leis (ou pelo menos regularidades ou generalidades)” e pesquisar as “causas de um fato suscetível de reproduzir-se” (ARON apud RICOUER, 1983, p. 267). As teses nomológicas que buscam a cientificidade das causas e das consequências dos fatos históricos confrontam-se com a caracterização da história como “sublunar” (VEYNE, 1971, p. 117). É sob a forma da narrativa que o historiador expõe sua explicação e motivado pela “tessitura da intriga” que essa explicação emerge.

A designação da constituição de um objeto único que busca a objetividade através de um exercício narrativo coloca o conceito de “imputação causal” como a estrutura de transição entre a tessitura da intriga própria da narrativa e a explicação por leis da ciência. Recuperando o conceito weberiano de “compreensão explicativa”, é possível notar nesse movimento a máxima hermenêutica trabalhada por Ricouer em suas obras, já que na história também “explicar mais é compreender melhor” (GENTIL, 2008, p. 21). Em outro aspecto, o conceito de acontecimento em sua unicidade conforme trabalhado por Ricouer permite a união do factual, do estrutural e do comparativo em uma mesma finalidade: encontrar a singularidade em uma trama específica.

Mas de que singularidade está se falando? O acontecimento único como definido por Paul Ricouer e a imputação causal de Weber não respondem à concepção de fugacidade do acontecimento. Nem o conceito de singularidade está tratando de fatos rápidos que precisam da contextualização devida para a inserção em estruturas particulares. Ao mesmo tempo, o conceito de acontecimento inserido na construção da intriga, a partir da série em que se dá a intencionalidade histórica, não responderia à análise de estruturas como o estudo da evolução da classe burguesa na Idade Média ou mesmo a história de longa duração como proposta por Fernand Braudel. Em última instância, cabe perguntar como Paul Ricouer, Paul Veyne, Michel de Certeau ou mesmo Max Weber compreendem o conceito de acontecimento e de narrativa para atingir essa “intencionalidade histórica”, essa “operação historiográfica” ou mesmo essa “narrativa dos fatos reais”, ou seja, o conceito de história?

A resposta pode estar na intersecção entre escrita histórica e acontecimento histórico. É no percurso realizado até agora que transforma acontecimento e narrativa, mimese do real e configuração textual, em um exercício de síntese que traz pontos pertinentes para a

compreensão propriamente histórica. Veyne (1971, p. 39) indica que a história, independentemente do encadeamento que toma, busca encontrar acontecimentos - singularidades - em tramas contextuais, em particularidades. “O indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade”. Em um outro texto, o mesmo Veyne (1974) aponta que a principal tarefa da história é a conceitualização, a constituição de marcadores capazes de explicitar e singularizar uma complexa situação social com o intuito de formar um conhecimento sobre ela. Conceituar, nesse caso, não é somente recuperar o acontecimento breve e fugaz que aparece em uma primeira análise, mas evidenciar o que aquele fato possui de novo, o enquadramento dado a perspectivas antes não notadas, o corte que estabelece uma nova intriga, com um novo acontecimento e uma nova singularidade. Esse corte não é livre ou relativo, mas depende do conhecimento do historiador, o que permite a ele realizar novas perguntas e trazer novos aspectos do que é historiado. Nesse ato, é possível reconhecer um novo acontecimento ou mesmo a revelação mais plena de um acontecimento – sua explicitação. Veyne (1973, p. 105) chama isso de “ampliação do questionário”, ou seja, a potencialidade que o modo de olhar do historiador - a pergunta que ele faz aos documentos – traz na explicitação de novos enquadramentos para fatos do passado.

Ricouer (1983, p. 315-320) resolve duplicar os conceitos de acontecimento e de intriga no intuito de diferenciar o acontecimento histórico – que ele chama de “quase acontecimento” – do acontecimento narrativo; e a intriga histórica – que ele chama de “quase intriga” - da intriga literária. O acontecimento histórico está diretamente relacionado com a ruptura, com a mudança, mas não com a brevidade. Independentemente do tempo em que transcorre o objeto do historiador, a intencionalidade histórica manifesta-se sob a dinâmica de uma transição. Com essa concepção, a revolução francesa é um acontecimento histórico em sua unicidade que pode advir do início da queda da monarquia francesa desde Luis XIV até a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder. Todo esse período é tomado como um acontecimento único, um recorte temporal na história que é explicado a partir de causas que singularizam esse mesmo fato como único, ao mesmo tempo em que o transforma em um conceito operatório para outras histórias a serem contadas ou mesmo para outras disciplinas. Nesse mesmo exemplo, vale como complemento a diferenciação de Peter Burke (1992) da intenção sociológica e da intenção histórica no estudo da revolução francesa: a primeira busca estabelecer o conceito de

revolução; a segunda de revolução francesa. Como explica Paul Ricouer (1983, p. 310), “[...] diversamente do sociólogo, o historiador, tratando de estruturas, está atento a seus pontos de ruptura, sua brusca ou lenta deterioração, em suma, à perspectiva da sua extinção”.

No plano da intriga histórica – da quase intriga -, Paul Ricouer (1983, p. 308) expõe a superação da oposição estrutura-acontecimento como caminho necessário para os historiadores – caminho que, ao modo de ver desta pesquisa, é trilhado por historiadores como Veyne (1971; 1974) e de Certeau (1975). Ao estabelecer a prática da história como uma prática narrativa que recorta a série que lhe apraz com vistas a conceituá-la, Paul Veyne não só transporta o acontecimento para a narrativa como também estabelece a estrutura como uma série narrada e dinamizada pelo acontecimento. Ou seja, como variável da intriga histórica, o acontecimento histórico estabelece o modo de agir do historiador na busca por singularizar um dado objeto e conceituá-lo.

Essa distinção, enfim, pode ser comparada à proposta da teoria marxista da história. Agnes Heller (1970, p. 11-12) define a história marxista como aquela que é construída pela ação humana (teleológica) e determinada pela conjuntura material (causalística). A definição da história como processo de rupturas e alterações entre a teleologia humana e a materialidade das coisas pode responder ao interesse histórico como visto até aqui. Mais, a premissa marxista que caracteriza a essência da humanidade como mudança responde a um conceito de história. Como afirma Ricouer, a história preocupa-se com as rupturas, com as mudanças. Ainda que em termos ontológicos, os marxistas preocupam-se com as rupturas, com a própria dialética em movimento.

A crítica às propostas de Marx são muitas, principalmente no que tange à hegemonia da infra-estrutura sobre a superestrutura, o destaque dado aos modos de produção frente à ideologia ou aos modos de concepção. Paul Veyne (1971, p. 56-57) aponta que em história não se pode pensar apenas nos meios, na materialidade para se entender um acontecimento ou determinado contexto. Assim como a finalidade dos sujeitos não sobrepuja o meio em que acontece. Para o autor, a dicotomia que privilegia somente o material ou somente o psicológico em história é parcial e as análises que se pretendem completas em história tomando o postulado materialista ou seu antagonico são falsas. Se a história é pensada como organizada em um processo de escritura, de narrativa de acontecimentos, a materialidade dos fatos compõe seu objetivo, mas não sobrepuja o ato de questionar do historiador nem pode determinar as perguntas que dele se espera. Marx, ao que parece, nota em seu método como a evolução da estrutura se constitui enquanto

acontecimento, ao mesmo tempo em que reconhece a dialética constante entre os meios enquanto produtos humanos e os homens enquanto transformados pelos meios. A crítica de Veyne a Marx incide sobre o privilégio de uma relação sobre outra (dos meios sobre o homem) e da exigência da história marxista em sobrepor as relações econômicas aos demais aspectos de um objeto de pesquisa.

Mesmo não afirmando categoricamente a história como imanente à sociedade – como ontologia - e considerando algumas das críticas que o marxismo sofre, assinala-se que a proposta marxista para conceituar a realidade como mudança possui estrutura similar à proposta de Ricouer para compreender o estatuto do acontecimento no interior de narrativas que privilegiam a estrutura. Talvez, possa-se dizer que, em alguns aspectos, a estrutura da teoria de Marx é a transposição de uma epistemologia própria da história para a ontologia das relações humanas. Ainda que não seja possível aprofundar a questão, “a história marxista permanece aberta” (VILAR, 1974, p. 172-175). Não contando o postulado marxista que materializa a história em um *continuum* revolucionário, ou o privilégio sobre as relações econômicas, a estrutura de seu pensamento permanece como possibilidade para pensar a história.

Estabelece-se, por fim, a descontinuidade, a ruptura como a matriz da história. O acontecimento e a narrativa são reconfigurados para novas abordagens na história. Em outro aspecto, a particularização da operação histórica a partir da prática do historiador como investigador que busca a verdade e a objetividade durante sua escrita da história não dissocia essa operação da relação com outras disciplinas. Permanentemente, a história é estudada em relação com as ciências naturais e, principalmente, com as demais ciências humanas. Verificar alguns marcadores da história torna-se pertinente para mostrar como outras áreas participam da constituição dessa disciplina, ao mesmo tempo em que a história transforma-se em uma disciplina auxiliar de outros campos de saber que buscam suas especificações.

2.4 A INTERFACE COM OUTROS CAMPOS

A emersão das ciências humanas a partir do século XIX mudou a configuração e o entendimento da história como uma área de conhecimento. A história, como aponta Foucault (1966, p. 508-517), pode ser considerada a primeira ciência do homem, uma espécie de “mãe das ciências humanas”. A história, desde os gregos, passando

pelos estóicos e pela idade média, está relacionada a um movimento único, ou ligada a uma cronologia cósmica ou a um devir do mundo, uma espécie de destino humano. Nota-se que essa visão filosófica está fortemente arraigada ao conceito de história em Hegel e demonstra uma proximidade estrutural com o modo de pensar a história da humanidade em Comte ou Marx. A visão de totalidade e unicidade histórica é alterada com o surgimento das ciências da vida, do trabalho e da linguagem (FOUCAULT, 1966). Marx mesmo demonstra um processo de transição na história, já que vai estudar a evolução das diferentes formas de trabalho a partir de categorias que emergem da ciência do trabalho, no caso, a economia. Os filólogos passam a verificar a evolução da linguagem não apenas pela política, migrações ou guerra, mas na própria dinâmica interna da fonética e da gramática. E a vida passa a ser compreendida por processos de evolução, seleção natural e mutação.

Os autores do século XVIII e XIX são em sua maioria eruditos que transformam a história em método para o estudo de questões amplas que envolvem economia, sociedade, política, psicologia e direito. Essa tendência permanece até os primeiros anos do século XX naquela divisão por áreas de saber ainda incipiente das ciências humanas faz do método histórico a técnica mais aceita para pesquisas. Assim, Weber estuda as relações entre o puritanismo e o capitalismo do século XVI, unindo perspectivas sociológicas, econômicas e históricas; Spencer utiliza exemplos históricos para ilustrar sua teoria da evolução social; geógrafos como La Blache e Ratzel fundamentam grande parte de suas teorias possibilistas e deterministas da geografia a partir da observação de fatos históricos (BURKE, 1992, p. 21-22).

O surgimento das diferentes disciplinas exige mudanças da pesquisa histórica que, no fim do século XIX, ainda é eminentemente positiva e política. Pode-se afirmar que todas essas disciplinas, na busca pelo alicerce de suas posições, desafiam a história, buscando retirá-la do posto de discurso universal e unificador das ciências humanas. No início do século XX, a sociologia irá criticar a visão política e nacionalista da história e reivindicar a cientificidade de sua área para os estudos do passado. Levi-Strauss (1976, p. 336), por sua vez, aponta a história globalizante e transcendental como um tipo de mito. Para ele, a história só pode ser parcial, visto que não há totalidade histórica (como aponta Marx e Hegel), mas várias histórias que não estão ligadas a um tema central. Essa via de análise permite, como aponta Dosse (2001, p. 152-158), uma história dos pequenos acontecimentos, ou de histórias descontínuas, tendo a antropologia como ciência capaz de analisar todas

essas condições. Isso porque a antropologia poderia decifrar as estruturas imanentes na sociedade, diferentemente da história que ficaria restrita aos fatos diretamente observáveis. Antes ainda, Saussure (2001, p. 23-25) fundamenta uma disciplina dos signos que explica os fatos sociais da vida humana como um todo, no caso, a semiologia. Essa disciplina abarca todos os fenômenos relacionais do homem, incluindo sua história. A partir de Levi-Strauss e Saussure, grande parte do estruturalismo trouxe consigo essa visão de uma história cindida e descontínua.

As diferenças no âmbito teórico também refletem atitudes pragmáticas dos investigadores das novas ciências humanas. Como aponta a comparação tecida por Peter Burke (1992, p. 20-24), o interesse das pesquisas em ciências sociais no século XIX e início do século XX volta-se para o estudo dos fenômenos do passado para comprovar leis e teorias econômicas, psicológicas, antropológicas, sociológicas, em práticas que, em suma, são consideradas “análises de gabinetes”. Todavia, a partir do início do século XX, as novas gerações de teóricos sociais abandonam o passado em favor de análises de dados contemporâneos. Seguindo a exposição de Burke (1992, p. 24-28), a antropologia é revolucionada pelos trabalhos de campo de Franz Boas, Radcliffe-Brown e Malinowski que passam a conviver e a observar diretamente tribos primitivas. A economia afasta-se da história para estabelecer um modelo baseado na matemática ou em estudos que colocam a centralidade dos dados estatísticos da economia para entender a história, sendo célebre a crítica dirigida por Simiand (1903) aos historiadores positivos franceses. A psicologia passa dos estudos históricos para as análises de laboratório.

A sociologia passa à observação empírica como técnica abrangente, tendo como exemplo as atividades desenvolvidas pelo departamento de sociologia de Chicago – liderado por Robert Park – que estuda guetos, favelas, imigrantes etc. Outro fator importante para essa mudança de foco do passado para o presente é o funcionalismo. Para a teoria funcionalista, importa o entendimento das funções de determinados agentes para manutenção da estrutura da sociedade, não levando em conta o passado ou a historicidade dos fatos. Trabalho de campo e o funcionalismo possuem estreita vinculação, não sendo possível divisar se “o trabalho de campo levou ao funcionalismo ou vice-versa” (BURKE, 1992, p. 27).

Todas essas críticas provocam mudanças na história, que acaba reagindo à ascensão das disciplinas das ciências humanas e ao surgimento de novos métodos e teorias. Como detalhado anteriormente,

uma grande mudança no modo de trabalhar dos historiadores é realizada por Marc Bloch e Lucien Febvre com a criação da revista *Annales d'histoire économique e sociale* e posteriormente da escola dos *Annales* a partir de 1929. Tomando como parte a crítica empreendida pela sociologia, os autores da chamada primeira fase dos *Annales* buscam incluir métodos da economia, da sociologia e da geografia para fundamentação estatística, demográfica e produtiva da história.

Após a II guerra mundial, Fernand Braudel caracteriza o que é conhecida como a segunda fase dos *Annales*. Como aponta Dosse (2001, p. 151-172), a crítica estruturalista realizada por Levi-Strauss - que define a história como um tipo de mito ou como descrição superficial dos acontecimentos - encontra uma resposta da história a partir das modificações teóricas feitas por Fernand Braudel. Recuperando apenas para contextualizar o diálogo da história com outras disciplinas, Braudel fez a defesa por uma história total, entendendo que todas as relações são históricas e cabe a história observar, classificar, comparar e isolar todos os fatos pertencentes às outras ciências humanas, inclusive às estruturas imanentes da etnologia. Isso significa que, contrário à posição de Levi-Strauss que entende a etnologia como a disciplina responsável por descrever as estruturas imanentes de sociedade, Braudel defende uma história com capacidade de descrever as estruturas permanentes em qualquer sociedade, superando, inclusive, a lentidão do tempo geológico.

Essa busca pela cientificidade da história ou por um discurso organizador das ciências sociais sofre importantes críticas de Michel Foucault (1969). Para o autor, o objeto da pesquisa histórica deve ser tratado como particularizado a partir de uma série da qual ele faz parte, com as regras inerentes a essa série. Foucault (1969, p. 56), considerando um elemento definido em uma série discursiva, procura reconhecer a regularidade dos fenômenos e os limites da probabilidade de sua emergência. Assim, a análise requer que se estabeleçam “as séries diversas, entrecruzadas, divergentes, muitas vezes, mas não autônomas que permitem circunscrever o ‘lugar’ do acontecimento, as margens de sua contingência, as condições de sua aparição”. Essa história opõe-se aos grandes esquemas totalizantes e quantitativos. Outra proposta de Foucault é a descontinuidade dos acontecimentos, justamente para verificar as rupturas e valorizá-las, em oposição a uma tentativa de buscar a uniformidade explicando as diferenças a partir de um mesmo sistema, de um *continuum*.

As propostas de Foucault são prontamente acolhidas por um grupo de historiadores que resolvem descentralizar o poder da história e

retirar dela o *status* de ciência apontando que ela não tem um único objeto, mas quantos objetos o pesquisador determinar. A divisão da história em várias histórias permite o surgimento de inúmeros objetos possíveis de serem estudados pela área, alargando cada vez mais o seu leque de atribuições e as possibilidades de entrada nos documentos e no arquivo. Uma atenção maior é dada a regiões que não eram iluminadas pela história tradicional, tais como a história dos homossexuais, das mulheres, a história dos costumes, do comércio, do consumo, das formas de comunicação, do desejo, da vida privada. Ainda, permitiu uma variabilidade de formas de estudar a história, utilizando elementos estruturais da literatura e valorizando ainda mais o caráter autoral dos textos.

A partir do momento em que a história se abre para as teorias sociais, os conceitos e métodos da sociologia, da antropologia, da economia, da geografia passam a exercer forte influência sobre o trabalho historiográfico. O historiador percebe cada vez mais que depende dos conceitos dessas disciplinas para alargar o espectro de suas análises e estabelecer de forma mais contundente os seus interesses no passado. A utilização de conceitos como classe, poder, revolução, cultura, papel social, gênero auxilia na construção do objeto da história. Do mesmo modo, a utilização de modelos, dados quantitativos e recortes micro ou macro sociais são constitutivos da prática do historiador que, de alguma maneira, toma esses métodos para investigar fatos do passado.

O que se observa é que cada vez torna-se mais difícil separar contribuições propriamente históricas, que não estejam vinculadas a concepções de outras disciplinas. Primeiramente porque a abertura do conceito de história como colaboradora de todas as práticas traz implícita que a história possui uma capacidade muito particular de se articular à outra disciplina a qual auxilia. Segundo, porque a história depende da disciplina que auxilia para a escolha e aplicação de determinados conceitos ao passado. Se o exercício de retorno ao passado é propriamente histórico, a pergunta que movimenta o interesse não o é, assim como os conceitos que o encadeiam. Mesmo a história de acontecimentos do passado ao modo do exposto pela operação historiográfica possui como característica a busca por aliar-se a outra disciplina, principalmente às sociológicas. Tanto é assim que história social e história cultural são termos praticamente considerados sinônimos de história.

De outro ponto de vista, as disciplinas sociais como a antropologia, a sociologia, a psicologia ou os estudos sobre cultura

retomam o interesse pela história, especialmente nos últimos 30 anos. A abertura da história para as diferentes teorias e a das disciplinas para a operação historiográfica possibilitam a estratégica ação conjunta, na qual a história auxilia na pertinência que fatos do passado suscitam a tais disciplinas, ao mesmo tempo que os fatos do passado recebem a iluminação anacrônica possibilitada pelos interesses do presente.

Se a discussão da particularidade da disciplina histórica ainda traz muitas discussões de cunho epistemológico, a capacidade de articulação da história com outras disciplinas converge para a potencialidade imanente dessa prática. Considerar essa posição paradoxal da história frente às disciplinas com as quais se relaciona auxilia na proposição comparativa e conceitual que esta pesquisa realiza para estudar a história do jornalismo. O que se nota em cada período estudado na história é a inserção constante de discussões que permeiam todas as ciências humanas e às quais o jornalismo não é indiferente. Em outro aspecto, cada fase da história torna possível notar congruências e distensões com o percurso dos estudos acadêmicos do jornalismo. Inclusive as relações interdisciplinares. A abertura teórica do jornalismo e da história para a entrada de outras disciplinas é fundamental para a compreensão das abordagens em história do jornalismo.

3 DO JORNALISMO E DA HISTÓRIA A HISTÓRIA DO JORNALISMO

Após a exposição da relação entre teoria e prática do jornalismo e entre teoria e prática da história, cabe a interpretação possível para a história do jornalismo no espaço que conforma teoria e prática das duas disciplinas. Os dois contornos traçados nos capítulos precedentes para explicar história e jornalismo tornam possível o diálogo que se propõe daqui para frente. Entende-se que atender a proposta de Marialva Barbosa (2007, p. 153-154) de aproximar a história e o jornalismo visando um entendimento mais profundo da teoria do jornalismo ou mesmo ao adaptar sugestão similar de Luiz Martino (2008) – dirigida à comunicação - de tornar a história uma aliada na busca pelas bases epistemológicas exige recuperar alguns conceitos pertinentes na teoria do jornalismo e na teoria da história. Lançar luz sobre dois percursos distintos, notando as variantes epistemológicas de cada um, pode permitir a compreensão mais clara de suas convergências.

O exercício levado a cabo por Ricouer (1983, 1984 e 1985) de buscar as particularidades do tempo e da narrativa na história traçando o percurso epistemológico da história e da narrativa serve como grande exemplo diante de propostas semelhantes como a de Muniz Sodré (2007) para a comunicação ou mesmo Hayden White (1978, p. 17) para o estudo da tropologia. É possível inclusive lembrar a lógica de Charles S. Peirce (1977) ao sugerir o conceito triplo que forma o signo. Todas essas relações de forte conotação lógica, epistemológica e narrativa trazem como estrutura o modo como se estabelece o eixo entre o recorte do que é contado e o recorte do como contar. Não há como negar essa relação em exercícios textuais como os realizados pelo jornalismo e pela história. Ambas possuem a capacidade de narrar de determinado modo fatos e esses, por sua vez, entram em cada uma dessas áreas de maneiras diferentes.

Assim a proposta até aqui descreveu o estatuto epistemológico do jornalismo em comparação com a história a partir de suas considerações sobre o referente – o que ficou chamado de acontecimento - sobre a tessitura da intriga – denominada em cada capítulo de narrativa; e sobre a transversal possível, o olhar a partir do jornalismo ou da história, o eixo epistemológico de cada área – chamado de *transversalidade de uma visão*. Entende-se que esse eixo epistemológico quando visto de seu próprio lugar reconfigura o olhar sobre o acontecimento e a narrativa, dotando cada qual de propriedades que marcam seu respectivo campo do

conhecimento. Passo a passo, o convite é o de recuperar o percurso redefinindo com os marcadores convencionados (acontecimento, narrativa e transversalidade).

O prelúdio da historiografia como pensamento filosófico, artístico e teórico é muito maior do que o do jornalismo. O jornalismo, como mostra John Hartley (1996) nasce com a modernidade, nos auspícios do renascimento cultural, crescendo nos períodos de revolução política e cultural (revolução inglesa, francesa e reforma protestante). Ele participa ativamente da configuração do iluminismo (já que serve de conexão entre os filósofos, políticos e o povo) e testemunha a emersão do realismo - momento em que se configura como profissão, busca a separação da propaganda e começa a constituir a base do que seria, mais tarde, sua teoria. A história, ainda que seja uma prática mais antiga, também é potencializada pelo renascimento cultural e pela revolução proporcionada pela imprensa de Gutemberg. A convergência de história e jornalismo acontece devido às temáticas, à circulação de anais, à produção religiosa, às histórias de viajantes e missionários ou mesmo os trovadores e inventores de história. Ambos estão devidamente inseridos na publicização, a história em uma forma mais particularizada e o jornalismo na rapidez que a circulação e a tecnologia tornam possíveis. As duas práticas são políticas e literárias. Políticas, uma vez que incidem na redução de uma forma de enxergar e pensar o mundo (a idade média, a igreja, o feudalismo) e na ascensão de outra (os estados nacionais, a laicização, o racionalismo). Literária porque estão ligadas a formas de contar histórias, de encantamento, de poética.

No século XVIII, história e jornalismo já estão em sentidos opostos, mas ambos trabalham sob a mesma matriz teórica que alimenta/ é alimentada pelo racionalismo. Os debates políticos que movimentam a esfera pública do século XVIII, como apresenta Habermas (1961), trazem consigo a estrutura retórica da sátira e o posicionamento de combate às estruturas sociais que representem a passividade do homem. A história em seu exercício de verdade traz implícito o debate moral retórico e dialético. Por sua vez, ela permanece literária em sua parcimônia e projeto, em união com a filosofia. O jornalismo é o campo em que as polêmicas, as críticas, a retórica e muitos debates circulam propondo sentidos ao imaginário do público. Os dados arregimentados do passado pela história podem ser colocados em comparação com os dados arrolados no presente para disputa mais direta e política exercida pelos jornais. O jornalismo não tem pretensão de verdade, mas a sua conduta é pautada por uma moralidade em disputa.

A especialização do conhecimento e a emersão do realismo no século XIX transformam profundamente as práticas de jornalismo e história, ao mesmo tempo em que transformam todas as práticas de estudos sobre o homem, simbolizando o surgimento das ciências humanas. O jornalismo nesse momento recebe a influência do romantismo, do positivismo e sua posição transforma-se, analogamente à história metódica e positiva. O romantismo exerce influência no jornalismo em sua paixão pelo presente, pelas figuras da cidade, ao mesmo tempo em que o *flâneur* literário – pesquisa empírica de tipos, ações e situações reais para a composição de personagens – influencia a prática da apuração jornalística. O positivismo é a vertente que influencia a ascensão da objetividade e a analogias do exercício de apuração e redação ao método científico. E a escola metódica, como movimento da classe profissional dos historiadores, assemelha-se à especificação e profissionalização do jornalismo. Ambos movimentos tentam separar suas práticas da literatura, dissociando a ligação com a narratividade, dotando os textos de uma transparência que visa à objetividade.

É nessa especialização que o discurso metodológico do fazer de cada uma das práticas começa a ser desenhado, dotando, a partir desse ofício, características de suas concepções epistemológicas. Ainda que a história seja uma prática institucionalizada de saber acadêmico enquanto o jornalismo se institucionaliza pela via política (quarto poder), ambas constituem suas práticas visando o afastamento de qualquer tipo de filosofia ou teoria, fazendo de tal modo que a prática satisfizesse as necessidades de justificação epistemológica. O jornalismo também passa a recomendar que seus profissionais sejam formados pelas universidades, buscando desse modo na academia o alicerce para a prática social.

O objeto do ofício do jornalismo e o da história passam a constituir o fundamento para a justificação de suas atividades teórico-metodológicas. O acontecimento do presente pauta o interesse jornalístico, assim como os acontecimentos do passado configuram a história. As duas atividades validam como símbolos de sua credibilidade e verdade as instituições políticas, os políticos, os tratados diplomáticos e de estado. O historiador vai para o arquivo fundamentar a evolução do estado e os jornalistas inserem-se no presente como os produtores de documentos do dia-a-dia, dos acontecimentos políticos e econômicos.

O acontecimento, nesse contexto, liga-se com os eventos ocorridos no referente, no mundo externo ao texto. Cabe ao historiador transportar os eventos com o máximo de fidedignidade para o seu texto

presente. Por sua vez, o jornalista deve observar atentamente os fatos, transmitindo o acontecimento mais próximo possível do que ocorreu. A semelhança de princípios dá lugar à diferença de meios e justificações para esse exercício de verdade. O historiador busca sua legitimidade na pesquisa de documentos, qualificando-os e transformando-os em fontes. O jornalista preocupa-se em testemunhar o fato enquanto ele acontece ou inquirir pessoas que tenham presenciado o fato, qualificando os discursos, confrontando as versões e transportando para o texto a legitimidade de sua presença enquanto investigador³⁵. O historiador estrutura essa cópia do real a partir da composição da estrutura da ação (quem, como, onde, porque, o que e quando), da conjuntura política e cultural sob a qual ela ocorre e na inscrição da temporalidade própria dessa ação, marcando-a a distância do presente. Por sua vez, o jornalista quando passa a privilegiar o gênero notícia, fundamenta sua cópia na estrutura da ação, incide sua legitimidade na presentificação do acontecimento recente não privilegiando a distância entre tempo do referente e tempo da narração, o que, em consequência, significa menor contextualização.

O problema que surge no horizonte da prática historiográfica é o de explicar as causas e os efeitos, buscando verificar se a história legitima-se como uma possível ciência de explicação e predição dos acontecimentos. Dois problemas de pesquisa decorrem disso: (a) como a historiografia enquanto prática pode estabelecer as causas e as consequências de um determinado acontecimento; (b) se a história possui esta capacidade de explicação e se seria esse o seu papel. É diante deste último problema de fundamentação epistemológica que inclusive alguns dos representantes da tradição neopositivista (que defendem com maior veemência o primeiro problema) chegam a conclusões que deslegitimam a visão preditiva e causalista da história; ou enfraquecem essa visão, abrindo o espaço necessário para as teorias narrativistas da história.

Nas teorias sobre o jornalismo, busca-se determinar se, na prática, o jornalista é ou não fiel aos acontecimentos, avaliando-o pelo grau de

³⁵Nesse aspecto, a atividade do jornalista assemelha-se à atividade do policial, transportando uma prática administrativa do Estado – o *inquérito* –, para sua prática cotidiana. Michel Foucault (2005) vai dizer que o surgimento do inquérito na idade média e o seu desenvolvimento na prática jurídico-administrativa do estado serão fundamentais para solidificar as práticas de investigação acadêmica. É possível deduzir que o jornalismo toma essa prática das instituições jurídicas e estatais que lhe servem de fonte, ao mesmo tempo em que fundamenta essa mesma prática no exercício acadêmico do investigador. Para a compreensão do inquérito na atividade do estado e de alguns de seus órgãos como a polícia e o ministério público vide o trabalho de Ana Maria Lima (2009).

neutralidade e de objetividade (deontologia); percebe-se também como o jornalismo processa os acontecimentos, mapeando onde existem as ações subjetivas e políticas que descredenciam a visão de isenção da profissão (sociologia da profissão); e como atividade jornalística transforma e cria novos efeitos para os acontecimentos, sendo ela própria atriz desse acontecimento (ponto comum entre teorias tão diversas quanto a funcionalista/ positivista e a teoria crítica). Em todas elas, a noção de verdade fundada no referente justifica a pretensão da prática profissional e conseqüentemente da referência teórica.

A proposição vitalista e compreensiva de autores como Dilthey, Weber, Simmel, Wildeband e Collingwood surge como resposta à visão explicativa via filosofia neopositivista. Para eles, o papel das ciências humanas – tendo a história como um de seus expoentes - não é explicar os acontecimentos através de leis, mas compreendê-los enquanto criações humanas que recriam os homens. Eles propõem a observação empírica rigorosa da vida humana em sua dinâmica para perceber como os acontecimentos são compreendidos objetiva e subjetivamente pelos homens. É essa a mesma visão que sustenta Robert Park (1922) ao tentar compreender o jornalismo inserido na organização das colônias imigrantes de Chicago ou a perspectiva de Helen Hughes (1940, p. 109-125) ao discutir os laços do discurso jornalístico com as manifestações folclóricas e míticas das comunidades. Nota-se nessa proposta compreensiva algumas convergências entre a narrativa e o acontecimento já dando alguns indícios dessa aproximação.

Em outro contexto, a história francesa do século XX – sob a constituição da escola de *Annales* - altera o objeto de trabalho destacadamente positivo da escola metódica, passando a preocupar-se com outras áreas que não a política, tais como as instituições sociais, a interferência humana sobre meios físicos geográficos, demografia, migração, práticas culturais etc. Essa escola recebe ainda influências da discussão epistemológica mantida pela filosofia e pela perspectiva compreensiva dos neokantianos. A história fundamenta-se ainda mais como método (exercício da escrita histórica), relegando a outras áreas - como a estatística, a economia, a antropologia, a geografia e principalmente a sociologia - o papel de justificação de sua prática. Por outro lado, o epicentro da mimese do acontecimento (a cópia estrutural da ação) deixa de ser o foco e passa a exercer papel secundário diante do aumento da importância do contexto estrutural que determina os acontecimentos. Todavia é importante salientar que nesse momento essa estrutura não está no exercício narrativo do historiador, mas localizada

no referente, evidenciando justificativas para a emersão do acontecimento.

Para fechar essa corrente da história que privilegia o contexto frente ao acontecimento, cabe o destaque à teoria marxista, que privilegia as estruturas produtivas com vistas a uma crítica sobre a organização da sociedade capitalista e a proposta de suplantação dessa sociedade por um projeto socialista. A história nessa perspectiva é ontológica, uma vez que se materializa no modo como o homem trabalha, produz suas condições materiais e psicológicas de sobrevivência. Assim, cabe à historiografia revelar a história essencial da humanidade para a transformação política. Os acontecimentos, sob esse aspecto, são a superfície do real, sendo necessária a crítica dialética para a revelação da história que lhes seria imanente.

O viés estrutural fundamenta constantemente as abordagens teóricas sobre o jornalismo. Porém, muitas vezes essa mesma abordagem não encontra na prática do jornalismo as características estruturais que propõe. Por enfatizar o gênero notícia como predominante ou como o elemento base do jornalismo, as visões estruturais são dirigidas para fora da prática jornalística, seja para o contexto político e social dos acontecimentos, a organização empresarial e administrativa das empresas jornalísticas ou mesmo a cultura profissional dos jornalistas. Essas propostas teóricas acabam, conseqüentemente, fugindo da prática do jornalismo ao privilegiar as estruturas referenciais do acontecimento, o modo como se organizam as empresas jornalísticas (administrativa e politicamente) e as relações deontológicas e pragmáticas do exercício profissional. Se tais perspectivas colaboram no entendimento de uma parte da dinâmica do jornalismo, não propõem conceitos que tomem o jornalismo como uma forma de conhecer a realidade.

Nessa esteira, coube a uma teoria marxista a abertura do conceito de acontecimento no jornalismo para a demarcação de um ponto de vista diferenciado. Genro Filho (1987) une as estruturas da lógica clássica que conjugam universalidade, particularidade e singularidade à teoria marxista que funde epistemologia e ontologia, teoria e prática. A pergunta de Genro Filho é marxista: qual é o ser do jornalismo? Como ele consubstancia a prática humana transformando-a em algo necessário? A resposta dele é lógica: o jornalismo é uma forma de conhecimento sobre a singularidade dos fatos. Novamente o acontecimento, a cópia estrutural da ação. Mas, agora inserido no horizonte da particularidade e da universalidade, o que potencializa o sentido do trabalho do jornalismo em tornar público o acontecimento.

Assim, a exposição da centralidade do acontecimento e o eclipse do trabalho narrativo tanto na história quanto no jornalismo permitem algumas conclusões que ajudam a entender as fundamentações teóricas, as estratégias metodológicas, as hipóteses e a definição dos objetos de estudo quando realizada uma história do jornalismo sob essa orientação. Do ponto de vista da história do jornalismo, buscam-se as contextualizações, as causas e as consequências com o objetivo de justificar o acontecimento em foco. Na maioria dos casos, esse acontecimento torna-se mais importante que o jornalismo, fazendo das pesquisas o modo que o jornalismo apresenta tais acontecimentos, por vezes revelando e por outras deturpando as causas e as consequências deles. Tomando o enfoque da deturpação como exemplo, a pesquisa em história do jornalismo assume a postura de “juiz deontológico do jornalismo”, apontando que ele não cumpre com seu papel de transmitir a verdade dos fatos. A história torna-se a testemunha do erro, o modo de comprovar que o referido jornal/ jornalista não é isento. Aqui, o pesquisador pode buscar as raízes dos possíveis interesses das empresas jornalísticas nessa versão do fato. Assim a pesquisa coloca-se no lugar do jornalismo correto (uma reparação deontológica do erro) ou da história reveladora. Nesse caso a visão sobre o jornalismo é deontológica, de dever ser o espelho do real; a visão sobre a história é positiva e reveladora; o objeto de estudo é a descoberta da verdade referencial dos acontecimentos (como ele realmente aconteceu); as estratégias metodológicas advêm principalmente de estudos da semântica discursiva (e sua imensa variedade de formas); e as hipóteses são fechadas e em sua maioria óbvias, já que sua resposta já está previamente dada nas premissas teóricas.

Em muitas pesquisas, a contextualização só é considerada exclusivamente histórica quando trata da sucessão presidencial, das políticas públicas, dos acordos diplomáticos e dos fatos políticos – característica oriunda do historicismo positivo. Quando o foco muda para estruturas econômicas, embates de classes e disputa pelo poder, o viés é marxista (crítico) ou funcionalista (positivo), por serem teorias sociológicas e porque o objeto localiza-se na ciência política e na economia política. Contextos outros, movimentos sociais, instituições, questões de gênero ou as raízes culturais respondem por categorias de outras áreas como a sociologia e a antropologia. Dificilmente a história é tratada sob a perspectiva de constituir leis gerais de causa e efeito ao modo neopositivista de Hempel, por exemplo. Mas, a busca nomológica pela causa e pela predição de acontecimentos permanece como forte objetivo dos pesquisadores em jornalismo quando buscam a interface

com a história. O viés da história a partir do acontecimento traz ainda uma outra vertente, largamente usada pelo jornalismo: a de realizar biografias de personalidades, história de empresas, instituições, sindicatos etc, em uma perspectiva ligada à constituição dos interesses institucionais e de reconhecimento do segmento historiado (resgate da memória).

Já o jornalismo é definido a partir de alguma de suas manifestações, mas sem a tentativa de uma compreensão mais plena da atividade ou da teoria. Conceitua-se o jornalismo a partir das premissas deontológicas da profissão, como empresa, como meio de transmissão de fatos, como resultado de crenças dos profissionais, como um dos seus gêneros (sendo conceituado exclusivamente pelas características desse gênero eleito), a partir das condições da organização administrativa, como matéria-prima do capitalismo, como um produto etc. A sua conceituação advém da descrição de suas funções, dos seus objetivos e de suas rotinas; da colocação de suas premissas deontológicas como tipo-ideal; ou da crítica *a priori*. A fundamentação teórica do jornalismo é definida tomando por base conceitos da sociologia, da política, da economia e da linguagem.

Segundo o percurso realizado, as abordagens narrativas na história surgem a partir do questionamento do modelo neopositivista, bem como da ascensão das teorias linguísticas e retóricas. Na França e nos Estados Unidos, autores como Paul Veyne e Hayden White ampliam o objeto da história, recuperando o conceito de acontecimento frente ao de estrutura, mas com uma nova definição de acontecimento. O acontecimento é desenvolvido no interior da tessitura da intriga, deixando de ter uma característica eminentemente referencial, passando a constituir um arcabouço narrativo e retórico. Em termos epistemológicos, esses autores propõem um enfraquecimento da ciência para a elevação da importância de sua característica narrativa. Nesse aspecto, as figuras de linguagem, o estilo e o discurso assumem o centro da cena em história. Não cabe em tal visão a busca pela totalidade do objeto referencial, mas o estudo do modo como o historiador impõe um sistema de provas pertinente à coerência narrativa ou à competência argumentativa propostas por ele. Por outro lado, a história amplia a abrangência de seus objetos, visto que passa a ser considerada a escritura pertinente a qualquer área de saber. A característica “sublunar” da história, como aponta Paul Veyne (1971, p. 117), permite a ela a capacidade de auxiliar outro campo de estudos, tecendo assim os interesses com que esse foco será direcionado ao passado. Trata-se de uma mistura profícua entre a descrença da verdade total da história

como proposta por Nietzsche e traduzida pela arqueologia do saber de Foucault e a corrente compreensiva de história como indicam os conceitos weberianos.

No jornalismo, a teoria narrativa ainda está arraigada às proposições das ciências literárias, da antropologia e, principalmente, das ciências da linguagem. O olhar volta-se para as estruturas de gênero, os modos de escrita, o estilo, o design gráfico e os métodos compreensivos de escrever sobre a realidade em uma maneira distinta da proposta pelo método da objetividade materializado no lead. Em sua maioria, os textos justificam o estudo da narrativa por outra área (linguística, antropologia, retórica) e, quando o jornalismo é citado, a compreensão retorna para a proposta do acontecimento ou de crítica a essa proposta. Dessa maneira, boa parte das análises de sintaxe ou de semântica jornalísticas permanece vinculando o jornalismo ao referente exterior ao texto, demonstrando a força que as concepções sobre teoria da notícia possuem.

Os estudos narrativos do jornalismo também localizam a força que a linguagem exerce em sua arbitrariedade, revelam as estruturas míticas transmitidas pelos jornalistas ou - em uma grande parcela das abordagens - comprovam que o jornalista não cumpriu com o seu papel de transmitir imparcialmente a verdade, recorrendo novamente à estrutura deontológica do realismo jornalístico. Outra estratégia que tenta recuperar a narratividade do jornalismo é aquela que recomenda a preocupação em transmitir o real sem descuidar da qualidade narrativa para envolver o leitor. Porém, essa proposta ainda vincula-se mais a uma proposta prescritiva, do que ao fazer, do que ao entendimento teórico das implicações que pode trazer a mudança no modo de narrar.

A história do jornalismo não deixa de recuperar, de certo modo, a narratividade estruturada dos acontecimentos presentes, o que caracteriza, de antemão, o caráter construído em que os fatos estão apresentados no jornal. Mas, esse exercício histórico assume conotações diferentes diante do modo com que o historiador olha essa narrativa: ele pode estudar a narrativa jornalística com vistas a reconstruir o estatuto do acontecimento; estabelecer o modo como os jornais alteram a versão dos fatos, retornando à proposta já exposta na explicação da importância dada ao referente; tomar a postura de quem narra, entrando nos meandros do trabalho textual do jornalista e estabelecendo as regras e as condutas traçadas por eles na composição do acontecimento; ou o pesquisador olha a massa dos textos jornalísticos com o intuito de verificar as alterações no modo como o jornalista escreve ao longo de um determinado espaço de tempo, notando regularidades e diferenças

desse trabalho. Em tal caso, são citadas causas que interferem no modo da escrita jornalística, usando principalmente estudos quantitativos da abordagem semântica, de estilo e de gêneros.

Ao propor aqui nesta pesquisa a estrutura básica para a compreensão da tessitura da intriga no jornalismo a partir do exercício das três mimeses (prefiguração, configuração e refiguração), o objetivo é recobrir as características configurativas e temporais do texto jornalístico e da história, abrindo caminhos para a inserção do exercício de leitura como pertinente a ambas atividades. Porém, destaca-se que o corte jornalístico é mais urgente de leitura do que o histórico. Se a prática histórica atende às características de historicidade e de memória próprias das sociedades, o jornalismo exige uma compreensão mais fluida, urgente e ligeira desse leitor que precisa compreender minimamente o que se passa em seu presente. O jornalismo conta histórias do presente, visando ações mais imediatas na sociedade como um todo, o que dinamiza não só o seu exercício de produção da narrativa quanto o de leitura. Se o papel da história é estratégico como organizador dos fatos do passado em uma síntese integradora de compreensão do presente, o jornalismo é ainda mais seletivo, organizando os fatos que sintetizam um dia. Os exercícios de memória e de esquecimento no jornalismo funcionam muito diversamente dos da história, o que afasta as duas tarefas. O apagamento dos encadeamentos que regem os fatos torna a narrativa jornalística muito mais política, ideológica e pública do que a histórica. O trabalho do jornalista é fugaz, mas essa fugacidade possui um peso muito maior do que se supõe à primeira vista. A fugacidade do jornalismo é o da própria constituição de sua narratividade e suas recorrências são da ordem da solidificação da memória e das atitudes do público.

Tais considerações antecipam o corte proposto sobre a pertinência do referente e da narrativa por uma visão a partir do jornalismo (transversalidade). Sob essa categoria, toma-se como referência a teoria de Genro Filho (1987) que entende o jornalismo como uma forma de conhecimento que visa a singularidade. A proposta desta pesquisa é a de deslocar o conceito do gênero notícia para todo o jornalismo, considerando a singularidade não como a explicação do *lead*, mas como a capacidade jornalística de tornar o acontecimento único e público – o que foi conceituado aqui de “segunda singularidade”. Essa segunda singularidade, quando redimensionada à importância da compreensão narrativa do texto jornalístico permite a resignificação do acontecimento jornalístico e da narrativa, buscando conceituar os elementos que permanecem no jornalismo em todas as

suas formas de manifestação, produção, leitura e circulação. Para isso, o estudo não quer conceituar o jornalismo apenas por uma de suas partes, ora como produto, ora como meio, como empresa, profissão ou deontologia, mas como uma prática social mais ampla que inclui e caracteriza todas as formas de manifestação do jornalismo na realidade. Pretende-se alterar o modo de ver o objeto de estudo de uma teoria do jornalismo, tentando não tecer conclusões através da descrição ou da prescrição deontológica.

A singularidade aparece também, conforme explicitado no capítulo anterior, como categoria pertinente para o estudo da história. Wildeband, Rickert e Weber, autores da história compreensiva neokantiana, propõem cada qual um modo diferente de compreender a singularidade da atividade da história. Wildeband separa duas categorias de objetos: uma nomológica, para qual o objeto é o típico, a regularidade, as leis que predizem os acontecimentos; e outra idiográfica, em que o objeto é o único, a distinção, o que é imbuído de valores autênticos e próprios. Rickert, sob outro aspecto, indica que a oposição não está no objeto, mas no método, pois tanto a metodologia generalizante quanto a que individualiza podem possuir o mesmo objeto, diferenciando-se pelo modo como concebem o real. O método que visa à universalidade faz da singularidade e da particularidade meios para a sua pretensão. O historiador faz do universal e do típico momentos para a compreensão singular de um dado acontecimento. Para Rickert, o encadeamento do acontecimento, a reunião de suas causas e consequências permite o seu entendimento tanto para a universalidade quanto para a singularidade, a depender do interesse do pesquisador. A história quer ver o que singulariza esse momento. Weber segue o problema de Rickert, propondo um método de pesquisa que envolve capacidade narrativa, comparativa e imaginativa para a descoberta de quais causas e consequências tornam esse fato singular. Weber (1906) chama esse método de “imputação causal objetiva”.

Ricouer (1983) afirma que a descrição do método do historiador proposta por Weber (que é chamada por ele de “imputação causal singular”) é uma forma de compreender a especificidade epistemológica da investigação histórica. Essa especificidade reúne o conceito de acontecimento e narrativa de modo a perceber como o trabalho do historiador busca a unicidade de um acontecimento a partir da estrutura narrativa que privilegia a ruptura, a mudança. Paul Veyne (1971), por seu turno, transforma o acontecimento em um recorte narrativo, importando a série sob a qual o historiador instaura sua dúvida e seleciona seu objeto. Mesmo nas análises estruturais em que se

privilegia a “longa duração”, ou nas análises quantitativas que indicam dados da demografia, a produção ou a economia, Ricouer diz que a ruptura e a mudança orientam a prática historiográfica. A história busca a unicidade de um acontecimento do passado, não importando a dimensão temporal que torna a mudança algo lento ou rápido. Ao propor as três temporalidades para a história (tempo geológico, estrutural e curto/ dos acontecimentos), Braudel utiliza categorias de mudanças – surgimento, apogeu, queda - enfim, estruturas narrativas que dotam de processualidade as observações.

A categoria da singularidade, nesse aspecto, é utilizada tanto para caracterizar o jornalismo quanto a história. Vale destacar, primeiramente, os pontos em comum, para demarcar as dissidências que esse conceito acarreta nas duas áreas. As duas atividades são narrativas e, com esse *a priori* é possível afirmar que ambas possuem desafios no exercício de compreensão da realidade. Quando o jornalismo investiga a singularidade de um fato, antes de qualquer outro aspecto, é na trama de uma especificidade que a ruptura desponta. Assim como propõe Paul Veyne (1971, p. 38-39) para a história, existe no jornalismo uma narrativa prévia que possibilita o diálogo com a realidade transformando o fato em acontecimento de uma história. A realidade dessa narrativa é institucional e popular, vinculada às regras da sociedade, à moral, aos costumes, aos mitos fundadores. Ela é instituída e instituinte da realidade através das referências que tornam possíveis a legibilidade das ações. Como descrito por Paul Ricouer (1983, p. 92-95) e pormenorizado no trecho desta pesquisa que apresenta a intriga jornalística (item 1.2.2), o jornalismo relaciona sua configuração textual ao texto simbólico presente no referente prefigurado e na leitura a ser reconfigurada. A ruptura dessa trama faz o dispositivo narrativo entrar em ação e contar a história. O mesmo acontece com a disciplina histórica, com os mesmos marcadores narrativos.

Ao descrever a prática textual do jornalista, Genro Filho (1987b, p. 94) cita Nilson Lage na intenção de exemplificar como o jornalista singulariza o fato: “ao invés de dizer que o homem é muito alto, diga que tem um metro e noventa”; não escreva que “o Sarney estava nervoso ao anunciar o último Cruzado, diga no seu texto que suas mãos tremiam, digam que ele tinha o cenho carregado”. O modo de escrita que evidencia o “como” e o “que” serve para singularizar o evento dentro de uma dada trama, partindo de aspectos próprios da escrita do gênero notícia, contudo, como evidenciado anteriormente, não demarca a atividade do jornalista como forma de conhecimento. A hipótese de que essa é uma das estratégias possíveis para que o jornalista singularize um

fato, mas não o objeto do jornalismo já está demonstrado por Genro Filho, mas ainda não fica devidamente exposto devido à centralidade que o gênero notícia recebe em sua teoria frente aos demais gêneros. A singularidade como conhecimento, como sinal de mudança e ruptura no jornalismo está na interferência que um fato investigado e revelado jornalisticamente causa na vida das pessoas. O jornalismo preocupa-se com as causas, mas se atém muito às consequências. Aqui começam as diferenças entre jornalismo e história.

A narrativa histórica, por exemplo, é diferente da do jornalismo na enunciação e encadeamento das causas e das consequências. Artur Danto, ao explicar as frases narrativas, caracteriza a história como uma espécie de onisciência, na qual as causas possuem relação com o conhecimento futuro do acontecimento, o próprio fato com as consequências dele, e as consequências com o presente ou a disposição de outros acontecimentos que lhe sucedem. A história individualiza narrativamente por poder expor conectivos do acontecimento com o seu futuro. Tanto o narrador quanto o leitor estão cientes de muitas das consequências de um dado fato, ficando a cargo do historiador evidenciar quais são as imputações e as decorrências que tornam único o acontecimento. No jornalismo, o futuro ainda é uma perspectiva. O acontecimento é trabalhado em suas causas, podendo ser investigado ao âmago de uma grande reportagem. Contudo, a atualidade (que alguns autores preferem chamar de contemporaneidade) permanece como um livro aberto, em que as consequências ainda são prognósticos. O desejo em apontar direções leva o jornalismo à exposição de tendências, busca por análises de especialistas, tentativas de explicitar as causas dos acontecimentos, sempre pensando no exercício de leitura de seu público. A singularidade do jornalismo é aberta, não como um ponto final que serve para tornar único um fato do passado (ainda que sejam múltiplos os interesses e as entradas possíveis a esse fato), mas como uma reticência, que deixa no campo da probabilidade a sua singularidade enquanto grande acontecimento.

Ao comparar com a proposta de Rickert e Weber, a proposta de Genro Filho parece diferenciar ainda mais o jornalismo no sentido exposto acima. O método da história é encontrar e explicitar as relações causais que determinam o acontecimento. Resumidamente, os historiadores partem de uma visão geral dos fatos, de um reconhecimento da trama histórica em que se insere a humanidade, para a posterior especificação do recorte, a tipificação do conhecimento que está procurando para, daí sim, traçar as marcas que singularizam determinado fato dentro da trama traçada para ele. A universalidade

torna-se um *a priori*, o recorte da trama, o caminho e a singularização do acontecimento como a caracterização do método histórico. A história quer localizar os pontos nevrálgicos da ruptura. O jornalismo parte da ruptura. Como explica Genro Filho, esse não é o sentido do texto jornalístico, mas o sentido do conhecimento do jornalismo. Conforme o jornalismo aprofunda a investigação, realizando novas apurações, organiza comentários, editoriais, crônicas, charges, suítes, reportagens, ele aprofunda a ruptura, o acontecimento. O jornalismo não caminha apenas para o particular. A partir do momento em que o fato se generaliza, a pertinência jornalística tem a tendência de cessar. Até o momento que um novo fato pode reabrir o acontecimento.

Esse acontecimento não está apenas no referente, na realidade externa ao texto. Nem cristalizada no singular. Ao observar o jornalismo como uma prática complexa, percebe-se que o acontecimento articula os fatos narrativamente, ao modo do sistema apresentado por Michel de Certeau para a história. A singularidade do jornalismo não acontece na cópia estrutural do fato referenciado, mas na relação impactante que esse fato pode tomar enquanto acontecimento que permanece no exercício de leitura. A pertinência do tema enquanto acontecimento jornalístico também se diferencia da história pelo interesse público que suscita. O acontecimento sob essa nova dimensão também permanece como tal por causa do público que suscita a necessidade de informação. Quanto maior o interesse do público sobre um assunto, maior será a busca do jornalismo em aprofundar o acontecimento.

O acontecimento jornalístico quando transformado em categoria de articulação da narração e da leitura, expande também o conceito de singularidade, visto que singularizar não significa tratar apenas de um fato, mas de um contexto, até mesmo de uma estrutura temporal e factual mais longa. Exemplos disso são algumas das matérias da revista *Realidade* (reconhecida pela qualidade e profundidade de suas reportagens) que tentam mapear mudanças no comportamento das mulheres brasileiras da década de 70, ou as discussões em torno do preconceito no Brasil nesse período. Esses temas amplos trazidos para a pauta jornalística revelam acontecimentos profundos, explicitam marcas que caracterizam a sociedade brasileira. Por isso suscitam discussões, polêmicas e demarcam mudanças em relação a certas narrativas que circulam entre o público. São acontecimentos jornalísticos.

Em outro aspecto, explicar um acontecimento buscando a verdade, atribuindo dados científicos, reunindo a fala de especialistas e com rigorosa apuração não significa sair da esfera do jornalismo, como muitas vezes apontam estudos sociológicos, históricos e até mesmo

jornalísticos. O trabalho do jornalista não é apenas superficial. A apuração de uma reportagem mais ampla pode servir para o conhecimento sociológico, para a determinação de causas para o estudo histórico, mas, antes de tudo, atende a um interesse jornalístico. Quando a investigação jornalística aprofunda uma questão, está se alargando a dimensão que o acontecimento possui enquanto instância que afeta o público em seu cotidiano. O jornalista está trabalhando no interior da ruptura, aprofundando ainda mais a pertinência desse tema para o público. O que o sociólogo ou o historiador vai fazer com essa matéria depois não interessa ao jornalismo. Importante é ressaltar que tal prática é, antes de tudo, jornalística, com interesse particular para o jornalismo. Nesse aspecto esta pesquisa discorda da proposição de Genro Filho que aponta que a reportagem traz conjugado ao interesse jornalístico um interesse sociológico. O repórter não possui uma teleologia sociológica ao realizar seu texto, o público não precisa dispor de conhecimento sociológico para compreendê-lo e o teórico em jornalismo não precisa recorrer à sociologia para explicá-lo.

O jornalismo como forma de conhecimento abre a seu público a demanda muito maior por narrativas que os ajudem a compreender singularidade. Ao considerar insuficientes as coberturas realizadas no âmbito mundial, nacional e local pelas empresas de jornalismo, jornais e revistas, o público ressentido de abordagens que complementem essa falha. Falha essa proporcionada pelos trustes de mídia, concentração de redes de jornalismo, ausência de mecanismos políticos de democratização da comunicação e a dependência que empresas de todos os portes têm do capital. Tais questões, sem dúvida, permanecem desafios para o exercício pleno do jornalismo. Contudo, não podem gerar conclusões apressadas a ponto de confundir o conceito do jornalismo, o objeto de estudo.

Cabe ainda ressaltar uma última questão para que seja possível avançar nas contribuições da história do jornalismo. Não só de verdade é feito o jornalismo. O jornalismo não é apenas uma prática positiva, que trabalha para o esclarecimento. O jornalismo deve ser entendido como uma prática de detecção, produção e aprofundamento de acontecimentos que afetam o público e muitas instituições da sociedade. Muitos atores investem na mídia com o intuito de transformar suas pretensões particulares em necessidades públicas. E isso acontece muitas vezes. Por isso, importa para pesquisador do jornalismo estudar como diferentes atores sociais articulam suas práticas com vistas a produzir acontecimentos jornalísticos. Isso só é possível porque, como aponta Pierre Nora (1974, p 184-185), “o acontecimento tornou-se intimamente

ligado à sua expressão” e o jornalismo é em si o símbolo social do acontecimento, da ruptura, do que é discutido. O jornalismo possibilita a circulação de informações com validade. Ele é uma instituição que instaura a interpretação da realidade por parte do público devido a sua atividade de mediação. Disso decorre o posicionamento do público diante de questões que o afetam, mas sobre as quais não possui conhecimento direto e poder de intervenção. Tal consideração justifica mais uma vez a necessária ampliação do conceito de acontecimento da clausura do referente para a articulação da narrativa e da sensibilidade do público. O jornalismo instaura-se como acontecimento justamente por ser o dispositivo da articulação dos acontecimentos, mediando a realidade do referente, da narrativa e da leitura. A nova dimensão conceitual do acontecimento jornalístico inserido na narrativa jornalística permite notar marcas da chamada transversalidade jornalística, de uma possível forma de conhecimento.

Comparar a história e o jornalismo possibilita refletir sobre algumas convergências de métodos e de problemas de pesquisa que dinamizam a história do jornalismo. Ao realizar história do jornalismo não deveriam existir apenas preocupações em recuperar biografias, histórias de jornais, de empresas de comunicação, de sindicatos, de partidos. Nem, por outro lado, de utilizar o jornalismo apenas como fonte de comprovação ou complemento para pesquisas sobre determinados assuntos trabalhados pelo jornalista. A primeira convergência possível nessa modalidade de estudo é o modo como o jornalismo dispõe um acontecimento, em que aspectos tal acontecimento torna-se de interesse público, quais os impactos para a sociedade diante da interferência do jornalismo etc. Por outro lado, quais as estratégias narrativas que o jornalismo utiliza para produzir o acontecimento jornalístico, quais as alterações nos modos de contar histórias e as influências sofridas de outros sistemas textuais que tornam possíveis tais alterações. Por fim, como se organiza institucionalmente o jornalismo, quais os aspectos que possibilitam a ascensão desse discurso e como, indissociavelmente, essa ascensão torna possível o aparecimento de teorias que tentam explicar essa prática.

A história, como explica Paul Veyne (1971), possui a capacidade de associar-se a qualquer campo de saber devido à especificação que o recorte do historiador pode assumir para compreender o passado de determinada prática. No recorte da trama certos acontecimentos emergem como singulares e pertinentes na compreensão do modo como o campo de saber se desenvolve e chega às condições que se encontra no presente. Portanto, realizar a história do jornalismo torna possível o

olhar para o passado com o interesse teórico do jornalismo, buscando compreender como teoria e prática são organizadas na atualidade.

A primeira tarefa da história do jornalismo é trabalhar na ampliação da compreensão do jornalismo. O estudo das diferentes formas de manifestação do jornalismo ao longo dos séculos possibilita o exercício de suspensão do presente, uma vez que nem sempre o jornalismo foi do jeito que é atualmente. O exercício crítico do passado descaracteriza teorias que evidenciam exclusivamente a descrição, que apontam categorias da atualidade como regras para descrever todo o jornalismo independente do contexto e do tempo. A história, como apontam Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart (2005, p. 6-7), possui a capacidade de particularizar um dado período, revelar o lugar social em que se desenvolve uma prática e a temporalidade cultural e política que realçam o modo como o jornalismo é entendido pelo público e pelos jornalistas. Ao colocar em relação diferentes períodos, com diferentes contextos, o discurso do presente torna-se raro, ou seja, demonstra que foi constituído em condições específicas e que não representa categorias totais. O método weberiano de imputação causal singular novamente é convocado.

Ao particularizar um dado contexto, o exercício da história traça as singularidades que transformam a prática em um acontecimento digno de ser historiado na trama escolhida. A escolha de fatos pertinentes para a realização da história jornalística designa o “trabalho de conceituação sobre um todo confuso” que a certa distância histórica, possibilita a organização do devir e um projeto de explicitação (VEYNE, 1974, p. 64). Assim, a história do jornalismo traz em si uma potencialidade para a teoria do jornalismo. Pensar o jornalismo historicamente é refletir criticamente a respeito do percurso da prática e dos diferentes modos de compreensão organizados sobre ela. A história do jornalismo localiza-se no espaço intersticial entre teoria e prática, possibilitando a reflexão sobre ambas. Como subdisciplina do jornalismo, o objetivo da história do jornalismo é teórico.

O método comparativo que acontece no interior do conceito de história do jornalismo entre a disciplina jornalismo e a disciplina história materializa em suas práticas as convergências que aqui se propõe teoricamente. Por exemplo, a convergência da prática do historiador e da prática do jornalista encontra simultaneamente lugar na história do presente e no livro-reportagem. A história do presente ou história imediata, entre outros aspectos, defende que o historiador deve voltar-se para os acontecimentos do presente, realizando análises das causas e possíveis consequências para a sociedade como um todo. O

repórter que escreve um livro-reportagem necessita do espaço de um livro para aprofundar questões que não consegue contextualizar devidamente nas atividades da redação. Isso não significa que o repórter deixe de fazer jornalismo ou que o historiador deixe de fazer história. Ainda que Lacouture (1978, p. 218) defenda que o historiador possui um instrumental teórico e metodológico que validam suas análises como científicas frente à proposição mais pública e sensacional do repórter, a apuração rigorosa através de entrevistas, estudos de documentos e sensibilidade com os atores envolvidos tornam o trabalho do jornalista tão ou mais válido que o do historiador. As fronteiras se diluem. O historiador precisa tornar pública sua investigação para que ela atinja o sentido de esclarecimento que almeja; ao mesmo tempo, o repórter aplica a maior rigorosidade possível no intuito de validar todas as suas afirmações. Diferente do que afirma Lacouture (1978), não se rebaixa o historiador nem se eleva o jornalismo. Realiza-se história e jornalismo, dependendo da qualidade da pesquisa e do pesquisador, da apuração e do repórter para que ambas atividades sejam pertinentes para o mundo em transformação.

À história do jornalismo cabe a tarefa de explicar teoricamente como conceitos vinculados às duas disciplinas convergem e divergem, tornando possível a explicitação de suas matrizes filosóficas e epistemológicas. O jornalismo pode antecipar discussões que já avançaram em disciplinas mais consolidadas como a história. Muitos problemas teóricos enfrentados pelas teorias jornalísticas já foram debatidos, em alguma instância, pelas correntes teóricas da história. Identificam-se, inclusive, lacunas comparativas que podem resultar em outros estudos teóricos, como por exemplo, o papel que a categoria singularidade ocupa nas duas teorias. Otto Groth, teórico do jornalismo que permanece pouco estudado no Brasil, foi aluno de Max Weber e está inserido nas discussões epistemológicas promovidas pela escola neokantiana. Por outro lado, identifica-se a ligação dos estudos do interacionismo simbólico proposto por Park nos Estados Unidos - e seguido por vários pesquisadores em jornalismo - com as propostas de Simmel e Wildeband (orientador da tese de Park). O percurso das teorias, seu estudo comparativo e a história de suas transformações são necessários para uma disciplina que busca a fundamentação e o seu lugar entre as teorias para a compreensão da realidade. Principalmente porque a proposição de novas teorias em um campo de saber exige o reconhecimento histórico do seu objeto de estudo e de seus conceitos.

3.1 JORNALISMO, HISTÓRIA E OUTRAS DISCIPLINAS NA HISTÓRIA DO JORNALISMO

A oposição entre teoria e história pauta a discussão da disciplina história. Ainda que seja possível destacar inúmeras teorias para a história, a prática do historiador constantemente é considerada como livre de teorias. Isso é possível perceber desde a prática do historicismo metódico de Ranke até a proposta de Paul Veyne de que nenhuma teoria é ordenadora da prática do historiador. Um fator que se evidencia com o enfraquecimento do modelo neopositivista em história é que a compreensão e a interpretação sempre abrem precedentes para uma incerteza explicativa, uma fraqueza teórica e metodológica da história (REIS, 2004, p. 40-41). Essa fraqueza não é necessariamente uma desvantagem, mas uma característica que também a potencializa. Porém, isso faz com que argumentos de outras áreas, conceitos e teorias sejam utilizadas na história e exerçam certa hegemonia. Existe, portanto, uma abertura teórica, metodológica e temática na história que permite a participação de outras áreas no exercício do historiador, principalmente aquelas ligadas às ciências sociais como a política, a economia, a linguística, a geografia, a antropologia e a própria sociologia

Do outro lado o jornalismo, que ainda precisa alicerçar-se teoricamente e discutir mais enfaticamente seu objeto. Uma área transpassada por teorias e metodologias oriundas de outras áreas (como sociologia, a linguística, a antropologia, a política, a economia) e que só pode ser avaliada diante da hibridez e na pressuposição de um lugar de retorno pertinente à teoria do jornalismo. Isso sem os limites claros se esse retorno é possível por parte dos pesquisadores e sem a delimitação desse lugar. Em sua maioria, os conceitos são importados de outras disciplinas, recortam o objeto do jornalismo em uma metonímia redutora e exportam resultados para tais disciplinas.

A história do jornalismo, portanto, começa da união de duas áreas que permanentemente se chocam, visto que ambas querem alicerçar métodos e modos de observação. Essa união traz também os choques que cada disciplina enfrenta com outras disciplinas resultando em duas consequências: a primeira, de que a história (seja ela considerada universal ou seriada) possui a característica de agregar-se ao campo que está auxiliando, exigindo muitas vezes dele parâmetros conceituais de justificação, instrumentos de aferição e de definição do objeto. Por outro lado, o jornalismo ainda não conseguiu uma autonomia conceitual e teórica capaz de dar plenamente essa sustentação que a história exige ao

agregar-se com outra área. Isso abre espaço para uma terceira disciplina, mais fundamentada nas ciências humanas e com um maior poder de justificação alicerçado pelo volume de suas pesquisas e pela formação de seus pesquisadores. Nesse caso, não se trata apenas de história do jornalismo, mas de história social do jornalismo, história cultural do jornalismo, história política do jornalismo, história econômica do jornalismo etc. Disputas que não envolvem apenas conceitos, mas também formação dos pesquisadores, orientação de programas de pós-graduação, congressos, revistas científicas, grupos de pesquisa.

Como visto nos dois capítulos precedentes, os percursos teóricos da história e do jornalismo possuem vínculos com outras disciplinas. Tanto a escola metódica (que privilegia a política como seu objeto) quanto a história realizada pelos autores dos *Annales* (com referências da economia, da sociologia, da demografia e da geografia na definição de sua metodologia e objeto) constantemente utilizam conceitos e teorias de tais ciências para a explicitação de seus interesses. Assim como essa troca de conceitos permanece nas intenções nomológicas dos neopositivistas (comparação com as ciências naturais) ou ideográficas dos neokantianos (observa-se a prevalência da psicologia e da sociologia como auxiliares da história). Até mesmo os marxistas que entendem a história como ontologia a vinculam com as ciências econômicas. No jornalismo existe a hegemonia de quatro disciplinas que dispõem conceitos para sua compreensão teórica: a sociologia (das instituições e das profissões), a economia (as empresas jornalísticas e a relação com o capital), a política (vinculação do jornalismo com as esferas de organização do estado, inclusive sendo considerado o quarto poder) e as ciências da linguagem (principalmente para estudar os discursos sobre determinado tema, os gêneros ou as relações de poder). Portanto, as relações com outras disciplinas ajudam a constituir o percurso teórico da história e do jornalismo, o que se estende à história do jornalismo.

Entre as possíveis disciplinas que auxiliam a história do jornalismo, destacam-se as mesmas quatro: sociologia, ciência política, economia e ciências da linguagem. A história social do jornalismo parte de uma abordagem influenciada pelas tendências interdisciplinares da escola de *Annales* e pelas abordagens próprias dos estudos culturais ingleses e estadunidenses; sob a perspectiva do jornalismo, destacam-se as teorias de newsmaking, os estudos da rotina profissional, a identificação profissional e a relação do jornalismo com o público. A história política do jornalismo possui como principal referência a história positiva e o método tradicional de Ranke que relaciona o jornalismo à evolução do estado, às disputas pelo poder presidencial,

aos acordos políticos etc; o jornalismo é visto enquanto organização política, sendo evidenciada a política editorial da empresa, a história do dono do jornal e/ ou a partidarização da imprensa. A história econômica do jornalismo possui forte viés marxista, mas também pode trazer influências da escola de *Annales*, evidenciando os meios de produção e o sistema econômico que move as indústrias jornalísticas; o jornalismo é muitas vezes visto como exclusivamente atrelado ao capital, sem pertinência teórica, ou como uma forma de deturpação de uma pretensa prática idealizada. Por fim, a história linguística/ literária do jornalismo está vinculada ao estruturalismo francês, à retórica e às teorias da narrativa; no jornalismo, os investigadores pesquisam principalmente os discursos, as manifestações das estruturas de poder, a estrutura textual e o modo de exposição do conteúdo.

A entrada de outras disciplinas complexifica as posições do jornalismo e da história nas pesquisas em história do jornalismo. A relação teórica tríplice entre história, jornalismo e outra disciplina pode ser representada de duas formas: por um triângulo, ou seja, em uma retroalimentação, sem hierarquia estabelecida, realizando, cada parte, contribuições teóricas, metodológicas, no processo de delimitação de objetivos e na definição do objeto; ou esses três vértices estariam em uma linha reta identificada com as regiões do recorte teórico, métodos de aproximação e análise e do objeto específico. Em alguns exemplos desse último caso, o jornalismo pode posicionar-se fora da reta, servindo apenas como uma região de comprovação, ou seja, apenas como documento que demonstra a existência de um fenômeno.

Cada uma dessas combinações apresenta resultados de pesquisa diferentes e a cada área que contribui para a história do jornalismo, novas possibilidades conceituais são abertas e uma nova dinamicidade envolve o campo. Se a necessidade de outros conceitos demonstra uma certa fraqueza epistemológica do jornalismo, a pesquisa que consegue congrega as estratégias que cada pesquisador utiliza para se justificar, em outro aspecto, pode contribuir para fortalecer o campo, identificando como o jornalismo é trabalhado e como pode ser potencializado a produzir novos conhecimentos a partir da particularidade de sua prática.

A relação triádica entre jornalismo, história e outra disciplina surge no interior da união de história e jornalismo. Se a detecção da necessidade de outra disciplina para teorização da história do jornalismo configura-se em uma hipótese possível, uma análise mais completa precisa explicar como o jornalismo está disposto nas pesquisas e como a história funciona como aglutinadora do conhecimento produzido nessa subdisciplina. A união decorrente da história do jornalismo nas

pesquisas acadêmicas nem sempre revela uma posição fixa do jornalismo. É possível verificar a partir de classificações como as de Schudson (1993) e Martino (2008) para a comunicação e de Romancini (2007) para o jornalismo, que este campo de saber pode possuir cinco possíveis posições nos trabalhos (posições que em alguns casos se imbricam). Tais posições indicam nuances da formulação do problema, da hipótese, dos objetivos, das teorias e metodologias, ligando tal seleção ao conceito dado ao jornalismo como objeto de estudo.

(a) O jornalismo - enquanto atividade empresarial e profissional – pode ser considerado como um documento histórico valorativo de comprovação, ao servir para atestar fatos que aconteceram em determinada época, registrar o comportamento da população, dos hábitos de divertimentos ou da deficiência de um serviço público. Nesses casos, ele tem a função de auxiliar o pesquisador a contextualizar uma época ou mesmo apresentar diferentes perspectivas de um grande acontecimento. O interesse do pesquisador não é o jornalismo, mas os fatos noticiados por ele ou por outros assuntos como as políticas públicas, as propagandas governamentais, a literatura, a crise econômica, os costumes de urbanidade, as ocorrências policiais etc. Em tais pesquisas, o jornalismo é fonte de trabalho para o estudo de outros objetos. Considerado por muitos historiadores como documento menor e de pouco rigor, os jornais suprem as necessidades de contextualização da história, destacando-se a valorização que recebe por autores como Gilberto Freyre que faz análises históricas e sociológicas a partir do preço de venda dos escravos veiculado nos jornais.

(b) Em muitos casos, o estudo em história do jornalismo justifica-se como a possibilidade de restaurar a memória do campo profissional, intelectual e empresarial. Constitui-se sob a forma de biografias (de jornalistas, donos de jornais, pesquisadores etc), história de empresas jornalísticas, de jornais alternativos, de sindicatos, partidos, governos, catalogações em geral, justificação de um legado a partir da recuperação de obras pioneiras sobre o assunto, demonstração de evoluções técnicas ou de conteúdo desses jornais etc. Quando norteadas pelo interesse advindo da escola metódica, esse modo de abordagem do jornalismo pela história serve para solidificar a memória de pais fundadores, o texto é escrito sob a forma de homenagem e o interesse é antes político-institucional do que conceitual. Essa situação se repete em pesquisas que tem por objetivo recuperar a trajetória cronológica de um dado jornal, transformando em heróis seus fundadores e diretores, centralizando a abordagem na influência política desses administradores, no nascimento e na morte de jornais, etc. Diferente, mas ainda nessa modalidade,

existem os trabalhos históricos frutos de grandes reportagens e livros-reportagens que traçam a biografia de uma personalidade do jornalismo, resultado da investigação profunda da vida de um indivíduo por parte do repórter. O jornalismo aparece no objeto de pesquisa, mas submete-se ao foco dirigido à empresa ou ao jornalista/ diretor/ pesquisador historiado.

(c) Por vezes, o trabalho do jornalista é o foco do estudo, destacando o processo da notícia, a institucionalização de rotinas, a alteração do modo de escrita, da deontologia e do discurso profissional. Para isso, o pesquisador está interessado no modo como os jornalistas trabalham em diferentes épocas, quais as estratégias para cobrir um evento, os diferentes gêneros que surgem para recortar um conjunto de fatos, como os sujeitos aparecem no texto, na organização empresarial das companhias, nas possíveis formas de controle da notícia, no trabalho dos repórteres, nas respostas do público, etc. Nesse caso, o jornalismo é estudado diante de um contexto dado, sem que esse contexto seja visto como mais importante do que ele. O pesquisador considera-o objeto de estudo, preocupando-se com as alterações que acontecem no interior dos jornais, na organização e em suas práticas como formas de responder por que o jornalismo funciona como funciona.

(d) O jornalismo também pode ser estudado como ator que interfere diretamente na realidade. Nesse caso, o pesquisador pretende reconhecer como o papel dessa atividade interfere e modifica o contexto social de um determinado período auxiliando na constituição de imaginários sociais, de tendências políticas e participando ativamente no processo de formação do público, da opinião pública e da postura de outros campos sociais (através das assessorias e das políticas para o jornalismo). O jornalismo envolve não apenas as atividades dos jornalistas, mas também o exercício público do conhecimento jornalístico e os investimentos que diferentes atores sociais realizam para transmitir seus interesses como informação jornalística. O reconhecimento da atuação e interferência do jornalismo na realidade depende do olhar a partir dos estudos em jornalismo, reunindo como pressuposto conceitos pertinentes a esse campo de saber.

(e) E o jornalismo pode ser estudado historicamente enquanto lugar de questionamento teórico e epistemológico. O pesquisador torna o exercício histórico auxiliar para elucidar conceitos e notar a emergência de teorias conforme o contexto em que se insere a atividade. Essas pesquisas indicam uma postura teórica que privilegia a formação desse campo de saber e busca utilizar e cunhar conceitos pertinentes à área a partir do estudo do fenômeno jornalístico ao longo da história. Assim, tais trabalhos buscam entender como a prática profissional,

social, cultural e teórica ao longo da história referenda um exercício epistemológico para a constituição de conceitos e teorias capazes de contribuir para o entendimento do campo jornalístico.

Além dessas cinco categorias de pesquisas que estudam história e jornalismo evidenciando o interesse jornalístico em tais abordagens, é possível citar teses que estudam o modo como a produção da notícia utiliza a história para fundamentar suas matérias. Exemplificam essa estratégia da produção jornalística a inserção de infográficos que contextualizam determinado fato na história, utilização de argumentos temporais como justificação da matéria, utilização de historiadores como fontes, etc. Em outra perspectiva, existem investigações sobre o agendamento jornalístico em comemorações de fatos históricos (como o centenário da abolição dos escravos ou os 500 anos do Brasil), de tal modo que tais datas transformam-se em acontecimentos midiáticos, ou seja, fatos produzidos pelo próprio jornalismo como acontecimento de relevância social. Em uma última categoria de estudo estão as grandes reportagens ou os livros-reportagens históricos, no qual as pesquisas procuram evidenciar quais as estratégias utilizadas pelo repórter para contar sua história utilizando métodos historiográficos.

Os modos como o jornalismo é considerado nas pesquisas em história do jornalismo converte-se neste trabalho não só em constatação, mas em categorias de análise para a próxima etapa desta pesquisa. A partir do percurso traçado sobre a história teórica do jornalismo, a história da história, a exposição das convergências/ divergências das duas disciplinas e o reconhecimento do papel da história do jornalismo, pretende-se estudar algumas das estratégias teórico-metodológicas utilizadas por pesquisadores que estudam a história do jornalismo. Para isso realiza-se um estudo a partir de 31 teses defendidas nas pós-graduação em comunicação no Brasil sobre história do jornalismo.

Diante do interesse teórico-metodológico desta pesquisa, as 31 teses selecionadas foram organizadas para a análise a partir das categorias “c”, “d” e “e”, com suas possíveis hibridações. Compreende-se que para o exercício proposto, tais categorias são mais estratégicas para o mapeamento de conceitos e métodos. Justifica-se essa seleção porque tais pesquisas não possuem o caráter exclusivo de memória e registro e não colocam o jornalismo numa posição de comprovação de um interesse outro, não pertinente à área. Considera-se que é preciso avançar diante de conquistas já realizadas pelo jornalismo, como o do seu reconhecimento como documento histórico ou a necessidade em resgatar a memória de personalidades, jornais e jornalistas.

4 AS TESES EM HISTÓRIA DO JORNALISMO

Como a síntese do percurso e a abertura para novos problemas, o estudo das teses em história do jornalismo reitera muitas das questões trazidas pela revisão teórica realizada até aqui. Neste exercício, buscam-se conceitos e metodologias que enriqueçam a comparação entre história e jornalismo, que promovam o conceito de história do jornalismo e estabeleçam novos horizontes para a teoria do jornalismo. Tal disposição permite ainda mapear se e como os pesquisadores utilizam conceitos de outras disciplinas, percebendo como a história, o jornalismo e a história do jornalismo são trabalhados nessas circunstâncias.

Seguindo o que aponta Maldonado (2003, p. 205) para a comunicação, as problematizações teórico-metodológicas e gnosiológicas do jornalismo “[...] demandam o aprofundamento de perspectivas históricas na estruturação de suas pesquisas”. A revisão dessas perspectivas, no caso desta pesquisa, atende ao interesse de demonstrar como os diferentes pesquisadores em história do jornalismo organizam seus conceitos, de tal forma que seja possível notar como o jornalismo é encarado enquanto objeto de pesquisa. Maldonado (2003, p. 206) chama essa perspectiva de reflexão e construção de um campo epistemológico de “pesquisa da pesquisa”:

A pesquisa da pesquisa propõe-se numa perspectiva epistemológica histórica/ genética/ construtiva/ política que problematiza os paradigmas e modelos teóricos, explicitando-os na sua configuração interna – sistema de hipóteses, categorias, conceitos e noções – e vinculando-os às suas fontes de conhecimento precedentes e contemporâneas. Isso significa problematizações teóricas aprofundadas que estudem com respeito, sistematização e senso crítico os argumentos teóricos de cada modelo, realizando uma desconstrução minuciosa – que requer de tempos lógico-reflexivos adequados ao amadurecimento da pesquisa – e reformulando questões teóricas em interrelação com outras vertentes conceptuais (sic) importantes para as problematizações em comunicação.

A preocupação teórica de uma investigação que se pretende crítica e reflexiva não se pauta na cisão entre teoria e prática, entre formulação conceitual e estudos empíricos. A atenta para os procedimentos teórico-metodológicos, o percurso que cada investigador realiza para tecer a associação entre a observação do material empírico e a revisão do referencial teórico. A exigência de uma pesquisa dessa natureza, portanto, exige um procedimento metodológico que caracterize a metodologia dos trabalhos, sua espinha dorsal – como conceitua Santaella (1999) –, para o posterior confronto às questões teóricas tecidas anteriormente. Entende-se aqui por percurso metodológico o recorte do objeto de estudo, sua problematização, proposição de hipóteses, encadeamento de conceitos e de procedimentos metodológicos para seleção e análise.

O estudo das teses em história do jornalismo não está dissociado do percurso teórico tecido anteriormente. A relação se dá em dois âmbitos: um interior e outro exterior. No âmbito interior, esta pesquisa não tem o objetivo de testar proposições realizadas anteriormente ou questionar as teses a partir do percurso aqui escolhido. Serve, ao contrário, como um exercício comparativo e complementar. Comparativo, porque confronta percursos metodológicos. Complementar, pois aumenta o quadro referencial e metodológico do jornalismo e da história do jornalismo.

No âmbito exterior, verifica-se a vinculação dessas pesquisas ao projeto de constituição de um campo teórico ao jornalismo. Ou seja, em que sentido o percurso metodológico de cada pesquisa contribui para a reflexão de conceitos pertinentes à teoria e à atividade do jornalismo. Nesse aspecto, o exercício é crítico, uma vez que a forma de recorte do objeto de estudo, sua problematização, proposição de hipóteses e opções teórico-metodológicas incidem no conceito de jornalismo e de história do jornalismo dessas pesquisas. Os interesses destas pesquisas estão no jornalismo ou seus percursos o transformam em uma etapa para responder questionamentos de outras áreas de estudo? Tal preocupação recai sobre o conceito de jornalismo trabalhado pelas diferentes teses. Entende-se que o modo como as teses concebem o jornalismo indica a formulação dos seus percursos metodológicos.

Sob outro ponto de vista, a escolha da história do jornalismo como meio de compreender o conceito de jornalismo indica a posição estratégica que pesquisas dessa natureza possuem. Entender o jornalismo como atividade social e de pesquisa exige a compreensão ampla do processo histórico pelo qual ele passa. Estudar um conjunto de pesquisas significativas na produção acadêmica brasileira em história do

jornalismo serve, em contrapartida, para o mapeamento do modo como o jornalismo vem sendo conceituado e da sua potencialidade como campo teórico pertinente.

Assim, este capítulo apresenta, em um primeiro momento, como foram escolhidas as teses em história do jornalismo, para, em seguida, mapear seus percursos metodológicos. Tais percursos são articulados com os conceitos de jornalismo, história e história do jornalismo presentes em cada tese, concomitantemente à utilização de referenciais teóricos de outras áreas de saber como a sociologia, a economia, a política e as ciências da linguagem. Com isso, apresentam-se nuances de como as pesquisas relacionam a história do jornalismo à teoria do jornalismo e como as opções conceituais e metodológicas de cada pesquisa trazem determinados resultados ao estabelecimento dessa relação.

4.1. PROCEDIMENTOS PARA A SELEÇÃO DAS PESQUISAS

Esta investigação tem por objetivo verificar como a história do jornalismo pode contribuir para os estudos teóricos em jornalismo. A consubstanciação dessa contribuição acontece nas obras em história do jornalismo. Romancini (2007) descreve como algumas obras de historiadores (como Nelson Werneck Sodré) e de estudiosos em jornalismo e comunicação (como José Marques de Melo e Marialva Barbosa) contam a história do jornalismo no Brasil, dos jornais, dos jornalistas, das práticas dos jornalistas e da interferência dessa prática na história do país. A opção desta pesquisa não foi a de estudar os livros em história do jornalismo, uma vez que eles preocupam-se mais em realizar a história do que discutir seus métodos e referenciais teóricos. Discussão, mais interessante para o universo da pesquisa aqui proposto, encontra-se nos estudos acadêmicos, mais especificamente nas teses e dissertações em história do jornalismo.

A escolha das teses e dissertações como *corpus* atende à leitura e à recuperação bibliográfica dos livros. Estudar tais trabalhos permite a observação de como os livros são usados na formulação teórico-metodológica. O exercício permite ainda conhecer indiretamente uma vasta bibliografia, pois cada tese ou dissertação reúne obras gerais e específicas de acordo com o tema escolhido em história do jornalismo. Assim, o estudo das teses e dissertações possibilita a reunião de uma grande bibliografia que não pode ser consultada no ato da realização de

apenas um trabalho. Ainda, tais pesquisas estão inseridas nos programas de pós-graduação do país, que são os espaços de transmissão do conhecimento na área e que atendem à especificidade de pensar o jornalismo, a história e a história do jornalismo através de seus conceitos. Outra constatação importante é que, principalmente a partir da década de 1970, muitos dos livros da área são adaptações de teses e dissertações e os pesquisadores que fazem história do jornalismo são (ou já foram) alunos e/ou professores de programas de pós-graduação. Exemplos disso são teses que viraram livros como Melo (1973), Kucinski (1991) e Faro (1999).

Portanto, dois caminhos naturais abrem-se para a investigação. Um, o estudo das teses e dissertações das pós-graduações em história no Brasil, buscando nesses cursos como é feita a história do jornalismo. Outro, o estudo das teses e dissertações das pós-graduações em jornalismo. A primeira opção não atende ao interesse jornalístico desta dissertação. O historiador, ainda que tenha por objeto o jornalismo, não possui qualquer comprometimento epistemológico ou metodológico de resolver problemas conceituais do jornalismo, mas sim da história. Como o exercício comparativo realizado aqui tem a intenção de pensar o jornalismo, não se justifica o aprofundamento dos problemas da história em seus trabalhos acadêmicos. Assim, o jornalismo torna-se o caminho natural. Contudo, como já citado anteriormente neste trabalho, os cursos de jornalismo do país estão vinculados aos de comunicação. A primeira pós-graduação específica em jornalismo é o programa da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem seu mestrado apenas em 2007 e no qual esta pesquisa é uma das primeiras³⁶. Em geral, os cursos de graduação em jornalismo são vinculados aos departamentos de comunicação, que, por sua vez, possuem pós-graduação em comunicação. Os jornalistas possuem seguem seus estudos acadêmicos (mestrado e doutorado) nos programas de pós-graduação em comunicação e aí recebem formação para responder ao jornalismo. Ao mesmo tempo, a maior parte dos professores desses programas tem formação em jornalismo, pesquisam o jornalismo e desenvolvem teorias e metodologias pertinentes a tal área de saber. Evidencia-se que a fundamentação teórica das pesquisas em jornalismo de tais programas muitas vezes não responde a um interesse exclusivamente jornalístico,

³⁶ O curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo é mais amplo, de ciências da comunicação, e por um longo período teve área de concentração específica ligada ao departamento do jornalismo (até a reforma das áreas de concentração promovida a partir de 2001 e consolidada em 2006).

mas aos de meios de comunicação de massa/ mídia. Tais condições, sem dúvida, interferem no modo como os programas formulam teorias e metodologias para as dissertações e teses em história do jornalismo. Todavia, são nesses programas que a pesquisa em jornalismo no Brasil se expressa com maior vigor nos últimos 40 anos. A seleção das teses e dissertações dos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil para estudar conceitos de jornalismo respeita a tradição e a organização das pesquisas brasileiras.

Justificada a opção pelas teses e dissertações em história do jornalismo dos programas de comunicação, a primeira tarefa da pesquisa é a de reunir todas as teses e dissertações defendidas nos 30 programas da área. Como dez programas não possuem tese ou dissertação defendidas até 2006, o objeto empírico desta pesquisa retrai-se para 20 programas³⁷. Deste modo, torna-se possível selecionar quais delas estudam jornalismo e, destas, quais estudam história do jornalismo. O ponto de partida revela o primeiro obstáculo. Não existem no país sistematizações de toda a produção dos programas de pós-graduação em comunicação. O trabalho mais avançado com esse intuito foi o realizado por Ida Stumpf (em três volumes – os dois primeiros em parceria com Sergio Capparelli e o último com Rafael Rocha e Samile Vanz), que apresenta as teses e dissertações defendidas de 1992 a 2002 em todos os programas de comunicação do país. Contudo, o interesse aqui é o de reunir toda a produção de dissertações e teses resultantes da formação em curso *strictu sensu* em comunicação até o ano de 2006, o que exige da pesquisa o retorno até as primeiras teses e dissertações defendidas no início dos anos 1970. Para completar a lacuna, a pesquisa dirige-se para os bancos de teses dos programas. Identifica-se então que muitos programas e bibliotecas do país não possuem os registros sistematizados de suas teses e dissertações.

³⁷ Os 20 programas de Pós-Graduação com dissertações e/ ou teses apresentadas até o ano de 2006 são: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero (FCSCL), Universidade de Marília (Unimar), Universidade Paulista (UNIP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A solução encontrada para transpor essa primeira dificuldade foi pesquisar no banco de teses da Capes. Essa opção incidiu em outras duas dificuldades. A primeira delas é que o banco de dados da Capes não está organizado por programa. Isso significa que, para saber quais dissertações e teses são de comunicação, é necessário abrir todos os resumos de todos os programas de uma determinada universidade em um dado ano. Assim, por exemplo, é preciso abrir mais de 1600 resumos de dissertações do ano de 2004 da UFRJ para selecionar 36 resumos do programa de comunicação, dos quais 15 têm como tema o jornalismo e dois, a história do jornalismo. Esse processo aconteceu com nove dos 20 programas que possuem dissertações ou teses defendidas até 2006, nos anos de 1987 a 1991 e de 2003 a 2006.

O segundo problema é que o banco de dados da Capes possui os resumos das dissertações e teses defendidas apenas a partir de 1987. Cinco programas possuem produção anterior a essa data: USP, UMESP, PUC-SP, UFRJ e UnB. Apenas USP e a UMESP possuem seus dados disponíveis no sítio de seus programas. O professor Richard Romancini disponibilizou uma cópia da relação de todas as teses da UFRJ de 1972 a 1986 organizadas por Silva e Cavalcanti (1989) e das dissertações apresentadas na UnB de 1977 a 1982 (PORTO, 1982). No caso das dissertações da UnB de 1983 a 1986, a lacuna só foi preenchida no início de outubro de 2008, quando o programa disponibilizou em seu sítio todas as dissertações e teses apresentadas. Já o programa em Comunicação e Semiótica da PUC-SP não possui qualquer relatório de suas produções. Diante disso, o que se propõe, é cruzar o número de dissertações e teses deste programa apresentado por Gislene da Silva (1988, p. 60) até o ano de 1988 com os dados da biblioteca da instituição e da pesquisa “extra oficial” realizada por Romancini a partir dos currículos *lattes* dos professores. Vale destacar que os dados anteriores a 1987, bem como as informações de teses e dissertações que os programas não transmitem a Capes interferem no número exato de defesas. Porém, os dados apresentados nesta pesquisa apresentam um número muito próximo do real, sendo que, em muitas circunstâncias, dados foram cruzados entre o banco de dados do programa, da Capes e o organizado por pesquisas como a de Ida Stumpf³⁸.

³⁸Esse cruzamento de dados permitiu notar algumas pequenas falhas na pesquisa de Stumpf. Por exemplo, as teses de Denis de Moraes, Diane Kupermann e Kátia de Carvalho (defendidas na UFRJ em 1993 e as duas últimas em 1994) foram classificadas como dissertações; e a dissertação de Ana Paula Goulart Ribeiro (apresentada na mesma universidade em 1995) classificada como tese. Como tais trabalhos são em história do jornalismo, a pesquisa realizada na biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ permitiu identificar os problemas.

A próxima tarefa foi selecionar dos resumos em comunicação quais tratam do jornalismo. Entende-se que nesse momento é importante integrar o maior número possível de resumos como jornalísticos, ainda que, posteriormente, um outro estudo venha a reduzir e especificar quais dissertações e teses são realmente jornalísticas. A opção que mais inclui resumos é a que se baseia na presença de palavras-chave, o que não restringe o jornalismo a um conceito ou teoria apenas mediante o estudo dos resumos. Consideram-se as palavras presentes no título, no corpo do resumo ou nas palavras-chave. Foram elas: jornalismo, jornal, jornalista, imprensa, notícia, nome da empresa de jornalismo, telejornalismo, radiojornalismo, reportagem, repórter, texto jornalístico, assessoria de imprensa, personalidade teórico/prática do jornalismo e revista (menos o caso de revistas científicas). Essa seleção trouxe consigo resumos que tratavam de outras áreas da comunicação e que possuem uma das palavras selecionadas (ex: “estudo sobre a publicidade do governo na revista Veja”). Isso gerou um problema, visto que mesmo tratando de outras áreas, esses trabalhos atingem o jornalismo direta ou indiretamente. Por isso, optou-se por manter os resumos dessas outras áreas, deixando reservado para um estudo mais detalhado e específico os processos que deixam algum tipo de ambiguidade. Tal postura justificava-se também pelas características interdisciplinares das linhas de pesquisa dos programas e pela hibridação que os processos e produtos jornalísticos possuem com outras áreas culturais e comunicacionais.

A etapa seguinte de seleção se deu a partir de uma leitura qualitativa dos resumos em jornalismo, visando estabelecer quais deles trazem elementos que caracterizam o estudo histórico. Nesse aspecto, não apenas palavras específicas determinam a escolha, mas o movimento de retorno, a busca pela origem, o distanciamento temporal, as biografias, a história de produtos, processos, técnicas e teorias, os progressos, evoluções e rupturas, os contextos do passado e a busca no passado para contextos do presente. Nota-se que a maioria dos trabalhos tem, em certa medida, uma dimensão histórica. Porém, considera-se que aqueles trabalhos que colocam a história do jornalismo como central para as suas abordagens a expressam de maneira mais enfática no seu resumo, título ou palavras-chave, o que os justificam sob essa classificação.

Importante destacar ainda que algumas destas teses estão classificadas erroneamente também no banco de dados da Capes, o que mostra o equívoco por parte da pós-graduação que não passou os dados corretamente ao órgão. O exemplo serve de esclarecimento quanto à existência de pequenas inconsistências nos dados apresentados nesta pesquisa.

Mapeados os resumos das teses e dissertações em comunicação, selecionados os de jornalismo e estudados os de história de jornalismo, nota-se a distribuição da produção em jornalismo e em história do jornalismo nesses programas. Destaca-se que as teses e dissertações selecionadas excluem as teses de doutoramento possibilitadas pelo Decreto 21.780, de 15/10/1952, já revogado (SILVA, 1988, p. 57).

Tabela 2: TESES em comunicação, jornalismo e história do jornalismo defendidas até 2006

	Comunicação	Jornalismo		História do Jornalismo		
PUC-RS	69	19	27,5%	02	2,9%	10,5%
PUC-SP	436	46 ³⁹	10,5%	20	4,6%	43,4%
UFBA	41	12	29,3%	04	9,8%	33,3%
UFF	02	00	-	00	-	-
UFRGS	06	03	50%	01	16,7%	33,3%
UFRJ	297	62	20,9%	15	5,1%	24,2%
UMESP	61	27	44,3%	09	14,8%	33,3%
UNICAMP	30	03	10%	01	3,3%	33,3%
UNISINOS	46	12	26,1%	00	-	-
USP	751	103	13,7%	30	4%	29,1%
TOTAL	1437	287	20%	82	5,7%	28,6%

Tabela 3: DISSERTAÇÕES em comunicação, jornalismo e história do jornalismo apresentadas até 2006

	Comunicação	Jornalismo		História do Jornalismo		
FCSCCL	46	14	30,4%	03	6,5%	21,4%
PUC-RIO	22	08	36,4%	04	18,2%	50%
PUC-RS	192	53	27,6%	10	5,2%	18,8%
PUC-SP ⁴⁰	441	34	7,7%	06	1,4%	17,6%
UERJ	27	12	44,4%	03	11,1%	25%
UFBA	136	47	34,6%	06	4,4%	12,8%

³⁹ Existem referências quanto ao número de teses em comunicação da PUC-SP, mas não foram encontrados registros indicando título, autor, ano e/ou resumo. O número de teses em jornalismo e história do jornalismo refere-se aos registros disponíveis no banco de teses da Capes de 1987 a 2006 e das pesquisas de Stumpf e Capparelli e de Stumpf, Rocha e Vanz de 1992 a 2002.

⁴⁰ O número de dissertações da PUC-SP refere-se aos anos de 1992 a 2002.

	Comunicação	Jornalismo		História do Jornalismo		
UFF	101	31	30,7%	12	11,9%	38,7%
UFMG	75	25	33,3%	03	4%	12%
UFPE	72	23	31,9%	02	2,8%	8,7%
UFRGS	94	36	38,3%	04	4,3%	11,1%
UFRJ	833	171	20,5%	35	4,2%	20,5%
UMESP	463	148	32%	49	10,6%	33,1%
UnB	217	73	33,6%	15	6,9%	20,5%
UNESP	88	37	42%	03	3,4%	8,1%
UNICAMP	203	17	8,4%	05	2,5%	29,4%
UNIMAR	48	19	39,6%	03	6,3%	15,8%
UNIP	127	20	15,7%	04	3,1%	20%
UNISINOS	123	42	34,1%	06	4,9%	14,3%
USP	1460	233	16%	66	4,5%	28,3%
UTP	79	15	19%	04	5,1%	26,7%

Como demonstram as tabelas 2 e 3, o número de pesquisas consideradas história do jornalismo é significativo entre as teses e dissertações de comunicação e de jornalismo. São 82 teses e mais de 200 dissertações, quantidade que inviabiliza o estudo das estratégias teórico-metodológicas de cada pesquisa. Então, devido à maior exigência de fundamentação e rigor metodológico e, igualmente, pela necessária defesa de uma hipótese, opta-se pelo estudo dos conceitos de jornalismo, história e história do jornalismo nas teses em história do jornalismo. Isso não significa que alguns dados sobre as dissertações e determinadas estratégias utilizadas por elas não possam ser averiguadas e citadas neste texto. Mas, a atenção dirige-se as 82 teses, como o recorte possível para o exercício de leitura. Todavia, 82 teses continua um número muito alto de trabalhos e, por outro lado, não existe até esse momento uma tentativa de filtrar os trabalhos que evidenciam maior importância ao jornalismo. Assim, as categorias citadas no fim do capítulo anterior para classificar a posição do jornalismo nas pesquisas históricas constituem um novo processo de seleção. São elas:

(a) O jornalismo - enquanto atividade empresarial e profissional – considerado como um documento histórico valorativo de comprovação, ao servir para atestar fatos que aconteceram em determinada época, registrar o comportamento da população, dos hábitos de divertimentos ou da deficiência de um serviço público. Nesses casos, ele tem a função de auxiliar o historiador a contextualizar uma época ou mesmo apresentar diferentes perspectivas de um grande acontecimento. O interesse do pesquisador não é o jornalismo, mas os fatos noticiados por

ele ou por outros assuntos. Em tais pesquisas, o jornalismo é fonte de trabalho para o pesquisador estudar outros objetos.

(b) O jornalismo é recuperado com o objetivo de restaurar a memória do campo profissional, intelectual e empresarial. Constitui-se sob a forma de biografias (de jornalistas, donos de jornais, pesquisadores, etc), história de empresas jornalísticas, de jornais alternativos, de sindicatos, partidos, governos, catalogações em geral, justificação de um legado a partir da recuperação de obras pioneiras sobre o assunto, demonstração de evoluções técnicas ou de conteúdo desses jornais, etc. Quando norteadas pelo interesse advindo da escola positiva, esse modo de abordagem do jornalismo pela história serve para solidificar a memória de pais fundadores, o texto é escrito sob a forma de homenagem e o interesse é antes político-institucional do que conceitual. Essa situação se repete em pesquisas que tem por objetivo recuperar a trajetória cronológica de um dado jornal, transformando em heróis seus fundadores e diretores, centralizando a abordagem na influência política, no nascimento e na morte de jornais, etc. O jornalismo aparece no objeto de pesquisa, mas submete-se ao foco dirigido à empresa ou ao jornalista/ diretor/ pesquisador historiado.

(c) Em outras pesquisas, o trabalho do jornalista é o foco do estudo, destacando o processo da notícia, a institucionalização de rotinas, a alteração do modo de escrita, da deontologia e do discurso profissional. Para isso, o pesquisador está interessado no modo como os jornalistas trabalham em diferentes épocas, quais as estratégias para cobrir um evento, os diferentes gêneros que surgem para recortar um conjunto de fatos, como os sujeitos aparecem no texto, na organização empresarial das companhias, nas possíveis formas de controle da notícia, no modo de trabalho dos repórteres, nas diferentes formas de resposta do público, etc. O jornalismo é estudado diante de um contexto dado, sem que esse contexto seja visto como mais importante do que ele. O pesquisador o considera objeto de estudo, preocupando-se com as alterações que acontecem no interior dos jornais, na organização e nas práticas do jornalismo e como forma de responder porque o jornalismo funciona do modo como funciona.

(d) O jornalismo também pode ser estudado como ator que interfere diretamente na realidade. Nesse caso, o pesquisador pretende reconhecer como o papel dessa atividade interfere e modifica o contexto social de um determinado período auxiliando na constituição de imaginários sociais, de tendências políticas e participando ativamente no processo de formação do público, da opinião pública e da postura de outros campos sociais. O jornalismo envolve não apenas as atividades

dos jornalistas, mas também o exercício público do conhecimento jornalístico e os investimentos que diferentes atores sociais realizam para transmitir seus interesses como informação jornalística. O reconhecimento da atuação e interferência do jornalismo na realidade depende do olhar a partir dos estudos em jornalismo, reunindo conceitos pertinentes a esse campo de saber.

(e) E o jornalismo pode ser estudado historicamente enquanto lugar de questionamento teórico e epistemológico. O pesquisador torna o exercício histórico auxiliar para elucidar conceitos e notar a emergência de teorias conforme o contexto em que se insere a atividade. As pesquisas indicam uma postura teórica que privilegia a formação desse campo de saber e busca utilizar e cunhar conceitos pertinentes à área a partir do estudo do fenômeno jornalístico ao longo da história. Assim, busca-se entender como a prática profissional, social, cultural e teórica ao longo da história referenda um exercício epistemológico e teórico para a constituição de conceitos capazes de contribuir para o entendimento do campo jornalístico.

Existe ainda uma última categoria para aqueles trabalhos que não se encaixam nas classificações acima e que tratam, principalmente, do modo como a história é trabalhada pelo profissional jornalista em determinadas notícias históricas. Como demonstra a tabela da distribuição das teses entre as categorias, as pesquisas nessa última modalidade são três: a tese da USP realiza um estudo comparativo entre os jornais “The New York Times” e “Folha de S. Paulo” na comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares; e duas teses da UFRJ que tratam da cobertura telejornalística das comemorações dos 500 do Brasil.

Interessante notar na tabela 4 como é alto o número dos resumos de teses que indicam o jornalismo como apenas meio de pesquisa para interesses de outras disciplinas (25 casos) ou como são escassas as pesquisas na história do jornalismo para a constituição de conceitos para o jornalismo (inicialmente quatro pesquisas).

Tabela 4: Distribuição das teses entre as categorias

	(a) Como teste- munha	(b) Biografia s/ história de jornais	(c) Prática profissional /produção	(d) Interfere no contexto	(e) Exercício teórico e conceitual	Outros
PUC-RS	01	-	01	-	-	-
PUC-SP	12	04	04	-	-	
UFBA	01	01	01	-	01	-
UFRGS	01	-	-	-	-	-
UFRJ	03	01	04	05	-	02
UMESP	-	07	02	-	-	-
UNICAMP	01	-	-	-	-	-
USP	06	06	04	10	03	01
TOTAL	25	19	16	15	04	03

Das cinco categorias, foram selecionadas as teses que consideram o jornalismo em seus resumos e títulos conforme as categorias “c”, “d” e “e”, com suas possíveis hibridações. Compreende-se que, para o exercício proposto, tais categorias são mais estratégicas para o mapeamento de conceitos e métodos. Justifica-se a seleção porque essas pesquisas não possuem o caráter exclusivo de memória e registro e não colocam o jornalismo numa posição terceira, de simples comprovação de um interesse de outra área. Assim, através dos resumos, dos títulos e das palavras-chave são selecionadas 35 teses⁴¹.

Tabela 5: Teses selecionadas para o estudo teórico-metodológico⁴²

N ^o	Cat	Univer.	Ano	Título	Autor	Orientador
01	C	PUC-RS	2003	O Repórter Esso e a Globalização - uma investigação	Luciano Klockner	Roberto José Ramos

⁴¹ Os dados completos da catalogação de todas as teses em história do jornalismo (ano de defesa, título, autor, orientador, palavras-chave e resumo) estão no apêndice 03.

⁴² Quatro teses da Universidade de São Paulo marcadas por um * não foram estudadas devido à greve dos funcionários da instituição de abril a junho de 2009. Nesse período entramos em contato com os autores (eram oito teses sob a mesma situação) e os dessas quatro, por motivos diversos, não puderam encaminhar os trabalhos. Os dados das teses selecionadas (título, autor, orientador, resumo e palavras-chave) estão no apêndice 02.

				hermenêutica		
02	C	PUC-SP	2000	As Formas de Narrar dos Editoriais Jornalísticos Brasileiros	Francilene Alves Brito	Jeanne M. de Freitas
03	C	PUC-SP	2000	Capas de Jornal: a primeira imagem.	José R. Ferreira Jr.	José A. Pinheiro
04	C	PUC-SP	2002	O Design Gráfico na Revista Senhor: uma utopia em circulação	Lucy C. da Rocha de Niemayer	Ana C. Mei de Oliveira
05	C	PUC-SP	2006	O Riso na Mídia: O Barão de Itararé e seus Almanques — Os Almanques do Jornal A Manhã	Odailton Aragão Aguiar	Jerusa de Carvalho Pires Ferreira
06	C	UFBA	2003	A Ironia do Efêmero: análise das crônicas políticas de Carlos Heitor Cony, Machado de Assis e Luiz Fernando Veríssimo	Tattiana Gonçalves Teixeira	Wilson da Silva Gomes
07	C	UFRJ	2000	Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50	Ana Paula G. Ribeiro	Milton José Pinto
08	C	UFRJ	2002	Do Testemunhal ao Virtual: 40 anos de Fotojornalismo	Soraya Venegas Ferreira	Milton José Pinto
09	C	UFRJ	2004	Escritores Jornalistas no Brasil	Cristiane Henriques Costa	Muniz Sodré Cabral
10	C	UFRJ	2005	A Pauta Jornalística e suas Mediações	Cristina R. M. da Luz	José A. Argolo
11	C	UMESP	2002	Questão de Estilo - estudo sobre o texto jornalístico e os manuais de redação	Mônica Pegurer Caprino	Sandra L. de Assis Reimão
12	C	UMESP	2005	Revista Senhor: Modernidade e Cultura na Imprensa Brasileira	Eliane F. Corti Basso	José S. Faro
13 *	C	USP	1996	Os moinhos de papel : um estudo sobre a narrativa jornalística, o repórter e a cidadania na imprensa belo-	Valdir de Castro Oliveira	Cremilda Medina

				horizontina		
14	C	USP	1996	Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira.	José S Faro	José M. de Melo
15	C	USP	1998	A fotografia na imprensa paulista : o 1º de maio em A Gazeta e o Estado de São Paulo 1930-1945	Odete da Conceição Dias	Anamaria Fadul
16	C	USP	2005	A fotografia na imprensa diária paulista nas primeiras décadas do século XX: O Estado de S. Paulo	Telma C. de Carvalho Madio	Dulcília H. Schroeder Buitoni
17	D	UFRJ	1993	O Imaginário Vigiado: a imprensa comunista e a recepção do realismo socialista no Brasil (1947-1953)	Denis R. V. Boas de Moraes	Muniz Sodré de A. Cabral
19	D	UFRJ	1994	Das Manchetes as Entrelinhas: guerra e paz no Oriente Médio	Diane Kuperman	Ester Kosovski
18	D	UFRJ	1994	A Cidade das Revistas: imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20	Kátia de Carvalho	Aldo Albuquerque e Barreto
20	D	UFRJ	2004	Mídia, Futebol e Identidade: Do lábaro que ostentas estrelado	Marcelo Kischinhesky	Carlos A. M. Pereira
21	D	UFRJ	2006	Imprensa, Cultura e Imaginário Urbano: Exercício de Memória sobre os Anos 60/70	Christina Ferraz Musse	Heloisa Buarque de Hollanda
22	D	USP	1989	Modos de olhar o discurso autoritário no Brasil 1969-1974 : o noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda governamental na televisão	Heloiza H. Gomes de Matos	Virgílio Benjamim Noya Pinto
23	D	USP	1991	Jornalistas e	Bernardo	Alice

				revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil 1964-1980	Kucinski	Mishika Koshyama
24	D	USP	1992	Ficção e história : imprensa e construção de realidade	Maria Lourdes Motter	Maria Aparecida Baccega
25	D	USP	1996	A vez e a voz das classes populares em Minas	Ana Maria Rezende Cabral	Luiz Roberto Alves
26	D	USP	1998	Cidadania proibida : o caso Herzog através da imprensa	Lilian M. F. de Lima Perosa	Alice Mitika Koshiyama
27	D	USP	2000	Política e cultura pós-moderna : um estudo dos cadernos culturais do jornal Folha de São Paulo	João E. Evangelista de Oliveira	Celso Frederico
28	D	USP	2002	Página feminina : o ponto de encontro da mulher moderna : estudo analítico da pauta feminina do vespertino paulistano A Gazeta 1929-1943	Gisely Hime Vaz Coelho	Alice Mitika Koshiyama
29 *	D	USP	2004	Humor e populismo: o desafio diário nas charges de Nelo Lorenzon (1948-1960)	Andréa de Araújo Nogueira	Antônio Cagnin
30 *	D	USP	2006	Comunicação, cultura de esquerda e contra-hegemonia: o jornal Hoje (1945-1952)	Pedro Estevan da Rocha	Celso Frederico
31 *	D	USP	2006	Os sentidos pluralistas do cotidiano da cultura nas reportagens da revista Realidade nos anos de 1966 a 1968	Marcia Eliane Rosa	Terezinha Fátima Tagé Dias Fernandes
32	E	UFBA	2003	A atualidade do Jornalismo: bases para sua delimitação teórica.	Carlos Eduardo Franciscato	Antônio A.Canelas Rubim
33	E	USP	1990	O livro-reportagem como extensão do jornalismo impresso:	Edvaldo Pereira Lima	Francisco G. Torquato

				realidade e potencialidade		do Rego
34	E	USP	1991	Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento, 1976-1990	Silvia M. Pereira Araújo	José Marques de Melo
35	E	USP	2002	O Olhar às Aversas: a lógica do texto jornalístico	Fernando Resende	Cremilda Medina

Algumas das teses apresentam características de duas categorias, ficando à avaliação desta pesquisa qual delas é a predominante. É possível que na seleção das teses alguns trabalhos em história do jornalismo tenham ficado de fora ou classificados conforme definição de jornalismo que não condiz com a intenção do autor. Importante destacar mais uma vez que a classificação ocorre a partir do título, do resumo e das palavras-chave, itens fundamentais para a exposição das pesquisas. Aqueles trabalhos que não manifestam a intencionalidade histórica para compreender o jornalismo em um desses três itens não foram considerados como produções em história do jornalismo. Assim como trabalhos que centram sua atenção nos acontecimentos, nas empresas ou em biografias nos resumos foram selecionadas.

Outra consideração importante sobre o processo de escolha e classificação das teses é que alguns dos trabalhos selecionados apresentam certa dubiedade quanto à classificação como história do jornalismo ou em sua definição de jornalismo. São os casos das teses “Modos de Olhar o Discurso Autoritário no Brasil 1969-1974: o noticiário de primeira página na imprensa e a propaganda governamental na televisão” de Heloíza de Matos; “O Livro-Reportagem como Extensão do Jornalismo Impresso: realidade e potencialidade” de Edvaldo Pereira Lima; “Imprensa Sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento (1976-1980)” de Silvia Pereira Araújo; “O Olhar às Aversas: a lógica do texto jornalístico” de Fernando Resende; e “A Atualidade do Jornalismo: base para sua delimitação teórica” de Carlos Eduardo Franciscato.

A tese de Heloiza Matos permanece nesta pesquisa porque se intenta verificar como a autora compara o modo de produção do jornalismo com a produção da imagem propagandística de Médici. Ainda que no primeiro momento esta tese esteja inserida na categoria “a”, talvez a abertura do conceito de jornalismo e a preocupação (ou

não) da autora em verificar como jornalismo e governo influenciam-se podem trazer alguns elementos importantes para a discussão proposta aqui. Já a tese de Edvaldo Pereira Lima torna-se interessante pelo modo como a história do jornalismo justifica a classificação de livro-reportagem como fazer jornalístico. O autor busca no fazer da literatura e da história analogias à prática do jornalismo com o intuito de entender a atividade da reportagem. Também poderia ser classificada como categoria “c”, por historiar a reportagem como prática jornalística. Contudo, considera-se que o autor tem uma intenção teórica no movimento que faz. Situação similar à encontrada na leitura da tese de Fernando Rezende. Ela pode não ser considerada história do jornalismo por se tratar de uma proposta para a escrita jornalística no presente. Porém, a fundamentação realizada pelo autor recupera aspectos da história do jornalismo, conceitos da teoria narrativa e de algumas teorias da história. Permanece, por enquanto, como história do jornalismo sob a categoria “e”. A tese de Carlos Franciscato é claramente história do jornalismo, ainda que o autor aponte em seu resumo que sua pesquisa “não se trata de história da imprensa”, mas de uma pesquisa teórica. Como na categorização e em toda a discussão proposta aqui, entende-se que um movimento não é necessariamente dissociado de outro e que teoria e história do jornalismo têm muito em comum. Por fim, o caso mais difícil é a classificação da tese de Silvia Araújo como história do jornalismo. A intenção da autora é teórica e conceitual, já que propõe entender a imprensa sindical como objeto de conhecimento. Mas, a evolução estudada pela autora é de 15 anos (1976-1990) e sua fundamentação não coloca como prioridade toda a história da imprensa operária. Por outro lado, a tese vincula esse momento com o apogeu do movimento e da imprensa sindical durante a ditadura e sua posterior queda ao longo dos anos 80. A tese permanece entre as estudadas devido, principalmente, à proximidade temporal da maioria das teses em história do jornalismo. O momento histórico pós anos 50 circunda o objeto de pelo menos 15 trabalhos selecionados. Como é possível perceber pelos recortes temporais das pesquisas, o período compreendido entre 1950-1980 é fundamental para compreensão da emergência do interesse teórico sobre o jornalismo e da profissionalização nas redações no Brasil.

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO DAS TESES EM HISTÓRIA DO JORNALISMO

O último estágio de seleção das teses em história do jornalismo, como visto anteriormente, aconteceu a partir do que os resumos apresentam como posição conceitual do jornalismo. A partir dos resumos é possível perceber qual a concepção teórica de jornalismo para o autor. Todavia, faz-se necessário o aprofundamento às estratégias teórico-metodológicas das teses com o propósito de comprovar as tendências teóricas verificadas nos resumos, bem como estudar de que maneira o conceito de jornalismo proposto pelos pesquisadores determina o recorte do objeto da pesquisa, problematização, hipóteses e, principalmente, a vinculação do objeto de estudo da pesquisa ao objeto de estudo do jornalismo como campo de saber.

O percurso teórico-metodológico das teses demonstra o caminho do pensamento de cada autor. A escolha do tema é o primeiro passo. A partir da escolha do tema, recorta-se um modo de pensá-lo. Começa o processo de recorte do objeto. Diante da indispensável revisão bibliográfica dos textos que se relacionam ao tema, enseja-se a pergunta: qual o problema desse tema? O que se quer analisar nele ou com ele? O objetivo é descrevê-lo, revelá-lo, criticá-lo? O pesquisador organiza e formula a sua pergunta, início da constituição do problema. A escolha do tema e de possíveis perguntas que demandam dele, como é possível notar, requer um exercício teórico que lhe acompanhe. A opção pelo tema e o modo de questioná-lo já dizem sobre os conceitos e referenciais possíveis a serem utilizados. Assim como o instrumental metodológico que será empregado. No exercício de aproximação ao tema, de questionamento e de opções teóricas, o recorte do objeto de estudo começa a ficar mais nítido. Primeira premissa: fica impresso no objeto da pesquisa o exercício realizado pelo autor, uma vez que o percurso metodológico é a própria constituição do objeto.

A primeira problematização depois de trabalhada transforma-se em problema de pesquisa. Problema que demanda possíveis respostas, hipóteses a serem testadas. Percurso tecido pelo referencial teórico-metodológico, por conceitos que localizam o lugar de fala do pesquisador, que conduzem ao modo de sua problematização e à formulação de seus pressupostos ou hipóteses. Segunda premissa: as opções teórico-metodológicas inserem o objeto da pesquisa em uma forma de conceber o objeto de estudo de uma área de saber.

A identificação dessas duas premissas em cada uma das teses selecionadas demonstra as consequências das opções conceituais realizadas por cada pesquisador para constituir o seu objeto de pesquisa e relacioná-lo com o objeto de estudo mais amplo ao qual se vincula. Entende-se que por tratar de jornalismo, cada percurso metodológico coloca em funcionamento um determinado modo de conceber o jornalismo, de conceituá-lo. Isso acontece ainda que o objeto não manifeste intenções teóricas. O percurso escolhido - desde o modo de encarar o tema até a confirmação ou refutação de hipóteses - mergulha a pesquisa em relações teóricas.

A análise das teses toma as duas premissas. Explicitar o percurso metodológico com vistas a entender como o pesquisador constitui o objeto da pesquisa. E como esse mesmo percurso constitui e é constituído a partir de características do campo de pesquisa em jornalismo. Um exercício de análise não é dissociado de outro, já que as opções que definem o objeto da pesquisa estão em consonância com o objeto de estudo que se quer construir. O convite, a partir de agora, é o de tomar o quadro do percurso metodológico de cada tese - conforme consta no apêndice A - e seguir a explanação de alguns exemplos pertinentes para que seja possível notar as contribuições e as possíveis potencialidades ainda não exploradas para a tarefa de pensar o jornalismo quando se conta sua história.

Inicialmente, evidencia-se a seleção de temas com os quais as teses trabalham. De modo geral, a história do jornalismo no Brasil circunscreve um período de transformações recentes. As demarcações tecidas no jornalismo norte-americano e inglês prioritariamente a partir do século XIX - com a profissionalização, institucionalização e o movimento que visa separar o jornalismo dos poderes políticos, literários e propagandísticos - chegam ao Brasil apenas a partir dos anos 1950. Além disso, o período dos anos 1960 e 1970 é profícuo em experiências alternativas e de qualidade no jornalismo brasileiro frente ao contexto de mudanças sociais (liberalização das mulheres, movimentos juvenis de contestação, rompimento com valores morais, movimento sindical e estudantil, vanguardas artísticas e culturais, etc.) e da ebulição política causada pelo curto período democrático (1946-1964) e pela censura da ditadura militar (1964-1984). São dessas três décadas o jornalismo alternativo satírico e partidário realizado por *O Pasquim* e *Opinião*; o jornalismo cultural e elitizado como o praticado pela revista *Senhor* (referência em sofisticação gráfica e símbolo das mudanças realizadas pelo movimento neoconcretista); as reportagens em profundidade realizadas pela revista *Realidade*; além das reformas

gráficas e textuais implementadas em todos os jornais brasileiros, marcando especialmente as mudanças do *Jornal do Brasil* e do *Jornal da Tarde*. Nesse período surgem o manual de redação, o *copydesk*, novas regras deontológicas e de organização de classe.

Também marca essa época o surgimento de um contexto propício para o aumento da procura por jornais e pela informação, evidenciada ainda mais pelo sucesso do radiojornalismo nos anos 1940 e 1950 (como principal exemplo *O Repórter Esso*) e do telejornalismo nos anos 1960 e seguintes (*Repórter Esso* e posteriormente *Jornal Nacional* e *Globo Repórter*). Das 31 teses estudadas, 17 enfocam esse período, estudando produtos específicos, alterações nas práticas profissionais ou a relação do jornalismo com algum fato/ contexto. Outro aspecto interessante é que das 14 teses que não estão entre as que selecionam o período de 1950 a 1970, 09 fazem um exercício histórico com o intuito de elucidar alguma questão do presente, evidenciando a evolução e/ ou alterações pelas quais passam uma prática textual, questões profissionais ou conceitos que fazem parte do cotidiano do jornalismo. Para fechar essa disposição temática, duas teses estudam a imprensa feminina (uma, as revistas femininas cariocas da década de 1920 e outra, o caderno feminino do jornal *A Gazeta*), duas estudam o fotojornalismo (uma, no início do século e outra, no contexto do getulismo) e a última estuda o texto satírico e irônico de Aparício Torelly no jornal *A Manhã* e em seus “almanhaques”.

Assim, em sua maioria, as teses recuperam fatos e contextos vivenciados por pessoas que ainda estão vivas. A história torna-se, por conseguinte, um exercício de memória em que muitas vezes não só as pessoas entrevistadas conviveram com as circunstâncias explicitadas, mas também o próprio pesquisador. É o caso de Bernardo Kucinski (1991), jornalista que participa de alguns dos projetos realizados pelo jornalismo alternativo no Brasil. Ou, ainda mais vividamente, de Diane Kupermann (1995), judia, nascida no Egito e exilada pelo governo de Sadat juntamente com sua família na ocasião dos conflitos árabe-israelenses, tratando em sua pesquisa do modo como os jornais cobrem os conflitos em Israel. A experiência pessoal de cada pesquisador é manifestada como forma de testemunho. Por outro lado, as entrevistas com os atores diretamente envolvidos nas circunstâncias retratadas pela pesquisa servem para evidenciar a credibilidade e a busca pelo ponto de vista de quem faz. Não é por menos que o texto de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva e os conceitos de Jacques Le Goff sobre história e memória apareçam nas citações de muitos trabalhos.

Essa história do jornalismo recente dinamiza um conceito de contemporaneidade própria dos trabalhos aprofundados de historiadores do presente e de grandes reportagens/ livros-reportagens jornalísticas. A pesquisa em jornalismo mergulha no contexto político, social e cultural que envolve o modo de cobertura dos jornais, buscando realizar um exercício que é duplamente história e jornalismo. O intuito é, na maioria dos casos, revelar, explicitar circunstâncias que não puderam ser refletidas no contexto em que aconteciam. O exercício histórico, com os recursos teóricos e metodológicos das ciências políticas, da sociologia e da linguagem, trabalha para um reviver do fato como apresentado pelo jornalismo ou das próprias relações de produção desse jornalismo naquele contexto. Até esse ponto nenhum problema, visto que a história auxilia a pesquisa em jornalismo. A questão aparece quando a pesquisa em jornalismo não é levada em consideração e o exercício da pesquisa histórica (ou de outra matriz teórica) serve apenas para enfatizar o jornalismo enquanto produto, enquanto trabalho. No encadeamento das relações internas do procedimento metodológico, já é possível verificar a dissociação de muitas pesquisas com a constituição e o entendimento do jornalismo enquanto um possível objeto de estudo.

O recorte da tematização possibilitado pela problematização é indício claro do que se está apontando. No processo de formulação do problema de pesquisa, como já evidenciado anteriormente, é que as proposições teóricas e metodológicas ajudam a recortar o interesse do pesquisador sobre o tema. Santaella (1999, p. 165) aponta que o “problema de pesquisa é uma interrogação que implica em uma dificuldade não só em termos teóricos ou práticos, mas que seja também capaz de sugerir uma discussão [...]. Do ponto de vista formal, o problema é um enunciado interrogativo”. Pode-se afirmar que todas as pesquisas possuem um problema a ser resolvido. Contudo, como demonstra muitas das teses estudadas, nem sempre é explicitamente formulado. Essa postura de não apontar o problema em uma estruturação prévia do trabalho é uma das características da pesquisa qualitativa. Como indicam Marina Marconi e Eva Lakatos (1982, p. 271), não se admitem regras precisas – como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas - “e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação”.

Não admitir um arcabouço rígido que prejudique a observação do pesquisador levando-o a desconsiderar aspectos importantes, não significa ausentar-se de premissas que orientam o olhar. Recuperando o movimento weberiano de imputação causal singular (no qual a força da pergunta problema incide sobre a revelação de causas singulares para o

desenrolar de determinado fato, comportamento ou circunstância), a proposta de Hayden White de notar as circunstâncias semânticas e sintáticas que orientam o discurso proposto ou mesmo o conceito de “operação historiográfica” de Michel de Certeau, a constituição do conhecimento histórico se desenvolve no processo de formulação da problematização do tema. Deixar os documentos falarem, como indica Paul Veyne, exige uma postura teórica e metodológica que privilegia o olhar sobre uma determinada gama de fatos, em busca do acontecimento que articula o discurso.

Assim, a opção por citar o problema de pesquisa das teses, mesmo que não formulado explicitamente, atende a um esforço desta investigação em verificar como o pesquisador articula seu objeto de pesquisa a premissas teóricas. Por vezes a pergunta aqui formulada beira a generalidade, o que evidencia a dificuldade de notar em algumas teses um interesse que esteja além da exposição de fatos, de linhas político-editoriais dos jornais e revistas ou de temas neles tratados. Em outros casos, a pergunta não se explicita sob a forma de uma frase interrogativa (obrigatoriedade que está mais no âmbito do projeto do que da pesquisa propriamente), mas na articulação com a exposição teórica, com as justificativas, no título ou mesmo na apresentação inicial da tese. Como é possível notar no quadro, ao fim da exposição do problema de 21 teses existe uma informação entre parênteses alertando o leitor que o problema não foi exposto pelo autor da tese. A estratégia nesses casos foi verificar a exposição ou não de hipóteses, a apresentação do objeto ou do percurso que levou o pesquisador a investigar determinado assunto. Em grande parte dos casos a pergunta estava implícita. Não é o caso de pesquisas como “A Cidade das Revistas: imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20”, de Kátia Carvalho. O trabalho enfatiza a exposição de temas, transformando a problematização da tese esse próprio ato de exposição dos temas e das características da imprensa feminina no Rio.

Algumas das perguntas já tornam possível visualizar nuances das orientações teóricas a serem realizadas. “O Repórter Esso é exemplo de neutralidade e objetividade como prega seu manual?”, “De que forma as fotografias de 1º de maio dos jornais estudados são utilizadas para disseminar a ideologia política no contexto do Estado Novo?”; “Quais as estratégias de comunicação política do governo de Médici com a população e com a imprensa?”; “Como a ficcionalização dos fatos realizada pela imprensa deturpa a verdade que permanece na história e que interfere nas posturas políticas da população?”; “O que foi dito sobre o caso Herzog e o que não foi dito? Por que foi dito por um jornal

e não por outro?” Essas perguntas trazem implícitas o questionamento da postura de objetividade do jornalismo, a articulação dos donos de empresa e de jornalistas com o Estado e com o mercado, as versões, a criação de uma ideologia que deturpa o conhecimento verdadeiro dos fatos.

Em grande medida a resposta antecipada a esses problemas revela as hipóteses, premissas, pressuposições e conclusões que o pesquisador pretende testar ou já testou no decorrer do estudo. Diferente das características das hipóteses explicativas e preditivas, as hipóteses nas teses estudadas possuem a característica de mostrar, de trazer nuances de um fato que ainda não é conhecido pelo público ou que necessita de algum esclarecimento. Tais “premissas sublunares”, como explica Paul Veyne, revelam aspectos específicos da realidade passada conforme o critério de seleção, articulação e interesse do pesquisador. Assim, o movimento histórico realizado para estudar um aspecto do jornalismo demonstra características do modo como o jornalismo também é concebido nesse movimento. A conjugação de objeto de pesquisa, pergunta e hipótese aponta para a posição que o jornalismo toma em cada tese.

Assim, para Luciano Klockner (2003), o *Repórter Esso* não faz jornalismo por não seguir as premissas da notícia conforme conceituado por Bahia (1990). Klockner indica que o noticioso faz propaganda ideológica que atende aos interesses dos Estados Unidos e da própria companhia que o promove. Nesse caso, o jornalismo não deturpa o real, mas o *Repórter Esso* não faz jornalismo quando deturpa esse real. Ou seja, uma vinculação do conceito de jornalismo à deontologia profissional. Já o problema trazido por Tattiana Teixeira (2003) - da caracterização e classificação da crônica nos jornais - toma por base os postulados axiológicos da prática profissional e da interpretação de Genro Filho (1987) (quando o autor considera a notícia diária o elemento base do conhecimento jornalístico). A pesquisadora tem por hipótese que a crônica não é um gênero jornalístico. O jornalismo, nessa concepção, é a prática profissional do jornalista e a vinculação dessa prática à apuração e execução do gênero notícia.

Em outras teses, o jornalismo é objeto de uma avaliação quantitativa ou de uma análise de conteúdo com o objetivo de verificar alterações e continuidades no texto jornalístico ao longo do século XX. Assim, ao questionar o estilo das matérias jornalísticas, Mônica Caprino (2002) conclui (hipótese *pós-factum*) que alguns elementos do *lead* sempre estiveram presentes nas aberturas das matérias informativas jornalísticas. A autora explica o *lead* como uma estrutura grega clássica,

uma conclusão que se evidencia se considerado que toda e qualquer narrativa possui elementos do *lead* como princípio organizador. Francilene Brito (2000) realiza uma análise semiótica de editoriais para comprovar que a persuasão e a subjetividade sempre estão presentes nos textos jornalísticos. Para isso, ela estuda os editoriais jornalísticos. Como conclui a autora, os editoriais jornalísticos colocam o público como um auditório e o Estado na figura de réu, sobre o qual as cobranças são dirigidas. Caso antagônico às situações de censura, como demonstram as pesquisas de Dias (1998) e Mattos (1989), em que os jornais colocam-se como aliados do Estado no esforço de torná-lo a solução para todos os problemas do povo ou, no mínimo, a melhor opção entre as que são apresentadas.

Um outro aspecto da relação tema, problema e hipóteses das teses selecionadas trata do impacto estético proporcionado pelas reformas gráficas dos jornais (FERREIRA JÚNIOR, 2000) e do design sofisticado da revista *Senhor* (NIEMAYER, 2002). No primeiro caso, Ferreira Júnior traz a tese de que o modo como os jornais se apresentam guarda relações com os movimentos artísticos latino-americanos, buscando novas estratégias para atrair a atenção e provocar os sentidos do público. Vincula as capas dos jornais à arte mural, à arte pop, à hibridização da cultura entre o massivo e o artístico e às transformações estéticas experimentadas pela rápida urbanização das cidades. Niemayer traz como hipótese que os diretores de arte da revista *Senhor* buscam uma forma de comunicação autônoma e complementar ao conteúdo conforme a disposição gráfica, buscando diferenciar a publicação e constituir-lhe uma identidade a partir da estética. Para Niemayer, a posição gráfica e estética da revista responde a uma intenção comunicativa do design, mais do que do jornalismo.

Sob outro enfoque, a relação objeto da pesquisa, problema e hipótese apresenta o jornalismo como divulgador, dinamizador e/ ou produtor de tendências políticas, conjunturas culturais e de imaginários. É o caso da tese “Mídia, Futebol e Identidade: Do lábaro que ostenta estrelado”, em que Marcelo Kischinhesky aponta os textos dos cronistas esportivos como índices para a constituição da identificação dos brasileiros com o futebol e com a posterior espetacularização que envolve os jogadores. De forma similar, Christina Musse busca entender como o jornalismo participa na construção da identidade dos lugares e das pessoas da cidade de Juiz de Fora. O jornal torna-se o lugar de produção de imaginário, no qual estão inseridos os sentimentos que a coletividade nutre por seus espaços. Para a autora, o jornalismo constrói a cidade, que permanece, ao seu tempo, com seus aspectos, comentários

e suas relações de identidade. De maneira diferente, o jornalismo cultural também participa das inovações acadêmicas possibilitadas pelas teorias sociais e estéticas da década de 1970 e 1980 conforme o trabalho de João Evangelista de Oliveira (2000). O pesquisador objetiva mapear como se dá a inserção e desenvolvimento dos debates sobre as teorias pós-modernas nos cadernos culturais do jornal paulista Folha de S. Paulo. O autor hipotetiza que o jornal torna-se o espaço configurador para que novas formas de concepção da arte e, posteriormente, de concepção social insiram-se nos estudos acadêmicos das universidades. O pesquisador expõe como o jornalismo cultural e os estudos acadêmicos se relacionam na busca por compreender as mudanças sócio-políticas que ocorriam no Brasil e no mundo, e que encontram explicação nas teses pós-modernas. De tal forma, essas três teses trazem indícios de como o jornalismo é capaz de interferir em questões políticas e culturais do público para o qual se dirigem.

Em outro modo de apresentação da organização metodológica das teses, torna-se interessante verificar as teses em história do jornalismo que vinculam a atividade intelectual e os movimentos culturais dos anos 1950 a 1970 a experiências jornalísticas realizadas na época. Essa tentativa de vincular a prática jornalística ao contexto intelectual está também presente na análise de períodos anteriores, como exemplifica a tese de Odailton Aguiar (2006) ao tentar notar as influências do movimento modernista na sátira de Aparício Torelly no jornal *A Manhã*. Mas, como o período pós-anos 1950 é o mais trabalhado, é possível ordenar essa vinculação em quatro conjuntos de produtos e contextos seguintes: a imprensa comunista e a disseminação das ideias soviéticas do realismo socialista (1947-1953), na tese de Denis de Moraes (1993); a revista *Senhor* (1959 – 1964) nas pesquisas de Lucy Niemayer (2002) e Eliane Corti Basso (2005); a revista *Realidade* (em seu apogeu – 1966 – 1968), trabalhada por José Salvador Faro (1996); a imprensa alternativa (1964 – 1980), tema da tese de Bernardo Kucinski (1991); e a imprensa sindical (1976-1990), tratada por Silvia Araújo (1991). Denis de Moraes, José Salvador Faro e Bernardo Kucinski trabalham seus textos sob a perspectiva marxista. Eliane Corti Basso realiza um estudo sob o enfoque dos Estudos Culturais. Niemayer, como já citado anteriormente, trabalha com conceitos do design e da semiologia do discurso. E Silvia Araújo defende a autonomia do conceito de comunicação sindical utilizando a categoria de “ação social”, própria da sociologia.

Denis de Moraes (1993) estuda como os jornais do Partido Comunista Brasileiro assumem a função de difundir uma versão

stalinista do marxismo, reduzindo o papel do artista ao do político para a constituição de um projeto socialista para o país. Para isso, o autor indica que a mídia comunista processa as informações de acordo com uma leitura de mundo, o que gera uma retórica que “legitima certas relações de força e criminaliza outras”. Tal posição cria um discurso autoritário, o qual não abre espaço para o diálogo, uma vez que o discurso fica em “um jogo parafrásico, ou seja, repete uma fala já sacramentada pela instituição; o mundo do diálogo perdeu a guerra para o mundo do monólogo”. Essa posição da imprensa comunista marginalizada por causa da cassação do direito político do Partido Comunista Brasileiro vai contra a liberdade artística de muitos de seus apoiadores, como o caso de Graciliano Ramos. Nota-se próximos a essa imprensa intelectuais como Jorge Amado, Cândido Portinari e Carlos Scliar. Contudo, mediante o discurso verticalizado importado do realismo socialista, muitos desses artistas deixam a militância por causa de ataques da própria imprensa contra suas obras. É importante reconhecer, contudo, como muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros engajavam-se ao projeto comunista do PCB e como alguns desses atores vão figurar, num futuro próximo, em veículos de imprensa como *Senhor*.

A revista *Senhor* vai ser tema de pesquisa de duas teses: uma interessada em estudar o design gráfico da revista (NIEMAYER, 2002) e outra preocupada em demarcar a política editorial e os temas mais presentes na publicação (BASSO, 2005). A primeira destaca a qualidade artística da revista através dos diretores de arte como Carlos Scliar e Glauco Rodrigues. Já Basso (2005) destaca como a revista está articulada com temas da cultura e do cotidiano do brasileiro. Ainda que seja destinada para um público da classe alta, o homem burguês, a revista traz textos de artistas de esquerda importantes como os cineastas Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha, de escritores brasileiros como Jorge Amado e Clarice Lispector e internacionais como Ernest Hemingway. As duas autoras vinculam a revista ao momento de ebulição cultural e política do país. Niemayer (2002) realiza a ligação direta da revista com o movimento neoconcretista, uma vez que o próprio diretor de arte da revista, Carlos Scliar, faz parte do movimento. Basso (2005) parte para a definição da política editorial da revista como condizente com o jornalismo cultural, o que justifica a divulgação, crítica e produção artística de conteúdos através da revista. Vale destacar que as hipóteses destacadas por Basso transcrevem a política editorial da revista, conceito que a autora não definiu em sua tese.

O contexto de desenvolvimento das vanguardas culturais, as transformações de comportamento e toda a ebulição política do contexto inicial da ditadura estão, segundo Faro (1996), vinculados ao sucesso que faz a revista *Realidade*. Ele busca relacionar os temas e o modo de cobertura de *Realidade* à conjuntura cultural e política da formação de intelectuais que colocam os problemas do país como pauta de suas artes. O autor explica que o sucesso da revista justifica-se pela ligação com o discurso transgressor produzido em meados dos anos 1960 e que abarcou, em sua formulação, a crítica à ordem dos valores burgueses conservadores, do Estado e da estrutura social. Vale destacar o conceito de jornalismo que Faro propõe para explicar essa integração. A começar pela diferença de imprensa e jornalismo: “imprensa é técnica; o jornalismo é discurso. [...] se é possível condicionar o trabalho intelectual a regras convencionais de informação, o mesmo não pode ser feito quando se analisa a imprensa do ponto de vista do discurso jornalístico, mais amplo e mais complexo do que o ritual noticioso que ela executa” (FARO, 1996, p. 29). O pesquisador segue essa linha de raciocínio quando expõe que para se entender a reportagem torna-se necessário exceder a análise da imprensa (sinônimo aqui de redação). Contudo, indica que as técnicas da reportagem são objetos de pesquisa da sociologia, da história e da arte e não da teoria do jornalismo.

Essas idéias servem para fixar os parâmetros e para consolidar a idéia de que a elaboração da reportagem está vinculada a elementos discursivos que se situam fora do universo da imprensa, dinâmica essa que permeia diversos momentos da história do jornalismo brasileiro. Isto é, momentos em que as formas de reportar só podem ser compreendidas se os elementos de análise incluírem os padrões de investigação da realidade produzidos pela arte, pela sociologia (FARO, 1996, p. 29).

O autor segue explicando que a reportagem teria uma característica sociológica e vinculada à estética literária, não notando, porém, que a reportagem é essencialmente parte do discurso jornalístico e, por isso mesmo, objeto de uma teoria do jornalismo. O autor dispõe da análise sociológica (já invadindo o próximo tópico desse item que debate as teorias) para explicar que os jornalistas, que compõem o projeto de *Realidade*, estão inseridos no imaginário da intelectualidade brasileira dos últimos 20 anos. Essa intelectualidade propõe, através da

manifestação artística e jornalística, mudanças nas esferas políticas e sociais. Todavia, há de se notar que a vinculação dos jornalistas a projetos políticos e a um contexto sócio-cultural do período serve como dispositivo para a manifestação jornalística de apuração, investigação e estilo das reportagens da revista *Realidade*. O jornalismo ainda permanece central na análise, mesmo o autor creditando grande parte de seu objeto à análise sociológica, histórica e/ ou literária.

Bernardo Kucinski, em sua tese “Jornalistas e Revolucionários: A imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)”, mapeia detalhadamente a ligação do jornalismo com os movimentos políticos-culturais que culminam na imprensa alternativa no contexto da ditadura. A imprensa alternativa é herdeira dos jornais e de toda a militância política, jornalística e artística do Partido Comunista Brasileiro e suas dissidências, do jornal Última Hora de Samuel Wainer (responsável por grandes alterações na linguagem, na diagramação e no modo de fazer jornalismo) ou mesmo dos projetos editoriais e gráficos das revistas *Senhor e Realidade*. Com a ascensão da ditadura, o amordaçamento e a conivência da grande imprensa, a clandestinidade dos partidos políticos e o fechamento de muitas revistas e jornais, todas essas ideias e criatividade encontram vazão na imprensa alternativa. A intelectualidade brasileira passa a idealizar o país, a cultura e a criticar o sistema vigente a partir de projetos jornalísticos e políticos que fazem grande sucesso principalmente na década de 1970. Os jornais eram: políticos e engajados a partidos (principalmente ao P.C.) como *Amanhã* e *Opinião*; satíricos e anárquicos como *Pif-Paf* e *O Pasquim*; advindos da revista *Realidade* ou de jornalistas que se revoltam com o amordaçamento e censura da imprensa como *Bondinho*, *Ex* e *Coojournal*.

Esse trabalho contribui em termos teóricos para o jornalismo incluir toda a imprensa alternativa - inclusive seu viés político, de linguagem, a não periodicidade sistemática ou sua efemeridade - como jornalismo. Kucinski (1991, p. 35) entende “o jornalismo como uma relação social exercida através de uma práxis, com implicações fundamentais e insubstituíveis no campo da política”. O autor não se interessa apenas pelo modo como a política influencia o jornalismo, mas como a atuação jornalística é indispensável para a ação política, principalmente no contexto em que a imprensa alternativa está inserida. Nota-se, porém, que as hipóteses de Kucinski dão prevalência para o imaginário político e para organização partidária como motivação para o fim da imprensa alternativa. Essas hipóteses estão inseridas na vinculação destacada aqui entre a atividade intelectual e a atividade jornalística.

Uma das consequências do período de início da abertura do regime militar (a partir de 1974) foi o fortalecimento dos sindicatos operários e, por conseguinte, da imprensa sindical. Silvia Araújo (1991) estuda como os jornais dos metalúrgicos do ABC paulista fortalecem-se conforme o movimento sindical ganha relevância no cenário político brasileiro. A proposta de Araújo não se restringe apenas em demarcar como a imprensa sindical atua, mas verificar como ela se constitui enquanto objeto da comunicação. A autora evidencia que os jornais são os principais meios dessa forma de comunicação e a ela interessa verificar como a prática jornalística se articula à ação organizativa dos sindicatos. Importante destacar que a autora não cita teorias do jornalismo ou mesmo campo do jornalismo para entender teoricamente a imprensa sindical, mas a vincula ao campo da comunicação.

O que é possível observar na verificação dos problemas e hipóteses é que em muitos casos os aspectos tratados do jornalismo não se integram a conceitos e teorias que dêem conta de sua complexidade como objeto de estudo. O trabalho com as características de um produto (jornal, revista, etc.), com o estudo de políticas editoriais de jornais de um determinado período ou mesmo com um gênero ou conjunto textual faz com que muitas teses tornem essa parte analisada um conceito para todo jornalismo. Em outro aspecto, o direcionamento teórico advém de outras disciplinas que vêem o jornalismo conforme seus interesses e, por isso mesmo, revelam aspectos parciais como características gerais. Como o jornalismo não é trabalhado nas premissas teóricas, abre-se espaço para que outra área exerça o papel de criticar o produto jornal colocando a pretensão teórica do jornalismo à margem.

Ao se observar a coluna dos procedimentos teóricos e metodológicos (apêndice A) citados pelas teses como basilares da pesquisa, nota-se a presença de conceitos e autores de outras áreas de conhecimento, principalmente das ciências da linguagem e da sociologia. Ao menos 15 trabalhos citam especificamente algum aspecto do estudo da linguagem como fundamento. São citados em decorrência da utilização do referencial teórico da análise do discurso de raiz francesa, principalmente a semiológica advinda de Roland Barthes. Outro autor muito citado é Mikail Bakhtin, especificamente os seus conceitos de “polifonia” e “dialogia”. Em algumas teses, as teorias de Bakhtin estavam inseridas em concepções marxistas da história e da sociedade, sendo comum a citação de Adam Schaff, autor de livros que estudam a relação entre linguagem e verdade.

Por trabalhar com a linguagem, com textos, com narrativas, o pesquisador em história do jornalismo coloca diante de si problemas

ligados à atuação do jornalismo no âmbito da língua. O que acontece é que a primazia dos estudos sobre a linguagem por vezes acaba reduzindo a abrangência do conceito de jornalismo. Por exemplo, o jornalismo é entendido conforme a caracterização da língua como violência simbólica. Isso acontece, principalmente, quando as teses estudam as relações de poder entre o jornalismo e a política. Por vezes, tal conceituação da linguagem jornalística traz consigo conceitos da escola crítica de Frankfurt como “indústria cultural”, “alienação” ou “*feitchicismo*”. Nessa inserção, o jornalismo é conceituado como mercadoria, o produto de uma empresa que veicula ideologia através do discurso comprometido e vinculado às instâncias de poder. O estudo da linguagem jornalística vem reforçar essa constatação, trabalhando para desmascarar as fontes de enunciação. Esse é o caso da tese de Motter (1992) que escolhe como objeto a cobertura de quatro jornais de São Paulo sobre fatos que retratam a resistência à ditadura militar. A análise mostra detalhes da cobertura, entendendo previamente que o jornalismo é uma mercadoria aliada à vontade do capital e das instâncias de poder. Ao estudar cada jornal, a própria autora constata que, por vezes, alguns dos jornais realizam coberturas muito próximas do que realmente aconteceu. Ainda que sua hipótese tenha sido abalada por tais exceções, a autora insiste em reforçar a regra, principalmente devido à má interpretação que certas coberturas conservadoras realizam. A autora consegue comprovar sua tese – que o jornalismo é tendencioso na cobertura de tais fatos durante a ditadura militar -, mas não reflete sobre um conceito de jornalismo possível ou diferente, dado pelas próprias exceções de seu *corpus*.

Os conceitos sobre a linguagem também estão presentes em estudos mais quantitativos e nomológicos (que buscam as constâncias, as regularidades). É o caso da tese de Francilene Brito (2000) que, através da análise semiótica das modalidades discursivas proposta por Greimas, estuda 40 editoriais de 1900 a 1996, avaliando a subjetividade dos textos e seu caráter persuasivo. A afirmação da autora de que “em toda a atividade discursiva existe, necessariamente, a presença da subjetividade do autor”, torna dedutiva a conclusão de que o jornalismo, como atividade discursiva que é, também traz a subjetividade. O texto da autora vai contra o discurso da deontológica profissional e de muitos manuais de redação de que o jornalismo deve ser objetivo e o jornalista não deve expor traços de sua subjetividade. A autora utiliza Gaye Tuchmann e Rodrigo Alsina para afirmar que o jornalismo é uma atividade subjetiva, visto que o jornalista recolhe os fatos, classifica-os e atribui-lhes um sentido, dotando de um discurso público de notícia uma

construção subjetiva. Entretanto, ainda que a autora – em um capítulo –, trabalhe rapidamente os conceitos de subjetividade e objetividade a partir do estudo do comportamento das redações e do fazer jornalístico, seu interesse volta-se para os estudos narrativos e semióticos dos editoriais. Em sua conclusão a autora comprova a tese de que a objetividade, requisito do discurso profissional, não existe no jornalismo e que o jornalista quando conta um fato, narra. Daí as perguntas da autora “quem fala, quem eles sancionam, quem eles manipulam” parece restringir novamente o papel narrativo. Outra conclusão da autora a partir do estudo focado no gênero editorial em um jornal, O Estado de São Paulo: “é desfeita a divisão, dos gêneros informativo e opinativo nas narrativas dos jornais”. O equívoco fica evidente quando visto que a premissa hipotética da autora aponta que todo o discurso é subjetivo. Fica a nossa pergunta: o que diferencia o jornalismo de outros discursos? Seria apenas o simulacro linguístico?

Em outra tese, a análise linguística é trabalhada para demonstrar as transformações que passou o jornalismo brasileiro nos 1950, tanto na redação dos textos quanto na disposição gráfica, diagramação e fotografias. Para Ana Paula Ribeiro (2000), a análise semiológica está aliada ao momento de institucionalização do campo jornalístico. A análise da linguagem dos jornais auxilia a compreensão da transformação pelo qual passam as empresas de jornalismo (financeira, política e administrativamente), a classe profissional dos jornalistas (deontologia profissional, cursos de jornalismo e organização de classe) e o produto jornal em sua concepção técnica e funcional. A análise semiológica funciona como integradora, já que “não busca os discursos secretos, mas os traços de enunciação, dos processos sociais que condicionam sua produção, tanto no nível situacional, quanto no institucional e macro social” (RIBEIRO, 2000, p. 16). O jornalismo, ainda que auxiliado por conceitos da sociologia e da semiologia, com o aporte da história, de dados econômicos financeiros e mesmo da política, não fica totalmente subsumido. O discurso profissional torna-se objeto da história do jornalismo, uma vez que essa história localiza todas as transformações que fazem do gênero notícia e da objetividade os conceitos privilegiados para a prática e para a teoria do jornalismo. Esse discurso institucionalizado profissionalmente, empresarialmente e publicamente (através das transformações do produto e de um novo contrato de leitura com o público) traz para a pauta do jornalismo discussões no âmbito prático e teórico, exigindo, de certa maneira, estudos que buscassem compreender o jornalismo a partir da deontologia e da ideologia que prega.

A tese de Ribeiro não traz um momento de discussão teórica propriamente. Pode-se aferir que sua dissertação “A História do seu Tempo: A imprensa e a produção de sentido histórico” seja a discussão que a autora toma como pano de fundo para a posterior análise da institucionalização do discurso profissional do jornalismo. Na dissertação, Ribeiro destaca a relação metodológica e epistemológica entre jornalismo, história e semiologia. O jornalismo é considerado como um “lugar de memória” (no caso os jornais). A autora já destaca nesse trabalho que os meios de comunicação (parece ser o jornalismo), vinculados aos mitos de neutralidade e objetividade, são testemunhos de acontecimentos que por consenso popular passam a ter o *status* de verdade e por isso ganham historicidade. Porém, há que se notar que na abordagem da pesquisadora não há o interesse pela teoria do jornalismo, por estudar conceitos do jornalismo ou mesmo pensá-lo teoricamente. Na dissertação, a intenção da autora é aproximar a semiologia dos discursos à história para auxiliar o historiador a criticar o jornalismo como fonte, como documento de pesquisa histórica. Com essa intenção, o jornalismo passa de possível co-partícipe de uma teoria para o de objeto de teorização. A semiologia dos discursos faz o papel de análise comunicacional e jornalística que auxilia a história em seu trabalho.

A tese, se relacionada com a dissertação, traz essa mesma análise, agora colocando como objeto de estudo a evolução e o surgimento do discurso de objetividade e neutralidade do jornalismo. O que a autora quer mostrar é que o surgimento desses discursos não acontece sem as relações políticas, os interesses empresariais ou mesmo os projetos profissionais. O jornalismo brasileiro estabelece-se ainda como altamente vinculado às políticas do Estado e sua organização empresarial ainda atrela o espaço jornalístico ao espaço político. Ainda que a semiologia não seja aplicada de maneira direta, ela permeia o passeio histórico da autora, buscando resgatar as relações de poder e tecendo as vinculações das empresas, da técnica e dos profissionais ao contexto político em que estavam inseridas.

O conceito do jornalismo como “instituição” também está presente na tese de Carlos Eduardo Franciscato (2003). Há de se notar que o movimento de pesquisa de Franciscato difere do realizado por Ribeiro em pelo menos dois pontos importantes: a tese de Ribeiro localiza um momento da história específico para a análise, enquanto Franciscato interessa-se por diferentes momentos da história, do século XVI ao século XXI; o jornalismo para Ribeiro é o objeto da pesquisa, enquanto para Franciscato é o objeto da pesquisa e o movimento teórico, já que busca a formação do conceito de atualidade na história para

conceituá-lo e compreendê-lo no presente; Franciscato busca revisar e constituir conceitos do jornalismo, realizando uma história do jornalismo. Trata-se de um estudo teórico, que demarca na bibliografia a ausência de estudos sobre o conceito de atualidade jornalística e que, por isso, realiza uma pesquisa histórica com vistas a responder essa lacuna.

O autor diferencia notícia, jornal e jornalismo de tal modo que vale algumas considerações. Ele acredita que a notícia não é produto apenas da produção jornalística, mas um conteúdo inerente à comunicação humana. Esta seria “o ato de comunicar os eventos mais recentes para membros de uma comunidade”. O jornal, por sua vez, “é o principal suporte tecnológico surgido para veiculação destes conteúdos”, ou seja, vincula-se ao surgimento da impressão (FRANCISCATO, 2003, p. 33-34). Já o jornalismo seria uma instituição social, visto que opera com diversos laços sociais que excedem o mero ofício, ao mesmo tempo em que constitui um discurso esotérico (voltado para a sua compreensão interna, acadêmica), em que se dissocia dos textos literários e políticos. “A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2003, p. 23). Pode-se dizer, que, nesse aspecto, a influência de Jean Chalaby (1998) tanto nos textos de Ribeiro quanto no de Franciscato são similares. Como esse discurso institucionalizado, o jornalismo passa a tentar se distinguir de outros campos sociais, mantendo relações com eles, mas criando aspectos particularizados. A importância do conceito de atualidade na organização e institucionalização do jornalismo passa a ser o objetivo de Franciscato. Nota-se ainda que o autor busca em muitos historiadores do jornalismo ingleses e estadunidenses as informações sobre como a notícia não é uma prática exclusivamente ligada ao gênero e formato de texto que a caracteriza. Ainda que o autor não tenha avançado sobre essa questão, cabe comparar até que ponto a forma do texto e o modo como é imitada a narrativa atingem o conceito de notícia que excede o âmbito textual do jornalismo. O conceito de instituição, ainda que advenha da sociologia, tem caráter auxiliar na compreensão da prática jornalística. Cabe, contudo, uma ressalva ao texto de Franciscato, uma vez que a atualização do discurso no jornalismo não ocorre apenas no discurso direto e/ou autônomo da literatura, como propõe Chalaby.

“Atualidade” em Franciscato pode ser comparada ao conceito “contemporaneidade”. O objeto da pesquisa de Lima é localizar o livro-reportagem como extensão do jornalismo diário, inserido, por isso

mesmo, no quadro conceitual do jornalismo. Cremilda Medina aponta que, estendendo o conceito de atualidade de Otto Groth, estabelece-se que “a preocupação real do jornalismo é entender a contemporaneidade. A construção do entendimento da realidade [...] através do saber jornalístico” passa por linhas “mais profundas que ultrapassam o imediatismo da notícia, sem perder a diretriz básica que é situar-se na contemporaneidade” (LIMA, 1990, p. 27). Continuando a citar a entrevista realizada com Medina,

A crítica à superficialidade e ao oportunismo extremado da cobertura jornalística é válida para o grosso do fenômeno. Mas não é válida se nós pensarmos no jornalismo com uma linha dinâmico-histórica que ultrapassa a etapa da superficialidade e do oportunismo, superando-a justamente pela linha do aprofundamento da notícia, realizada na grande reportagem (MEDINA em LIMA, 1990, p. 28).

Edvaldo Pereira Lima aproveita essas colocações de Medina para incluir o livro-reportagem como espaço legítimo para o exercício do jornalismo em seu potencial narrativo e histórico de revelar a contemporaneidade. Tomando como fundamento teórico a teoria dos sistemas e o esclarecimento das funções do livro-reportagem e do jornalismo, Lima traça um paralelo entre a evolução do romance na literatura, das técnicas de abordagem da história (principalmente da história do presente) e aspectos da história da reportagem. O objetivo é dotar um produto jornalístico de uma conceituação capaz de não só inserir o livro-reportagem como parte do jornalismo, como também de alargar o conceito de jornalismo para além da mimese estrutural do acontecimento ou do conceito fugaz emanado do gênero notícia. Isso não significa que a notícia seja menos jornalismo que a reportagem, mas que naquela a relação de imediaticidade produz um tipo específico de conhecimento, enquanto nesta produz outro, ambas jornalismo. A crítica que pode ser feita ao texto de Lima é à restrição do conceito de função no jornalismo, bem como o de seu enquadramento como um sistema que busca a harmonia de suas funções. Porém, não há como não estabelecer um paralelo com a proposta realizada aqui, no primeiro capítulo, de ampliar o conceito de singularidade jornalística para outros gêneros, incluindo aí a grande-reportagem.

A inserção da narrativa e a tentativa de estabelecer novas formas de narratividade para o exercício jornalístico também motivam a pesquisa de Fernando Resende (2002), “O Olhar às Avessas: a lógica do texto jornalístico”. A história das formas de narrar pelas quais o jornalismo já passou servem para o autor criticar o modelo hegemônico que privilegia o informativo em detrimento do interpretativo e a notícia rápida e sintética frente a um modo mais trabalhado e contextual de revelar a complexidade que envolve cada fato social. O autor procura vincular o exercício de uma prática “atrofiada” de escrita das notícias a um modo igualmente atrofiado de se conceber as teorias comunicativas. Essa situação, na tese do autor, só se reverteria com a compreensão teórica e prática do ato de narrar como válida para transformar a realidade do público e do profissional. A fundamentação teórica do autor está embasada na concepção estruturalista da narrativa como proposto por Genette e Kristeva, pela semiologia dos discursos de Barthes e no conceito de polifonia de Bakhtin. Em consequência, o procedimento metodológico busca o narrador dos textos jornalísticos, tentando revelar que mesmo o discurso mais objetivo esconde uma subjetividade narrativa. Tal procedimento metodológico, no caso da pesquisa, não busca revelar as estruturas de poder que orientam o jornalismo, mas substituir uma concepção de jornalismo por outra. O autor não estabelece particularidades da narrativa jornalística ou mesmo de uma teoria do texto jornalístico. A proposta seria abrir o jornalismo para uma visão transdisciplinar da comunicação, o que, na opinião do autor, abriria a prática jornalística para a valorização da subjetividade e da narrativa. Uma postura que acaba não contribuindo tanto para a ampliação do conceito de jornalismo e especificação do papel das teorias do jornalismo.

Com a tese de Fernando Resende, fecha-se a intenção de trazer aspectos do procedimento metodológico em concomitância com os conceitos utilizados para se compreender o jornalismo. O que fica evidenciado é que grande parte das teses em história do jornalismo produzida no Brasil, quando analisada sob os aspectos dos percursos metodológicos e pelos conceitos de jornalismo, não consideram a teoria do jornalismo. O objetivo de muitos pesquisadores é desvalorizar o jornalismo focando na dimensão ideológica e profissional derivando dessa crítica a desqualificação para a existência de uma teoria do jornalismo ou mesmo para estudos que levem em conta uma autonomia desse campo. Isso acontece por um conjunto de fatores:

- a) O jornalismo não é pensado como teoria ou como um lugar teórico possível para se pensar o fenômeno do jornalismo.

- b) Os pesquisadores utilizam referenciais teóricos de outras áreas, realizando cortes no objeto de análise que não levam em conta a dinamicidade possível do objeto de estudo.
- c) Muitas das teorias do jornalismo existentes - quando usadas como referências por esses trabalhos - limitam-se a descrever o jornalismo em sua prática profissional e deontológica; ou elegem um gênero como mais importante/central para o jornalismo, ou desqualificam totalmente o jornalismo como possível espaço para o conhecimento.
- d) A insuficiência de estudos que apliquem determinado referencial teórico para explicitar uma prática jornalística do passado e que façam dessa explicitação um caminho possível para alargar o entendimento sobre o jornalismo.

Em outro aspecto, a pesquisa sobre o percurso metodológico das teses em história do jornalismo, conforme os critérios de seleção adotados, também possibilita a ampliação dos conceitos possíveis para entender esse campo. Ao mesmo tempo, torna-se produtivo o confronto com as propostas realizadas nos capítulos anteriores. Primeiramente, pela variedade temática, o que demonstra a diversidade de manifestações do jornalismo, exigindo em contrapartida o alargamento do conceito de jornalismo para a observação, estudo e conceituação desses aspectos. Segundo, pela importância comprovada para a nossa área de saber da realização de perguntas de pesquisa que levem em consideração a teoria do jornalismo, ou mesmo a tentativa de constituir conceitos compreensivos e operacionais que auxiliem o campo. Nota-se ainda que o estabelecimento de premissas, pressupostos, variáveis ou hipóteses podem servir não para alijar a investigação, mas para “ampliar o questionário” nos termos que Veyne propõe – ou seja, dirigir ao passado perguntas e pressuposições que revelem novos acontecimentos e fatos e que, através da explicitação, ajudem a compreender o jornalismo. Já quanto à abordagem teórica, é possível perceber que algumas combinações conceituais reduzem o jornalismo a aspectos de sua manifestação, e outras o valorizam pela revelação da multiplicidade de aspectos que o compõem enquanto conceitos, temas ou modo de problematização. Cabe, por fim, algumas considerações sobre as teorias e metodologias aplicadas à história do jornalismo, conforme avaliação a seguir.

4.3 JORNALISMO, HISTÓRIA E HISTÓRIA DO JORNALISMO

Nas teses em história do jornalismo dos programas de pós-graduação em comunicação, nota-se que a teoria do jornalismo encontra pouco espaço. Conseqüentemente, torna-se comum a utilização de conceitos e fundamentações teóricas de outros campos que não jornalismo e história. Compreende-se que, a partir das considerações realizadas no item anterior e das definições do modo de articulação de história e jornalismo que serão apresentadas a seguir, é possível realizar algumas conclusões que aproximam algumas das hipóteses realizadas no final do terceiro capítulo e na introdução do quarto. A relembrar: o percurso metodológico do autor é definido em virtude da concepção que ele constrói de jornalismo; a fundamentação teórica nas pesquisas em história do jornalismo é realizada por uma terceira disciplina que fornece os conceitos e métodos necessários para a realização da pesquisa; isso acontece devido à capacidade da história de se articular com outros campos e dos poucos conceitos e teorias propriamente jornalísticas.

Pode-se dizer, quanto aos conceitos de jornalismo e história, que existem teses que se enquadram em cada uma das categorias com suas devidas combinações. A tese de Luciano Klockner, por exemplo, conceitua o jornalismo conforme o dever ser, a partir das características da notícia. “Notícia é a base do jornalismo e, por isso, deve reunir interesse, importância, atualidade e veracidade” (KLOCKNER, 2003, p. 85). A intenção do autor é revelar que o *Repórter Esso* veiculava propaganda através do seu noticioso. Para realizar esse intento, o autor seleciona como categoria que o jornalismo prima-se pela mimese dos fatos. A análise da narrativa do jornalismo, através dos conceitos semiológicos barthesianos de estereótipo, cultura, imaginário e discurso auxiliam o autor para identificar na história contextos e fatos que comprovam sua tese de que o *Repórter Esso* veicula propaganda. A história para o autor é aquela que tem por objetivo revelar fatos que não foram trabalhados ou contados.

Francilene Brito realiza sua análise semiótica exclusivamente a partir da narrativa, fazendo disso, contudo, um combate às visões que conceituam o jornalismo como cópia dos acontecimentos. O objetivo da autora, ainda que preveja o retorno ao passado, não é dialógico, nem histórico. A intenção dela é sincrônica, ou seja, tomar os textos e realizar uma análise conceitual de todos eles a partir de uma base analítica única e que não leva em conta o contexto. Contudo, a

disposição por datas e a preocupação com as características de cada década revelam a intenção de notar rupturas e continuidades, próximo da visão estruturalista quantitativista de alguns autores dos *Annales* ou mesmo da intenção epistemológica dos neopositivistas.

José Salvador Faro, também por estudar a reportagem, consegue estabelecer uma relação dual entre a capacidade narrativa e a atividade de expor os acontecimentos. O jornalismo é conceituado não apenas como atividade da redação, mas na relação de apuração, texto, contexto e público. O autor não traz conceitos de história explícitos, mas trabalha com autores marxistas como Agnes Heller e Adam Schaff. Valoriza muitos conceitos da cultura e do imaginário como formas de composição da história nacional. Utiliza ainda Mikhail Bakhtin e os conceitos semiológicos para compreender a inserção da reportagem na sociologia da cultura. Pode-se afirmar que a história trabalhada por ele é hegemonicamente de cunho marxista, contudo com algumas questões culturoológicas que o aproximam da interpretação do marxismo pelos estudos culturais ingleses.

Como é possível constatar nas três teses que são trazidas aqui como exemplos, as abordagens trazem uma outra disciplina como própria para o fornecimento de embasamento teórico. No caso das pesquisas aqui estudadas, a maioria das teses traz referências a conceitos das ciências da linguagem. A sociologia é requerida nos estudos no fornecimento de alguns conceitos, em especial para analisar a redação jornalística, os comportamentos dos profissionais ou a relação com o contexto da sociedade (principalmente partidos políticos, sindicatos, intelectuais etc). Exemplo desses conceitos: “instituição”, “imaginário”, “ação social”, “práxis”. A política é trabalhada como campo auxiliar de muitas pesquisas, de diferentes maneiras: a relação do jornalismo com o estado, a militância política, partidos políticos, ideologias etc. Além disso, praticamente todos os trabalhos que se propõem a realizar uma contextualização histórica do objeto estudado mencionam o político que estava no governo, a situação política do país, as interferências de ações governamentais. Nessa conjuntura política outra área relacionada é a economia, principalmente em relação a projetos de industrialização, políticas públicas, situação administrativa das empresas, clientelismo, potencial de consumo do público, etc.

Não se toma aqui como problema o pesquisador utilizar conceitos de outras áreas acadêmicas. As articulações com outras disciplinas enriquecem os trabalhos em história do jornalismo. O que torna essa articulação problemática é a não preocupação do pesquisador em estabelecer conceitos para o jornalismo ou tentar pensar o jornalismo

com referenciais do jornalismo. Entende-se que apenas dessa forma é possível falar de um campo epistemológico que busca sua construção. Os pesquisadores em jornalismo costumam ir até outros campos do conhecimento e não voltar para contribuir conceitualmente com o jornalismo. Nesses casos não se trata de pesquisas interdisciplinares, mas “extradisciplinar”, de outra área.

Como é possível observar no percurso teórico metodológico das teses, em sua maioria, a relação jornalismo e história é complementada pelo referencial teórico e procedimentos metodológicos advindos de outras áreas de saber. O jornalismo é o objeto de trabalho que serve de parâmetro para o recorte do objeto. As perguntas direcionadas ao objeto por vezes não colocam o jornalismo como objeto de estudo, uma vez que muitos pesquisadores limitam-se a conceituá-lo a partir apenas do objeto empírico analisado. Por exemplo, algumas pesquisas tomam os grandes jornais e empresas jornalísticas como único parâmetro para o conceito de jornalismo.

O que se verifica ainda é que o modo de conceituar o jornalismo retira-o da hipótese. Isso acontece, por exemplo, quando o pesquisador acredita refutar o jornalismo criticando determinado jornal, um aspecto da ideologia profissional ou ainda conceitos como objetividade e neutralidade (próprios da notícia diária). Outra maneira de compreensão que, ao entender desta pesquisa, prejudica o entendimento do jornalismo é aquela que realiza análises narrativas e discursivas apenas para criticar o jornalismo, e isso sem notar que o próprio jornalismo constitui-se como narrativa. O pesquisador passa algum tempo descrevendo as teorias semiológicas para, ao fim, chegar à conclusão de que o jornalismo não é totalmente objetivo e que precisa ser encarado como uma narrativa. Se a demarcação dessa falha nas teorias do jornalismo é importante (não pensar o jornalismo como uma narrativa), o momento da teoria passa a ser o de perceber quais as particularidades do jornalismo como narrativa.

O jornalismo ganha força como objeto de análise da história do jornalismo quando o objeto empírico traz maior complexidade para o conceito de jornalismo. Por exemplo, diante da profundidade e amplitude das reportagens da revista *Realidade*, Faro (1996) consegue abrir o conceito de jornalismo. Lima (1990), para comprovar que o livro-reportagem é jornalismo, passa a evidenciar características da apuração, de estilo, de envolvimento do público, de pertinência para sociedade com o objetivo de perceber que o jornalismo precisa ser compreendido em sua complexidade. Kucinski (1991), quando relaciona o jornalismo com a política, consegue comprovar o papel que a

articulação jornalística pode possuir independente da grande mídia. Um exemplo de abordagem que impele o pesquisador da atualidade a encarar novas formas de jornalismo oriundas da internet como objeto pertinente de análise.

O que se observa é que por falta de referentes teóricos ou de trabalhos de conceituação, o conceito de jornalismo precisa em demasia do objeto empírico analisado. As mudanças que acontecem nas redações, os conceitos trabalhados por jornalistas, as mudanças proporcionadas por novas tecnologias, a inserção e o contexto político em sua relação com as empresas jornalísticas em um dado período acabam gerando os conceitos de jornalismo. Resultado disso é que algumas pesquisas tomam a realidade empírica analisada como conceito válido para todo o jornalismo. Conceito que se esgota conforme muda o objeto, passa o tempo ou evolui o meio.

Outro problema demarcado em muitas teses é a ausência de definições para certos aspectos da prática jornalística. Por exemplo, fica evidenciado em teses como a de Eliane Corti Basso (2005) e Gisely Hime (2002) que a ausência de um conceito para “política editorial” redundava em hipóteses que não problematizam o conceito de jornalismo para além de sua aparência. Exemplo de hipótese citada: “A revista SENHOR foi uma proposta nova no mercado brasileiro com perfil cultural voltado ao público masculino, pretendendo ser culta sem ser formal ou acadêmica, com conteúdo voltado para as classes dirigentes” (BASSO, 2005, p. 28). Essa característica da política editorial da revista não poderia figurar nas hipóteses, a não ser que tal característica não fosse rapidamente percebida na leitura dos textos do primeiro número, nos temas trabalhados e, principalmente, em todas as entrevistas realizadas pela autora. A política editorial é, em grande medida, o objeto da tese, mas em nenhum momento recebe uma conceituação que dote seu trabalho de delimitações semânticas claras. Hime (2002) trabalha a relação do jornal *A Gazetta* com as mulheres de sua época, relaciona todos os temas da revista feminina, descreve características da orientação política do jornal e principalmente as ideias de seu diretor, Cásper Libero, sem, entretanto, demonstrar uma preocupação em estabelecer demarcadores para aferir como essa política reflete uma imagem da mulher. A autora cita temas trabalhados pelo jornal referentes ao gênero feminino sem um conceito claro dessa política editorial.

Alguns autores da história apontam que a ausência de pressupostos auxilia o historiador a notar a emergência dos fatos em sua raridade, como monumentos (VEYNE, 1978). Essa disposição não

significa olhar para a história sem qualquer pergunta ou mais, esperando que o documento relate tudo sistematizado e que nessa sistematização esteja a verdade única. A linha tênue revela-se uma diferença crucial entre uma visão arqueológica e a crença ingênua no que se observa. Outro ponto a ser evidenciado é a posição de que a história não teria o papel de revelar conceitos, uma vez que não se preocupa com as leis de causalidade ou predição dos fenômenos. O que esse argumento significa, como mostrado por autores como Rickert (OAKES, 1988), Weber (1906) e Veyne (1974), é que a história não tem por fim último formular conceitos; contudo, as generalizações e conceituações servem como caminho indispensável para o exercício historiográfico. Inclusive para que seja possível evidenciar a unicidade de determinado acontecimento histórico.

A relação entre história, jornalismo e outra disciplina, no âmbito do interesse jornalístico, é estratégica para a pesquisa epistemológica, pois o modo como o jornalismo participa dessa relação é consequência dos conceitos de e sobre o jornalismo. A história consegue desempenhar seu papel de auxiliar do campo jornalístico somente quando o pesquisador atenta-se para o papel epistemológico de sua pesquisa. As escolhas metodológicas, os modos de encarar o objeto, de formular perguntas e hipóteses são intrínsecos ao papel dado ao jornalismo nessas pesquisas.

A história do jornalismo, diante dos aspectos considerados, possui um papel importante para as teorias do jornalismo. Mais, com interesses para o campo do jornalismo, indissocia o exercício historiográfico do epistemológico. A história do jornalismo serve para demonstrar que o jornalismo não pode pautar suas concepções apenas ao presente da prática. Que a diversidade de manifestações e de práticas não deve restringir o conceito a apenas parte do jornalismo. Que sua pesquisa não deve furtar-se da atividade de conceituar, de esclarecer, de iluminar aspectos da teoria e da prática que não estão entendidos. A história do jornalismo possui o potencial para um trabalho de campo teórico que serve para reconhecer o campo e trazer questões pertinentes à pesquisa do jornalismo na atualidade.

CONCLUSÃO

O objetivo inicial desta pesquisa foi o mapeamento das principais estratégias teórico-metodológicas das dissertações e teses em história do jornalismo. Verificou-se que a exposição de tais estratégias exige o reconhecimento e o posicionamento perante as teorias do jornalismo. Os questionamentos às teorias e conceitos do jornalismo ocorreram durante as aulas de teorias do jornalismo; metodologias da pesquisa em jornalismo; jornalismo, conhecimento e verdade; jornalismo, sociedade e poder; e jornalismo, cultura e modernidade; e durante o estágio de docência realizado nas disciplinas da graduação de teoria do jornalismo e teoria da comunicação. Verificou-se na revisão e estudo crítico da literatura a necessidade de se discutir, antes de qualquer coisa, o jornalismo.

O primeiro desafio que se impôs foi tentar pensar o jornalismo como campo que transcende a profissão do jornalista, que não pode ser explicado exclusivamente pelas rotinas de produção ou que não seja entendido apenas como a atividade de empresas jornalísticas. Ainda, não se quis privilegiar uma forma de escrita do jornalismo, ou um gênero como mais elementar/ significativo para compreendê-lo. A tarefa foi a de criticar um conjunto de ideias, buscando através de um exercício de negatividade, esclarecer de qual lugar estava se querendo falar e a partir de quais possibilidades conceituais pretendia-se propor alguns pressupostos teóricos. A alternativa foi aprofundar a contribuição mais relevante dos estudos sobre o acontecimento jornalístico (no modo de entender desta pesquisa), a teoria de Adelmo Genro Filho, sem, contudo, estabelecê-la como versão final da proposta que se queria estabelecer. A teoria de Genro Filho foi analisada com o objetivo de ampliar o conceito de jornalismo para além do gênero notícia. Para isso, julgou-se necessário conceituar a narrativa jornalística, entendendo que o modo de manifestação do jornalismo passa, necessariamente, pelo texto.

Compreender a narrativa jornalística sem perder de vista a importância do acontecimento possibilita a proposta de transversalidade na compreensão teórica do jornalismo. A pesquisa não optou por pensar o jornalismo a partir de uma de suas partes, nem conforme teorias e metodologias de outras áreas de saber. O objetivo é notar como o jornalismo pode fornecer substratos teóricos para a conformação de seu objeto de estudo e dos diferentes modos possíveis de problematizá-lo. Isso se torna possível compreendendo a especificidade do jornalismo em transformar um determinado modo de interpretar a realidade em

urgência, em assunto que exige do público uma reação igualmente jornalística. A atividade do jornalista e dos atores sociais envolvidos na produção, circulação e recepção das informações jornalísticas estão manifestadas nos processos de apuração, redação e leitura. Isso de forma íntegra e sem qualquer juízo de valor (deontológico ou moral).

Esse movimento proposto para a teoria do jornalismo não acontece desconexo do modo de compreender a história. Em uma comparação que aproxima e dissocia os dois campos, apresentam-se as diferentes teorias da história: aquelas que privilegiam o acontecimento e aquelas que, mais recentemente, colocam em questão a narrativa. As teorias que estudam os fatos do passado foram divididas em duas oposições: uma metodológica, que coloca de um lado o estudo centrado no fato e de outro o estudo focado na estrutura; e outra epistemológica, que discute se a tarefa da história é estabelecer leis de causalidade e predição ou compreender os acontecimentos em sua singularidade temporal e espacial. Para fechar as teorias sobre o acontecimento, apontam-se características da perspectiva da história como ontologia, conforme proposta pelos historiadores marxistas. À explicação de cada ponta dessas oposições, buscou-se verificar os autores mais radicais em suas posições, caminhando sempre na direção daqueles que se aproximavam do lado oposto, em uma região conciliatória. Na escola metódica essa posição foi dada a Fustel de Coulanges (admirado entre muitos sociólogos, inclusive por Durkheim, seu aluno); na escola de *Annales* os autores da terceira fase como Michel de Certeau e Paul Veyne (responsáveis também por recuperar o conceito de narrativa); nas teorias nomológicas, Charles Frankel (que assume o caráter compreensivo em história); nas teorias compreensivas, Max Weber (que estabelece parâmetros explicativos no método do historiador). Todas essas posições são atravessadas pelas teorias narrativistas da história, como conceituadas por Paul Veyne e Hayden White.

A transversalidade da história torna-se possível a partir das posturas de estudos que realizam a história da história como os de Paul Ricoeur (1983, 1984, 1985, 2000) ou mesmo conceitos integradores como o de “operação historiográfica”, proposto por Michel de Certeau (1975). A essa integração somam-se contribuições de Paul Veyne (1971), Hayden White (1991) e Max Weber (1906). O acontecimento torna-se componente da narrativa, responsável pela articulação entre o exercício de escrita da história e a compreensão dos fatos do passado. O olhar a partir da história para a história está diretamente vinculado à intenção do primeiro capítulo de tentar olhar o jornalismo pelo jornalismo.

O terceiro capítulo funciona como uma síntese das congruências e divergências entre história e jornalismo. O objetivo é fortalecer conceitualmente as pesquisas que se dedicam à história do jornalismo, dando substrato, inclusive para esta pesquisa estudar as teses em história do jornalismo. O capítulo funciona assim como uma espécie de transição, no qual são apontadas algumas características que as pesquisas em história do jornalismo assumem devido às características de cada área em separado. A hipótese que se apontou no fim do capítulo indicava que a abertura da história para a relação com outras disciplinas e as características interdisciplinares dos estudos do jornalismo apontam que a história do jornalismo apresenta essa mesma hibridez. Uma outra hipótese, levantada como uma questão de fundo mediante toda exposição realizada nos capítulos precedentes, foi a de que, a depender dos conceitos utilizados pelo pesquisador para história e jornalismo, alguns dos resultados poderiam ser preditos.

Essa última consideração recebe o reforço da descrição do percurso metodológico de cada uma das 31 teses estudadas em história do jornalismo. O modo de recorte do objeto de pesquisa, a problematização do tema, o levantamento de hipóteses e as teorias e metodologias utilizadas expressam em grande medida o modo como as teses conceituam o jornalismo e a história. Em consequência disso, o que pode se notar é que algumas das teses em história do jornalismo olham para o passado desse campo com a limitação do olhar manifestada pela escolha de conceitos igualmente redutores.

Ao mesmo tempo em que foi possível traçar um panorama das pesquisas em história do jornalismo quanto aos temas, conceitos e metodologias, foi possível realizar a discussão teórica trazida como pano de fundo e motivação. Discutir teoria do jornalismo, re-trabalhar seus conceitos e propor novas soluções teóricas permite um olhar renovado para a história. O contato com a diversidade de abordagens que a história do jornalismo oferece permite o alargamento que se pretende dar ao conceito de jornalismo, evidenciando sua complexidade. Ao mesmo tempo, a perspicácia teórica dota o pesquisador em história do jornalismo a não olhar o passado apenas com o interesse expositivo ou tratando o jornalismo conforme interesses de outras áreas de pesquisa.

Mesmo demarcando que a história do jornalismo e a teoria do jornalismo precisam de outras disciplinas para auxiliar no estudo do passado e do presente desse campo, estabelece-se que pensar o jornalismo como uma região possível de conhecimento teórico e de validade epistemológica abre caminhos para novas compreensões sobre a prática e o exercício do jornalismo. Inclusive na proposição de novas

teorias, metodologias e conceitos para se conhecer manifestações da área. É preciso, por vezes, inverter a relação do jornalismo com os outros campos para que seja possível achar alguns contornos do que poderia ser sua especificidade. As outras áreas, ao usarem o jornalismo para alimentar suas teorias, acabam contribuindo também para demandas do próprio campo. Por outro lado, muitos pesquisadores do jornalismo vão até essas áreas para buscar elementos que respondam a suas pesquisas. Assim, a economia possui um importante papel para o jornalismo quanto à circulação e difusão das informações. As ciências da informação auxiliam o pesquisador em jornalismo no estudo dos suportes tecnológicos, nas potencialidades pertinentes aos dispositivos informativos. A linguística contribui, por exemplo, para os estudos dos discursos e das estruturas das notícias. A antropologia pode contribuir permitindo a compreensão do simbolismo inerente tanto ao *hard news* quanto às notícias de *interesse humano*. É possível demonstrar, nesses casos, que o jornalismo, ao entrar em outros campos, pode demarcar sua especificidade e um certo lugar de retorno. Nesse sentido, o conceito de transversalidade guarda um novo sentido, visto que não se deseja verificar como as outras áreas atravessam e compõe o jornalismo a partir de seus interesses, mas como o jornalismo atravessa as outras áreas demonstrando congruências com seus interesses próprios.

A pesquisa em jornalismo tem a tarefa de demonstrar para a sociedade, para os outros campos acadêmicos e sociais e para os próprios atores de sua área que a teoria do jornalismo é justificável e dá conta de compreender a complexidade do jornalismo. Uma atividade cuja certeza do resultado não existe. Ainda que seja possível mapear teorias sobre o jornalismo desde 1690, tais estudos são esparsos e ainda poucos para consolidar uma segurança epistemológica. Além disso, faltam estudos acadêmicos com a intenção em pensar teoria do jornalismo. Ou mesmo estudos que tentem reunir o que já foi produzido nesse sentido nas pesquisas acadêmicas no Brasil. Torna-se importante reunir trabalhos que estudam conceitos pontuais do jornalismo, com vistas a estender tais conceitos a um leque mais abrangente no objetivo de se compreender o fenômeno.

A pesquisa epistemológica e a pesquisa da pesquisa tornam-se indispensáveis para as pretensões do campo acadêmico do jornalismo. Nesse sentido, não bastam trabalhos que demonstram a quantidade de temas trabalhados ou mesmo quais aspectos do campo são mais debatidos do que outros. Torna-se necessário recuperar os trabalhos com vistas a mapear conceituações, estabelecer filiações teóricas e as consequências de tais conceitos na prática. A intenção deixa de ser

estabelecer quadros e parâmetros indicativos e passa a prever novas demandas para o esforço de consolidação da área.

Um capítulo com exposições panorâmicas de uma parte das teses não dá conta da totalidade da pesquisa em história do jornalismo no Brasil. Muitas perguntas novas e tantos outros problemas podem ser levantados e trabalhados a partir da pesquisa de campo realizada para esta dissertação. Os apêndices, assim espera-se, consolidam uma grande provocação aos colegas e pesquisadores da área. Ali estão os resumos, títulos, autores e orientadores de praticamente todas as teses em história do jornalismo registradas pelos cursos de pós-graduação em comunicação do Brasil até 2006.

A cada investigação, o pesquisador em jornalismo precisa trabalhar seus conceitos, propor formas coerentes para conceber aspectos da prática para contribuir, constantemente, com o exercício epistemológico. O resgate das teorias, dos conceitos de jornalismo, do modo como as pesquisas se articulam são caminhos privilegiados para se pensar e questionar as bases com que o campo acadêmico do jornalismo no Brasil começa a se estabelecer. A sistematização e organização do conhecimento é um passo fundamental para avanços na pesquisa. A história do jornalismo tem muito ainda a contribuir quando trabalhada sob essa perspectiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira A (org); LATTMANN-WELTMAN, Fernando; FERREIRA, Marieta M; RAMOS, Plínio A. **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ADORNO, Francesco P (2002). **A Tarefa do Intelectual** – O modelo socrático. In: GROS, Frédéric (org). **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 39-62.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **A Narrativa Jornalística para Além dos Faits-Divers**. Juiz de Fora (MG): Facom/UFJF - v.3, n.2, p.69-91, jul./dez, 2000 - www.facom.ufjf.br

ALSINA, Miquel R (2005). **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **La sociosemiótica como método de investigación em periodismo**. Aracajú (SE): 5º. Encontro da SBPJor, 2007.

AMARAL, Márcia F (org). **Olhares sobre o Jornalismo: A contribuição de Adelmo Genro Filho**. Santa Maria (RS): Facos, 2007.

ARISTOTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

_____. **Órganon: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas**. Bauru (SP): EDIPRO, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Einaudi vol. 5 (Anthropos – Homem). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica** – história da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1990

BARBOSA, Marialva C. **Percursos do Olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói (RJ): EdUFF, 2007.

BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula G. **O que a História pode Legar aos Estudos em Jornalismo?** Contracampo: revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 12, p. 51-61, 1 sem de 2005

BARTHES, Roland (1957). **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. (1966). **Estrutura da Notícia**. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 57-67.

BELAU, Angel F. **La Ciencia Periodística de Otto Groth**. Pamplona (Espanha): Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966.

BERGER, Christa. **Jornalismo na Comunicação**. In: WEBER, M.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. Tensões e objetos da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org) (2007). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2007.

BIRD, S. Elisabeth; DARDENNE, Robert W. **Mith, Chronicle, and Story: Exploring Narratives Qualities of News**. In: CAREY, James W (org). **Media, Myths, and Narratives: Television and the Press**. London: Sage Publications, 1988.

BLOCH, Marc. **Introdução a História/ Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Coleção Saber, s/d.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Científico**. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

_____. **Campo de Poder, Campo Intelectual**. Buenos Aires: Editorial Quadrata, 2003

BRAGA, José Luiz. **“Lugar de Fala” como Conceito Metodológico no Estudo de Produtos Culturais**. Texto apresentado no V Encontro Anual da Compós. São Paulo: ECA/USP, 1996

_____. **Constituição do Campo da Comunicação**. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José A.; PORTO, Sergio D. **Campo da Comunicação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

BREED, Warren (1955). **Controlo Social na Redação: Uma análise funcional**. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

BURKE, Peter (1992). **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CANCLINI, Nestor G (1990). **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 3ª Edição. São Paulo: Edusp, 2003.

CAREY, James W (org). **Media, Myths, and Narratives: Television and the Press**. London: Sage Publications, 1988.

_____ (1989). **Communication as Culture – Essays on Media and Society**. New York/ London, Routledge, 1992.

CARRIZO, Juan Pablo A. **Acerca de Decir, Informar y Objetivar: crítica a la doctrina periodística moderna**. Santiago: Congresso da Alaic, 2000.

CERTEAU, Michel de (1975). **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALABY, Jean K (1998). **The Invention of Journalism**. London: MacMillan Press, 1998.

COLLINGWOOD (1946). **A História como Re-presentation da Experiência Passada**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CRAIG, Robert T. **Communication Theory as a Field**. In *Communication Theory Journal*, maio de 1999, p. 119-161.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução: O submundo das letras no antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DOSSE, François. **A História à Prova do Tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

_____(2000). **A História**. Bauru (SP): Edusc, 2003.

DRAY, William (1959). **Explicando o Quê em História**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 494-501.

_____(1964). **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DURAND, Gilbert. **Estruturas Antropológicas do Imaginário: Introdução à arquetipologia geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DUTRA, Luiz Henrique A. **Verdade e Investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento**. São Paulo: EPU, 2001.

EAGLETON, Terry (2003). **Depois da Teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ECO, Umberto. **Símbolo**. Einaudi vol. 31 (Signo). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de Codificação em Jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FARO, José S. **Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira**. Canoas (RS): Editora da Ulbra/ AGE Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel (1966). **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002

_____ (1966b). **Por Trás da Fabula**. In FOUCAULT, Michel: **Ditos e Escritos III** – Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001, p. 210-218.

_____ (1969). **Arqueologia do Saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRANKEL, Charles (1957). **Explicação e Interpretação em História**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 501-525.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. New York: Vintage Books, 1979.

GARDINER, Patrick (1959). **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GENRO FILHO, Adelmo. **Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 1987.

_____. **Segredo da Pirâmide:** Para uma teoria marxista do jornalismo (Palestra). In: AMARAL, Márcia F (org). **Olhares sobre o Jornalismo:** A contribuição de Adelmo Genro Filho. Santa Maria (RS): Facos, 2007.

GENTIL, Hélio S. (2008). **O que é Interpretar.** Revista *Mente. Cérebro e Filosofia*, nº 11. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

GOMES, Mayra. **Jornalismo e Ciências da Linguagem.** São Paulo: Edusp, 2000.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, Fatos e Interesses:** Ensaio de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GROS, Frédéric (org) (2002). **Foucault: a coragem da verdade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004

GROTH, Otto (1960). **Tarefa da Pesquisa da Ciência da Cultura.** In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo:** Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre, Editora Sulina, 2007, p. 182-306.

HABERMAS, Jürgen (1961). **Mudança Estrutural da Esfera Pública** – Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____(1999). **Verdade e Justificação:** Ensaio Filosófico. São Paulo: Loyola, 2005.

HALL, Stuart (1980). **Codificação/ Decodificação.** In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HARDT, Hanno (1979). **Social Theories of the Press**. New York: Rowman & Littlefield, 2001.

HARTLEY, John. **The Popular Reality**: journalism, modernity and popular culture. London: 1996.

HEGEL, G. W. F (1830). **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio** – Volume 1: A Ciência da Lógica. São Paulo: Loyola, 2005.

HELLER, Agnes (1970). **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HEMPEL, Carl G (1942). **A Função de Leis Gerais em História**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 421-435.

HERSCOVITZ, Heloísa G. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HOHENBERG, John. **O Jornalista Profissional**: Guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981

HUGHES, Helen (1940). **News and the Human Interest Story**. New Brunswick (U.S.A.): Transaction Books, 1981.

ISER, Wolfgang (1976). **O Ato da Leitura**: Uma teoria do efeito estético vol 2. São Paulo: Editora 34, 1999.

KANT, Immanuel (1781). **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

KANT, Immanuel (1783). Resposta à pergunta: O que é esclarecimento (aufklärung)? In KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 115-122.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL (2003), Tom. **Os Elementos do Jornalismo: O Que os Jornalistas Devem Saber e o Público Exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo (1991). **Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LACOUTURE, Jean (1978). **A História Imediata**. LE GOFF, Jacques (org). **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 215-240.

LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia (orgs). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAGE, Nilson. **A Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2004.

LAGE, Nilson; FARIA, Tales; RODRIGUES, Sérgio. **Diário Carioca – O primeiro degrau para a modernidade**. Florianópolis: II Encontro da Rede Alcar, 2004.

LE GOFF, Jacques (org) (1978). **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (1974). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

LEFORT, Claude (1979). **As Formas da História**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEMINSKI, Paulo. **Forma é Poder**. In: Folha de S.Paulo: Folhetim, 04/07/1982. Reproduzido em LEMINSKI, Paulo. *Anseios Cripticos*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d.

_____. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

LIMA, Ana Maria B. **História do Ministério Público e da Polícia: do Estado Antigo ao Estado de Direito**. 70p. Guarapuava (PR): Trabalho de Curso (TC) do Curso de Direito – Faculdade Campo Real, 2009.

LIMA, Venício A. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA BARRETO (1909). **Memórias do Escrivão Isaías Caminha**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

_____(1919). **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**. São Paulo: Editora Ática, 1997

LIPPMANN, Walter (1922). **Public Opinion**. Mineola (E.U.A): Dover Publications, 2004.

LOPES, Maria I. V. (org) (2003). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

_____. **Sobre o Estatuto Disciplinar do campo da Comunicação**. In: **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003.

LÖWITZ, Karl (1949). **O Sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1991.

MACHADO, Elias. **Três pressupostos para que o estudo do jornalismo seja levado a sério** (Uma crítica à Taking journalism seriously, de Barbie Zelizer). Bauru (SP): XV Congresso da Compós, 2006.

MACHADO, Roberto (1982). **Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MALDONADO, Alberto E (2003). **Explorações sobre a Problemática Epistemológica no Campo das Ciências da Comunicação**. In: LOPES, Maria I. V. (org). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 205-225.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia – Jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MARCONI, Marina A; LAKATOS, Eva M (1982). **Metodologia Científica**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARROU, Henri-Irénée (1954). **Conhecimento Histórico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARTIN-BARBERO, Jesus (1987). **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTINO, Luiz C. **As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação**. In: LOPES, Maria I. V. (org). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 69-101.

_____(2007) (org). **Teorias da Comunicação: Muitas ou poucas?** Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2007.

_____(2008) **Classificação e Exame Crítico da Literatura sobre História da Comunicação**. São Paulo: XVII Encontro Anual da Compós, 2008.

MARX, Karl (1845). **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

MARX, Karl e Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). In: Marx, Karl et all. **O Manifesto Comunista – 150 anos depois**. São Paulo: Editora Contraponto, 1998, p. 07-41.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle (1995). **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

McCOMBS, M; SHAW, D. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. In: Public Opinion Quartely XXXVI, 2, 1972.

MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de Discurso, Conhecimento, Intersubjetividade, Argumentação** – ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. Brasília: X Congresso da Compós, 2001.

MEDINA, Cremilda A (1978). **Notícia: Um produto a venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José M. **Sociologia da Imprensa Brasileira – a implantação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MIÈGE, Bernard. **O Pensamento Comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, Fabiane B (2004). **Fato Jornalístico e Fato Social**. Revista Em Questão, v. 10, n. 02, jul-dez/ 2004. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, 2004, p. 275-285.

MORETZOHN, Sylvia. **Pensando Contra os Fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MOSCOVICI, Sergey (1961). **A Psicanálise, sua Imagem e seu Público**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTTA, Luiz G. **Explorações epistemológicas sobre uma antropologia da notícia**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/19/a05v1n19.pdf>, s/d.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (org). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NAFIZIGER, Ralph O; WILKERSON, Marcus M. **An Introduction to Journalism Research**. New York: Greenwood Press Publishers, 1968

NAGEL, Ernest (1952). **Alguns Problemas da Lógica da Análise Histórica**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 457-472.

NORA, Pierre (1974). **O Retorno do Acontecimento**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

OAKES, Guy (1988). **Weber e Rickert: concept formation in the cultural sciences**. Cambridge; Massachusetts; London: The Mitt Press, 1988.

PARK, Robert (1904). **The Crowd and the Public and Other Essays**. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1972.

_____. (1922). **The Immigrant Press and its Control**. Chicago: Harper and Brothers, 1922.

_____. (1940). **A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo dentro da Sociologia do Conhecimento**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa Vol 2**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008, p. 51-70.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEUCER, Tobias. **De relationibus novellis**. Leipzig: Universidade de Leipzig, 1690. Tradução de Paulo da Rocha Dias. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, 1999.

PONTE, Cristina. **Para Entender as Notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Lentes Cruzadas na Pesquisa em Jornalismo**: a proposta de Barbie Zelizer. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: UERJ, 2005b.

PONTES, Felipe S. **O Jornalismo e a Realidade Social**. Florianópolis: Trabalho apresentado no mestrado em Jornalismo da UFSC, 2008.

PORTO, Sérgio D. (org). **Cadernos do Departamento de Comunicação da Unb**. Terceiro número. Brasília: Mestrado em Comunicação da UnB, 1982.

QUINTERO, Alejandro P (org.) (1994). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, (s/d).

REBOLLO, Maria A (1994). **O Jornalismo em França**. In: QUINTERO, Alejandro P (org.) (1994). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, (s/d), p. 153-207.

REIS, José C (2003). **Wilhelm Dilthey e a Autonomia das Ciências Histórico-Sociais**. Londrina (PR): Eduel e Imprensa Oficial do Paraná, 2003.

_____. (2004). **A História entre a Filosofia e a Ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RICOUER, Paul (1964). **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____(1983). **Tempo e Narrativa** – tomo 1. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1994.

_____(1984). **Tempo e Narrativa** – tomo 2. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1995.

_____(1985). **Tempo e Narrativa** – tomo 3. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1996.

_____(2000). **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2008.

RIO, João do (1904). **As Religiões no Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

_____(1904). **Momento Literário**. Publicado na página eletrônica da Fundação da Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro (Biblioteca Virtual – www.bn.br). Download realizado em 02/09/2006.

_____. (1908). **A Alma Encantadora das Ruas**. Publicado na página eletrônica da Fundação da Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro (Biblioteca Virtual – www.bn.br). Download realizado em 03/08/2005.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da Tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RODRIGUES, Adriano D (1988). **O Acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, teorias e estória**. Lisboa: Vega, 1993, p. 27-33.

_____. O Discurso dos Media. p. 33-45 In: Discurso Mediatico. Texto xerografado, s/d.

ROGERS, Everett M. (1994). *A History of Communication Study – a biographical approach*. New York: The Free Press, 1997.

ROMANCINI, Richard. *O Campo Científico da Comunicação no Brasil: institucionalização e capital simbólico*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo – ECA-USP, tese defendida em 2006.

_____. **História e Jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisas**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2007, p. 23-47.

ROSS, Edward (1910). **A Supressão das Notícias Importantes**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa vol 2**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2008, p. 87-102.

ROSTEN, Leo (1937). **The Washington Correspondents**. New York: Brace and Company, 1974.

SACCO, Joe. *Área de Segurança Gorazde. A guerra na Bósnia Oriental 1992-1995*. 2ª Edição. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

SACCO, Joe. *Uma História de Sarajevo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005b.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTAELA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker, 1999.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

SCHNEIDER, Ingrid S (1994). **A Imprensa na Alemanha**. In: QUINTERO, Alejandro P (org.). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, (s/d), p. 107-152.

SCHUDSON, Michael (1978). **Discovering the News: A social history of american newspapers**. Basic Books, 1978.

_____. **Enfoques históricos a los estudios de la comunicación**. In: JENSEN, K. B; JANKOWSK, N. W. (eds). *Metodologias Cualitativas de Investigacion em Comonicacion de Masas*. London: Routledge, 1993

SEARLE, John R (1998). **Mente, Linguagem e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed Rocco, 2000.

SEGRE, Cesare. **Narração/ Narratividade**. Einaudi vol 17 (Literatura – Texto). Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Gislene. **Do Detalhe ao Talhe:** dissertação - teses em comunicação rural: uma revisão. São Paulo: dissertação apresentada na Universidade Metodista de São Paulo - Umesp, 1988.

SILVA, Gislene e PONTES, Felipe S. **Teorias da Notícia: Impasses para a Teoria do Jornalismo.** São Bernardo do Campo (SP): VI Encontro da SBPJOR, 2008.

SILVA, Mário Camarinha; Cavalcanti, Ilce G. **Catálogo das Teses e Dissertações.** Rio de Janeiro: Biblioteca da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), 1989.

SILVEIRA, Fernando L. **A Teoria Transcendental de Kant: O idealismo transcendental.** Porto Alegre: Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, v.19, número especial: p. 28-51, jun. 2002.

SIMIAND, François (1903). **Método Histórico e Ciência Social.** Bauru (SP): Edusc, 2003.

SLOAN, Wm David. **Makers of the Media Mind: Journalism educators and their ideas.** Mahwah/ New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1990.

SODRÉ, Muniz. **Sobre a Episteme Comunicacional.** Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – Ano 1, n.1 (jul-dez 2007). São Paulo: ECA/USP, 2007, p. 15-26.

SODRÉ, Nelson W (1966). **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

_____. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo**. Versão on-line disponível no sítio www.bocc.ubi.pt, 2004

SOUSA, Mauro W (org.) (1995). **Sujeito, o Lado Oculto do Receptor**. São Paulo: Eca USP/ Brasiliense, 1995.

SPONHOLZ, Lirian. **Entre Senso Comum e Ciência: O conhecimento híbrido do jornalismo**. Revista Acadêmica Ciências & Cognição; Vol 10: 02-14, 2007. Disponível em www.cienciasecognicao.org>

STRELOW, Aline. **Análise global de processos jornalísticos**. Santos (SP): XXX Congresso Nacional da Intercom, 2007.

STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio (org). **Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil: Resumos 1992-1996**. Porto Alegre: PPGCom/ UFRGS, s/d. Disponível em www.ppgcom.ufrgs.br.

_____. **Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil: Resumos 1997-1999**. Porto Alegre: PPGCom/ UFRGS, 2001.

STUMPF, Ida; ROCHA, Rafael; VANZ, Samile. **Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil: Resumos 2000-2002**. Porto Alegre: PPGCom/ UFRGS, s/d. Disponível em www.ppgcom.ufrgs.br.

TAMBOSI, Orlando (1999). **O Declínio do Marxismo e a Herança Hegeliana**: Lucio Colletti e o debate italiano (1945-1991). Florianópolis, Editora da UFSC, 1999.

_____. **Informação e Conhecimento no Jornalismo**. In: Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol 2, nº 2. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Jornalismo e Teorias da Verdade**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação v.30, n.1. São Paulo: Intercom, jan./jun. 2007.

THOMPSON, John B (1995). **A Mídia e a Modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo**: Questões, teorias e história. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo** vol 1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo** vol 2. Florianópolis: Insular, 2004b.

TUCHMANN, Gaye (1978). **La producción de la noticia**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983

VEYNE, Paul (1971). **Como se Escreve a História**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. (1978) **Foucault Revoluciona a História**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. (1974) **A História Conceitual**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 65-88.

VICO, Giambattista (1744). A Ciência Nova (trechos). In: GARDINER, Patrick (1959). **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 15-27.

VILAR, Pierre (1974). **História Marxista, História em Construção**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 146-178.

VOGEL, Daisi. **A Ficção do Relato Jornalístico**. Florianópolis: Texto apresentado no III Encontro da SBPJor em novembro de 2005. Disponível em www.posjor.ufsc.br

WEBER, Max (1906). **Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura**. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais (Parte 1)**. São Paulo/ Campinas (SP): Cortez; Editora da Unicamp, 2001, p. 155-210.

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa** (1910). In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2007, p. 34-44.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais** (Parte 1 e 2). São Paulo/ Campinas (SP): Cortez; Editora da Unicamp, 2001, p. 155-210.

WHITE, David M (1950). **O Gatekeeper**: uma análise de caso na selecção das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, teorias e estória**. Lisboa: Vega, 1993.

WHITE, Hayden (1973). **Meta-História**: A imaginação histórica do século XIX. 2ªEd. São Paulo: Edusp, 2008.

_____(1978). **Trópicos do Discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

_____(1991). **Teoria Literária e Escrita da História**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol 7, n.13, p. 21-28, 1991.

WHITE, Morton (1943). **A Explicação Histórica**. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, p. 436-456.

WILKERSON, Marcus M. **History and Journalism Research**. In: NAFIZIGER, Ralph O; WILKERSON, Marcus M. **An Introduction to Journalism Research**. New York: Greenwood Press Publishers, 1968, p. 09-25.

WILLIAMS, Raymond (1958). **Cultura e Sociedade 1780-1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

WINCH, Samuel P. **Mapping the Cultural Space of Journalism**: How journalists distinguish news from entertainment. Westport, USA: Praeger, 1997.

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ZELIZER. Barbie. **Taking Journalism Seriously**: News and the academy. London: Sage, 2004.

APÊNDICE A: PERCURSO METODOLÓGICO DAS TESES

APENDICE B: DADOS DAS TESES SELECIONADAS**APENDICE C: DADOS DE TODAS AS TESES EM HISTÓRIA
DO JORNALISMO DAS PÓS-GRADUAÇÕES EM
COMUNICAÇÃO**